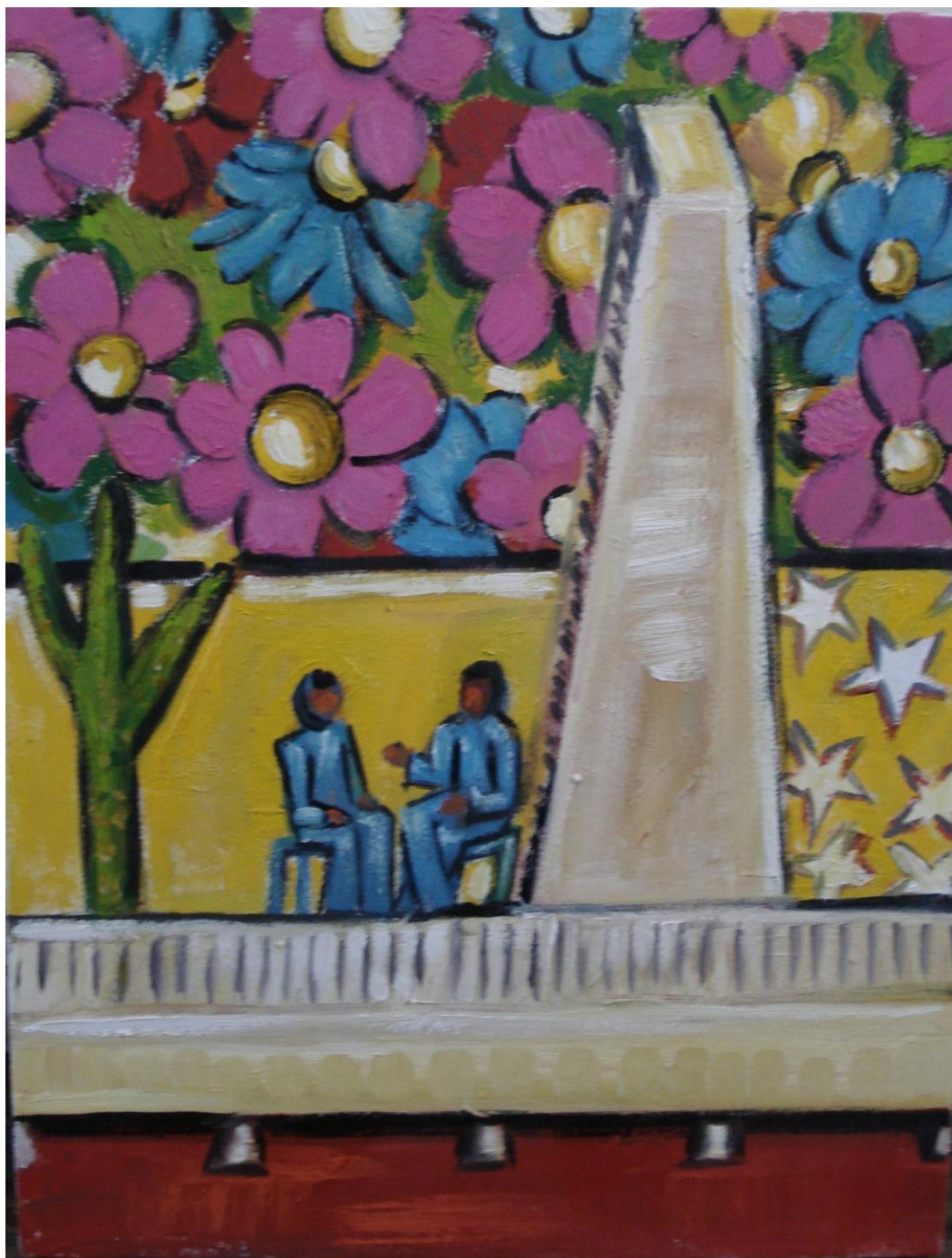


ANTONIO LIBÉRIO DE BORBA

**LEMBRAR PARA TER O DIREITO DE ESQUECER: A RECONSTRUÇÃO
HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA DA TRAGÉDIA DA GAMELEIRA EM BELO
HORIZONTE E SEUS REFLEXOS NA TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ATORES
SOCIAIS NELA ENVOLVIDOS.**

CAMPINAS

2007



Óleo sobre tela de Marina Jardim, 2007. Obra Inspirada na Tragédia da Gameleira. Presente recebido da artista plástica pelo doutorando

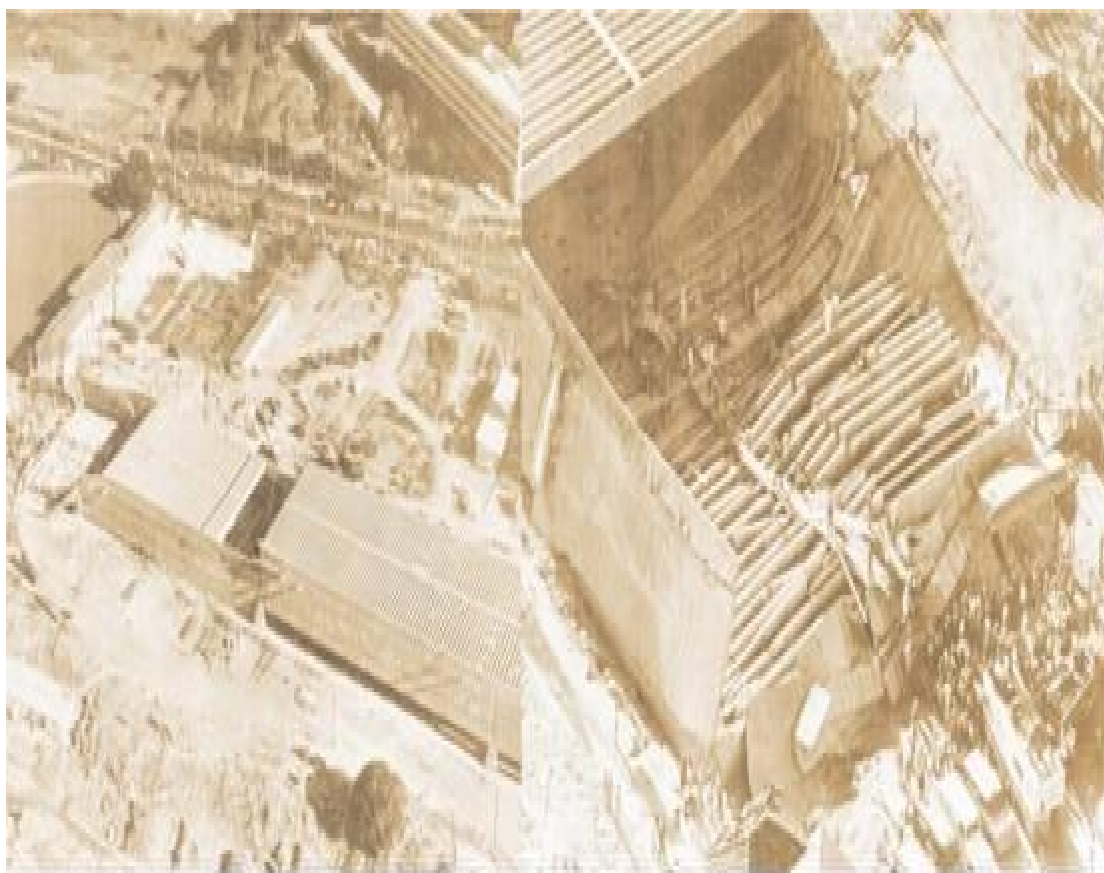


Foto montagem cedida por Henrique França

*(Uma tragédia da “culpa in vigilando”
ou do dolo pelo “modus operandi”?)*

*(O que era a velha Gameleira que deixou de ser
pra dar lugar ao que não foi)*

(Gonzaga Medeiros)

*Gameleira velha, na beira do caminho, juntinho ao ribeirão, servindo de pousada, um luxo de
morada, quase mansão. Teto dos viandantes, leito dos amantes, cama enluarada de loucas
paixões. Velha Gameleira, nobre alcoviteira de sussurros conjugados, os galhos balançando
feito leques, abanando o calor dos beijos dados. Em madrugada plena,
sob o clarão da lua, a velha gameleira é alcova.
Cúmplice, ela alcovita encontros escondidos na sombra da lua nova.*

*No papel do arquiteto, traços de um palácio abstrato.
Os simples mortais levantam uma montanha de concreto
que se dissolve em sangue na terra, poeira no ar.
Debaixo dos escombros, só os mais desgraçados...
A tragédia escolheu e condenou os não culpados.
Em espasmos, a alma da cidade lastimosa
dilacerada numa coletiva dor de auto-estima mutilada.*

*Os jornais isso disseram!
Ouvem-se ainda hoje os gemidos sepulcrais dos injustiçados
sob os escombros da história.
- Cadê o panteão dos heróis? Também jaz na tumba?
Uma voz do nada dá a sentença do nunca:*

- Nem panteão de heróis, nem restos mortais.

Vidas mortas, morta memória!

Os jornais isso disseram!

A injustiça não foi convidada.

*Compareceu, de enxada,
ao teatro da tragédia anunciada.*

A Justiça nada viu, nada ouviu.

*Ratos roeram seus pilares de papel
e ela então juntou os próprios cacos
e construiu seu templo de omissão e hipocrisia.*

O Estado é podre, a justiça fede.

Nem compradores de votos,

nem pregadores de Cristo,

nem arautos dos direitos humanos.

É o silêncio dos vivos assombrando a alma dos injustiçados.

Os jornais se cansaram de isso dizerem,

mas a memória dos mortos

ainda reclama seus restos vitais.

Puseram uma pedra, jogaram uma pá de cal,

mas a saudade é concreta e ainda resiste.

Antônio Libério recicla a poeira do tempo.

Em tese, os jornais isso vão dizer.

Vão dizer?

Em tese...



Vaso cerâmico “O caos” inspirado na Tragédia da Gameleira – presente recebido pelo doutorando do ceramista José Vieira.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**LEMBRAR PARA TER O DIREITO DE ESQUECER: A RECONSTRUÇÃO
HISTÓRICO-SOCIOLOGICA DA TRAGÉDIA DA GAMELEIRA EM BELO
HORIZONTE E SEUS REFLEXOS NA TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ATORES
SOCIAIS NELA ENVOLVIDOS**

AUTOR: ANTÔNIO LIBÉRIO DE BORBA

**ORIENTADORA: PROF. DRA. OLGA RODRIGUES DE MORAES VON
SIMSON**

**Este exemplar corresponde à redação final da
tese de doutorado defendida por Antônio Libério
de Borba e aprovada pela Comissão Julgadora.
Data: 24/08/2007**

Assinatura:

Comissão Julgadora:

2007

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

B644L	Borba, Antônio Libério de Lembrar para ter o direito de esquecer : a reconstrução histórico – sociológica da tragédia Gameleira em Belo Horizonte e seus reflexos na trajetória de vida dos atores sociais nela envolvidos / Antônio Libério de Borba. -- Campinas, SP: [s.n.], 2007. Orientador : Olga Rodrigues de Moraes von Simson. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1. Desmoronamento de edifícios. 2. Memória. 3. Vítimas de desastres. 4. História oral. 5. Belo Horizonte – História. I. Simson, Olga Rodrigues de Moraes von. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título. 07-559/BFE

Título em inglês : Remembering in order to have the right to forget : the historical-social reconstruction of Gameleira's tragedy in Belo Horizonte na its reflexions in the way of life the social actors involved

Keywords : Building failures ; Memory ; Victims of disasters ; Oral history ; Belo Horizonte - History

Área de concentração : Educação, Sociedade, Política e Cultura

Titulação : Doutor em Educação

Banca examinadora : Profª. Drª. Olga Rodrigues de Moraes von Simson (Orientadora)

Prof. Dr. Paulo Cezar Santos Ventura

Profª. Drª. Margareth Brandini Park

Profª. Drª. Aparecida Neri de Souza

Prof. Dr. Marcos Tognon

Data da defesa: 24/08/2007

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail : belissimohorizonte@hotmail.com

RESUMO

BORBA, Antonio Libério. **Lembrar para ter o direito de esquecer:** a reconstrução histórico-sociológica da Tragédia da Gameleira em Belo Horizonte e seus reflexos na Trajetória de vida dos atores sociais nela envolvidos. 2007. 395 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Este estudo tem como objetivo a reconstrução histórico-sociológica da Tragédia da Gameleira (1971) e seus reflexos na memória de Belo Horizonte, sob a ótica dos seus atores sociais. A Tragédia da Gameleira é considerada até hoje o maior acidente na história da construção civil do país e a maior Tragédia ocorrida na cidade de Belo Horizonte. O desabamento do faraônico Pavilhão de Exposição da Gameleira, onde trabalhavam 512 (quinhentos e doze) operários causou a morte de quase uma centena de trabalhadores, um grande número de mutilados e a perda da sanidade mental de vários operários. A obra e sua fiscalização eram do Estado, o projeto de Niemeyer, o cálculo estrutural de Joaquim Cardozo, as fundações executadas pela SOBRAF e a construção da SERGEN Engenharia. A pesquisa seguindo uma abordagem predominantemente qualitativa utilizou a metodologia da História Oral, abrangendo portanto as fontes orais, as fontes documentais imagética, jornalística e jurídica. Constituiu-se assim, a base para a construção das 13 (treze) categorias de análise que subsidiaram a reconstrução histórico-sociológica da Tragédia da Gameleira. A amostra foi composta por 6 (seis) grupos perfazendo um total de 26 (vinte e seis) depoentes. A pesquisa alcançou o seu objetivo ao elaborar a reconstrução histórico-sociológica da Tragédia da Gameleira sob a ótica de seus atores sociais. O Trabalho contribuiu para a elucidação e a compreensão da Tragédia e seus reflexos na trajetória de vida dos atores sociais nela envolvidos. Em consequência há um empoderamento,

em curso, dos atores sociais a exemplo da necessidade demandada pelos mesmos da construção de um Memorial às vítimas da Tragédia da Gameleira.

PALAVRAS-CHAVE: Tragédia da Gameleira; Memória; História Oral.

ABSTRACT

BORBA, Antonio Libério. **Remembering in order to have the right to forget:** the historical-social reconstruction of Gameleira's Tragedy in Belo Horizonte and its reflexions in the way of life of social actors involved in it. 2007. 395 f. (Doctorate in Education) – Education Faculty, Campinas State University, Campinas.

This study has its objective the social-historical construction of the Gameleira Tragedy (1971) and its consequences in the memory of Belo Horizonte from the perspective of its social players. The Gameleira Tragedy is considered even today the biggest accident in the history of the construction industry in the country and the biggest ever to occur in the city of Belo Horizonte. The collapse of the colossal Gameleira Expo Pavilion where 512 laborers worked caused the death of almost a hundred workers, a large number of people were maimed and others had mental problems. The construction and inspection responsibilities rested on the shoulder of the state, the project was Niemeyer's, the structural calculations were the responsibility of Joaquim Cardozo, the foundation was executed by SOBRAF and the building was the responsibility of SERGEN Engineering. The research follows mainly a qualitative approach utilizing the Oral History methodology encompassing therefore oral sources documents, legal and journalistic imagery. This is thus, the bases for a construction for 13 categories of analysis that subsidized the social-historical reconstruction of the Gameleira Tragedy. The sample was composed of 6 groups for a total of 26 deponents. The research achieved its objective by elaborating a social-historic reconstruction of the Gameleira Tragedy from the perspective of its social actors. The work contributes to the elucidation and understanding of the Tragedy and its consequences on the way of life of the social actors involved in it. As a consequence there is an empowerment in

course of the social players in view of the need required by them for the construction of a Memorial to honor the victims of the Gameleira Tragedy.

KEY WORDS: Gameleira Tragedy; Memory, Oral History

DEDICATÓRIA

Aos meus pais – Joana e Sebastião (in memoriam) pelos ensinamentos, pelo carinho, pelo amor e pela saudade.

Aos trabalhadores mortos e mutilados da Tragédia da Gameleira que tiveram suas vidas ceifadas, pela ganância e irresponsabilidade dos culpados pela Tragédia da Gameleira, nosso profundo reconhecimento.

Aos narradores, atores sociais da Tragédia da Gameleira, pela superação das dificuldades e generosidade no partilhamento de suas memórias - matéria fina - que possibilitou a consecução deste trabalho.

Às minhas filhas Sarah e Maíra “gracias a la vida” por poder desfrutar o amor, o carinho e a amizade de vocês.

AGRADECIMENTOS

**“POR MAIS QUE EU AGRADEÇA A GRANDE FELICIDADE QUE SINTO
AINDA SERÁ INSUFICIENTE. NÃO HÁ PALAVRAS QUE TRADUZEM MINHA
GRATIDÃO.”**

(MEISHU-SAMA, 1995)

À minha orientadora Olga Von Simson pelas grandes contribuições dadas à minha formação como pesquisador, pelas garras de onça com as quais defendeu esse trabalho. Pelo carinho, amizade e acolhida junto à sua família.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa deste trabalho Doutoras e Doutores: Aparecida Néri, Margaretth Brandinni, Paulo Ventura, Marcos Togno, Cristina Carvalho, Renata Siero, Regina Souza, pelas ricas contribuições sugeridas a esse trabalho.

À Bernadeth Linda Maria Pereira amiga em todas as horas pelas ricas contribuições para a consecução deste trabalho.

À Márcia Jardim, Ana Maria Mauad, e Olga Von Simson, primeiras a valorizarem a Tragédia da Gameleira como objeto de pesquisa. Primeiras a me incentivarem a fazer essa pesquisa.

Às amigas Ísis de Oliveira e Magda Braga pelas grandes contribuições técnicas e humanas dedicadas a esse trabalho.

Aos amigos Marina Jardim, José Vieira e Gonzaga Medeiros pela sensibilidade e criatividade manifestadas nas obras de arte inspiradas na Tragédia da Gameleira e doadas a esse trabalho.

Aos amigos Sérgio e Adriana Gomide pela amizade e acolhida. Pelas contribuições e pela visibilidade dadas a essa pesquisa na UFMG e na PUC-MG.

Aos auxiliares de pesquisa pela grande colaboração prestada e pela amizade construída nos caminhos trilhados durante essa pesquisa: Andréa,

Bernadeth, Eduardo, Sarah, Clara, Viviane e Flavinha.

A todos os professores que tive ao longo da minha vida. Obrigado pelos ensinamentos.

À Nadir e Gi, funcionárias do departamento de pós-graduação da FE-Unicamp pela amizade e o carinho com que sempre me atenderam.

Aos amigos Déinha, Léo, Rodrigo, André, Margareth, Valéria, Sônia Miranda, Nazaré e Ivete pelo carinho com que me atenderam no CEFET.

Aos amigos Alan e Stelinha do Centro de Memória da UNICAMP pela atenção com que me atenderam.

Aos amigos militantes dos movimentos sociais pelo empenho e dedicação para a construção de um mundo melhor.

À minha mestra de Ikebana e companheira Margaret Magalhães Costa que me ensinou o caminho da vida pela flor.

Aos amigos Jaime, Fátima, Rose, Cristina, Regina, Estevão, Roberto Caldeira, Eliana, Fernando Marinho, Fernando Oliveira, Fernando Bretas, Vânia, Ângela Carmo, Roberto Lage, Fátima Santos, Rubinho do Vale, Pereira da Viola, Dércio Marques, Zé Vieira, Maria José Silva, Max, Dinorá, Jorge, Yara, Zé, Margot, Carminda, Toninho, Sandra Kelly, Titane e Inês Teixeira pelo conforto vindo da amizade e pelas contribuições dadas a este trabalho.

Aos amigos Genival e Lourdes, pelo carinho e afeto a mim dedicados nos momentos de dificuldades e sempre.

Aos amigos Goiano, Gabriel, Kimi, Renata, Marcus, Zúla, Amarildo, Elza, Simone, Wilson, Lara, Carlos Marciele, Nadeje, Sérgio, Cássio, Suzana, Aida, Elizon, Marcos, Santiago, Daniela, Renato, Ana Maria Braga, Carmem, Virna, Adyr, André Favacho. Por tudo que partilhamos.

À amiga Jaqueline de Blasi pelo incondicional apoio a mim dispensado nos meus tempos de Unicamp.

Aos amigos Valéria e Chico pelo carinho e pelas partilhas acadêmicas.

À amiga Margaretth Brandinni pelo carinho e pelo estímulo à minha

contação de histórias.

Às minhas entidades Luciana e Daltro pelos teatros que encenamos, por tudo que vivemos.

Aos tios Joaquim Borba e Pedro Adão, meus primeiros mestres contadores de história.

Aos amigos Flávio dos Santos, Cristina Carvalho, Jacy, Amelinha Fantinni, Rosangela, Paulo Ventura, Valter Vítor, João Maurício, Letícia Lima, Dayse, Juracy e Rute pela amizade, carinho e estímulos para alcançar o doutoramento.

Aos amigos Geraldo de Azevedo e Benjamim de Azevedo, Exemplos de cidadãos, pela amizade e pela contribuição dada a esse trabalho.

Aos amigos da Academia Sanguetsu Vânis, Geralda, Matheus, pela confecção dos 100 (cem) vasos e das 100 (cem) ikebanas doadas para serem depositadas no local da Tragédia da Gameleira em memória das vítimas, por ocasião do 36º (trigésimo sexto) ano da Tragédia impune.

Aos amigos da Comunidade Céu do Astral Campineiro, Charles, Roberta, Henrique dos Anjos, Marta Alves, Patrícia, Franck, Fabrício, Eliza, Euvane, Nil, Sâmí e Luzia pelo compartilhamento da moradia e dos saberes.

Ao Pai Mário D'Ogum e todos os seus filhos pelos ensinamentos e o carinho que sempre me receberam.

Aos companheiros: do CEFET-MG, do ANDES-SN, SINDCEFET-MG, da ACJM-MG, do SINPRO-MG, da Academia Sanguetsu e da SSVP. Pela amizade partilhada e pelas lutas empreendidas na defesa dos trabalhadores e dos menos favorecidos materialmente.

Ao amigo, jornalista Álvaro Kassab pela visibilidade dada a este trabalho por meio da imprensa.

À Rede Globo de Televisão pelas imagens cedidas gratuitamente.

Ao S.A Estados de Minas pelas imagens cedidas graciosamente.

À Rede Minas de Televisão pelas imagens cedidas gratuitamente.

À amiga Carla Ibrahin pelas fotografias cedidas gratuitamente.

Ao CEFET-MG que me possibilitou fazer essa pesquisa.

À CAPES – pela bolsa concedida nos últimos dois anos de Doutorado.

Aos profissionais da saúde: Fernando Braga, Ronaldo Ramos, Fabiene Lauar e Eliane Bahia pelos cuidados preciosos dispensados à minha saúde sem os quais não seria possível empreender esse trabalho.

À Nivalda, pela amizade, carinho e afeto que fizeram a minha vida ficar mais doce e mais bela.

À Dona Eclair de Souza e família pelo carinho, afeto e compreensão compartilhados.

À Sandra Helena, por tudo que vivemos, pela amizade construída e pelas contribuições dadas a este trabalho.

Aos Pedros, Josés, Joões, Divinos, Franciscos, Antônio, Sinhô, Bárbara, Mariazinha, Carlos, Vicente, Mariinha, Nadir, Edson, Olinjo, Sebastiana, Graça, Almerinda, Lúca, Pacífica, Florípedes, Alzira, Fia, Neném e Libério (*in memoriam*) por tudo que partilhamos, pela minha eterna saudade.

Aos meus familiares: Íris, Carlos Borges, Gabriela, Isabela, Daniela, Edlamar, Breno, Daniel, Verônica, Wagner, Lucas, Pedro, Maria do Carmo, Ademar, Lívia, Leonardo, Marina, Henrique dos Reis, Adriene, Custódio, Carminha, César, Rejane, Luiz, Paulo, Marcus, Patrícia, Américo, Márcia, Eduardo, Maura, Adair, Eduardinho, Alair, Cida, Alaeste, Zé Antônio, João, Patrícia, Lúcia, Rafael, Eduardo Leite, Marlene, Guilherme, Irene, Zezico, Maria, Maria José, Paulo César, Sebastião, Mauro, Borba, Maura, Elias, Deise, Marcus, Cleuton, Pedrinho, Conceição, Catiene, Rosa, Vaguinho, Wilson, Ednalva, Dú, João, Lucélia, Paulinho, Carmen, Pacífico, Isa, João Paulo, Maria, José, Raimunda, Almezina, Cecília, Itamar, Benedito, Valdelice, Hélio, Abdias, Aline, Alice, Maria, Vera, Lucinha, Rita, Sarah, Carlos Januncio, Maíra e Henrique França. Pelas prestimosas colaborações afetivas e materiais, sem as quais quase nada seria possível realizar-se.

A todos aqueles que contribuíram com este trabalho e escaparam da

minha memória, meus sinceros pedidos de desculpas e minha eterna gratidão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACJM-MG	Associação Cultural José Martí de Minas Gerais
ADCEFET-MG	Associação dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ASCEFET-MG	Associação dos Servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CONED	Congresso Nacional de Educação
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
ENEPe	Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia
GAV	Grupo de Apoio a Vânia
GAV	Grupo de Apoio a Visão
ICAP	Instituto Cubano para Amizade com os Povos
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IML	Instituto Médico Legal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SINPRO-MG	Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais
Sindcefet	Sindicato dos docentes do CEFET-MG
SSVP	Sociedade São Vicente de Paula
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UTP	União dos Trabalhadores da Periferia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do município de Belo Horizonte, elaborado pelo cartógrafo Afonso de Guairá Heberle em 1920. Esala 1:70000	30
Figura 2 - Mapa do Município de Belo Horizonte, elaborado pelo cartógrafo Joaquim Moreira Barbosa. Escala de 1:100.000. 1937	33
Figura 3 – Pampulha, região norte de Belo Horizonte mostrando a lagoa, o Estádio do Mineirão e o Ginásio do Mineirinho, na parte central da foto, integrando o campus da UFMG ao sul da foto	35
Figura 4 - Às margens da lagoa da Pampulha, a igreja de São Francisco de Assis parte integrante do conjunto arquitetônico da Pampulha, obra de Niemeyer, Portinari e Burle Marx	36
Figura 5 - São Francisco, obra em azulejo de Cândido Portinari, no altar da igreja de São Francisco, na Pampulha.....	36
Figura 6 - Casa do Baile, antigo Cassino da Cidade, também conhecido com Palácio de Cristal	37
Figura 7 - Museu de Arte da Pampulha, às margens da Lagoa.....	37
Figura 8 - Destaque para o Estádio do Mineirão ao centro e Mineirinho à cima e à esquerda da foto	38
Figura 9 - Detalhe do Estádio do Mineirão.....	38
Figura 10 - Detalhe do Ginásio de Esportes do Mineirinho.....	39
Figura 11 - Prédio construído para abrigar a Escola de Aprendizes Artífices de Belo Horizonte, localizado na Avenida Olegário Maciel no quarteirão entre as ruas Guajajaras e Timbiras. Demolido nos anos 40 para dar lugar ao conjunto JK	40
Figura 12 - Conjunto JK, situado na Praça Raul Soares, apresentando os dois edifícios que compõem o projeto de Oscar Niemeyer	41
Figura 13 - Complexo do Colégio Estadual Governador Milton Campos (Estadual Central) no bairro de Lourdes em Belo Horizonte	42

Figura 14 - Colégio Estadual Governador Milton Campos ou Estadual Central.....	43
Figura 15 - Edifício Niemeyer contrastando o moderno e o antigo na Praça da Liberdade.....	43
Figura 16 - Praça da Liberdade e seu conjunto arquitetônico com destaque para a parte direita da foto onde pode ser visto o edifício Niemeyer e na parte esquerda a Biblioteca Pública Estadual.....	44
Figura 17 - Igreja de São José, no quarteirão da Avenida Afonso Pena, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Tamoios e Tupis, região central de Belo Horizonte. Destacamos na parte esquerda da foto o conjunto comercial construído após a destruição do bosque com árvores centenárias.	46
Figura 18 - Palácio das Artes, Avenida Afonso Pena, na extremidade sul do Parque Municipal de Belo Horizonte	49
Figura 19 - Detalhe da fachada principal do Palácio das Artes	50
Figura 20 - Foto aérea da região da Gameleira em 1972.....	51
Figura 21 - Foto aérea da região da Gameleira em 1977.....	52
Figura 22 - Foto aérea da região da Gameleira em 1989.....	53
Figura 23 - Foto aérea da região da Gameleira em 2006.....	54
Figura 24 - Foto aérea da região da Gameleira em 2007.....	55
Figura 25 - Mapa de Belo Horizonte com principais pontos e vias de acesso: destacando-se onde se encontram e/ou encontravam-se os atores sociais da Tragédia da Gameleira.....	57
Figura 26 – Foto de estudantes que ocupam as ruas de Belo Horizonte 1966.	60
Figura 27 – Bombas e prisões viram rotinas em Belo Horizonte 1967	61
Figura 28 – Reação estudantil à repressão do governo 1967	62
Figura 29 - Repressão aos estudantes. Belo Horizonte 1966.....	62
Figura 30 - Repressão policial à estudantes. Belo Horizonte. 1966.....	63
Figura 31 - Composição da amostra qualitativa ideal.....	170
Figura 32 - Composição da amostra qualitativa real.....	171

Figura 33 - Foto cedida graciosamente pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas	223
Figura 34 - Foto cedida graciosamente pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas	224
Figura 35 - Foto com muita nitidez e em um ótimo estado de conservação, a foto, graciosamente cedida pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas	225
Figura 36 – Foto graciosamente cedida pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas	226
Figura 37 - A vista parcial do hospital de campanha, montado no Parque de Exposição da Gameleira, para abrigar a equipe de resgate e atender os feridos do local.....	228
Figura 38 - Foto cedida graciosamente pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas	229
Figura 39 - Foto com muita nitidez e em ótimo estado de conservação, a foto, graciosamente cedida pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas.....	230
Figura 40 - Publicada em fevereiro de 1971 pelo jornal Diário da Tarde de Belo Horizonte.....	232

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL	1
1.1	Memorial.....	1
1.2	Um panorama do desenvolvimento da arquitetura e da construção civil em Belo Horizonte nos anos 40 a 70 do século passado	28
1.3	Apresentação do tema	59
1.4	Justificativa.....	72
1.5	O interesse pela pesquisa e seus objetivos	73
2	A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL EM PROCESSOS DE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA	76
2.1	O lugar da História Oral na ciência.....	76
2.2	A beleza do método e suas possibilidades.....	78
2.3	Limitações do método	83
2.4	O contexto histórico e a escolha da metodologia de pesquisa	85
2.5	A experiência da pesquisa em História Oral.....	87
2.6	As Fontes de dados para a pesquisa e suas etapas de desenvolvimento	90
3	OLHAR DA IMPRENSA SOBRE A TRAGÉDIA DA GAMELEIRA	92
3.1	Introdução.....	92
3.2	Caracterização da obra.....	95
3.3	A Tragédia.....	98
3.4	A previsão da Tragédia.....	105
3.5	O resgate.....	108
3.6	Atendimentos aos sobreviventes e aos familiares das vítimas pelo poder público e pela sociedade civil	120
3.7	Inquérito e a apuração de responsabilidades.....	125
3.8	Solidariedade.....	140
3.9	A imprensa.....	152

3.10	O Poder Público	158
4	AMOSTRA	167
4.1	Amostra qualitativa de pesquisa	167
4.2	A construção da rede de informantes	172
4.3	<i>Portraits</i> dos entrevistados	191
4.4	Imagens detonadoras do processo de rememorar	220
5	OLHAR DOS ATORES SOCIAIS SOBRE A TRAGÉDIA DA GAMELEIRA.....	233
5.1	Construindo as categorias de análises e análise do material coletado.....	233
5.1.1	Caracterização da obra	235
5.1.2	A Tragédia.....	238
5.1.3	A previsão da Tragédia	244
5.1.4	O resgate.....	251
5.1.5	O Inquérito e a apuração das responsabilidades	259
5.1.6	Solidariedade.....	265
5.1.7	A imprensa.....	272
5.1.8	Poder Público: atendimento aos sobreviventes e aos familiares das vítimas	281
5.1.9	Ausências e lacunas	292
5.1.10	Memórias traumáticas dos atingidos pela Tragédia	299
5.1.11	Memorial: lembrar para ter o direito de esquecer	309
5.1.12	Autonomia e cotidianidade.....	315
5.1.13	Os narradores e a pesquisa	327
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	338
	REFERÊNCIAS	346
	ANEXOS A - ROTEIRO PARA FICHAMENTO DE JORNAIS	357
	ANEXO B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS- SOBREVIVENTES E/OU FAMILIARES	358

ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA- RESGATE E/ OU COBERTURA DA TRAGÉDIA (MÉDICOS, ENFERMEIROS, BOMBEIROS, VOLUNTÁRIOS E JORNALISTAS)	361
ANEXO D – DIÁRIO DE CAMPO	363
ANEXO E - TERMO DE DOAÇÃO	365
ANEXO F - CD-ROOM – LEMBRAR PARA TER O DIREITO DE ESQUECER: A TRAGÉDIA DA GAMELEIRA E SEUS REFLEXOS NA MEMÓRIA DE BELO HORIZONTE. CD 1 – DEPOIMENTOS DOS ATORES SOCIAIS	366
ANEXO G - CD-ROOM – LEMBRAR PARA TER O DIREITO DE ESQUECER: A TRAGÉDIA DA GAMELEIRA E SEUS REFLEXOS NA MEMÓRIA DE BELO HORIZONTE. CD 2 – DEPOIMENTOS DOS ATORES SOCIAIS	367
ANEXO H - CD-ROOM – LEMBRAR PARA TER O DIREITO DE ESQUECER: A TRAGÉDIA DA GAMELEIRA E SEUS REFLEXOS NA MEMÓRIA DE BELO HORIZONTE. CD 3 – DEPOIMENTOS DOS ATORES SOCIAIS	368
ANEXO I – DVD – A TRAGÉDIA DA GAMELEIRA: A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA.	369
ANEXO J – CARTA ABERTA À POPULAÇÃO	370

1 INTRODUÇÃO GERAL

Que as coisas todas serão tuas
Que alcançarás todos os horizontes
Que o teu olhar, estando em toda parte
Te ponha em tudo
Como Deus.” (Cecília Meireles, 1982 - Cântico I)

1.1 Memorial

O senhor escute meu coração, pegue no meu pulso. O senhor avista meus cabelos brancos... Viver – não é? – é muito perigoso. Porque ainda não se sabe. Porque aprender-a-viver é que é o viver, mesmo. O sertão me produz, depois me engoliu, depois me cuspiu do quente da boca... O senhor crê minha narração? (GUIMARÃES ROSA, 1984, p. 448).

São Gonçalo do Abaeté, noroeste de Minas Gerais, sertão de Minas Gerais, coração do Grande Sertão Veredas, e muitas delas ainda estão lá para me fazer lembrar das belezas do lugar onde nasci e vivi os primeiros dezesseis anos de vida.

Em 1954, meus pais, Sebastião Borba da Silva e Joana Vilela da Silva, moravam na região do Barreiro, distante quatro léguas da cidade de São Gonçalo do Abaeté, quase na barra com o rio Abaeté, onde nasceram. A vizinhança era de primos, sobrinhos, irmãos e amigos deles. Habitavam às margens de outros outros córregos e veredas como Cupins, Taquara, Cambaúbas, Posse, Córrego Grande, Lagoinha.

Meus pais já tinham quatro filhos: José e Maria, (falecidos ainda novinhos), Ademar e Edlamar, quando veio meu nascimento que se deu em São

Gonçalo do Abaeté, em virtude de um atendimento melhor à minha mãe. Esse atendimento não constava nem de médico nem de hospital, serviços não existentes naquele tempo, naquele lugar.

O parto foi tranqüilo acompanhado pelo parteiro Claudiano e sua esposa dona Raimunda. Meus pais me deram dois nomes próprios: Antônio e Libério se acostumaram a chamar-me pelo segundo e, às vezes, esqueço que também sou Antônio. Eu tinha uns dois anos quando mudamos do Barreiro para São Gonçalo do Abaeté, e logo depois para Patos de Minas. Meu pai vendeu a fazenda e se estabeleceu no comércio de tecidos e confecções nas duas cidades citadas anteriormente.

Tínhamos uma vida confortável, ganhei uma irmã linda, a Íris. Aí veio a falência das lojas do meu pai e nós voltamos para a região do Barreiro e construímos um rancho bastante modesto na beira do córrego dos Cupins, na fazenda do tio João, irmão do meu pai. Foram anos difíceis, com muita escassez no início e muita fartura depois. Produzíamos tudo o que consumíamos, com exceção de sal e querosene.

A casa que fizemos tinha três cômodos: sala, cozinha, quarto. Era de pau a pique e coberta com folhas de palmeiras de babaçu, o que dava um cheiro muito agradável por vários dias após o término da cobertura da casa. Havia um forno de barro enorme no terreiro, onde minha mãe fazia vários tipos de biscoitos maravilhosos dos quais ainda sinto o cheiro.

Plantávamos uma variedade de produtos: arroz, feijão, milho, amendoim, gergelim, mandioca, inhame, cará, abóbora, quiabo, jiló, mamão, banana, melancia, verduras, fumo, cana, algodão, dentre outros. Fazíamos a linha, tingíamos, tecíamos e costurávamos nossa própria roupa de cama e vestuário. Fazíamos nossos colchões, nosso fubá, nossa farinha, nosso açúcar, nosso fumo. Criávamos galinha, porco, umas vaquinhas pra dar leite e alguns cavalos. Na entressafra garimpávamos diamante. Não tínhamos energia elétrica, e, assim, rádio e televisão, não fizeram parte da minha infância.

Eu trabalhava na roça com meu pai ou em casa com a minha mãe. Em

casa, buscando água no córrego, limpando arroz no monjolo, fazendo fubá, limpando milho para canjica, aprontando café e levando comida na roça. Na roça, roçávamos, capinhávamos, plantávamos e colhíamos. Eu era o candeeiro na lida com o carro de bois e o arado.

Essas tarefas eram executadas na parte da manhã; à tarde, eu estudava numa escola rural, há uns dois quilômetros da minha casa. A escola era de pau a pique, coberta de folha de palmeira, chão batido, bancos e mesas de tábua. Era multiseriada, 1º, 2º e 3º anos juntos, com uma só professora, a Dona Maria Borba. Lá aprendi a gostar de poesia, lendo os poemas de Cecília Meireles, principalmente.

As crianças daquela região, na sua maioria, freqüentavam aquela escola e éramos todos muito amigos. Na hora do recreio, nadávamos no Rio Abaeté, colhíamos frutas no pé, goiaba, laranja, mexerica, acá, cajuzinho-do-campo, cagaiteira entre outras.

O meu pai era músico, tocava violão, *acordeon*, piano, rabeca. Ele era folião nas folias de reis, nas quais tocava *acordeon*, e nas festas, que eram muitas, ele tocava também para o povo dançar. Além das folias de reis, havia os terços, novenas, romarias, grandes festas juninas nas casas dos tios João, Pedro e Antônio.

Havia as festas de tradição, como os mutirões são chamados por lá e, é claro, os casamentos. Apesar de não ter rádio, em casa, nossa vida era bem musical. Meu pai tocava, nós cantávamos e minha mãe me ensinava a dançar.

Foi um tempo de muito trabalho duro, mas com fartura em casa. Mesmo com tanto trabalho tínhamos tempo para conhecer as plantas do cerrado, dos campos de pedra, das matas e ainda sobrava tempo para brincar (geralmente com os animais), para nadar, pescar, caçar, festejar, e escutar muitos causos interessantíssimos, pois havia, na região, vários narradores. Os causos normalmente eram contados à noite, em volta do fogão de lenha, após a ceia (fazíamos seis refeições diárias: café da manhã, merenda, almoço, merenda, janta e ceia) ou em volta de uma fogueira no terreiro. Nossos grandes contadores de

causos eram, em sua maioria, pessoas mais idosas e que desfrutavam de grande credibilidade. Havia também dois tios: tio Joaquim, irmão do meu pai e tio Pedro, irmão da minha mãe, que eram jovens, mas possuíam um repertório enorme e um jeito muito especial de tecer um causo. Muitos deles estão na lembrança do povo que com eles convivera. Minha irmã, Edlamar, e eu fugíamos de tarefas para irmos ao rancho do Sô Chico Leonardo ouvir seus causos. Ele era idoso, ágil, dormia no chão batido, sem nada para cobrir e se alimentava de caças, peixe e mandioca. Tivera vários filhos, mas vivia sozinho, naquele rancho, no final da vida. Minha irmã e eu ficávamos manhãs inteiras escutando seus causos. Havia também o Juvenaro, que fazia *pasquim*, tipo de cordel, ele não dormia, passava às vezes, de madrugada, próximo ao nosso rancho, cantando um *pasquim* o qual nunca terminou: essa composição falava de um desafeto seu, o senhor Britão.

Os causos contados pelos narradores, daquele sertão, abarcavam temas dos mais variados, sendo tudo histórias acontecidas, até as mais absurdas tinham um tempero tal na narrativa, que ninguém ousava duvidar, tanto que vim a conhecer a palavra lenda bem mais tarde. Fico tentado contar alguns causos aqui, mas acredito não ser oportuno, o certo é que esses causos, e principalmente esses narradores marcaram minha infância e contribuíram enormemente para a construção do ser humano que hoje sou, cheio de histórias para contar, num mundo onde há pouca gente disposta a ouvir.

Meu pai alugou uma pequena casa, em São Gonçalo, para Edlamar, Ademir e eu morarmos e estudarmos, pois Edlamar e eu já havíamos cursado o terceiro ano de grupo, do curso fundamental, último grau, na escola rural onde estudávamos.

Saíamos, segunda-feira de madrugada, da casa da roça, levando os mantimentos para comermos durante a semana. O percurso era de 25 km que fazíamos a pé. Durante a semana estudávamos, cozinávamos nossa comida, brincávamos muito. Sexta-feira, saíamos da cidade à tardinha, rumo à casa da roça, onde passávamos também os feriados e as férias.

Após cinco anos de muito trabalho, meu pai vendeu os animais que

possuíamos a safra excedente e com mais economias de safras anteriores, comprou uma fazenda na Lagoinha. Era um lugar muito bonito. Ficamos lá uns dois anos. Morávamos lá quando a morte aconteceu mais próxima a mim: foi a morte da minha avó materna, a *‘Mãe Véia’*, como gostava de ser chamada pelos netos. A primeira perda de parente próximo foi muito doída.

Em 1967, meu pai vendeu a fazenda da Lagoinha e comprou uma casa em São Gonçalo, mudando-se pra lá, com o objetivo de proporcionar escola para os filhos e o acompanhamento dos mesmos.

Em 1969, meu pai comprou uma lapidação de diamantes em Gouvêa/MG, próximo a Diamantina, e meu irmão mais velho foi para Belo Horizonte estudar, pois nem São Gonçalo, nem em Gouvêa havia o curso colegial equivalente ao ensino médio atual.

A mudança foi muito triste, pois deixava pra trás tudo que me era caro, primos, amigos, tios, nossas festas, nossa comida, nosso jeito de ser para adentrar um lugar onde tudo era novo e desconhecido.

Em Gouvêa, morávamos num casarão colonial muito bonito, com um quintal enorme. Eu estudava a noite numa escola pública, cursando o equivalente à 6ª série do ensino fundamental. Tinha o dia inteiro pra não fazer nada, então inventei de fazer uma horta, pois me dava mais prazer cultivar a terra, ver as plantas crescerem que ficar “batendo perna” pelas ruas: na verdade, tinha dificuldade de me enturmar naquela cidade.

Minha horta fez tanto sucesso que, rapidamente, se transformou em ponto de venda de verduras. As pessoas iam à minha casa para comprar. Claro que minha horta era orgânica, catava esterco nas fazendas próximas e ossos de animais, que eram queimados e transformados em pó, no pilão, para depois ser colocado, nas covas, de tudo que eu plantava.

A lapidação do meu pai não deu certo, perdeu-se todo o investimento que representava tudo que tínhamos de material.

Terminado o ano letivo, mudamos para Belo Horizonte em busca de escola e trabalho. Moramos de aluguel em barracos e casas, em vários bairros da

cidade. Passei no exame de seleção do Ginásio Estadual, Anexo Sagrada Família, onde estudei por dois anos e fiz grandes amigos.

Ao longo do curso ginasial trabalhei em varias atividades, caixa de restaurante, feirante de legumes e verduras, servente de pedreiro, vendedor, *Office-boy* e auxiliar de escritório. Gostei de Belo Horizonte logo na chegada, pois havia muitos lugares bonitos, além de alguns parentes e amigos.

Terminei o curso ginasial e gostaria de ter feito, o curso científico, no Colégio Estadual Central, mas meus pais e parentes aconselharam-me a fazer o curso técnico para ter uma profissão mais rápida, o que se fazia necessário em função das enormes demandas materiais da família. Fui a contragosto, passei na seleção e ingressei na Escola Técnica Federal de Minas Gerais, hoje CEFET-MG onde fiz o curso Técnico Industrial de Estradas.

Aos poucos me adaptei àquela escola enorme, participando de várias atividades: cantava no coral, fazia parte da equipe de ginástica olímpica e fui bolsista na biblioteca.

Quando cursava o 2º ano colegial técnico, comecei a trabalhar num laboratório de tecnologia de concreto. O salário era ótimo e aprendi muito por lá, participando da construção de grandes obras de engenharia civil como a FIAT Automóveis.

O coral em que eu cantava participou de vários concursos nacionais, dando-me assim, a oportunidade de realizar grandes viagens pelo país. Ganhamos todos os concursos dos quais participamos. Os coristas eram muito unidos, éramos como uma família.

Em 1974, morre em São Gonçalo tia Fia, cunhada de meu pai, deixando a filha Verônica com 4 anos. Meus pais eram seus padrinhos e a buscaram para viver conosco. Ganhei, assim, mais uma irmã maravilhosa. Em agosto de 1975 meu pai faleceu. Ele andava meio adoentado. Tinha problema grave no coração, pois como quase todos os nossos parentes, contraíra a doença de Chagas. Foi muito dura aquela perda, eu tinha 20 anos e um tanto de responsabilidade pela frente, inclusive a de ajudar, materialmente, a família.

Após a morte do meu pai, mudei de emprego, indo trabalhar na Construtora Colonial como mestre de obras numa jornada completa de segunda a sábado. Levava marmita, ficava o dia inteiro na obra, o que possibilitava uma convivência próxima com os operários. Havia um déficit de mão de obra qualificada (como pedreiros, armadores, bombeiros, carpinteiros) e então montamos praticamente uma escola, no canteiro de obras, para a formação dessa mão de obra especializada.

Os serventes que demonstravam interesse em alguma área, passavam a trabalhar, como um profissional qualificado, recebiam as ferramentas necessárias no desempenho da profissão que estava aprendendo. e o pagamento das ferramentas era descontado do salário em várias parcelas. O profissional qualificado ia ensinando ao servente e eu supervisionava esse trabalho. Fiquei nessa construtora alguns anos e trabalhei, do início ao fim, na construção de quatorze edifícios.

Nessa construtora, aconteceu um fato curioso e que foi determinante na minha vida. Dentre minhas funções, uma era o pagamento dos operários no final da semana. Estávamos todos no barracão da obra quando fui fazer o pagamento a dois serventes novos. Perguntei ao senhor José da Silva se ele sabia assinar o nome, ele disse que sim, mas levou um tempo e com dificuldade e constrangimento frente aos colegas de trabalho, desenhou um José e depois pediu ajuda ao filho Benedito – ‘Dito, vem fazer o Silva aqui pra mim’. Os operários riram muito e eu fiquei muito constrangido de ver um senhor tão digno, esforçado e trabalhador passar por aquela situação. Em seguida, perguntei ao outro servente, o Margarido Luciano, se sabia assinar o nome e ele disse que sim. Levou também um tempo, fez apenas a primeira letra do seu nome, um M em toda a linha. Também foi motivo de gozação pelos colegas de trabalho.

Fiquei, realmente, muito desconcertado com a situação daqueles trabalhadores e me lembrei que minha mãe – que era semi-analfabeta – alfabetizara todos os seus filhos, em casa, para que não apanhassem da professora na escola, ao aprender a ler. Pensei: se ela foi capaz, eu também sou.

Isso tudo foi muito rápido. Pedi aos operários que saíssem do barracão e esperassem um pouco, pois precisava falar com eles. Após conversar com o senhor José e o Luciano, disse-lhes que eles achavam que sabiam ler e escrever, mas não sabiam. Falei da importância da escrita naquele tempo, naquela cidade, e me dispus a ensiná-los a ler e escrever no horário de almoço. Eles aceitaram. Pedi aos outros trabalhadores que entrassem no barracão. Com todos reunidos, falei com eles sobre os dois companheiros que se encontravam numa situação mais difícil que a deles, e que eles estavam dispostos a se esforçar para aprender a ler e escrever. Falei que apesar da história ter sido cômica, era muito triste termos, no século XX, na terceira cidade do país, cidadãos que não tiveram acesso, na época correta, à escola. Conclamei a todos para sermos solidários, aos dois, e ajudá-los no que fosse possível.

Comecei a ler Paulo Freire, Moacir Gadotti e Carlos Brandão para auxiliar no trabalho de alfabetização.

Entusiasmei-me com a profissão de professor e, em 1978, enviei meu currículo para três escolas que possuíam curso técnico, em nível de 2º grau, na área de construção civil. Duas escolas particulares me selecionaram. Demiti-me da construtora Colonial, ficando um ex-servente me substituindo e fui lecionar na Universidade para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG) e no Instituto Técnico Orville Carneiro (ITOC).

Ao lecionar, percebi que dominava bem os conteúdos, mas a forma e a didática deixavam a desejar. Prestei vestibular para pedagogia na Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG). No segundo semestre de 1978, ingressei na UCMG e comecei a trabalhar na Escola Técnica do Barreiro e na Escola Técnica Federal de Minas Gerais.

Gostava do trabalho, ingressei no Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais. Em 1979, veio a primeira greve de professores no regime militar e nós, da rede particular de ensino, entramos em greve, em solidariedade aos professores da rede estadual. Participei do comando de greve e conheci professores de todas as áreas de ensino e das mais variadas escolas de Belo

Horizonte e do Estado.

Meu envolvimento no Comando de Greve demandava muito trabalho e levou-me a perder a bolsa de estudos de Violoncelo, na Escola de Música da Fundação Clóvis Salgado do Palácio das Artes, por excesso de falta às aulas. Senti muito em perder aquela bolsa, pois havia participado de uma seleção concorridíssima e queria muito ser violoncelista, mas eu mesmo fiz a escolha quando priorizei a minha atuação no movimento docente.

Trabalhei na construção do Partido dos Trabalhadores. Trabalhei como voluntário num projeto de alfabetização na periferia de Belo Horizonte. No final do ano da greve, fui demitido da Utramig e continuei nas outras escolas. Comecei a fazer um curso de licenciatura plena em construção civil no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

Tranquei os cursos de matemática na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Belo Horizonte (FAFI-BH) e o de Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Minha atuação política havia se tornado muito intensa, pois além da construção do PT me dediquei ao Movimento Estudantil, à construção dos primeiros Encontros Nacionais dos Estudantes de Pedagogia, à luta pela anistia e me filiei a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA).

Os meus tempos de aluno no ginásio estadual e na Escola Técnica Federal de Minas Gerais que, além da formação geral e profissional, me proporcionaram importantes encontros, que se transformaram em grandes amizades. Esse grupo de amigos era enorme, e viajávamos nos feriados, fazíamos muitas festas e serenatas, íamos muito a *shows*, teatro e cinema, era uma forma de construir um capital cultural de origem urbana.

Em maio de 1980 me casei com Sandra Helena Aparecida de Souza. Seguiu trabalhando no CEFET-MG, estudando na PUC-MG e na UFMG. Graduei-me em pedagogia na PUC-MG.

No final de 1982, ocorreu uma grande enchente em Belo Horizonte, a maior da história da cidade. O Rio Arrudas, que corta a cidade no sentido oeste/leste, transbordou inundando e arrastando todas as favelas existentes em

suas margens. As famílias desabrigadas foram levadas para um enorme conjunto habitacional construído pela COHAB na divisa dos municípios de Belo Horizonte e Vespasiano. O Governo do Estado era do PMDB, o prefeito de Vespasiano era do PDS, o único município da grande Belo Horizonte governado por esse partido. Eu, militante do PT, fui convidado pelo Governo Tancredo Neves para coordenar a implantação do Sistema Educacional do Conjunto Habitacional do Morro Alto. O conjunto não possuía escolas e já estávamos no final de março e os filhos dos moradores ainda não tinham acesso à escola. Aceitei o convite e o Governo do Estado solicitou ao CEFET-MG a minha liberação; fui emprestado para a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais por tempo indeterminado.

Foi desenvolvida uma força tarefa envolvendo todas as secretarias do estado, BNH, COHAB e Faculdade de Educação da UFMG. Os representantes dessas instituições se reuniam semanalmente na Secretaria de Obras do Estado de Minas Gerais, sendo que eu era o representante da Secretaria de Estado de Educação. Ali eram discutidas e aprovadas medidas a serem postas em prática, visando a tornar aquele lugar, o Morro Alto, com condições mínimas de habitação, inclusive com a implementação do Sistema Educacional que se compunha de três creches e uma Escola de primeira à quarta séries e outra de primeira à oitava séries do Ensino Básico, hoje Ensino Fundamental.

Essas duas escolas propostas funcionariam em dois galpões de obras utilizados na construção do conjunto habitacional e, assim, seria possível atender a quatrocentos alunos. No primeiro dia de inscrição mais de mil alunos procuraram a escola. O grupo que cuidava da questão, após muita discussão, entendeu que era necessário cumprir a constituição e garantir vagas a todos que procurassem a escola. Havia um grande problema que era a falta de instalações físicas adequadas para todos os alunos. A Secretaria Estadual já havia autorizado efetivar a seleção especial de professores para trabalhar com os estudantes daquela periferia.

Foi-me solicitado um planejamento do sistema educacional, considerando o exposto anteriormente e um compromisso de, até ao final daquele

ano, construir duas escolas que atendessem à enorme demanda. Fizemos um planejamento para que as escolas funcionassem em cinco turnos diários de segunda a sábado e contávamos ainda com o empréstimo das instalações da Escola Municipal no turno da noite: nessa época a educação física era praticada nas lagoas e nas cachoeiras próximas. Nas Práticas Agrícolas, construíam grandes hortas, alguns conteúdos eram ministrados ao ar livre. Todos que procuraram a escola foram atendidos, a seleção dos professores aconteceu e as Escolas começaram a funcionar.

Fui designado diretor da Escola Estadual Morro Alto II que ministrava o ensino de primeira a oitava séries do Ensino Básico. Como as Escolas Estaduais regulamentares funcionavam em dois turnos e a do Morro Alto em cinco, fizeram-se necessárias várias alterações na legislação vigente no que tange ao quadro de pessoal.

Todos se dedicavam ao máximo: quando os professores iam fazer alguma capacitação eram substituídos pelos mestrados da Faculdade de Educação da UFMG, com quem mantínhamos uma parceria. Conseguimos terminar o ano letivo em janeiro do ano seguinte, colocando o calendário das Escolas do Morro Alto em sintonia com as outras escolas do Estado. A Escola se transformou numa referência de criatividade, frente às adversidades estruturais.

Ainda em 1982, nasce o meu primeiro filho Pedro, muita expectativa e felicidade que foram frustradas com sua morte, três dias após o nascimento, dentro do carro a caminho do hospital. A Sandra teve pré-eclampsia e quase morrera também. Eu estava muito estressado com o volume de trabalho e com a morte do Pedro, adoeci, tive uma estafa forte, mas fiz tratamento e melhorei.

Em 1983, desliguei-me da direção da Escola Estadual Morro Alto II e retorno às aulas no CEFET-MG. Fiz um curso de aperfeiçoamento sobre a teoria de Jean Piaget aplicada ao ensino na Faculdade de Educação da UFMG e, depois, um curso de especialização em Informática no CEFET-MG e outro de lingüística na PUC-MG.

Ainda em 1983, comecei a cantar no Coral Julia Pardini, no Opus 75 e

no Grupo Aruanda. Participei também do Movimento Negro da Casa de Dandara.

Em 1984, nasceu a minha filha Sarah e em 1985 a minha outra filha Máira. Nasceram de parto normal e a mãe passou bem nas duas gestações, embora rondasse o medo de uma nova crise de eclampsia. Mudamos para um sítio em Betim, cidade da grande Belo Horizonte onde tínhamos um viveiro de plantas ornamentais e uma criação de coelhos almejando à complementação salarial, pois, na época, vivíamos um grande arrocho salarial. A mudança para o sítio ocorreu, devido, à chegada das duas filhas, pois ali teriam uma melhor qualidade de vida. Voltamos para Belo Horizonte quando elas estavam em idade escolar. A Sandra terminara seu curso de Geografia e começara a lecionar. Fomos morar numa casa que dava fundos para o Parque da Gameleira, próximo ao CEFET-MG.

Ainda nos anos 80 participei da Coordenação de Atividades Extra-Classe dos cursos da área de construção civil do CEFET-MG. Essa função consistia em levantar as demandas de visitas técnicas de que os professores necessitavam para desenvolver os conteúdos técnicos com seus alunos. Após esse levantamento, os contatos eram feitos com as empresas e as visitas eram agendadas, assegurando-se também, o transporte dos alunos para as mesmas.

Participei ativamente das atividades de extensão promovidas pelo CEFET-MG. Dentre essas, resalto a participação dos meus alunos da disciplina “Canteiro de Obras” em mutirões para construção de casas populares, em conjunto com a União dos Trabalhadores da Periferia de Belo Horizonte (UTP). Esses mutirões se realizavam aos sábados e domingos, a prefeitura doava os materiais de construção, o transporte e a alimentação, enquanto a UTP e o CEFET-MG entravam com a mão de obra.

Foi uma experiência de aplicação de tecnologias e vivência de solidariedade muito apreciada pelos alunos e profissionais participantes. Tivemos contatos estreitos com várias associações de moradores de bairros periféricos de Belo Horizonte que compunham a UTP.

Orientei trabalhos de pesquisa de alunos participantes em feiras de

ciências locais e nacionais, obtendo um primeiro lugar nacional com uma proposta inovadora de uma Central de Concreto. Participei, com meus alunos, de várias feiras nacionais de materiais de construção nas quais havia um *stand* denominado 'Faça você mesmo' cujos alunos, sob a minha supervisão, orientavam os freqüentadores das feiras na execução de tecnologias na construção, reformas e pequenos reparos em casa. Esse *stand* sempre foi muito visitado.

Com a família crescendo e os salários sendo arroxados cada vez mais, continuei no CEFET-MG e montei uma construtora denominada STUDIUM Projetos e Construções LTDA., em sociedade com duas amigas, Letícia Maria de Souza Lima e Maria de Fátima Santos, primeiras amizades construídas em Belo Horizonte, tendo sido a última, colega de escola no Ginásio Estadual Anexo Sagrada Família e na Escola Técnica Federal de Minas Gerais.

A construtora atuava nas áreas de projetos, construções, reformas e legalização de imóveis. Trabalhávamos muito e ganhamos algum dinheiro. Em 1991, com a crise do Governo Collor encerram-se as atividades da construtora.

No ano seguinte, fui contratado como gerente de produção de obras na Construtora Probase Imóveis. Ganhava duas vezes o salário de professor no CEFET-MG para trabalhar cinco horas diárias com direito a carro e alimentação. Após dois anos de trabalho, pediram-me dedicação exclusiva e triplicariam o meu salário. Senti-me inseguro e continuei apenas no CEFET-MG.

Em 1989, uma amiga dos tempos de estudos na Escola Técnica Federal de Minas Gerais contou-me que em Cuba havia sido descoberta a cura para uma doença hereditária degenerativa da retina chamada Retinosis Pigmentaria, doença essa de que ela era portadora. Tivemos a idéia de fazer uma campanha para levá-la a Cuba para ser submetida ao tratamento que custava, incluindo as passagens, internações, quinze mil dólares. Constituiu-se um Grupo de Amigos da Portadora da Doença que se chamava GAV – Grupo de Amigos da Vânia, esse grupo era coordenado por Dênio, Isabel, José Vieira e eu. Fizemos várias atividades: lista de adesão, livro de ouro, visitas a empresas, visitas ao Congresso Nacional, festa pública na Praça da Estação em Belo Horizonte. Em

dois meses, conseguimos levantar todo o dinheiro necessário para as despesas com o tratamento da Vânia, numa campanha envolvendo mais de cinco mil pessoas. O dinheiro foi depositado na conta poupança da beneficiária quando veio o Plano Collor e o dinheiro ficou bloqueado com uma inflação de quase noventa por cento ao mês. Quando conseguimos liberar o dinheiro, ele já não fazia face a todas as despesas, faltava para as passagens aéreas.

Novo fôlego, nova luta, depois de um mês conseguimos as passagens por meio de doações de políticos. Durante essas campanhas percebemos que o número de portadores de *retinosis pigmentaria* era grande. A partir daí, o GAV passou de Grupo de Amigos de Vânia para Grupo de Apoio a Visão. Fui escolhido pelo GAV para acompanhar a Vânia no tratamento em Cuba, pois o hospital exigia que o paciente tivesse um acompanhante. Fomos, ficamos um mês em Havana. O Dr. Ofílio Pelarez, médico que desenvolveu a pesquisa e que acompanhava a Vânia, ficou sensibilizado com o esforço que tínhamos feito para estar ali e com o trabalho de divulgação de Cuba que fizemos durante a campanha e pediu-me permissão para divulgar a campanha do GAV junto ao diretor do hospital. Concordei e o diretor do hospital quis falar comigo, foi uma conversa muito boa. Fui encaminhado ao Instituto Cubano de Amizade com os Povos (ICAP) para divulgar o trabalho do GAV-Belo Horizonte. Uma das colaboradoras do GAV, a Maria José Silva, me passou uma lista dos seus contatos em Cuba. Todos os contatados me receberam muito bem e nos visitaram com frequência no hospital. Assisti a vários shows, concertos, balés acompanhado por novos amigos naquele mês em Havana. Voltamos para Belo Horizonte trazendo na bagagem experiências muito ricas e uma grande possibilidade de cura para Vânia.

Ainda em 90, começo a participar do movimento internacionalista de solidariedade a Cuba, via Associação Cultural José Martí de Minas Gerais-Amizade Brasil/Cuba. Em seguida, fui eleito presidente dessa associação.

O trabalho atuando junto às associações culturais José Martí existentes no Brasil constituía, dentre outras coisas, em forçar o reatamento das relações diplomáticas Brasil/Cuba, interrompidas com a revolução cubana. Grandes nomes

nacionais trabalharam nessa causa como Chico Buarque, Oscar Niemeyer, Frei Beto, Barbosa Lima Sobrinho, Helena Grego, Gian Francesco Guarnieri, dentre outros.

Dos trabalhos ali realizados, dois se destacaram: um foi a organização e acompanhamento da agenda de Fidel Castro na ECO-92 no Rio de Janeiro e o outro foi a organização e realização da Semana de Educação Cubana realizada em Belo Horizonte, em parceria com a iniciativa privada, sindicatos, CEFET-MG, UFMG e Prefeitura Municipal. Educadores cubanos vieram discutir educação com educadores brasileiros. A Semana de Educação Cubana aconteceu na UFMG e contamos com o apoio de vários artistas mineiros, cantores, compositores, escritores, teatrólogos, artistas plásticos e o pessoal da dança, pois todos participaram de performances que antecederiam às conferências. Foi um sucesso de público e de crítica.

Segui trabalhando no CEFET-MG, onde desenvolvendo minha capacidade de liderança sindical, participei ativamente da criação da Associação dos Servidores do CEFET-MG - a ASCEFET-MG - e da Associação dos Docentes do CEFET-MG - a ADCEFET-MG - que se tornou uma seção sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Participei de várias diretorias da ADCEFET-MG e fiz parte de duas diretorias nacionais do ANDES-SN. Dentre os trabalhos ali realizados, ressalto a coordenação do Grupo de Trabalho de Carreira e Capacitação Docente que tinha como meta a criação de um plano de carreira e capacitação para os docentes das Instituições de Ensino Superior. O trabalho no ANDES-SN foi muito gratificante e fui às universidades das principais cidades brasileiras, discutindo a proposta de carreira e capacitação docente do ANDES-SN.

A minha amiga Vânia teve que retornar à Cuba para uma revisão de tratamento que duraria quinze dias e demandaria mais dez mil dólares. Arregaçamos as mangas e iniciamos uma outra campanha com muitas dificuldades locais, mas pudemos contar com a ajuda de uns milaneses que estiveram em Belo Horizonte e se sensibilizaram com nossa causa e enviaram o

dinheiro para pagamento do tratamento, oriundo de uma coleta realizada, na missa, nas vésperas do Natal em Milão. As passagens aéreas foram doadas, uma por deputados do Congresso Nacional e a outra pela Viasa, companhia Venezuelana de aviação, na qual havia feito o pedido de uma passagem um ano antes.

Fui novamente, a Cuba com Vânia. Ao chegar, o médico avaliou que Vânia necessitaria de outra cirurgia, o que demandaria uma internação de três meses. Tínhamos dinheiro apenas para uma estada de duas semanas no hospital para turistas, chamado Cira Garcia. Em função disso comecei a trabalhar para conseguir uma bolsa de tratamento para Vânia num hospital público cubano. Com o reconhecimento do nosso trabalho pró Cuba no Brasil, fui recebido no Instituto Cubano Para Amizade com os Povos, no Ministério da Saúde e no Bureau Político do Partido Comunista Cubano.

Após grande movimentação em Havana e com o auxílio de várias amigas, consegui que o governo cubano doasse uma bolsa de tratamento para Vânia, no hospital Salvador Allende, para os três meses determinados pelo Dr. Ofílio Pelarez, bem como todo o tratamento futuro que se fizesse necessário.

Deixei Vânia internada no novo hospital, acertei com um casal de professores universitários da Venezuela, que conheci em Havana, para ajudá-la na conexão que faria em Caracas, após os três meses de tratamento e retornei ao Brasil.

As despesas continuaram crescendo, os salários arrojando e alguma coisa tinha que ser feita. Conheci Dona Edith, uma senhora negra, faxineira do Banco do Brasil, que trabalhava meio expediente em Nova Lima. Ela aprendeu as técnicas milenares de estamparia em Batik e executava trabalhos maravilhosos. Fiquei encantado com o seu trabalho e ela se dispôs a me ensinar a técnica. Comprei uns tecidos e ela me ensinou a arte do Batik, sem cobrar absolutamente nada.

Com os tecidos estampados que havia aprendido a “batikar” mandei fazer algumas camisas para mim. Meus amigos gostaram muito e manifestaram o

desejo de ter peças iguais. Entrei no mundo da moda começando em casa e depois registrando uma empresa denominada, Batik Brasil Indústria e Comércio de Roupas LTDA. Inicialmente de produção de camisas, passara a produzir moda feminina, infantil e roupa de cama. A roupa toda artesanal, era vendida em várias capitais brasileiras, com enorme sucesso. A economia no país andava mal e no início do governo Fernando Henrique Cardoso encerrei as atividades da confecção, pois entravam no país camisas da Coréia e da China, mais baratas que os botões artesanais de madrepérola que compunham nossas camisas. A ponta de estoque que se compunha de dez mil peças confeccionadas e de cinco mil metros de tecidos estampados foi doada à Associação de Congadeiros de Oliveira-MG, para levantar fundos para a Festa do Rosário que estava em vias de não acontecer naquele ano, por falta de recursos. A solicitação de doações foi feita pela cantora Titane, minha amiga e natural da cidade.

Em 1995, comecei a participar do Núcleo de Educação e Trabalho (NET) da Faculdade de Educação da UFMG e mais tarde fiz parte do Núcleo de Estudos da Formação Profissional (NEFOR), também na FAE/UFMG. Participei das reuniões de Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação (ANPEd) no Grupo de Educação e Trabalho. Participei do Grupo Mineiro Contra o Trabalho Infantil.

No final de 1995, aconteceu o falecimento da minha mãe, uma perda extremamente significativa em minha vida, principalmente pela contribuição dela na formação dos princípios e valores que pautam minha conduta. Tentando aliviar a minha dor, entrei em contato com a flor pela arte da Ikebana, arranjos florais, tendo as primeiras noções com minha amiga Bernadeth Pereira que estuda a linha de Ikebana Soguetsu. Matriculei-me depois na Academia Sanguetsu onde estou até hoje. Participei de várias exposições de Ikebana, no Brasil e no Japão.

Em 1996, fui jurado do Tribunal Internacional Independente Contra o Trabalho Infantil realizado na Cidade do México, com representações de 49 países, de todos os continentes. Após a convivência intensa com os jurados desse tribunal, que foi presidido por um brasileiro, Sr. Hélio Bicudo, comprovamos que as

formas desumanas de trabalho infantil e suas conseqüências na vida das crianças exploradas eram muito semelhantes em todo o planeta, mudando só de endereço.

Em 1997, fui designado pela direção do ANDES-SN para a função de secretário geral do Primeiro Congresso Nacional de Educação que se realizaria em Belo Horizonte. Foram quase dois anos de trabalho, na organização desse congresso, que se tornaria o maior encontro de educadores brasileiros de todos os tempos. Havia várias entidades nacionais da área de educação, envolvidas na organização do CONED. Reuníamos semanalmente, em Belo Horizonte, passando a nos reunir diariamente, nos dois meses que antecederam à realização do I CONED. O congresso realizou-se nas instalações da UFMG, no ginásio de esportes Mineirinho e no estádio do Mineirão.

No mesmo ano, durante as comemorações de centenário de Belo Horizonte, fui condecorado com a medalha, Ordem do Mérito Legislativo Municipal, por serviços prestados à educação.

Ainda em 97, ingressei na Universidad de La Havana, para cursar o mestrado na área de educação. Após cursar quinze disciplinas, desenvolvi uma dissertação na área de educação e trabalho, intitulada Determinação do Perfil do Trabalhador de Grau Médio no Brasil, face a terceira revolução industrial. Fiz uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo em três agências: uma empregadora, uma formadora e outra protetora do trabalhador. Tive a orientação do Doutor José Marin Atuña e co-orientação da Doutora Laura Dominguez. Defendi o mestrado, em agosto de 2000, sem bolsa de estudos.

Em 2000, ingressei no Laboratório Aberto de Ciência, Tecnologia, Educação e Arte (LACTEA) do CEFET-MG.

No final de 2002, fui selecionado para o doutorado do programa de pós-graduação na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na área de Educação, Sociedade, Política e Cultura sob a orientação da Doutora Olga Rodrigues Moraes Von Simson onde apresentei um projeto de pesquisa intitulado – Impactos da Tragédia da Gameleira na Memória de Belo Horizonte.

Ao realizar esta retrospectiva de trajetória de vida aqui desenvolvida, começo a perceber e me conscientizar de que a minha ligação com os canteiros de obra da construção civil vem de longa data. Percebo ainda que em grande parte da minha vida, estive em busca de educação e trabalho, não só para mim, como para outros, atuando sempre na área de educação e formação profissional, dedicando-me intensamente à luta dos trabalhadores e aos movimentos sociais.

A escolha da Tragédia da Gameleira como objeto de pesquisa deveu-se por três fatores principais: primeiro, as vítimas daquela tragédia são pedreiros, carpinteiros, armadores, serventes e seus familiares, não se tendo notícias de nenhum mestre de obras ou engenheiro vitimado na Tragédia. Segundo, o descaso do poder público para com as vítimas da Tragédia da Gameleira que deixou arrastar-se um processo na Justiça por trinta e cinco anos, sem ainda uma indenização justa às vítimas. Se as vítimas fossem engenheiros ou arquitetos, certamente, as coisas teriam tomado outro rumo. Terceiro, eu trabalhava como servente de pedreiro, quando aconteceu a Tragédia da Gameleira e depois atuei em várias funções na construção civil, conhecendo de perto a realidade dos profissionais dessa área, semelhante àquelas dos vitimados.

Em fevereiro de 2003, mudei-me para Campinas. Morei numa comunidade do Santo Daime chamada Céu do Astral Campineiro, onde encontrei moradia condizente às minhas condições materiais, uma vez que estava sem bolsa de estudos. Morava no Guará, ia e voltava a pé para a Unicamp e tornei-me freqüentador assíduo do bandeirão e do xerox.

Semestralmente, decidia com minha orientadora, a doutora Olga Von Simson, quais as disciplinas seriam as mais adequadas para cursar, levando em conta minha formação como pesquisador, o meu objeto de pesquisa e a metodologia de pesquisa a ser adotada para a realização de investigação.

Cursei o dobro de disciplinas exigidas pelo programa de pós-graduação. Tinha tempo e vontade para aproveitar, ao máximo, o que a Unicamp oferecia. As áreas nesses estudos cursados estão ligadas à sociologia, filosofia, antropologia, imagem, metodologia de pesquisa em História Oral, metodologia de

pesquisa em multimeios, cinema e educação ambiental, além das pedagógicas atividades de pesquisa programadas nas quais os projetos de pesquisas eram discutidos e melhorados.

As disciplinas cursadas abrangem uma diversidade de temas, noções, conceitos, que em muito contribuíram para a consecução dessa pesquisa.

Os conceitos de Elias Canetti citados abaixo são contribuições da disciplina ED-835 – Culturas e educação: Dominação nas relações educacionais. Ministrado pela Profa. Dra. Elisa Angotti Kossovitch, essa disciplina tratou da educação em diferentes teorias pedagógicas.

Canetti (1995) desenvolve a noção de *não lugar*, ou seja, aquele lugar que é destituído de memória, onde não existem rituais e nem os símbolos de uma identidade coletiva. O não lugar é onde as pessoas estão sempre de passagem.

Essa noção me permite fazer uma contraposição com os lugares de memória. Para Pierre Norá (1984, p. 24). os lugares de memória são “[...] a forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a solicita por ser ignorada.” O mesmo autor apresenta chaves para a compreensão dos sentimentos dos sobreviventes da Tragédia da Gameleira, relacionando o momento do sobreviver e o momento do morrer, bem como as posturas do sobrevivente acerca das suas pretensões de vida. Chamamos a atenção para a aversão dos chefes pelos sobreviventes soberanos e sucessores. (CANETTI, 1995). Posso adiantar que esses conceitos possibilitaram analisar o depoimento de um dos sobreviventes.

Por meio das leituras dos textos e suas discussões o curso me possibilitou compreender as questões da violência, nas relações culturais que repercutem e, muitas vezes, se multiplicam na escola e nas relações de trabalho. (FREUD, 1976; FOUCAULT, 2001). Do mesmo modo, os processos de inclusão e de exclusão todos eles inseridos na violência e dela decorrentes foram abordados. Vale resaltar que os dispositivos da naturalização e banalização nas relações culturais na escola e no trabalho, apesar de todas as políticas de esclarecimento e de “boas intenções”, foram também apontados no curso. (DE CERTEAU, 1994).

A disciplina AM-501 – Métodos e Técnicas de Pesquisa em Multimeios foi ministrada pelo Professor Doutor Etienne Samain. Essa disciplina contribuiu para o trabalho, apresentando diretrizes para leituras, análises e interpretações de textos. (SEVERINO, 1986a; SAMAIN, 1987). As questões relativas à elaboração de projeto de pesquisa e elaboração de tese também foram abordadas. (SEVERINO, 1986b; SAMAIN, 1998, 2000). A compreensão da visualidade, oralidade, escribalidade utilizadas como meios e modos da construção dos homens e das sociedades foi de grande valia uma vez que, a metodologia de pesquisa utilizada demanda profundo entendimento dessas questões. (LÉVI-STRAUSS, 1970; GOODY, 1988; CHRISTIN, 1995; SAMAIN, 1994). Ressaltamos também as questões relativas ao pensamento visual e às metodologias referentes à construção, transmissão e decodificação dos produtos visuais. Outra contribuição importante foram os seminários que ocorreram no final da disciplina, todos intimamente ligados à questão das imagens. Passamos a citá-los a seguir:

- a) uma proposta técnica de decodificação da imagem fotográfica em Raul Beceyro. (BECEYRO, 1978; BECEYRO, 1998);
- b) uma proposta semiótica de decodificação da imagem publicitária em Martine Joly. (JOLY, 1994a; JOLY, 1994b);
- c) a fotografia como recurso pedagógico (VON SIMSON, 1988; (LEITE, 1998);
- d) uma proposta fenomenológica de decodificação da imagem fotográfica em Roland Barthes. (BARTHES, 1976a; 1976b; 1976c; 1984; SAMAIN, 1998);
- e) a fotografia como fonte para a reconstrução histórica. (KOSSOY, 1998; 1999; BEAUGÉ, 1998; OLIVEIRA JUNIOR, 1998; COSTA, 1998).

Os seminários foram muito ricos e possibilitaram a produção de um

documentário sobre a Tragédia da Gameleira usando a fotografia como fonte. (BORBA et al, 2003). O vídeo foi apresentado em diversos eventos científicos. (BORBA, 2003). Segue, em ANEXO J, O DVD do mesmo.

A disciplina denominada FE-192 – Seminários Avançados III: Imagens Audiovisuais da Natureza e da Cidade. Professora Doutora Cristina Bruzzo, Professor Doutor Wenceslau Machado de Oliveira Junior. Essa disciplina trabalhou com uma filmografia do cinema brasileiro buscando basicamente a compreensão da linguagem audiovisual, das imagens rurais e urbanas, das memórias e da construção de realidades. (OLIVEIRA JUNIOR, 1994; 1999; BACHELAR, 1972; ALMEIDA, 1999a, 1999b; BENJAMIN, 1985).

Além do estudo da linguagem audiovisual, resalto aqui o estudo realizado sobre o filme “Conterrâneos Velhos de Guerra”, de Vladimir de Carvalho. (CARVALHO, 1997). Tal filme, possui estreita relação com meu trabalho, uma vez que trata da construção de Brasília e aborda a ocorrência da chacina de trabalhadores “candangos”; além de apresentar depoimentos de atores sociais, tais quais, Israel Pinheiro e Oscar Niemeyer, envolvidos com a Tragédia da Gameleira.

Na disciplina Atividade Programada de Pesquisa I e II, ministrada pela Professora Doutora Márcia Leite, houve a oportunidade de discutir, aprofundar e melhorar os projetos de pesquisa dos alunos do grupo. O principal autor estudado foi o Professor Boaventura de Souza Santos. (SANTOS, 1997). A grande contribuição dessa disciplina foi o texto de Francisco Footing intitulado Trem Fantasma, que possui estreita relação com meu objeto de pesquisa por se tratar das Tragédias ocorridas na construção da estrada Madeira-Mamoré. (HARDMAN, 1988).

A disciplina denominada FE 191 Cuidado de si e estilística da existência, ministrada Professora Doutora Regina Maria de Souza e Professor Doutor Silvio Gallo, foi um curso introdutório às idéias do filósofo Michel Foucault no campo da ética como uma estilística da existência.

Abordou-se a crítica nietzschiana (NIETZSCHE, 1998) à universalidade

dos valores como um dos pilares para as investigações de Foucault no campo da ética, assim como as noções de afirmação de si e educação de si do filósofo alemão que, seguindo a mesma direção dos filósofos da antiguidade, em que colocam o problema do *cuidado de si*. Com Foucault acompanhou-se a construção em suas obras finais - o segundo e terceiro volumes da História da Sexualidade, sobretudo o terceiro; e seu último curso do Collège de France, intitulado Hermenêutica do Sujeito - como uma forma da proposta de tomar o cuidado de si como ferramenta de uma estilística da existência, isto é, da ética como uma forma de *estética de si*. (FOUCAULT, 1985; 1987; 1990; 1991; 1999). Abordou-se também uma genealogia do poder (FOUCAULT, 1984). Considerando os estudos aprofundados da obra de Michel Foucault fez-se necessário o estudo da sua biografia (ERIBON, 1990).

A disciplina Roteirização, Teoria e Prática ministrada pelo Professor Doutor Fernando Passos forneceu-nos subsídios teóricos e práticos para a construção de todas as etapas de desenvolvimento de argumentos e roteiros para cinema, vídeo, rádio, televisão e outros meios de comunicação de som e /ou imagem. Abrangeu estudos sobre a técnica de filmar e roteirizar (CARRIÉRE, 1995; VAILLAND, 1962), sobre o processo de criação (BACHELARD, 1992; DAMÁSIO, 1996; ROGER, 1996; EHRENZWEIG, 1979) e sobre pensamentos acerca da Arte, do Cinema e da Sociedade (BAZIN, 1991; FERRAROTTI, 1986; JUNG, 1995; XAVIER, 1984). A dimensão estética do pensamento (CROCE, 1997; MARCUSE, 1968) foi enfatizada, assim como a relação entre textos literários e o audiovisual (ONG, 1998; DURAS, 1997). Vale ressaltar a experiência vivida pelos criadores (BERGMAN, 1996; KUROSAWA, 1990; TARKOVSKI, 1996) e as questões ligadas às imagens, aos mitos e ao imaginário (DURAND, 1998; ELIADE, 1991; TEIXEIRA, 1991).

O curso também abrangeu noções de procedimentos técnicos e artísticos, bem como uma experimentação de filmagens de roteiros elaborados, possibilitando assim a experiência prática da produção e direção de um documentário intitulado “Vida de Milho” (BORBA, 2003a) inspirado no Poema do

Milho de Cora Coralina. (CORALINA, 1993). A elaboração de roteiros e os procedimentos de construção de filmes em muito contribuíram para o enriquecimento da metodologia de História Oral, eleita para o desenvolvimento dessa pesquisa.

O Seminário AM-628 – Arte, Ciência e Tecnologia coordenado pelo Professor Doutor Fernando Passos e pelo Professor convidado Doutor Jean Louis Léonhardt da Université Lyon 2 – França permitiu a aquisição de uma maior aproximação com formas de abordagens, correntes de pensamentos e posições teóricas distintas e/ou complementares àquelas existentes na pós-graduação em Multimeios, tais como:

- a) o processo de criação na arte;
- b) o processo de criação na ciência;
- c) o processo de criação nas ciências humanas;
- d) a história do pensamento de Aristóteles até a Ciência Contemporânea;
- e) a procura da verdade do ponto de vista de sua universalidade científica e do ponto de vista de sua universalidade singular, isto é, individual;
- f) as questões ligadas à linguagem, às ciências humanas e à arte (HEIDEGGER, 1959).

A disciplina ED-832 – A História Oral e a Educação: Convergências de Campos do Saber na Construção da Pesquisa foi ministrada pela Professora Doutora Olga Moraes Von Simson.

As contribuições dessa disciplina ao meu projeto de pesquisa são muitas e bem significativas. Agruparei as mesmas em três aspectos, quais sejam: teórico, metodológico e prático.

Em relação ao aspecto teórico ressalto aqui os textos relevantes para o meu projeto de pesquisa:

- a) Memória, História e Sujeito (NEVES, 2000);
- b) Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento (VON SIMSON, 2000);
- c) La Memoria como acción social. (VÁZQUEZ, 2001);
- d) Memória, História e Cidade: Lugares no Tempo, Momentos no Espaço (PESAVENTO, 2002);
- e) Memória, Esquecimento e Silêncio (POLLAK, 1989);
- f) Memória e Identidade Social (POLLAK, 1992);
- g) Memória e História: Multiplicidade e Singularidade na Construção do Oral (NEVES, 2000);
- h) História Oral: Oralidade e Audiovisual na Construção de relatos de Memórias Traumáticas (SILVA, 2003);
- i) A história presente e a História Oral: Relações, Balanço e Perspectiva (VILLANOVA, 1998);
- j) Teias de Biografias (THOMPSON, 2003);
- k) Las fuentes orales en el archivo histórico (LUQUE, 2003);
- l) A cultura popular revisitada (MONTENEGRO, 1992);
- m) Memória, Educação e Cidadania. (PARK, 1996);
- n) Forma e significado na História Oral. (PORTELLI, 1997);
- o) Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. (PEREIRA, 2000);
- p) Memória Coletiva. (HALBWACHS, 1990);
- q) Reconstruindo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e memória. (THOMSON, 1997);
- r) Reflexões de uma socióloga sobre o uso do método biográfico. (VON SIMSON, 1996);
- s) Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil. (VON SIMSON, 1988);
- t) Memória e identidade sócio-cultural (VON SIMSON, 2003)

Sobre o aspecto metodológico, as contribuições foram muito valiosas

uma vez que experienciei pela primeira vez o trabalho com a metodologia da História Oral. A abrangência e os cuidados que devemos ter com essa metodologia são apresentados por diversos autores nos seguintes textos:

- a) Técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa: oposição ou convergência? (FERNANDES, 1991);
- b) História Oral, um inventário das diferenças. (FERREIRA, 1994);
- c) História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. (JOUTARD, 1986);
- d) Pesquisas qualitativas: a utilização da técnica de história de vida e de depoimentos orais pessoais em sociologia. (KOSMINSKY, 1986);
- e) O que faz a História Oral diferente? (PORTELLI, 1997);
- f) Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva. (QUEIROZ, 1991);
- g) O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões (QUEIROZ, 1991);
- H) Som e imagem na pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. (VON SIMSON, 1996);
- i) Imagem e Memória, (VON SIMSON, 1998);
- j) Las Fuentes de la memoria: problemas metodológicos. (ACEVES, 2002).

Quanto ao aspecto prático, o mais relevante para mim foi a elaboração de roteiros para as entrevistas, com o apoio da professora e dos colegas, o teste dos instrumentos, a transcrição e análise dos resultados em classe. A experiência vivida, dentro da sala de aula, utilizando a metodologia da História Oral forneceu-me subsídios e segurança para utilizá-la na pesquisa. Portanto, a possibilidade de compreender a abrangência e os limites da metodologia da História Oral foram sem dúvida as maiores contribuições dessa disciplina.

Integrei-me ao grupo de Estudos de Memória Educação e Cultura-

GEMEC, sob a coordenação da Prof. Dra. Olga Von Simson. O grupo contribuiu muito para o desenvolvimento do meu projeto, por meio dos seminários ali apresentados e pelas discussões realizadas.

Participei também do Grupo de Estudos da Obra de Michel Foucault, dos eventos regionais e nacionais promovidos pela Associação Brasileira de História Oral-ABHO, nos quais apresentei trabalhos objetivando à discussão da minha pesquisa.

No ano de 2003, integrei-me a diretoria da Associação dos Pós-Graduandos da Faculdade de Educação da Unicamp-APG/FE.

Convivi com pesquisadores do Brasil e do exterior que muito contribuíram na minha formação. Vivi intensamente os aspectos acadêmicos e culturais oferecidos pela Unicamp.

Ao longo da minha trajetória de vida recebi algumas condecorações, destacarei a seguir as mais significativas:

- a) título de professor homenageado. Escolhido pelos alunos do curso de Edificações, no XXXIV seminário de graduação de técnicos industriais. CEFET-MG. (1991);
- b) certificado de honra ao mérito. Recebido pelo CEFET-MG, por ocasião do 45º Seminário de Graduação dos Técnicos Industriais, pelos serviços prestados à causa da Educação tecnológica. (1996);
- c) diploma da medalha Geraldo Bispo dos Santos. Conferida pela Diretoria, o Estado Maior e o Conselho da Associação dos Congadeiros de Oliveira, pelo trabalho de divulgação e preservação da tradicional Festa de N.Sra. do Rosário de Oliveira. (1999);
- d) homenagem recebida dos músicos e compositores Henrique dos Anjos e Marta Alves por intermédio da composição da música: Sô Libério Chegou. A música foi gravada em CD independente no estúdio da Rádio Muda, Rádio Universitária da UNICAMP e executada durante a programação desta em 2003;

- e) agradecimento pela contribuição à luta e autodeterminação dos povos e pela solidariedade à Cuba. Associação Cultural José Martí. (2007).

1.2 Um panorama do desenvolvimento da arquitetura e da construção civil em Belo Horizonte nos anos 40 a 70 do século passado

Falar da arquitetura e da construção civil de uma cidade ao longo de décadas da sua história, não constitui tarefa simples principalmente, se a cidade em questão, comemorou seu primeiro centenário recentemente, tratando-se assim, de uma cidade bastante jovem. Para compreender melhor essa questão faz-se necessário uma breve passagem pela origem dessa cidade.

Pimentel (1993) relata que, na entrada do século XIX, a ordem burguesa brasileira edificou e/ou reformou cidades com o intuito de que as mesmas refletissem os novos tempos republicanos e seu ideário “de ordem e progresso” herdado do positivismo. A elite brasileira em sintonia com as tendências urbanísticas modernas dos países economicamente mais adiantados “se lançou numa experiência urbanística sem precedentes”, num país essencialmente rural, onde as principais cidades urbanas surgiram como consequência da exploração do período colonial. A mesma autora acrescenta:

Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais, inaugurada apenas quatro anos após a decisão de sua construção, é resultado das transformações ocorridas no cenário político brasileiro, quando a nação se integrava na era republicana, na tentativa de superar o atraso de seu desempenho na corrida capitalista. Esse “atraso”, em larga medida, atribuído a quase um século de regime monárquico, tinha como condição de sua superação a mudança do regime político. (PIMENTEL, 1993, p. 33).

Belo Horizonte foi fundada em 1897, considerada a primeira cidade planejada do país, planejamento esse descrito na história como o nascimento da

planificação urbana e territorial brasileira. (SALGUEIRO, 1997a).

A escolha do local para a construção da cidade, levou em consideração premissas higienistas francesas defendidas por Aarão Reis, sendo observado a hidrologia, a direção dos ventos, a geologia e as condições topográficas do terreno. (SALGUEIRO, 1997b).

A nova cidade objetivava abrigar a Capital do Estado de Minas Gerais que seria transferida de Ouro Preto e para tanto deveria ter um caráter eminentemente administrativo enquanto centro urbano.

A cidade de Belo Horizonte foi projetada prevendo 30.000 (trinta mil) habitantes no seu funcionamento regular, chegando a 200.000 (duzentos mil) habitantes no futuro.

Sua criação aconteceu num momento de transição do discurso urbanístico internacional, que preconizava para as novas cidades o traçado baseado no xadrez que levaria a facilidade de loteamento. A superposição de diagonais sobre esse xadrez obedeceu a lógica dos fluxos, da aeração da comunicação adotada em Paris e comum na tradição americana. (SALGUEIRO, 1997a).

Na FIG. 1 podemos observar a planta da cidade com o xadrez e as diagonais. É importante resaltar que o traçado planejado se reduz à área dentro da Avenida do Contorno. O restante da cidade desenvolveu-se de maneira desordenada representando aproximadamente 90% (noventa por cento) desta.

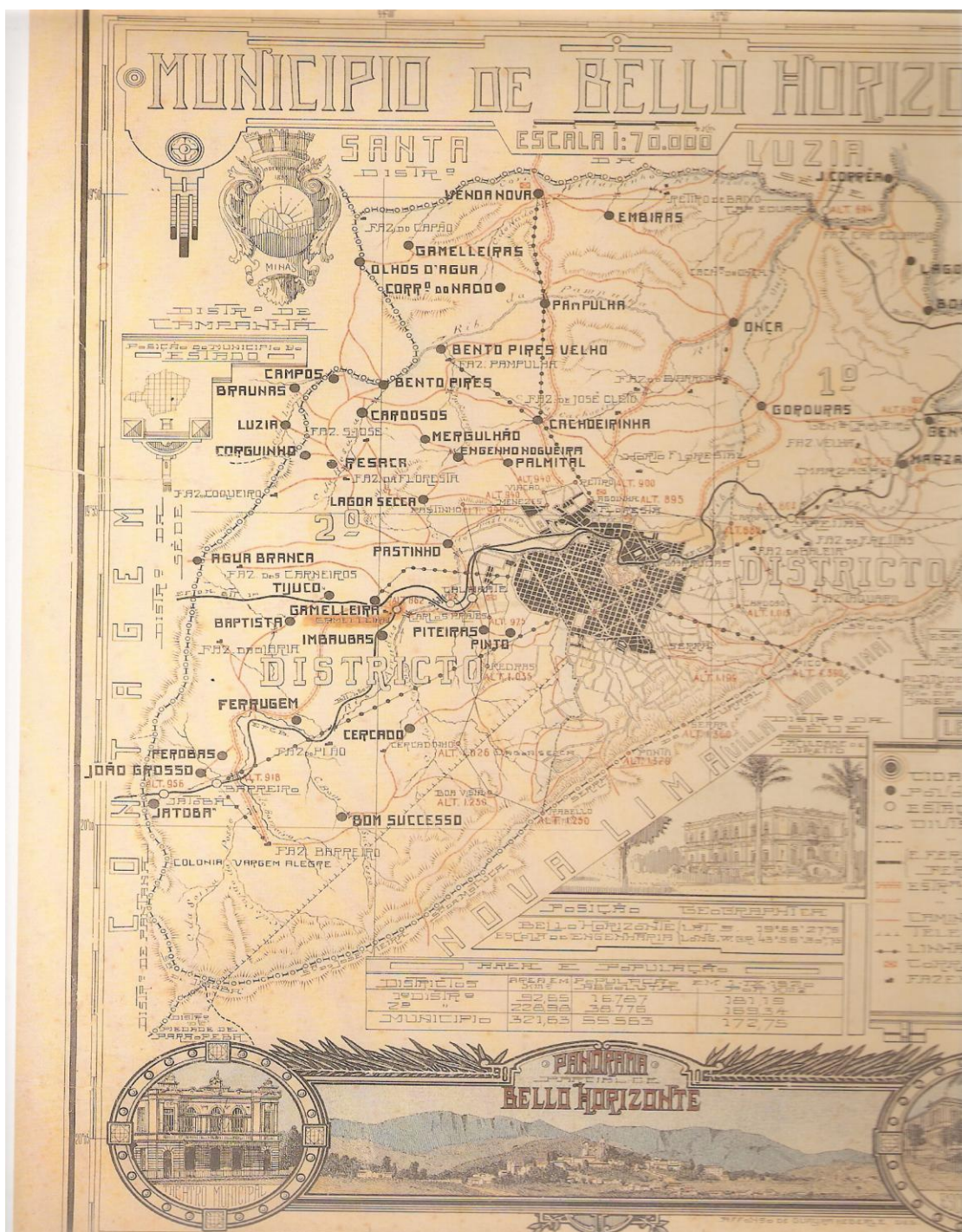


Figura 1 - Mapa do município de Belo Horizonte, elaborado pelo cartógrafo Afonso de Guairá Heberle em 1920. Esala 1:70000
 Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas – IGA.

O primeiro mapa, intitulado MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, foi elaborado pelo cartógrafo alemão, naturalizado brasileiro, Afonso de Guairá Heberle, para figurar junto com outras 178 cartas municipais, na exposição do Centenário da Independência do Brasil, realizada no Rio de Janeiro em 1922. Iniciativa da Comissão Mineira do Centenário, liderada por Manoel Teixeira de Freitas, a mostra mineira recebeu o Grande Prêmio da Exposição. Em 1926, todos os mapas foram publicados no Atlas Corográfico Municipal.

O mapa concebido na escala 1:70000 e datado de 1920, consiste em um manuscrito em bico de pena e aquarela com a representação do município de Belo Horizonte, juntamente com alguns dados estatísticos e desenhos ilustrativos. Apresenta em destaque a zona urbana e algumas áreas da zona suburbana, mostrando os demais pontos de assentamento urbano do município, com a respectiva malha de caminhos e estradas. O original aquarelado pertence ao acervo do Instituto de Geociências Aplicadas.

A área da Gameleira está em destaque devido à Estação Ferroviária de mesmo nome, situada junto à principal via de acesso que parte da região central de Belo Horizonte para a zona oeste, ou seja, a atual Avenida Amazonas, à época uma estrada.

A cidade nova que vai surgir rompe com o formato de suas antecessoras, geralmente feitas ao acaso, mostrando sua pretensão de racionalidade, construída com método. O projeto de Aarão Reis é rígido e essa rigidez se justifica por duas razões.

Primeiramente, pelo peso dos códigos modernos defendidos pelos engenheiros brasileiros para a construção das cidades, códigos que passavam obrigatoriamente pela crítica das disposições das cidades antigas, “filhas do acaso” ou de “circunstâncias comerciais”, com suas ruas estreitas e tortuosas seguindo o relevo – representações estereotipadas presentes nos discursos fundadores da mudança da capital. Em uma região marcada pelos estigmas do passado “espontâneo” das cidades montanhosas, “pensar o sítio” consiste, sobretudo, tentar “fazer desaparecer seus traços”. Em segundo lugar, por se tratar

de uma cidade nova, resultante “de uma proposta deliberada”, cuja pretensão de racionalidade justificaria que se fizesse notar a diferença: a de ser “uma cidade construída com método” (SALGUEIRO, 1997a).

Na transformação do arraial do Curral Del Rey em Cidade Capital destaca-se: a modernidade dos detalhes técnicos inovadores empregados, dos novos materiais de construção, a arquitetura e a racionalidade. (SALGUEIRO, 1997a).

Para o planejamento da cidade, Aarão Reis estudou vários autores franceses, em especial os urbanistas, como também as experiências aprovadas nas comissões de obras das grandes cidades européias como Londres, Amsterdam, Paris e New York. (SALGUEIRO, 1997a).

O Arraial do Curral Del Rey foi literalmente destruído para abrigar a nova cidade. Cerqueira e Simões (1997, p. 443) caracterizam a nova cidade da seguinte maneira:

Belo Horizonte caracteriza-se desde cedo pela presença de uma duplicidade básica em seu espaço: a convivência da transgressão, da mudança com a permanência, a tradição. De um lado a emergência do novo, da República, não leva à adaptação do velho, do espaço vivido na Monarquia. Repensa-se tudo, escolhe-se o sítio, põe-se no chão o antigo Arraial e parte-se para a modernidade; mas não sem antes reafirmar-se o sentimento sebastianista da volta, a centralidade das Minas rediviva tentando superar a fragmentação das Geraes. De outro, a modernidade intentada, manifesta na nova urbe, aparece como síntese de um grande projeto, este permanente, vindo desde o período provincial: a construção da própria “mineiridade”. Mais que isto, neste novo espaço republicano a racionalidade moderna, positivista da malha ortogonal do traçado da cidade se contrapõe e se completa com o barroco das grandes alamedas e dos eixos monumentais. Espaço republicano apontando para novos tempos e simultaneamente expulsando os operários, enquadrando a cidade administrativa, reproduzindo o poder das elites de então.

O mapa 2 (FIG. 2), mostra a ocupação urbana de Belo Horizonte em 1937, pouco antes da criação da Pampulha.



Figura 2 - Mapa do Município de Belo Horizonte, elaborado pelo cartógrafo Joaquim Moreira Barbosa. Escala de 1:100.000. 1937
Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas – IGA.

O mapa 2, também intitulado **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, confeccionado na escala de 1:100.000 pelo cartógrafo Joaquim Moreira Barbosa. O mapa foi publicado em 1937, como anexo, no Anuário Estatístico de Belo Horizonte, amplo e minucioso levantamento dos dados quantitativos sobre a cidade, editado pelo Serviço de Estatística Geral da Secretaria da Agricultura, em parceria com o Instituto Nacional de Estatística.

As zonas hachuradas mostram os contornos das áreas urbanizadas, onde se encontra a região da Gameleira. Fora do já extenso tecido urbano central, aparecem as manchas de ocupação em Venda Nova, Barreiro e Marzagão, assentamentos anteriores à implantação da capital.

A destruição do velho, do antigo para a construção do novo, do

moderno, torna-se um traço marcante da nova cidade. Thaís Pimentel (1997, p. 61) assinala que:

A dicotomia antigo X novo marca indelevelmente a história desta cidade. o que surge como radicalmente novo, seja em termos de idéias, posturas, realizações, parece ficar velho no momento seguinte, quando se advoga sua substituição. Foi assim no início, continua assim até hoje.

Os traços do moderno na arquitetura em Belo Horizonte inicia-se na década de 40 quando o então prefeito Juscelino Kubitscheck empreende a construção da Pampulha, convidando o jovem arquiteto Oscar Niemeyer, que concebeu o Conjunto Arquitetônico da Pampulha considerado tradução do moderno projetando-se assim nacionalmente e internacionalmente pela ousadia e arrojo das formas da Igrejinha de São Francisco lembrando as montanhas de Minas. O Conjunto da Pampulha contou também com o artista plástico Cândido Portinari e para maior enriquecimento da proposta arquitetônica com o paisagista Burle Marx.

Foi construído na região norte de Belo Horizonte, até então praticamente desabitada, um grande lago artificial denominado Lagoa da Pampulha. Podemos observar na FIG. 3 uma vista aérea da região da Pampulha atualmente.



Figura 3 – Pampulha, região norte de Belo Horizonte mostrando a lagoa, o Estádio do Mineirão e o Ginásio do Mineirinho, na parte central da foto, integrando o campus da UFMG ao sul da foto

Fonte: Google Earth.

A Pampulha constituiu-se então orgulho dos belorizontinos, cartão postal da modernidade e cartão de visita de seus idealizadores e criadores: Juscelino, Niemeyer, Burle Max e Portinari.

O Conjunto da Pampulha constitui-se da Igrejinha de São Francisco de Assis (FIG. 4 e 5), a Casa do Baile (FIG. 6), o late Clube e o Cassino, hoje Museu de Arte da Pampulha (FIG. 7), que ganharam dois vizinhos, também modernos, nas décadas de 60 e 70, que são o Estádio Mineirão (FIG. 8 e 9) e o Ginásio de Esportes Mineirinho (FIG. 10 e 11) respectivamente, como pode ser observado na sequência de fotografias:



Figura 4 - Às margens da lagoa da Pampulha, a igreja de São Francisco de Assis parte integrante do conjunto arquitetônico da Pampulha, obra de Niemeyer, Portinari e Burle Marx



Figura 5 - São Francisco, obra em azulejo de Cândido Portinari, no altar da igreja de São Francisco, na Pampulha
Fonte: www.iatebh.com.br.



Figura 6 - Casa do Baile, antigo Cassino da Cidade, também conhecido com Palácio de Cristal

Fonte: www.idasbrasil.com.br - Foto: Marcelo J.B. Resende.



Figura 7 - Museu de Arte da Pampulha, às margens da Lagoa

Fonte: www.iatebh.com.br



Figura 8 - Destaque para o Estádio do Mineirão ao centro e Mineirinho à cima e à esquerda da foto

Fonte: Google Earth.



Figura 9 - Detalhe do Estádio do Mineirão

Fonte: www.idasbrasil.com.br - Foto: Marcelo J.B. Resende.



Figura 10 - Detalhe do Ginásio de Esportes do Mineirinho
Fonte: www.idasbrasil.com.br - Foto: Marcelo J.B. Resende

Como citamos anteriormente, um ethos vai sendo constituído no qual antigo e o velho vão sendo expulsos pelo novo, pelo moderno na cidade que se afirmava como ícone da modernidade. Um bom exemplo, foi a destruição na década de 50 do século passado, do prédio neo-clássico onde funcionava a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais para a criação do Conjunto Juscelino Kubitschek ou JK como se tornou conhecido na cidade.



Figura 11 - Prédio construído para abrigar a Escola de Aprendizes Artífices de Belo Horizonte, localizado na Avenida Olegário Maciel no quarteirão entre as ruas Guajajaras e Timbiras. Demolido nos anos 40 para dar lugar ao conjunto JK
Fonte: Acervo pessoal de Walter Ribeiro Cardoso, ex-aluno vivo mais antigo da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, atual CEFET-MG.

O projeto arquitetônico do JK foi também uma concepção de Oscar Niemeyer e se constitui de dois arranha-céus para abrigar repartições públicas, moradia de funcionários e serviços em geral.



Figura 12 - Conjunto JK, situado na Praça Raul Soares, apresentando os dois edifícios que compõem o projeto de Oscar Niemeyer
Fonte: Carlos Januncio.

Mais uma vez o arrojo da estrutura, das formas, e dos materiais utilizados na construção do conjunto JK (FIG. 12), não deixam dúvida sobre a modernidade da arquitetura de Niemeyer e de Belo Horizonte. É importante ressaltar que Brasília ainda não existia na época de sua concepção. Thaís Pimentel (1997, p. 63) aborda o que representa o Conjunto JK com bastante propriedade:

O CJK, projetado para ser o empreendimento imobiliário da década de 50, em BH, tem uma história que espelha o desejo da modernidade do tempo que o criou, e as agruras de um outro tempo, o do autoritarismo, que lhe impôs um estigma definitivo no cenário urbano. Projeto de Oscar Niemeyer, a proposta do CJK reunia interesses do político Juscelino e econômicos do empresário Joaquim Rolla em uma iniciativa que, prometida para ser a Torre Eiffel de BH, iria ao mesmo tempo resolver problemas de instalação de repartições públicas e de equipamentos urbanos e culturais tais como rodoviária, supermercado, teatro e museu,

entre outros, além de criar alternativa de moradia para a classe média no centro da cidade.

Proposta radical na sua ousadia de oferecer serviços domésticos aliados a uma forma de morar inteiramente nova na cidade, antecipação em quase 30 anos da figura dos apart-hotéis [...] À desconfiança uniram-se as vicissitudes da construção, que atrasaram a obra em quase 20 anos, e o resultado é que mesmo antes de terminado, o CJK já se tornara velho.

Na década de 60, Belo Horizonte continuou recebendo no seu solo construções modernas e arrojadas, tendo em Oscar Niemeyer sua principal fonte de modernidade. Dentre outras obras de relevância nesse sentido, citaremos o Palácio das Artes e o Colégio Estadual Milton Campos, ou Estadual Central (FIG. 13 e 14) como é mais conhecido e o edifício Oscar Niemeyer na Praça da Liberdade, representando os traços de modernidades dos anos 60 na capital mineira.



Figura 13 - Complexo do Colégio Estadual Governador Milton Campos (Estadual Central) no bairro de Lourdes em Belo Horizonte
Fonte: Google Earth.



Figura 14 - Colégio Estadual Governador Milton Campos ou Estadual Central



Figura 15 - Edifício Niemeyer contrastando o moderno e o antigo na Praça da Liberdade
Foto: Marcelo Pinheiro.

A convivência harmônica entre a arquitetura do edifício Niemeyer (FIG. 15) e os prédios neoclássicos, de influência francesa, pode ser percebida no

conjunto da Praça da Liberdade. Essa influência francesa é marcante indo da arquitetura aos jardins da praça (FIG. 16), sopra Ventos Elísios nas roseiras geométricas. (ANDRADE, 1992).



Figura 16 - Praça da Liberdade e seu conjunto arquitetônico com destaque para a parte direita da foto onde pode ser visto o edifício Niemeyer e na parte esquerda a Biblioteca Pública Estadual
Fonte: Marcelo Pinheiro.

O desenvolvimento de Belo Horizonte nos anos 60 e 70 se dá de forma acelerada com o acentuado crescimento demográfico e industrial acompanhando o ‘milagre econômico’ ocorrido no país na década de 70. Cerqueira e Simões (1997, p. 447) apontam que:

[...] do ponto de vista demográfico a cidade experimentou as maiores taxas de crescimento populacional entre as principais capitais brasileiras, mais que dobrando sua população durante os sessenta. Assim, consolidou sua posição de pólo econômico regional, particularmente para aquilo que, até hoje, podemos considerar a economia mineira. A partir dos anos 70 estas características serão reafirmadas de maneira potencializada. [...] Minas Gerais experimenta taxas de crescimento

industrial que acompanham o chamado 'milagre econômico', passando também a ser um dos espaços beneficiados pelo transbordamento da indústria paulista. Tal transbordamento, derivado da potencialização da renda fundiária urbana de São Paulo, encontra Minas Gerais em situação privilegiada, pois dispunha, dentre outras características, de: I) Posição geográfica próxima a São Paulo; II) Recursos minerais; III) Indústria básica, particularmente metalurgia e cimento, que atraía a indústria de bens de capital; IV) Incentivos fiscais; além de V) Um aparato institucional de incentivo e fomento ao desenvolvimento industrial sem paralelo na estrutura federativa brasileira.

O antigo cede lugar para o novo, o Teatro Municipal da cidade foi posto no chão para abrigar a construção de uma agência bancária, o prédio que abrigou a Câmara Municipal e Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais também é demolido para dar lugar a um novo hotel. Este último quando vai ao chão leva junto um importante mural de Yara Tupinambá, uma das mais relevantes expressões das artes plásticas de Minas.

Paulo Mendes Campos, já então vivendo fora da cidade, nos mostra, com sagacidade e poesia, a destruição do antigo para dar lugar ao moderno em Belo Horizonte como podemos observar a seguir:

Por cima de nós construíram casas modernas, arranha-céus, agências bancárias; pintaram tudo, deceparam as árvores, demoliram, mudaram fachadas, acrescentaram varandas, disfarçaram de novas as casas velhas, muraram o espaço livre, reviraram jardins, mexeram por toda parte com uma sanha cruenta. Como se tivessem o propósito de desorientar-me, de destruir tudo que me estendia uma ponte entre o que sou e o que fui. Ai, Belo Horizonte! (MIRANDA, 1996, p. 182).

O bosque, com árvores frondosas da Igreja São José (FIG. 17), na Rua Rio de Janeiro, foi posto no chão para receber novo conjunto de lojas, o que levou Drummond de Andrade a protestar, e de nada valeu, pois as árvores sumiram e ele, Drummond, cumpriu o prometido, nunca mais voltando a Belo Horizonte em protesto a tal ato de destruição, que podemos verificar na imagem abaixo.



Figura 17 - Igreja de São José, no quarteirão da Avenida Afonso Pena, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Tamoios e Tupis, região central de Belo Horizonte. Destacamos na parte esquerda da foto o conjunto comercial construído após a destruição do bosque com árvores centenárias.

Fonte: Google Earth.

O descontentamento do poeta Carlos Drummond de Andrade (1976) em relação a destruição do bosque da Igreja São José se manifesta contundentemente no poema Triste Horizonte, publicado em vários jornais da época. Citaremos a seguir alguns trechos do poema.

Por que não vais a Belo Horizonte?
 A saudade cicia e continua, branda: Volta lá.
 Tudo é belo e cantante na coleção de perfumes das avenidas que levam
 ao amor, nos espelhos de luz e penumbra onde se projetam os puros
 jogos de viver.
 Anda! Volta lá, volta já!
 E eu respondo, carrancudo: Não.
 Não voltarei para ver o que não merece ser visto,
 o que merece ser esquecido, se revogado não pode ser.
 Não o passado cor-de-cores fantásticas,
 Belo Horizonte sorrindo púbere, núbil, sensual, sem malícia,
 lugar de ler os clássicos e amar as artes novas,
 lugar muito especial pela graça do clima

e pelo gosto, que não tem preço,
 de falar mal do Governo no lendário Bar do Ponto.
 Cidade aberta aos estudantes do mundo inteiro, inclusive Alagoas,
 [...]

Era um remanso, era um remanso
 para fugir às partes agitadas do Brasil,
 sorrindo do Rio de Janeiro e de São Paulo: tão prafrentex, as duas!
 [...]

Esquecer, quero esquecer é a brutal Belo Horizonte
 [...]

Quero não saber da traição de seus santos.
 Eles a protegiam, agora protegem-se a si mesmos,
 São José, no centro mesmo da cidade,
 explora estacionamento de automóveis.
 [...]

São José vai entrar feio no comércio de imóveis,
 vendendo seus jardins reservados a Deus.
 São Pedro instala supermercado.
 Nossa Senhora das Dores,
 amizade da gente, na Floresta
 abre caderneta de poupança,
 loja de acessórios para carros,
 papelaria, aviário, pães-de-queijo.
 [...]

Fujo da ignóbil visão da tendas obstruindo as alamedas do Senhor.
 Tento fugir da própria cidade, reconfortar-me
 em seu austero píncaro serrano.
 [...]

Proibido escalar. Proibido sentir
 o ar de liberdade desses cimos,
 proibido viver a selvagem intimidade dessas pedras
 que vão desfazendo em forma de dinheiro.
 Esta serra tem dono
 Não mais a natureza a governa.
 Sossega, minha saudade. Não me cicies outra vez
 o impróprio convite.
 Não quero mais, não quero ver-te,
 meu Triste Horizonte e destroçado amor.

O descaso para com a memória dessa cidade é mostrado de forma incontestável no poema de José Américo de Miranda Barros que se segue:

“O Arrudas corre agora em leito de concreto
 Nátrio e néon, túneis, estação de metrô.
 Insônia de cidade sem recordações [...]”. (MIRANDA, 1996, p. 187).

Nas décadas de 60 e 70 há uma grande expansão industrial em Belo

Horizonte, e no seu entorno com a implantação de várias fábricas de cimento e pré-moldados de concreto, consolidando-se assim a região como o maior pólo cimenteiro do país e a instalação de fábricas de automóveis e autopeças, como a FIAT Automóveis, dentre outras.

A construção civil vive nesse período um momento de grande expansão na região metropolitana de Belo Horizonte, contando com a construção de grandes plantas industriais, prédios residenciais e comerciais, obras viárias como, por exemplo, o complexo da Lagoinha com a construção dos viadutos e do túnel da Lagoinha e a rodovia MG-10, ligando Belo Horizonte à região de Sete Lagoas, sendo esta uma das primeiras estradas do país pavimentada com concreto.

Lisboa (1996, p. 262-263) escreve uma bela poesia inspirada na construção de Belo Horizonte. Extraímos um trecho desse poema que salienta a complexidade do urbano e a força de seus construtores:

[...] Uma cidade é imperativo".
a um tempo humano e desumano
Palácios presídios
asfalto cavernas
elevados e subterrâneos
teia de virtudes e crimes.
Uma cidade é sinfonia
com ásperas dissonâncias.
É um ser total de osso e carne,
tem nervos, músculos e sangue:
o sangue de seus habitantes
os nervos de seus habitantes,
a própria força e fraqueza.
Uma cidade segue o ritmo
ágil e tosco dos homens.
Fala pela voz de criaturas
imperfeitas e insatisfeitas.
Cresce das mãos dos operários
canta pelo timbre dos poetas
define-se no porte dos guias
espairece no afã dos atletas
explode na estridência das máquinas.
A expressão de uma cidade é múltipla.
A beleza de uma cidade é instável.
Sua grandeza é limitada
à fronteira mesma das coisas [...]

A construção civil carece de mão de obra especializada, o que leva os

cursos técnicos na área a serem valorizados, pois contam com mercado de trabalho garantido nas áreas de desenho, topografia, tecnologia de materiais e de construção.

O concreto sobressai-se como material de construção de grande aplicação, tendo ele a sua mais alta expressão na construção em tempos de modernidade.

Grandes obras ocorrem em Belo Horizonte, no final dos anos 60 e início dos anos 70, ressaltamos três obras de grande relevância: a rodoviária de Belo Horizonte, o Palácio das Artes e o Pavilhão de Exposições da Gameleira. A propósito da concepção do Palácio das Artes segue texto significativo do autor do mesmo:

[...] o Parque Municipal. Como gostava de passear nas tuas alamedas ensaibradas, de me deter com os amigos sob tuas árvores frondosas, a pensar no teatro que ali seria construído. Mas o tempo passou, Belo Horizonte, e o teu teatro cresceu diferente. Já não é o teatro que projetei, mas outro – um Teatro Municipal com uma entrada modesta a ridicularizá-lo entre lojas. (NIEMEYER, 1989).

Podemos observar na FIG. 18, uma vista aérea do Parque Municipal destacando o Palácio das Artes no centro da foto, tendo a Avenida Afonso Pena à sua esquerda.



Figura 18 - Palácio das Artes, Avenida Afonso Pena, na extremidade sul do Parque Municipal de Belo Horizonte
Fonte: Google Earth.

A FIG. 19 mostra uma vista da fachada principal do Palácio das Artes, tendo em primeiro plano, a grande galeria de frente para a Avenida Afonso Pena, no centro o Grande Teatro e ao fundo o Parque Municipal e a região hospitalar da cidade.



Figura 19 - Detalhe da fachada principal do Palácio das Artes

A localização do Pavilhão de Exposição da Gameleira, construído na região oeste da cidade, pode ser observada nas 5 (cinco) fotos aéreas (FIG. 20 a 24), em momentos distintos: 1972, 1977, 1989, 2006 e 2007, que formam a seguinte seqüência de fotos.



Figura 20 - Foto aérea da região da Gameleira em 1972
Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA).

A área da Gameleira nesta foto apresenta ainda a parte construída e a porção onde houve o desabamento, já com a retirada dos escombros, ficando marcado em branco a parte da construção que falta.

Verifica-se o intenso uso dos arredores da área que é circundada pelas

avenidas Amazonas e Via Expressa Leste-Oeste. Junto à mesma já existia a arena e os galpões de exposição de gado, além de outras construções nas bordas do terreno.



Figura 21 - Foto aérea da região da Gameleira em 1977
Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA).

A área da Gameleira nesta foto não apresenta mais o galpão que desabou. No lugar do mesmo, há outras construções menores, utilizadas para

feiras, exposições e *shows*, já com um paisagismo e uma reorganização de toda a área ao redor, cuja ocupação está mais voltada para a Avenida Amazonas e com áreas livres pelo lado da Via Expressa Leste-Oeste.



Figura 22 - Foto aérea da região da Gamaleira em 1989
Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA).

Verifica-se nesta foto aérea que as principais vias de acesso sofreram

duplicação e modernização com a construção de alças de circulação e viadutos. Também é notório o adensamento construtivo da região.

A área da Gameleira nesta época sofreu diferentes modificações, tanto com a retirada de prédios e do paisagismo, justo na área onde outrora houve o desabamento, como também ocorrera uma invasão de moradias irregulares na porção, antes desocupada e voltada pra a Via Expressa Leste-Oeste.



Figura 23 - Foto aérea da região da Gameleira em 2006
Fonte: Google Earth

Já na foto aérea do ano de 2006, à esquerda, percebemos que as vias de trânsito permaneceram duplicadas e sofreram poucas mudanças, assim como

a área do Parque de Exposições Agropecuárias da Gameleira, que continuou com as baias (à direita) e a arena (ao centro) destinadas às exposições de animais. A modificação que podemos notar são os primeiros prédios pertencentes ao Complexo do Expominas (parte superior esquerda). No canto esquerdo inferior da foto, percebemos também algumas construções na área do Parque.



Figura 24 - Foto aérea da região da Gameleira em 2007
Fonte: Google Earth.

A partir desta imagem nota-se nova estruturação do espaço da área da

Gameleira, onde na porção voltada para a Via Expressa Leste-Oeste que havia sido invadida no final da década de 80, foi na década seguinte desocupada por ordem judicial. A partir daí iniciou-se o planejamento de sua nova ocupação com um grande Centro de Convenções denominado EXPOMINAS. As obras tiveram início a partir do ano 2001 e foram realizadas por etapa. Primeiro construiu-se um único pavilhão e depois foram autorizados os outros dois, que foram entregues em 2006.

O Centro de Convenções contou com o apoio do Governador Aécio Neves quem autorizou a conclusão das obras dos dois novos pavilhões que constavam no projeto original, os quais interligados ao primeiro, ampliaram a capacidade do complexo para até 45 mil pessoas. Os três pavilhões juntos oferecem uma infra-estrutura complementar para expositores e visitantes, seguindo as normas internacionais para a realização de grandes eventos. A área construída é de 59 mil metros quadrados, e esse novo espaço também conta com estrutura de apoio logístico, incluindo anfiteatro e praça de alimentação.

No mapa 3 (FIG. 25), verifica-se a localização da Gameleira na cidade de Belo Horizonte e as principais vias de acessos. Esse mapa também apresenta a localização dos principais cenários da reconstrução histórico sociológica da Tragédia da Gameleira.

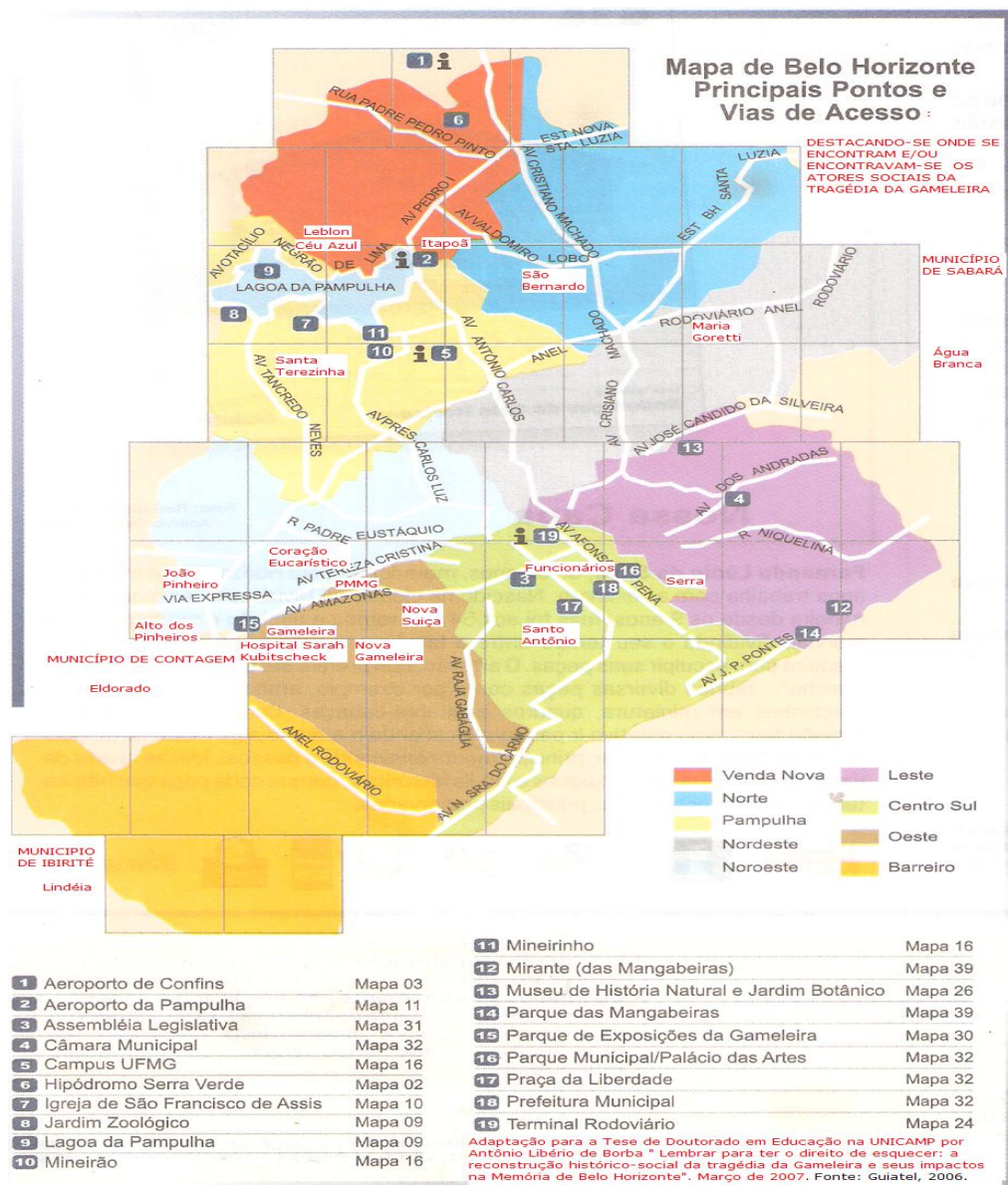


Figura 25 - Mapa de Belo Horizonte com principais pontos e vias de acesso: destacando-se onde se encontram e/ou encontravam-se os atores sociais da Tragédia da Gameleira
Fonte: Guiatel, 2006.

A Gameleira atualmente é outra, e em nada mais lembra a Tragédia ocorrida há trinta e seis anos; muito pelo contrário, procura-se apagar esse traço em sua história.

O processo de industrialização retardatária na América Latina, tratado no célebre trabalho “Capitalismo Tardio” de João Manuel Cardoso de Mello (1982)

que discorre sobre o processo de industrialização pesada que ocorre com a implementação de investimentos complementares na década de 50 e início da década de 60 do século passado, justifica de certa maneira o processo de industrialização ocorrido em Belo Horizonte neste período. Mello (1987, p. 117) aponta:

A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira “onda de inovações” schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo “salto tecnológico”; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados.

A mudança do padrão de acumulação da economia brasileira cria possibilidades de investimentos na indústria. (CERQUEIRA; SIMÕES, 1997). Belo Horizonte por sua localização geográfica privilegiada por situar-se no centro sul do país, dentre outros fatores, experimentou nos anos 60 do século passado um acentuado aumento da produção industrial em várias áreas (Metalurgia, Petroquímica, Cimento, Bens Duráveis, etc).

Toda essa produção carece de visibilidade, necessitando assim de uma grande vitrine para mostrar essa produção. Com esse objetivo foi construído o Pavilhão de Exposições da Gameleira

O local destinado à construção do Pavilhão de Exposições da Gameleira situa-se na parte oeste da cidade, numa das principais vias de acesso à região industrial e ao centro de Belo Horizonte. Contemplando assim os princípios racionalistas e higienista defendidos por Aarão Reis para Belo Horizonte.

O processo de concepção e construção do Pavilhão de Exposições da Gameleira e sua queda serão tratados detalhadamente a seguir, pois constituem o tema dessa pesquisa.

1.3 Apresentação do tema

A Tragédia da Gameleira, objeto que nos propomos a investigar, traz como problematização central questões relativas ao desabamento do Pavilhão de Exposição da Gameleira sob a ótica dos atores sociais envolvidos na Tragédia, tendo como pano de fundo o contexto sócio-histórico cultural da época.

A compreensão desse contexto no qual o nosso tema-problema está inserido é um dos instrumentos lógico-conceituais relevantes para que possamos conduzir o nosso raciocínio à compreensão, explicação e análise crítica dos múltiplos aspectos da realidade na qual ocorreu o acontecimento que nos propusemos investigar. Para tal, torna-se imprescindível uma breve análise da conjuntura sócio-política e cultural do país, naquele momento histórico (fevereiro de 1971) em que o acontecimento se insere.

O Brasil vivia um dos momentos mais obscuros de sua história, no auge da ditadura militar que se instalara em 1964. Talvez, nunca o lema ordem e progresso de nossa bandeira tenham sido tão apregoados, claro que “ordem” aí se colocava sob a ótica da disciplina militar. O ano de 1971, época do desabamento, fez parte do período considerado mais autoritário da ditadura militar, que tinha a sua frente o Presidente Garrastazu Médice (1969-1974) escolhido por “[...] uma inédita votação entre os oficiais-generais [...] e evidenciou o caráter ditatorial do regime.”. (REIS, 2002, p. 57) e ainda esclarece:

A doença e o posterior afastamento do general Costa e Silva, em julho-agosto de 69 – complicada com a entronização de uma junta militar, em virtude do impedimento do vice-presidente, Pedro Aleixo, legalmente eleito – evidenciou o caráter ditatorial do regime. Os métodos através dos quais o novo general- presidente foi escolhido – por uma inédita votação entre os oficiais – também não convenceram. ninguém tinha dúvidas de que sua verdadeira unção tinha sido feita pelo alto comando das Forças Armadas. Ele já estava escolhido antes de ser eleito. O prejuízo que isso causava à imagem internacional do país era agravado pelas denúncias, cada vez mais numerosas e consistentes, do emprego da tortura como política de Estado. (REIS, 2002, p. 57).

Foi o período caracterizado pela violenta repressão a todos os que se opunham ao regime. Objetivando conter as crescentes manifestações da população, de 66 a 68 o governo militar decretou então o Ato Institucional nº 5, em 14 de Dezembro de 1968, que praticamente concedia plenos poderes ao executivo, inclusive possibilitando o fechamento do Congresso. (NADAI; NEVES, 1995).

As liberdades individuais estavam extremamente comprometidas, os órgãos de repressão como o Departamento de Operações Políticas e Sociais (DOPS) e o Serviço Nacional de Informações (SNI) reprimiam duramente qualquer tipo de manifestação contrária ao regime. Como podemos observar nas FIG. 26 a 30, o centro de Belo Horizonte se transformara em verdadeira praça de guerra onde os estudantes em manifestação de protesto ao regime foram duramente reprimidos e as prisões se tornaram rotineiras.

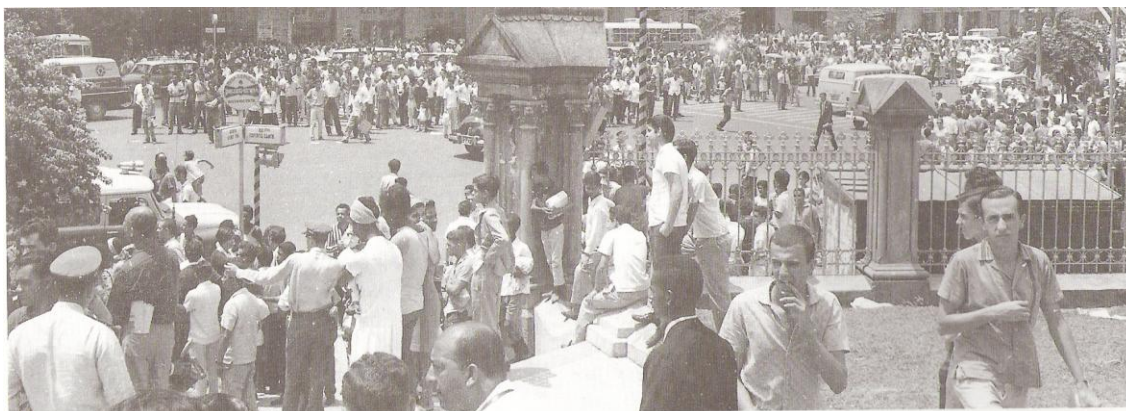


Figura 26 – Foto de estudantes que ocupam as ruas de Belo Horizonte 1966.
Fonte: 7 décadas – a história e a vida de Minas em retrato – Jornal Estado de Minas



Figura 27 – Bombas e prisões viram rotinas em Belo Horizonte 1967
Fonte: 7 décadas – a história e a vida de Minas em retrato – Jornal Estado de Minas.



Figura 28 – Reação estudantil à repressão do governo 1967

Fonte: 7 décadas – a história e a vida de Minas em retrato – Jornal Estado de Minas



Figura 29 - Repressão aos estudantes. Belo Horizonte 1966.

Fonte: 7 décadas – a história e a vida de Minas em retrato – Jornal Estado de Minas



Figura 30 - Repressão policial à estudantes. Belo Horizonte. 1966.

Fonte: 7 décadas – a história e a vida de Minas em retrato – Jornal Estado de Minas

“O SNI foi desastroso para o país que o cevou. Transformou-se em tribunal de instâncias superior para questões políticas.”. (GASPARI, 2002, p. 170).

Por outro lado, o Brasil foi “[...] tomado por incontida euforia desenvolvimentista. Martelavam os slogans otimistas, animando encorajando em mensagens positivas e ufanistas: *Prá Frente Brasil; Ninguém mais segura este país; Brasil, terras de oportunidades; Brasil, potência emergente.*”. (REIS, 2002: 56). É o tempo do “*Ame-o ou deixe-o*”, ou seja, quem discordasse do regime imposto pelos militares, que deixasse o país. Qualquer reação da população passou a ser considerada ilegal e submetida aos rigores de uma legislação extremamente autoritária.

A censura aos meios de comunicação de massa e à própria produção cultural era intensa. A seleção brasileira de futebol, paixão nacional, era tricampeã no México. Essa conquista foi um incentivo para a exaltação patriótica, considerando que, foi a primeira vez que um campeonato mundial de futebol foi transmitido ao vivo para todo o país. Este fato foi usado pelo regime para encobrir a sua face repressora e cruel. Enquanto o Presidente da República, Garrastazu Médice, aparecia nos estádios com radinho de pilha no ouvido assistindo ao jogo de futebol, nos porões da ditadura, sob tortura, grande quantidade de presos

políticos eram coagidos a confessar, delatar e até desaparecer.

Qualquer cidadão que representasse algum perigo ao regime era exilado, como aconteceu com o educador Paulo Freire, o ex-Presidente Juscelino Kubistchek, ou o músico, Chico Buarque de Holanda. Muitos outros cidadãos não tiveram a mesma sorte, sendo brutalmente assassinados pelo regime militar.

Vivia-se nesse contexto o chamado “milagre brasileiro” com um desenvolvimento econômico à custa de grandes empréstimos internacionais e a implantação de indústrias multinacionais no país.

A construção civil vivia nessa fase um momento de grande expansão com a construção de obras faraônicas como a ponte Rio – Niterói, o elevado Paulo de Frontin, a Transamazônica e o Pavilhão de Exposição da Gameleira dentre outras. Todas elas apresentaram sérios problemas construtivos, cuja explicação ainda espera por elucidação.

Em uma outra dimensão, os triunfos econômicos não são capazes de dissimular as desigualdades sociais que a partir dos anos 70 “são denunciadas por insuspeitos organismos internacionais”. “Como disse o próprio general-presidente Médice, em um ato falho, ou em acesso de sinceridade, embora a economia estivesse bem, o povo, ou pelo menos grande parte dele, ia mal.”. (REIS, 2002, p. 59).

A noção de crescimento social contribuiu para engendrar ao mesmo tempo a idéia de harmonia e gerou o lugar da exclusão social nesse modelo de sociedade. As palavras de Reis (2002, p. 60) são esclarecedoras a esse respeito:

Havia é claro, enormes sombras na paisagem, que os holofotes da publicidade não conseguiam esconder. Os pequenos posseiros e proprietários de terra, que perderam sua pouca terra, no processo terrível da concentração fundiária e viraram desterrados – os “bóias frias”. Os trabalhadores sem qualificação adaptada a sede de lucro dos capitais, que ficavam à margem, desabrigados e desprotegidos no ambiente cada vez mais esgarçado de um tecido social cujas redes de proteção (saúde e educação públicas) se deterioravam cada vez mais. Constituía vastos contingentes perdidos, sem eira nem beira, chamados equivocadamente de excluídos, porque eram legítimo produto do sistema e, como tal, estavam nele incluídíssimos, embora cada vez mais aparecessem como descartáveis.

Fica claro, nesse clima social e político, o porquê da inoperância dos sindicatos, pois se encontravam geralmente dirigidos por pelegos ou interventores, deixando de lado as causas dos trabalhadores. Com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil não foi diferente, pois o mesmo não tomou nenhuma atitude favorável aos trabalhadores envolvidos na Tragédia do desabamento do Pavilhão de Exposições do Parque da Gameleira em Belo Horizonte, tratada neste como Tragédia da Gameleira.

A imprensa apontou como uma das causas dessa Tragédia o desescoramento precoce da laje, para que fosse realizada a inauguração da obra, pelo Governador Israel Pinheiro. O mesmo, no mês seguinte à Tragédia passava o cargo ao outro governador biônico Rondon Pacheco.

A Tragédia da Gameleira é considerada até hoje a maior Tragédia ocorrida na cidade de Belo Horizonte e o maior acidente na história da construção civil do país. (Jornal Estado de Minas 05/02/1971). O Pavilhão de Exposição que estava sendo construído fazia parte integrante do Palácio das Indústrias de Minas Gerais situado no bairro Gameleira. O projeto arquitetônico era do arquiteto Oscar Niemeyer e o projeto estrutural do engenheiro civil Joaquim Cardozo (A TRAGÉDIA, 1971) e possuía uma área de 6.000,00m² (seis mil metros quadrados), assentados em uma área de 17.000,00m² (dezessete mil metros quadrados) e já era tido como o maior parque de exposição da América do Sul. As dimensões da obra eram faraônicas possuindo 280,0 m (duzentos e oitenta metros) de comprimento por 30,0 m (trinta metros) de largura.

As características físicas da obra foram noticiadas pelo jornal Estado de Minas em três notícias intituladas *A maquete*; *Atração turística*; *O Palácio*. Seguem as transcrições das notícias:

A maquete: a arquitetura é de Niemeyer. O conjunto lembraria muito as formas de Brasília. O novo Parque da Gameleira imitaria o Ibirapuera, de São Paulo. Teria um Pavilhão de Exposições, um auditório de conferências e teatro com capacidade para 3 mil lugares, destinados a conferências e organismos empresariais e o Palácio das Indústrias, num prédio de 21 andares. O conjunto ocuparia uma área de 16 mil metros quadrados, dos quais 6.100 cobertos. A execução de toda a obra é da

CIURBE – Companhia Urbanizadora Serra do Curral. (Jornal Estado de Minas – 05/02/71 – Seção – 2ª – p. 2).

Atração Turística: idealizado por Niemeyer, o Palácio das Indústrias destina-se a funcionar como o Ibirapuera, na base de atrações para despertar o interesse dos visitantes. O conjunto, imaginado por Niemeyer, compõe-se de 3 elementos principais: 1 – Pavilhão de Exposições; 2 – auditório de conferências e teatro, com capacidade para 3 mil lugares; 3 – o Palácio das Indústrias propriamente dito, um prédio de 21 andares para mostras de caráter artístico. (Jornal Estado de Minas – 05/02/71 – Seção – 2ª – p. 3).

O Palácio: o pavimento térreo do Palácio, com área útil de 7.320 metros quadrados, destina-se à exposição da indústria pesada, recepção, controle e centro de informações, enquanto o primeiro pavimento, que possui área igual a do térreo, estava destinado à exposição de equipamentos e máquinas de porte médio. A sobreloja, com área útil de 2.314,00 metros quadrados, compõe-se de dois setores: restaurante, instalações sanitárias e local de exposição de livros. O projeto foi orçado em quase 10 mil cruzeiros, sendo 2.750 de recursos da CIURBE adquiridos com a venda de terrenos nas Mangabeiras e o capital restante financiado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. O Palácio das Indústrias consumiria 48 mil sacos de cimento, 6 mil metros cúbicos de concreto e 1.500 toneladas de ferro. A obra estava sendo edificada com uma fundação de 10 pilotis, o suor e o sangue dos operários mineiros. (Jornal Estado de Minas – 05/02/71 – Seção 2ª – p. 4).

As citações acima nos fazem pensar sobre as seguintes dimensões estabelecidas pela suntuosa obra da Gameleira:

- a) sociais e políticas (o novo Parque da Gameleira imitaria o Ibirapuera, de São Paulo. Teria um Pavilhão de Exposições, um auditório de conferências e teatro com capacidade para 3 mil lugares, destinados a conferências e organismos empresariais);
- b) econômicas (o pavimento térreo do Palácio destinava-se à exposição da indústria pesada, recepção, controle e centro de informações, enquanto o primeiro pavimento estava destinado à exposição de equipamentos e máquinas de porte médio);
- c) culturais (atração turística: idealizado por Niemeyer, o Palácio das Indústrias destinava-se a funcionar como o Ibirapuera, na base de atrações para despertar o interesse dos visitantes).

No dia 4 de fevereiro de 1971, o Palácio de Exposições da Gameleira desabara sob centenas de trabalhadores que terminavam sua construção deixando um rastro de sangue e dor na cidade de Belo Horizonte. Um jornal belohorizontino noticia a Tragédia nos seguintes termos:

No dia 4 de fevereiro de 1971, às 11h30 da manhã, a grande maioria dos operários da obra estavam em horário de almoço, descansando, jogando truco ou mesmo dormindo. Apenas um operário estava continuando o trabalho de descoramento da laje, fazendo hora extra para pagar aluguéis em atraso, quando se ouviu o estrondo e a laje do Pavilhão de Exposição da Gameleira veio abaixo (Jornal Diário da Tarde, 05/02/1971).

A Tragédia levou uma cidade inteira a comoção. Foram contabilizados 69 (sessenta e nove) mortos, mais de 100 (cem) feridos e mutilados nos hospitais da cidade. Mas, há indícios de que o número de mortos pode ter sido maior do que anunciado, considerando que o desabamento ocorreu no intervalo de almoço, num canteiro de obras, onde trabalhavam mais de 500 (quinhentos) operários e onde provavelmente circulavam vendedores ambulantes. Aliado a esses indícios ressaltamos o fato do resgate ter sido encerrado e após reclamações de algumas viúvas, a operação de resgate foi retomada, sendo localizados mais dois corpos.

Todas as vítimas, segundo a revista MANCHETE (1971) tinham cerca de trinta anos de idade e eram “pais de família”.

O impacto da Tragédia na memória da cidade é revestido de tamanho significado para os cidadãos belohorizontinos e mineiros, que no Diário da Tarde, um dos principais jornais do Estado, no dia seguinte a Tragédia ocupou 90% (noventa por cento) da sua capa com o desabamento da Gameleira, “Debaixo das vigas muitos cadáveres.”, destinando os 10% (dez por cento) restante à descida do homem a Lua, “Os homens já estão na lua”.

O Desabamento do Pavilhão de Exposições da Gameleira foi um acontecimento que comoveu toda uma cidade e mobilizou a ajuda de diferentes setores da sociedade, inscrevendo-se na memória coletiva de diferentes maneiras: pela dor da perda, pela comoção social, pelo mito do desabamento, pelo trauma

coletivo, e na produção cultural nacional em que se verifica seu reflexo até nas letras das músicas como, por exemplo, a letra da música *Demolição* composta por Juca Chaves:

Demolição

Cai cai, cai cai
outra construção civil
realmente ninguém segura
a arquitetura do Brasil.
cai, cai tudo que se constrói
da tampa da caneleira,
à ponte Niterói
cai até o elevado
do doutor Paulo Frontein
cai o teto do mercado
é a moral de quem não tem.
O engenheiro culpa a corrosão
e a desgraça se transforma
num show de televisão.
Cai, cai, sai de baixo
quem é esperto, arquiteto
é quem se afirma engenheiro
que deu certo.
Cai, cai em porta-demolição
caem coisas mais importantes
que ninguém percebe não,
como as lágrimas cortadas
de figuras de TV,
cai os níveis dos programas
cai cantor, cai seu cachê
cai a bolsa, a causa ninguém diz
só o biquíni da Jaqueline
é que caiu porque ela quis.
(CHAVES, 1974, p. 245-501).

A rede de solidariedade foi um traço marcante da população, desde os sanduíches oferecidos pelos bares da periferia da cidade, para os que trabalhavam no resgate, até o oferecimento gratuito de remédios pelas farmácias, bem como, o maquinário pesado para facilitar o resgate das vítimas oferecidos pela indústria. Segundo o jornal, Estado de Minas, nunca se doou tanto sangue na cidade de Belo Horizonte como naquela ocasião.

O jornal Diário de Minas descreve a solidariedade do povo belorizontino em relação à Tragédia da Gameleira na seguinte matéria:

Solidariedade do povo

Desde que os trabalhos de socorros começaram, diversas empresas levaram ao local do acidente, todos os recursos disponíveis em medicamentos, alimentos, materiais para remoção dos destroços, carros e vários outros tipos de socorros que permitiram uma maior rapidez dos trabalhos. Os medicamentos foram enviados por uma série de farmácias, entre as quais a Drogaria Araújo e a Drogajato que, na manhã de ontem, enviaram para o local frascos de formol que foram utilizados pelos médicos e enfermeiros. Laboratórios mandaram gases, esparadrapos e outros medicamentos. Alimentos foram enviados por diversos bares e restaurantes, grandes quantidades de salgadinhos, café e, até mesmo arroz, feijão e carne que foram consumidos pelos operários e militares que trabalhavam. As fábricas de leite, como a Big, a Novo Horizonte e a Itambé enviaram centenas de sacos de leite também consumidos em pouco tempo. Um dos maiores serviços de socorros prestados no local foi o empréstimo de dezenas de perfuratrizes, geradores, guindastes, brocas, e carros que fizeram grande movimentação no local. A Cia. Vale do Rio Doce mandou um guindaste com capacidade para 70 toneladas, enquanto que a Construtora Mendes Júnior, enviando dois caminhões “Euclid”, prestou excelente serviço, porque parte do serviço de retirada dos escombros foi feito pelos caminhões. Pela manhã, novos socorros chegaram, tendo a Camisaria Tarzan, enviado 200 metros de tecidos brancos para cobrir os corpos que eram retirados. (Jornal Diário de Minas – Ano XXII – nº 6.461 – 06/02/71, p. 9).

A solidariedade tornara-se uma prática recorrente de todos os setores da sociedade. Um exemplo é o *show* de solidariedade encabeçado pelo cantor Roberto Carlos conforme matéria do jornal Estado de Minas como se segue:

Solidariedade dá milhões às vítimas

R\$ 22866,00 foi a renda bruta do “Show da Solidariedade”, promoção do ESTADO DE MINAS, TV Itacolomi e Rádio Guarani, em benefício das famílias dos operários mortos na Tragédia da Gameleira, realizado terça-feira, dia 16, no Cine Teatro Brasil. A distribuição do dinheiro será realizada logo após a divulgação da relação oficial das vítimas, já que os trabalhos de remoção continuam sendo realizados sob os escombros do desabamento. (Jornal Estado de Minas –28/02/71 – Caderno 1, p. 9).

Arruda (1999) em Mitologia da Mineiridade realça determinados atributos dos mineiros observados desde o século XIX. A autora apresenta como a solidariedade foi se constituindo entre os mineiros.

As elites mineiras deslocavam-se para outros lugares, ao longo de inúmeras gerações, por serem constantemente atormentadas pela sombra da decadência. O deslocamento social disseminou o sentimento de solidão “desses

herdeiros cultos” causado pela ausência da convivência social. A mineiridade criou a solidariedade da comunidade, recobrando sua força para encarar os infortúnios de um local totalmente desconhecido.

A hospitalidade também se constitui em um dos traços da mineiridade. A mesma é reconhecida nos brasileiros em geral e nos mineiros, em particular. A mesma autora, ao discorrer sobre os viajantes, afirma que os mesmos encontraram “na terra hospitaleira de Minas Gerais” grande amabilidade, gentileza, educação, simplicidade e muitas vezes, certa rusticidade, mas nunca frieza. Portanto, os mineiros poderiam ser enquadrados na construção de Sérgio Buarque de Holanda, para quem na “contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade”, fundamentada nos modos de ser de caráter principalmente emotivo e compreendido a partir da antipatia às “práticas sociais ritualísticas” apreciadas pelos europeus. (ARRUDA, 1999).

O Desabamento da Gameleira transformou o lugar da Tragédia em símbolo da memória operária na cidade de Belo Horizonte, mesmo sendo negado pelo poder e pela sociedade, no sentido de ainda não ser um lugar patrimonial com um símbolo dedicado aos trabalhadores, que ali foram soterrados. Madeleine Rébérioux refere-se aos lugares simbólicos da seguinte maneira:

Lugares simbólicos, promovido a símbolos por um processo de memorização consciente e militante, tornados símbolos pela vontade de vencer o esquecimento no qual se mergulha não só a vida cotidiana operária, mas também a luta dos dominados. Trata-se de lugares patrimoniais no mesmo sentido de um Arco do Triunfo mas cuja significação triunfal, é longamente negada pelo poder e pela sociedade. (RÉBÉRIOUX, 1992, p. 53).

No local da Tragédia da Gameleira, praticamente todo o material que remetesse ao desabamento foi removido, não existindo absolutamente nenhum símbolo dedicado à memória dos trabalhadores mortos na Tragédia. São eles peões da construção civil que ainda não mereceram nenhuma atenção nesse sentido. Ao contrário, muito recentemente, foram construídos no local galpões que compõem o Centro de Exposições de Minas Gerais – Expominas inaugurado em

2006.

Com Pollak (1989) e Von Simson (2000) compreendemos que podemos chamar a memória da Tragédia da Gameleira de *subterrânea* ou *marginal*:

Ao distinguir a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a História Oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõe à memória oficial. (POLLAK, 1989, p. 4).

Existem as *memórias subterrâneas* ou *marginais* que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade. Estas memórias geralmente não estão monumentalizadas e nem gravadas em suportes concretos como textos, fotografias, CD Rom, obras de artes e só se expressam quando conflitos sociais as evocam ou quando os pesquisadores que se utilizam do método biográfico ou da História Oral criam as condições para que elas emergjam e possam, então ser registradas e analisadas. (VON SIMSON, 2000).

Trinta e seis anos depois é chegada a hora de estudar e reconstruir a memória dessa Tragédia. Fez-se necessário um distanciamento para que se desse o tempo indispensável do luto possibilitando que, os atores sociais envolvidos pudessem rememorar um acontecimento tão trágico como o Desabamento da Gameleira. A sobrevivência, durante tantos anos, dessas lembranças traumáticas esperam o momento adequado para serem expressas. (POLLAK, 1989). Como aponta Rébériox (1992), “É chegado o tempo da beleza do morto a quem desejamos devolver a vida.”.

Essas lembranças traumáticas durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não por meio de publicações, permanecem vivas. Mesmo que as *memórias subterrâneas* consigam romper o silêncio e mesmo que existam os *lugares patrimoniais*, com Benjamin (1985) sabemos que: “nunca podemos recuperar totalmente o que foi esquecido” sendo dessa maneira, que compreendemos a nossa saudade:

Nunca podemos recuperar totalmente o que foi esquecido. E talvez seja bom assim. O choque do resgate do passado seria tão destrutivo que, no

exato momento, forçosamente deixaríamos de compreender nossa saudade. Mas é por isso que a compreendemos, quanto mais profundamente jaz em nós o esquecido. (BENJAMIN, 1985, p. 104-105).

O mesmo autor aponta ainda as limitações que ocorrem no processo de reconstrução da memória da seguinte maneira:

[...] A saudade que em mim desperta o jogo das letras prova como foi parte integrante de minha infância. O que busco nele na verdade, é ela mesma: a infância por inteiro, tal qual a sabia manipular a mão que empurrava as letras no filete, onde se ordenavam como uma palavra. A mão pode ainda sonhar com essa manipulação, mas nunca mais poderá despertar para realizá-la de fato. Assim posso sonhar como no passado aprendi a andar. Mas isso de nada adianta. Hoje sei andar; porém, nunca mais poderei tornar a aprendê-lo. (BENJAMIN, 1985, p. 105).

Benjamim utiliza-se das memórias de sua infância para estar no presente, pois, sendo menos contaminada pelas *vivências* maquínicas e automatizadas da modernidade, a sua infância acolhia a ação de dar vazão às percepções e sentimentos, ao desejo de transformar.

Percebemos no texto do autor a possibilidade de contato com a linguagem narrativa, aquela linguagem centrada na experiência vivida, plena de sensibilidades e emoções. Sua linguagem há a presença da singularidade e da memória. Incorporamos as contribuições de Benjamin (1985) ao nosso trabalho, ou seja, as potencialidades da linguagem narrativa e da memória na construção da nossa pesquisa sobre a Tragédia da Gameleira.

1.4 Justificativa

O estudo da reconstrução histórico-sociológica da Tragédia ocorrida com o Desabamento da Gameleira justifica-se tanto pela necessidade de preservação da memória da cidade quanto pela possibilidade que a pesquisa apresenta de contribuir para a elucidação e compreensão da Tragédia e seus

reflexos na trajetória de vida dos atores sociais nela envolvidos.

Outro motivo que impulsionou a realização dessa pesquisa foi a ausência de estudos sobre a Tragédia, com as publicações reduzidas às notícias de jornais e revistas. Acrescenta-se também a minha formação em construção civil, aliada a meu trabalho desde 1970, na referida área, ocupando várias funções no canteiro de obras, desde servente de pedreiro a gerente de produção civil. Somando-se a isso minha experiência como professor de Tecnologia da Construção Civil e Canteiro de Obras, desde 1978, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG.

O trabalho desenvolvido como pesquisador no Laboratório Aberto de Ciências Tecnologia Educação e Arte (LACTEA) e do Núcleo de Estudos sobre Memória, História e Espaços do CEFET/MG (NEMHE), também corroborou para o estudo do tema, visto que ambos os grupos trabalham com temas ligados a memória.

1.5 O interesse pela pesquisa e seus objetivos

O interesse em estudar a Tragédia da Gameleira foi se constituindo, mesmo de uma maneira inconsciente, a partir da época da Tragédia (1971). Época essa, em que eu era um adolescente de 16 anos, trabalhando como servente de pedreiro, e pude sentir a dor dos meus pares, que até hoje lateja dentro de mim. No entanto, o meu interesse para estudos e pesquisas sobre a Tragédia da Gameleira surgiu de uma forma consciente, quando participei do Encontro Nacional de História Oral na USP e tomei conhecimento de um trabalho científico cujo tema era uma outra Tragédia ocorrida em Niterói há 40 anos e seu impacto na memória da cidade. A pesquisa intitulada *Palavras e Imagens de um acontecimento: o incêndio do Gran Circus Norte-Americano, Niterói 1961*, (MAUAD, 2002) apresentada pela Professora Dra. Ana Maria Mauad motivou-me

a estudar o desabamento do Parque de Exposição da Gameleira reconstruindo assim, sua memória.

Mauad (2002, p. 1) descreve a Tragédia de Niterói dizendo que:

No dia 17 de dezembro de 1961, faltava pouco para terminar a sessão vespertina do circo, a expectativa em torno do número final era grande. Aplausos e grandes vivas para o salto mortal da trapezista, quase ao mesmo tempo em que a platéia se maravilhava com a habilidade da artista, o pânico tomava conta das 2500 pessoas que assistiam ao espetáculo naquela tarde, ao serem cobertas pelas chamas que haviam se iniciado no ponto mais alto da cobertura do circo. Foi a maior Tragédia da história do circo em todo o mundo, que deixou um rastro de 317 mortos, cerca de 500 feridos dentre os quais 120 mutilados.

A semelhança entre os dois temas prossegue no que tange a questão da falta de evidência material sobre os acontecimentos de Niterói e Belo Horizonte. Mauad (2002) ressalta que:

Notícias acompanhadas de fotografias ocuparam as páginas de jornais e revistas da Capital Federal durante todo o mês seguinte ao acontecimento, fornecendo a este a dimensão do drama coletivo. Toda uma estrutura de solidariedade foi montada por médicos, bandeirantes, autoridades e habitantes da cidade para atender a um número de vítimas que até hoje custa a ser calculado exatamente. Apesar disso, a maioria da Tragédia permanecia velada. Poucos comentários, conversa em voz baixa, receio em trazer a tona uma vivência tão marcante, foram os principais sentimentos que imperaram ao longo dos quarenta anos que se seguiram ao acontecimento. O silêncio e a falta de evidência material sobre o acontecimento suscitou nosso interesse e foi a partir da ausência tanto de evidências quanto de uma reflexão mais profunda sobre o acontecimento, que orientamos o nosso trabalho. (MAUAD, 2002, p. 3).

A partir dessa rememoração, podemos dizer que o objetivo geral dessa pesquisa é elaborar a reconstrução histórico-sociológica da Tragédia da Gameleira em Belo Horizonte e seus reflexos na trajetória de vida dos atores sociais nela envolvidos.

Os objetivos específicos consistem em:

- a) identificar e analisar as fontes históricas sobre o tema;

- b) construir um acervo de depoimentos orais dos atores sociais envolvidos com a Tragédia;
- c) identificar e compreender a Tragédia da Gameleira mediante os significados que seus atores sociais conferem à mesma;
- d) detectar e compreender os reflexos da Tragédia da Gameleira em Belo Horizonte na trajetória de vida dos atores sociais nela envolvidos.

2 A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL EM PROCESSOS DE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA

“A história que se apóia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios.”. (BOSI, 2003, p. 15).

2.1 O lugar da História Oral na ciência

As pesquisas sociológicas de cunho qualitativo têm um desenvolvimento significativo abordando temas urbanos por intermédioda Escola de Chicago. Esse grupo de pesquisadores propunha um trabalho abrangente, sendo que a boa parceria entre as várias disciplinas que constituem as Ciências Sociais, favoreceu a legitimação das técnicas e métodos qualitativos dentro de pesquisa sociológica, para temas urbanos nos centros urbanos nos anos 20 do século passado.

Este modo de fazer dentro da Ciência é em boa medida fruto do pragmatismo na ciência e da necessidade de compreensão do que se verificava nos Estados Unidos em termos de expansão industrial, e ocorrência de desajustamentos sociais, normalmente atribuído aos imigrantes.

As histórias de vida, as cartas e os relatos se constituíram, nesse momento como fontes valiosas no processo de análise dos fatores que orientavam a integração de imigrantes ou a conduta dos desviantes sociais:

Devido à sua forte preocupação empírica, uma das contribuições mais importantes da Escola de Chicago foi o desenvolvimento de métodos originais de pesquisa qualitativa: a utilização científica de documentos pessoais, como cartas e diários íntimos, a exploração de diversas fontes documentais e o desenvolvimento de trabalho de campo sistemático na cidade. (GOLDEMBERG, 1997).

O estudo de Thomas e Znaniecki (1927) intitulado *O Camponês Polonês na Europa e na América* constituiu-se num célebre exemplo da sociologia praticada pela Escola de Chicago, sendo também o primeiro exemplo em que se usou material biográfico para a investigação científica tendo inaugurado a fase de pesquisa mais expressiva da orientação qualitativa da sociologia de Chicago. Um dos pontos altos deste trabalho é a tentativa de realizar elaboradas interpretações sobre os grupos sociais marginalizados e empobrecidos.

Apesar de ter sido uma proposta inovadora dentro do fazer científico, de mostrar preocupação com o rigor exigido nesta prática, e de ser uma possibilidade de escuta para aqueles a quem normalmente é negado o direito à fala, as pesquisas biográficas foram criticadas e experimentaram uma longa fase de abandono com a opção pelos dados quantitativos por parte da comunidade acadêmica. Além disso, a Escola de Chicago também optou pelas pesquisas de orientação quantitativa. No entanto, é sem dúvida esse primeiro momento que conferiu à pesquisa qualitativa baseada em múltiplos suportes empíricos o seu caráter científico. A escola pode ser considerada o berço das propostas de indagação sociológica diretamente junto aos indivíduos e com a preocupação de compreensão da história de seu ponto de vista pessoal, ou seja, a partir do conhecimento do posicionamento dos atores sociais.

Durante os anos 50, com apoio da UNESCO, Roger Bastide realizou na USP uma ampla pesquisa sobre as relações sociais no Brasil valendo-se do método de Histórias de Vida. Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso participaram dessa pesquisa que ouviu brancos e negros do centro-sul brasileiro e desvendou nas suas histórias de vida, os relacionamentos inter-sociais. Alguns artigos de caráter metodológico são produzidos por ocasião desta pesquisa e se encontram reeditados no livro *Variações sobre a Técnica do Uso do Gravador*. (QUEIROZ, 1991).

Internacionalmente, a partir dos anos 70, a pesquisa biográfica ressurgiu dentro da Sociologia como método autônomo. A influência do sociólogo Daniel

Bertaux (1980, 1981, 1993) foi determinante para o estabelecimento do método como forma de estudo do modo como as pessoas resistiam e negociavam, no processo de construção de suas vidas, mesmo sob condições de opressão e pobreza. Ao mesmo tempo em que se preocupava em oferecer às teorias macro-sociológicas a sua “face humana”, o sociólogo atentava para construir a partir das histórias dos sujeitos, uma sociologia mais factual e compreensível, do mesmo modo que não se detinha em casos particulares, não indo em consonância com a tradição mais positivista dentro da Ciência.

Enquanto Bertaux (1981) e seus seguidores tradicionalmente escavavam a realidade factual numa perspectiva de crítica marxista da sociedade, outros sociólogos propunham um enfoque social construcionista para o método biográfico. Aliando interacionismo simbólico, e sociologia interpretativa, tinham na história de vida a possibilidade de compreensão do modo como os indivíduos constroem e interpretam seu mundo social e não simplesmente um instrumento de reconstrução factual de eventos ou experiências individuais.

Esse novo enfoque experimentou um avanço na virada pós-moderna da Sociologia, ao incluir na análise das histórias de vida a categoria ou a dimensão do poder. A partir daí, os sociólogos passam a se interessar pelo modo como as narrativas culturais e institucionais impregnavam as histórias de vida e como a própria presença e a *performance* do pesquisador podem influenciar a construção dos depoimentos orais, mostrando a necessidade de uma análise cuidadosa dessa documentação oral. (PORTELLI, 1997).

2.2 A beleza do método e suas possibilidades

Do ponto de vista psíquico, afetivo, emocional, a pessoa que envelhece só poderá ter a noção de que as informações de que dispõe são preciosas, e não um fardo inútil, se seu meio social se interessar por elas, ou seja, se as acolher como interessantes ou úteis. (VON SIMSON, 2000).

Essas palavras chamam o pesquisador à sua responsabilidade frente ao ato de pesquisar. O que orienta o pesquisador na sua preferência por determinado tema? Mais do que isto, de que modo o pesquisador deve acolher a preciosidade da vida que lhe é oferecida a partir de cada depoimento? A qual finalidade servirá o depoimento e de que modo é pensado o retorno ao pesquisado? A metodologia da História Oral pressupõe, em primeira medida, o cuidado e a ética imprescindíveis no tratamento das informações obtidas a partir dos relatos. (GIGLIO; VON SIMSON, 2006; SILVA, 1997; QUEIROZ, 1998).

Além de ser uma oportunidade ímpar de troca de experiências, de valorização do legado das diferentes gerações em um mundo onde o tecnicismo desorganiza e desvaloriza as relações humanas, essa metodologia de pesquisa utiliza a riqueza da história de vida de cada sujeito contribuindo para reconhecer a validade do conhecimento que é produzido no cotidiano das pessoas, relativizando a onipotência do conhecimento tido como neutro, objetivo, e por isso científico. (QUEIROZ, 1998).

Desse modo, o método permite também que se volte o olhar para outros aspectos que compõem a dinâmica do processo histórico, pois ao invés de vê-lo apenas como a sucessão de lutas de classe, ou a configuração do poder por diferentes forças, é possível perceber também a importância do cotidiano, dos micros comportamentos e da riqueza dos relacionamentos sociais.

A História Oral a partir do trabalho da memória permite a problematização da unilateralidade das instituições; abrindo espaço para outras considerações sobre o acontecer da História:

A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vistas contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. Ela não pode atingir uma teoria da História, nem pretender tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje, a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades. (BOSI, 2003, p. 15).

O método é, antes de tudo, um compromisso com o depoente na medida em que oferece ao mesmo a possibilidade de reflexão sobre sua

existência. Sendo assim, constitui-se numa possibilidade de o sujeito vir a ser o único que, de fato é a partir do processo de individuação. Isto é possível devido ao privilégio que é dado ao lugar da palavra, pois no momento em que o depoente é convidado a contar a sua história, pede-se a ele que se distancie da palavra vazia que normalmente preenche o cotidiano. O relato de sua história não é um acontecimento passageiro, de modo que a entrevista dialoga com o sujeito por muito tempo depois. Mas, tal processo não é imposto havendo variação quanto ao grau de implicação do sujeito no processo de relatar ou de confiar ao pesquisador a sua história. Isto parece ter relação direta com o grau de transformação experimentado pelo sujeito a partir da entrevista.

A memória, constituindo-se como lugar de conservação do passado, (quer no presente sob a forma das lembranças, quer em si mesmo em estado inconsciente), permite o exercício de acesso ao vivido, a lugares na memória dos quais o sujeito nem se dava conta mais. Então, o processo de rememorar, ou seja, a reconstrução da memória, por ir muito além do que simplesmente recordar, faz com que novos sentidos e significados sejam configurados a partir do desfilar de fatos passados. Conteúdos inconscientes vão sendo descortinados e se tornando conscientes. (VON SIMSON, 2000; NORA, 1993).

Segundo Lucilia Neves Delgado (2005) a metodologia da História Oral se apóia na memória, explorando e ampliando a sua noção, abrindo espaço para que a memória, por meio da narrativa revele os fundamentos da existência e a integre ao cotidiano.

O método da História Oral é um instrumento para produção de conhecimento e saber sobre o passado recente. Von Simson (2000, p. 66-67) ao discorrer sobre o trabalho com a memória afirma:

[...] o trabalho com a memória (no qual os velhos têm papel fundamental) não nos aprisiona mas conduz com muito maior segurança para o enfrentamento dos problemas atuais. Ao permitir a reconstrução de aspectos desse passado recente, o trabalho com a memória também possibilita uma transformação da consciência das pessoas nele envolvidas direta ou indiretamente no que concerne à própria documentação histórica (ampliando essa noção que abarca agora os

mais diversos suportes; textos; objetos; imagens fotográficas; musicais; lugares, sabores; cheiros), compreendendo seu valor na vida local, na maneira de recuperá-la e conservá-la. Esse mergulhar conjunto e compartilhado no passado nos faz emergir mais conscientes quanto ao problema contemporâneo da vida da comunidade estudada e geralmente nos conduz naturalmente a ações conjuntas e politicamente conscientes visando sua superação.

Valendo-se da narrativa para configurar o documento histórico, permite-se a apreensão da dinâmica da vida pessoal em conexão com os processos coletivos em tempos diversos:

Narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras os registros da memória e da consciência na memória do tempo. São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram a História da humanidade. São suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem no mundo.

[...]

A narrativa contém em si força ímpar, visto ser também instrumento de retenção do passado e, por consequência, suporte do poder do olhar e das vozes da memória. (DELGADO, 2006, p. 43-44).

Na memória ocorre o diálogo entre muitas variáveis (espaço, tempo, individualidade e coletividade), possibilitando relações e revelações mais ou menos explícitas, além de ocultações e esquecimentos devido a processos de defesa contra emoções, traumas e dores. O confronto entre as várias temporalidades é uma grande possibilidade da História Oral, pois o depoente é o sujeito do passado que fala pelo sujeito do presente, sendo que este é, a um só tempo, possuidor de memórias de suas próprias experiências como também de outras a ele repassadas, pois o passado não vivido pode ser conhecido por meio da inserção do sujeito na memória coletiva.

A História Oral também possibilita a beleza do testemunho no presente de comportamentos e sensibilidades de uma época:

Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e

encoberto pelo medo. (BOSI, 2003, p. 17).

A relação estabelecida entre os tempos por meio da oralidade não se restringe ao passado e presente havendo, após o diálogo entre temporalidades, interferências no curso futuro das representações. Sendo como uma metodologia de modelo de análise qualitativa situa-se no terreno da contra generalização valorizando o singular das experiências humanas. Esta possibilita visões particulares de processos coletivos. Para Thompson (2003) a singularidade é a sua profunda lição.

A História Oral traz o registro da narrativa e dos sentimentos do homem comum, que assim pode reconhecer-se como sujeito integrante do movimento da História.

Esta metodologia possibilita a utilização da memória como poderoso instrumento de reconstrução do cotidiano. A partir daí, é possível verificar as diferenças no experimentar o processo histórico por diferentes atores que apesar do comum do tempo presente, trazem a complexidade da vivência de outros tempos. Podemos observar que o historiador oral constrói seus dados, não os compila tal como se estivessem sempre ali aguardando-o. Não é um desenterrador de memórias mumificadas, porém tampouco ressuscita lembranças inexistentes. Ao buscar o testemunho pessoal e configurar memórias dos atores sociais que participem em seu tempo e num espaço completo, interessa aproximar-se da vivência mais verossímil e possível. (ACEVES, 1998.)

O passado é constantemente reconstruído dentro de um processo de re-vivificação do evento lembrado e resignificação do conteúdo recordado. Para Mahfoud (2003), a memória consiste em duas atividades principais:

Reconhecimento e reconstrução; que nos possibilitam atualizar e resignificar as vivências passada evocadas, tendo como referência o grupo de pertença através do qual compartilhamos uma visão em comum, utilizando-as como auxílio na compreensão do nosso modo de viver atual. O trabalho de reconhecimento nos conduz ao sentimento do já visto e o trabalho de reconstrução consiste na recuperação de determinadas vivências passadas reconduzindo-as a um contexto específico de tempo, espaço e relações sociais bem definidos.

(MAHFOUD, 2003).

Outra grande importância do método reside na possibilidade de dar voz aos excluídos, considerando a importância que tem para os sujeitos a chance de serem escutados, a acolhida para o que têm a dizer. Assim, seus depoimentos com suas visões de mundo e a do grupo social ao qual pertencem são registrados e analisados:

Ao privilegiar análise dos excluídos, dos marginalizados, das minorias, a História Oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõe à 'memória oficial' [...]. (POLLACK, 1989, p. 4).

Dentro de um sistema ideológico ou econômico dominante, torna-se possível a percepção de seu custo psicológico para os indivíduos que os experimentam. O método permite que sejam expostas as estratégias de resistência dos sujeitos, sob as mais diversas formas, inclusive como um longo silêncio sobre o passado; bem como a forma de concordância que acabam desenvolvendo no processo de reprodução de ideologias e estereótipos, uma vez que a memória oficial perpassa as mentalidades individuais na elaboração do que denominamos memória coletiva. (HALBWACKS, 1990).

2.3 Limitações do método

A memória oral tem também seus desvios, seus preconceitos e sua inautenticidade. (BOSI, 2003).

Apesar da possibilidade de compreensão dos sujeitos em seus próprios termos, a História Oral, assim como a pesquisa qualitativa como um todo, baseia-se numa coleta de múltiplos dados de modo criativo exigindo tanto na coleta quanto na análise sensibilidade e criatividade dos pesquisadores, que seguindo

estratégias próprias do método podem reconstruir aspectos do passado segundo os olhares do presente.

Os depoimentos obtidos pela metodologia da História Oral podem ser enriquecidos ou empobrecidos pela personalidade e atitudes do entrevistador, bem como pela sua habilidade em estabelecer empatia com a experiência do entrevistado. É o que Kathy Davis (2003) denomina de reflexividade na pesquisa biográfica mostrando a importância do pesquisador na aplicação do método. Portanto, nesse tipo de pesquisa pouco pode ser delegado a auxiliares, sendo o envolvimento do pesquisador, em todas as fases do processo, algo esperado e necessário para o sucesso da investigação.

O uso de instrumentos como gravador ou fazer registros durante a fala do depoente, pode gerar constrangimento. Sendo assim, é necessário que seja deixado bem claro qual será o uso futuro do relato ora concedido e a construção de um compromisso de devolução dos resultados da pesquisa aos depoentes.

A confiança de relato de aspectos íntimos ou preciosos da vida do entrevistado faz com que, entre este e o pesquisador, haja o estabelecimento de laços de proximidade, por vezes muito fortes. Isto ao mesmo tempo em que contribui para a riqueza do depoimento, traz também situações que extrapolam a proposta da pesquisa. Sendo assim, é necessário que o pesquisador saiba administrar a proximidade e o distanciamento necessários com o sujeito da sua pesquisa, de modo a não comprometê-la e de modo a ser possível refletir sobre as dificuldades, que certamente enfrentará na análise e reprodução de trechos dos relatos nos textos a serem produzidos. Mais uma vez a não possibilidade de estabelecimento de regras no trato dessas situações faz com que novamente se dependa do bom senso do pesquisador.

Ecléia Bosi (2003), alerta quanto a tendência de tomar o método como a possibilidade de constituição de uma História mais autêntica que a oficial, considerando que o que é apreendido, a partir da História Oral, constitui um outro modo, diverso de fazer história:

Logo no início o pesquisador deve enfrentar o fato de que uma história de vida, ou mil histórias de vida jamais substituirá um conceito ou uma teoria da História.

Depoimentos colhidos, por mais ricos que sejam, não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou explique um processo social, uma revolução política.

Muito mais que qualquer outra fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço e sistematização e claras coordenadas interpretativas. (BOSI, 2003, p. 49).

Portanto, essa metodologia tem aplicações específicas e consegue reconstruir aspectos da história do tempo presente, ainda não abordados e interpretados pela História realizada de forma tradicional.

Por outro lado, ao enfatizar e respeitar a diferença, enriquece o campo da História por meio de outras modalidades como por exemplo: a História do Imaginário, a História das Mentalidades e a História Cultural.

2.4 O contexto histórico e a escolha da metodologia de pesquisa

Escolhida a metodologia da análise qualitativa aliada à História Oral, como a mais adequada, enriquecendo-a com a utilização de fotos históricas, como detonadoras do processo de rememoração e também como rica fonte de dados, depois de devidamente analisadas e incorporadas à tessitura da trama da pesquisa.

A História Oral é a metodologia que nos pareceu ser a mais adequada para a realização deste trabalho, uma vez que se torna necessário ouvir e compreender o que os trabalhadores e demais atores sociais envolvidos têm a contribuir na reconstrução da memória do acontecimento a ser pesquisado. “A História Oral permitiu-nos ir além da estrutura formal, bem como do discurso freqüentemente estereotipado da pretensa sociedade civil, a fim de apreender sua textura e conteúdo.”. (COHEN, 1993, p. 269). A História Oral possui uma característica muito interessante para o nosso estudo, que é a de dar voz aos

silenciados; assim sendo, o depoimento oral e as imagens do acontecimento se converteram em instrumentos imprescindíveis para nosso estudo. Elegemos a abordagem qualitativa pelo fato de a mesma contemplar descrições detalhadas do acontecimento com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos (GOLDEMBERG, 1997). Essa metodologia, diferentemente da análise quantitativa, exige do pesquisador um alto grau de flexibilidade e criatividade na coleta e análise dos dados, levando a um aprofundamento maior da compreensão do tema em investigação.

A relevância da relação entrevistador-entrevistado é um dos aspectos da metodologia da História Oral, que desponta na seguinte narrativa de Portelli:

Ele não me conhecia, mas de algum modo o fato de estar com seu amigo definia minhas intenções. Nas duas horas seguintes, ambos desenrolaram histórias, canções e poemas sobre sindicatos, políticas, greves e o partido comunista. Quando chegou a hora de eu partir, Crimi perguntou ao poeta: 'Você não está contente por eu ter trazido este cavalheiro? Olhe, ele nunca me perguntou a respeito de padres.' Parecia que, enquanto eu o estava *estudando*, ele e as suas respostas, ele tinha permanecido estudando-me, e as minhas perguntas, e percebeu de que lado eu me encontrava. Isto me ensinou que há sempre dois temas para uma situação de campo, e que os papéis do *observado* e do *observador* são mais fluidos do que poderiam aparentar à primeira vista. (PORTELLI, 1997, p. 8)

A importância de tratar o entrevistado não como um objeto de análise passivo, mas como um sujeito ativo, que observa o seu interlocutor, e inverte assim, os papéis é enfatizada por Portelli (1997) no depoimento mencionado acima.

O mesmo autor descreve a situação de entrevista como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos isolados e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos. Essa situação é denominada pelo autor como “comunidade de destino”.

A identidade e o papel do intelectual militante, nativo e orgânico haviam tido crucial importância nestes estudos e em minha própria experiência. Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra

possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, inter-atuando, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. O pesquisador de campo, entretanto, tem um objetivo amparado em igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas. (PORTELLI, 1997, p. 8).

Percebemos nas palavras de Portelli (1997), que quando o encontro tem lugar à luz da igualdade, não somente o observador, mas também o observado pode ser estimulado a pensar diferentemente sobre si mesmo.

Devemos considerar também as mudanças que nossa presença possa ocasionar, como alguns dos mais importantes resultados do nosso campo de trabalho com a História Oral. Para Alessandro Portelli (1997) a entrevista é um momento de ajudar o outro a compreender a relevância e significado de suas culturas e conhecimentos. A atuação do entrevistador durante a entrevista pode ser um ato político se existir a possibilidade de promover algum tipo de transformação na “autoconsciência” do outro . Assim, Portelli se expressa:

Num tempo quando a política, nos termos tradicionais de propaganda, organizações e instituições, se tornou insatisfatória e algumas vezes mesmo sem sabor, o fato de que nossa presença possa facilitar mudança significativa na autoconsciência das pessoas que encontramos ainda é talvez uma forma, útil, da ação política. (PORTELLI, 1997, p. 24).

O trabalho político é trabalho de mudança e as mudanças que decorrem da interferência do pesquisador são altamente políticas.

2.5 A experiência da pesquisa em História Oral

Antes de ir a campo, o pesquisador que adota esta metodologia deve estar ciente de uma série de cuidados a serem observados de modo a assegurar o sucesso de sua pesquisa.

Primeiramente, é importante salientar que o pesquisador deve abordar

o depoente com sinceridade, expondo todas as intenções que embasam a pesquisa. Isto é condição primeira para que se estabeleça uma relação de confiança e transparência com o depoente. Ao explicitar de modo honesto os objetivos da pesquisa e os prováveis produtos que dela poderão resultar, o pesquisador estará abrindo caminho para que o depoente confie ao investigador a preciosidade de seu depoimento oral, de modo muito mais enriquecido. Isto só é possível quando o pesquisador sabe exercer a capacidade de ser empático e escutar de modo ampliado e atento a experiência de seu depoente.

O compromisso assumido com o pesquisado não deve se restringir ao momento da coleta de dados, pois a responsabilidade da pesquisa deve ultrapassar este tempo, tendo portanto um caráter muito mais permanente.

O retorno da pesquisa para o pesquisado ocorre de diversas formas, indo desde a possibilidade de reflexão sobre sua existência, ou atingindo de modo mais amplo todo o seu grupo quando, permite pela incorporação dos resultados ganhos em suas lutas. Assim, a pesquisa deve também atentar para a possibilidade de resultar em conhecimentos novos incorporados pelo grupo pesquisado, que se apoderando deles, como achar conveniente, cresce e amplia conquistas. O pesquisador deve saber devolver o trabalho resultante de modo inteligível para o pesquisado escolhendo uma linguagem adequada para fazê-lo. Talvez, no presente caso, a linguagem audio-visual seja a mais eficiente. O pesquisador deve estar atento ao fato que o ingresso no mundo do pesquisado é sempre um rito de passagem, quando se defrontará com as mais diversas reações. A habilidade de percepção e reflexão do pesquisador sobre tais reações, poderá fazer disso, que inicialmente parece ser um confronto, um verdadeiro encontro entre os vários lugares sociais, aproximados pela pesquisa.

O pesquisador deve atentar também para o fato de que a sua pesquisa, apesar de partir do particular e da micro análise, deve visar uma análise social e histórica mais ampla.

O relato construído pelo depoente nunca será conclusivo, mas apenas um aspecto da sua memória selecionado em função de vários condicionantes,

para aquele momento do depoimento.

Um dos pontos altos da metodologia da História Oral reside na grande importância que o depoimento assume neste método. Antes de tudo, o depoimento é uma situação de relação entre dois sujeitos. Pressupõe uma troca. A possibilidade de ambos, entrevistado e entrevistador se comunicarem, depende do estabelecimento da reciprocidade.

Apesar desta intersecção entre fazeres e modos de compreensão, o pesquisador precisa sempre atentar para que sua escuta não seja tendenciosa ou distorcida.

Portelli (1997) indica também que a entrevista aponta para a necessidade de mais igualdade para ambas as partes: pesquisado e pesquisador.

A entrevista de campo, por conseguinte não pode criar uma igualdade que não existe, mas ela pede por isto. A entrevista levanta em ambas as partes a consciência da necessidade por mais igualdade a fim de alcançar maior abertura nas comunicações. Do mesmo modo que a hierarquia desigual de poder na sociedade cria barreiras entre pesquisadores e o conhecimento que buscam, o poder será uma questão central levantada, implícita ou explicitamente, em cada encontro entre o pesquisador e o informante. Acabar com o poder seria abertamente transformar uma entrevista de campo num experimento de igualdade. (PORTELLI, 1997, p. 44).

Ainda segundo Portelli (1997), a relevância da entrevista reside também no fato de indicar quem e de onde falam os sujeitos. Apesar da possibilidade de fala concedida aos menos favorecidos, sua fala é dirigida ao historiador, e é por intermédio dele que ela é publicada. Além disso, a História Oral, através da entrevista muda a forma de escrever a história, pois o narrador é parte da narrativa, constituindo a história.

O bom pesquisador estará atento que a narrativa é uma ilha onde se pontuam marcos carregados de significados e que o narrador vai tateando e verificando experiências e emoções para compor o tecido da fala que nos confia. Desse modo, não apenas o dito, como o esquecido, bem como as pausas para se refazer do impacto das lembranças, ou os silêncios, são igualmente partes do documento que se procura construir e devem ser considerados e analisados pelo

pesquisador.

2.6 As Fontes de dados para a pesquisa e suas etapas de desenvolvimento

O rigor metodológico exigido pela História Oral necessita da intersecção de uma pluralidade de suportes fundamentados em múltiplos tipos de fontes. Destacamos as fontes textuais que, no nosso caso, envolvem os jornais, as revistas e os processos jurídicos; as visuais englobando as fotografias e vídeos; e por fim a fonte sonora incluindo os depoimentos orais.

O levantamento, a organização e a análise dos jornais e dos processos jurídicos constituíram-se como fontes textuais, que contribuíram para a localização de alguns atores sociais envolvidos de alguma forma com a Tragédia da Gameleira, assim como, a preparação e o embasamento para a coleta dos seus depoimentos orais, a fonte sonora. Em outras palavras, o olhar da imprensa foi sendo construído por meio de textos e imagens, fontes textuais e imagéticas, que serviram de ponte para chegar até os processos judiciais. Esses, por sua vez, além de apontarem alguns informantes que viveram intensamente os fatos a serem pesquisados, colaboraram com a elaboração de uma diversidade de roteiros que serviram de guia para a coleta da fonte sonora, de suas falas rememoradas.

Desta maneira, conseguimos constituir o que chamamos de amostra qualitativa, uma pluralidade de informantes representantes dos diversos atores sociais envolvidos com a Tragédia da Gameleira. Destacamos os sobreviventes, os familiares das vítimas, os médicos, enfermeiros, bombeiros e outros trabalhadores envolvidos no resgate, os jornalistas que fizeram a cobertura da Tragédia divulgando-a na mídia e advogados responsáveis pelos processos de indenização movidos pelos familiares das vítimas, e pelos processos movidos pelo Poder Público, para apurarem as causas e os responsáveis pela Tragédia da

Gameleira.

Abordamos a seguir as etapas do processo de investigação das fontes textuais e imagéticas, que se constituíram no levantamento, cópias, fichamentos e análises dos processos jurídicos, assim como, a busca de todas as matérias publicadas nos grandes jornais e revistas da época em Belo Horizonte. No dia 4 de fevereiro de 1971, imediatamente após o desabamento do Pavilhão do Parque de Exposições da Gameleira, e nas semanas subseqüentes a Tragédia foi a principal pauta dos meios de comunicação. O assunto foi perdendo destaque por volta de 30 dias após o desabamento.

Enquanto a amostra qualitativa foi sendo identificada e selecionada, os roteiros de entrevista, vide ANEXOS A e B, diário de campo, vide ANEXO C e o termo de doação, vide ANEXO D, foram sendo elaborados para as entrevistas, que foram gravadas em áudio. Posteriormente, as mesmas foram transcritas devolvidas aos depoentes e finalmente analisados. Todo o processo foi seguido de acordo com o rigor metodológico exigido pela História Oral.

3 OLHAR DA IMPRENSA SOBRE A TRAGÉDIA DA GAMELEIRA

*“Pra que nossa memória não se acabe em poeira”
(RUBINHO DO VALE, Trem Bonito, 1988).*

3.1 Introdução

O tema em estudo e a ausência de pesquisas enfocando-o remeteu a um levantamento dos principais jornais e revistas publicados em Minas Gerais, à época da Tragédia, no ano de 1971.

Havia naquele tempo, dois grupos importantes na área das comunicações na cidade. O primeiro, denominado Diários Associados, que publicava os jornais Estado de Minas e Diário da Tarde, em circulação até hoje, e o segundo, cujo nome era Força Nova, que mantinha o jornal Diário de Minas, esse não mais em circulação hoje em dia. Os três jornais eram editados diariamente.

O levantamento do material publicado nos jornais foi feito no Centro de Documentação dos Diários Associados, e na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, sendo os jornais pesquisados a partir de 4 de fevereiro de 1971 até 10 de março de 1971, quando as notícias sobre o tema cessaram.

A partir dessa leitura foi feita cópia xerográfica de todas as matérias publicadas nos jornais Estado de Minas e Diário da Tarde. Já em relação ao jornal Diário de Minas, que não circula mais, todos os seus números editados estão na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, que não possuía à época do levantamento, condições para efetuar cópias xerográficas dos jornais, tornando

assim necessário copiar manualmente todo o material¹.

Após a coleta dos jornais, procedeu-se a digitação de todo o material publicado sobre a Tragédia da Gameleira, pois os jornais se encontravam muito danificados e dificultando em muito a leitura e seu manuseio constante.

Foi feita uma segunda leitura de todo o material publicado, já digitalizado, possibilitando a definição dos jornais a serem consultados. Optou-se por um jornal de cada grupo de comunicação, após verificar-se que as notícias publicadas nos jornais de um mesmo grupo de comunicação possuíam as mesmas informações apenas em formato diferente, respondendo às expectativas das classes sociais a que se dirigiam.

Assim sendo, selecionou-se o jornal Estado de Minas, do grupo Diários Associados, e o jornal Diário de Minas do grupo Força Nova.

Procedeu-se uma leitura minuciosa de todas as matérias publicadas nos dois jornais selecionados e em seguida foi elaborado um fichamento dos materiais localizados nos jornais, conforme ficha em anexo.

O fichamento dos jornais orientou a construção das categorias de análise.

Construiu-se nove categorias de análise que se segue:

a) categoria de análise nº 1:

- caracterização da obra: projeto arquitetônico (dimensões, ocupação física, arquiteto),
- cálculo estrutural (calculista),
- execução (infra-estrutura – contratante, supra-estrutura – contratante),
- órgão fiscalizador,
- tempo de execução,

¹ A TV Itacolomi e a Rádio Guarani pertenciam aos Diários Associados. A Rádio Itatiaia e a TV Vila Rica pertenciam ao Grupo Força Nova de Comunicação. O material sonoro e audiovisual não pôde ser trabalhado devido a indisponibilidade em recuperá-los.

- inauguração;
- b) categoria de análise nº 2:
 - a Tragédia: data; hora; número de trabalhadores no canteiro de obras; presença de ambulantes no canteiro de obras; presença da família de trabalhadores no canteiro de obras; dimensão da Tragédia; número de mortos; número de feridos;
- c) categoria de análise nº 3:
 - a previsão da Tragédia: quem previa; há quanto tempo; causa das previsões;
- d) categoria de análise nº. 4:
 - o resgate: início; término; órgãos públicos; a indústria; o comércio; hospitais; dificuldades;
- e) categoria de análise nº. 5:
 - atendimento aos sobreviventes e aos familiares das vítimas;
- f) categoria de análise nº. 6:
 - o inquérito e Apuração de Responsabilidade: a comissão de alto nível; a comissão do IPT; o CREA; o inquérito;
- g) categoria de análise nº. 7:
 - solidariedade, a indústria, o comércio, a igreja, a população, a oposição;
- h) categoria de análise nº. 8:
 - imprensa: atuação; limites; dificuldades;
- i) categoria de análise nº. 9:
 - poder público: esfera federal, esfera estadual, esfera municipal.

O trabalho seguinte foi levantar no fichamento por jornais as notícias referentes a cada uma das nove categorias e agrupá-las, por categoria, em ordem cronológica possibilitando assim melhor subsidiar a construção do texto.

3.2 Caracterização da obra

O conjunto que estava sendo construído no Parque da Gameleira em Belo Horizonte denominava-se Palácio das Exposições.

O Pavilhão dos Livros, integrante do conjunto do Palácio das Exposições, que está sendo construído na Gameleira, no local da Futura Feira de Amostras. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – 05/02/71 – Capa).

O Palácio das Exposições, projeto de Oscar Niemeyer, mede 240 metros de comprimento e é sustentado por dez pilotis, em forma de pirâmide. A SERGEN, empresa de engenharia que também está construindo a nova Estação Rodoviária de Belo Horizonte, ganhou a concorrência para a execução da obra. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – Caderno 1, p. 1).

As características físicas da obra foram noticiadas pelo jornal Estado de Minas em três notícias intituladas: A maquete; Atração turística e O Palácio, que se seguem:

A arquitetura é de Niemeyer. O conjunto lembraria muito as formas de Brasília. O novo Parque da Gameleira imitaria o Ibirapuera, de São Paulo. Teria um Pavilhão de Exposições, um auditório de conferências e teatro com capacidade para 8 mil lugares, destinados a conferências e organismos empresariais e o Palácio das Indústrias, num prédio de 21 andares. O conjunto ocuparia uma área de 16 mil metros quadrados, dos quais 6.100 cobertos. A execução de toda a obra é da CIURBE – Companhia Urbanizadora Serra do Curral. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – Seção – 2ª, p. 2)

Idealizado por Niemeyer, o Palácio das Indústrias destina-se a funcionar como o Ibirapuera, na base de atrações para despertar o interesse dos visitantes.

O conjunto, imaginado por Niemeyer, compõe-se de 3 elementos principais: 1 – Pavilhão de Exposições; 2 – auditório de conferências e teatro, com capacidade para 3 mil lugares; 3 – o Palácio das Indústrias propriamente dito, um prédio de 21 andares para mostras de caráter artístico. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – Seção – 2ª – p. 3)

O pavimento térreo do Palácio, com área útil de 7.320 metros quadrados, destina-se à exposição da indústria pesada, recepção, controle e centro de informações, enquanto o primeiro pavimento, que possui área igual a do térreo, estava destinado à exposição de equipamentos e máquinas de porte médio. A sobreloja, com área de útil de 2.314,00 metros quadrados,

compõe-se de dois setores: restaurante, instalações sanitárias e locais de exposição de livros.

O projeto foi orçado em quase 10 mil cruzeiros, sendo 2.750 de recursos do CIURBE adquiridos com a venda de terrenos nas Mangabeiras e o capital restante financiado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

O Palácio das Indústrias consumiria 48 mil sacos de cimento, 6 mil metros cúbicos de concreto e 1.500 toneladas de ferro.

A obra estava sendo edificada com uma fundação de 10 pilotis, o suor e o sangue dos operários mineiros. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – Seção 2ª – p. 4).

Os profissionais responsáveis pelo projeto arquitetônico e pelo cálculo estrutural do Palácio das Exposições eram os mais respeitados, daquela época, o que, possivelmente, levou o jornal Estado de Minas a publicar um editorial de Pesquisa intitulado “Os grandes projetos de Niemeyer”, onde se ressalta a importância desse arquiteto no Brasil e no mundo, e uma notícia sobre Joaquim Cardozo, intitulado calculista e famoso no mundo inteiro. Veja: Os grandes projetos de Niemeyer – Editoria de Pesquisa.

‘Tenho elaborado centenas de projetos. Talvez seja o arquiteto que haja projetado o maior número de obras mas, mesmo assim, não me sinto realizado. Meu trabalho tem-se limitado a obras governamentais. Jamais o pobre teve acesso ao que tenho criado. Isso em nada me agrada’. Essas declarações são de Oscar Niemeyer Soares Filho, o maior arquiteto brasileiro e talvez um dos melhores do mundo. Foi ele que, juntamente com Lúcio Costa, mudou o panorama da arquitetura no Brasil a partir do projeto para o prédio do novo Ministério da Educação, considerado marco inicial de uma das mais importantes revoluções arquitetônicas do mundo. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – Seção 1 – p. 11)

O engenheiro Joaquim Cardozo, de 73 anos, que teria sofrido uma síncope cardíaca, na noite de anteontem, é mundialmente conhecido por trabalhos de cálculo nos principais projetos do arquiteto Oscar Niemeyer, e responsável, entre outros, pelos maiores edifícios públicos de Brasília, destacando-se o Palácio dos Arcos (sede do Ministério do Exterior), a Catedral, o conjunto da praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada. Joaquim Cardozo atribui seu sucesso na arquitetura ao fato de ter-se sempre associado a projetos de Niemeyer e outros renomados arquitetos brasileiros.

A Exposição da Gameleira foi o primeiro projeto, calculado por seu escritório, que é objeto de discussão. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 03/03/71 – Seção 1 – p. 11)

As empresas contratadas para a execução da obra foram duas, uma

contratada para execução da infra-estrutura (fundação) e a outra para a execução da supra-estrutura.

A empresa contratada para execução da infra-estrutura foi a S.A. Brasileira de Fundações (SOBRAF) e a empresa contratada para executar a supra-estrutura foi da Serviços Gerais de Engenharia (SERGEN) que construía outras obras importantes na cidade, no Estado e no País. segundo notícia do jornal Estado de Minas, intitulada “SERGEN, uma das grandes construtoras de Minas”, que busca mostrar a importância dessa construtora, assim como eximí-la de maiores responsabilidades.

A SERGEN (Serviços Gerais de Engenharia) – empreiteira das obras de construção do Palácio das Indústrias – está situada entre as maiores empresas contratantes de Minas Gerais com um capital, no início de 1970, de quase dois bilhões de cruzeiros velhos.

Dirigida pelos engenheiros Antônio Coimbra Tavares e Marcos Brasil, a SERGEN é responsável também pela construção da nova rodoviária e do viaduto da Lagoinha (convênio Prefeitura, DER, Ministério dos Transportes e RFFSA).

Sede

A sede da firma está no Rio e a sua filial em Belo Horizonte funciona no 12º andar do prédio número 103, da Rua Goitacases. Além de ser responsável pela execução de várias obras de grande porte, em Minas, a SERGEN ainda realiza trabalhos de engenharia em outros Estados, como empreiteira do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens.

No Palácio das Indústrias, onde um pavilhão de 85 metros desabou soterrando cerca de cem operários, muitos retirados dos escombros com vida e internados em vários hospitais de Belo Horizonte, a firma era responsável apenas pelas obras de construção propriamente ditas. Antes, a SOBRAF (S.A. Brasileira de Fundações), com sede na rua Rio de Janeiro, 282, sala 702, havia realizado os serviços de fundação. Os cálculos do projeto (de Oscar Niemeyer) foram feitos pelo Escritório Joaquim Cardozo, que responde, por serviços desta natureza em muitos prédios de Brasília. Segundo informações quase todos os palácios do Distrito Federal foram calculados por Joaquim Cardozo. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – Seção 1 – p. 10)

Com relação às fundações torna-se relevante o comunicado pago da SOBRAF, publicado seis dias depois da Tragédia, nos principais jornais de Belo Horizonte, prestando esclarecimentos sobre a execução das fundações do Palácio de Exposições da Gameleira.

[...] vir a público para informar... deixando bem claro desde já que está absolutamente segura e tranqüila quanto à perfeição do projeto e da execução das fundações, podendo, portanto, declarar com toda segurança que o acidente não resultou no comportamento das fundações [...].

Sendo esta a primeira oportunidade em que se manifesta sobre o assunto, a SOBRAF deseja expressar seu pesar pela perda de vidas humanas. (Jornal Diário de Minas – Ano XXII – nº 6.464 - 10/02/71 – Geral – p. 5).

A fiscalização da obra estava à cargo da Companhia Urbanizadora Serra do Curral (CIURBE), segundo jornal.

Os números de operários que trabalhavam na obra à época da Tragédia divergem os jornais Estado de Minas e Diário de Minas. Veja as duas notícias publicadas no mesmo dia:

José Maria Campanelli, chefe do Departamento de Pessoal explicou que trabalhavam na obra 550 homens da SERGEN, entre engenheiros, armadores, mestres de obra, carpinteiros, pedreiros e serventes. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 3).

[...] 512 operários que trabalham na obra, cuja inauguração já havia sido marcada para o dia 31 de março. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 - 05/02/71 – Capa)

A inauguração do Palácio de Exposições da Gameleira já havia sido marcada para 31 de março de 1971. Tudo estava previsto para que fosse inaugurado, parcialmente, antes de o governador Israel Pinheiro deixar o governo do Estado de Minas Gerais.

[...] 512 operários que trabalham na obra, cuja inauguração já havia sido marcada para o dia 31 de março. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 - 05/02/71 – Capa)

O novo Parque de Exposições da Gameleira que ontem desabou tem o projeto de autoria de Oscar Niemeyer, sendo considerado um dos mais completos do mundo. Tudo estava previsto para que fosse inaugurado, parcialmente, antes de o governador Israel Pinheiro deixar o Governo. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 - 05/02/71 – p. 13).

3.3 A Tragédia

A Tragédia da Gameleira, como ficou conhecido o desabamento do

Palácio de Exposições que estava sendo construído no bairro da Gameleira, em Belo Horizonte, ocorrido no dia 04 de fevereiro de 1971, traumatizou moradores da cidade de Belo Horizonte, em função das proporções gigantescas do desabamento sobre os trabalhadores e da difícil e longa remoção dos mesmos sob os escombros.

Os principais jornais de Belo Horizonte e do país trazem como matéria de capa das edições de 05/02/71, a Tragédia da Gameleira, com imagens panorâmicas do desabamento, e muitas incertezas quanto à extensão da Tragédia.

O jornal Diário de Minas, divulgou a notícia da Tragédia, em sua matéria de capa com o texto: “Pode subir a cem o número de mortos na Gameleira”.

O Pavilhão dos Livros, integrante do conjunto do Palácio das Exposições, que está sendo construído na Gameleira, no local da Futura Feira de Amostras, desabou, às 11h45m de ontem, sobre cerca de 100 dos 512 operários que trabalham na obra, cuja inauguração já havia sido marcada para o dia 31 de março. Médicos e enfermeiras do Hospital Sara Kubitschek foram os primeiros a prestar socorro às vítimas, promovendo, no próprio local, operações de emergência, chegando a ter que amputar pernas e braços de trabalhadores presos entre as vigas de concreto armado. Logo depois, chegava ao local uma equipe de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas do DIÁRIO DE MINAS, Rádio Itatiaia e TV Vila Rica. O único telefone disponível na obra foi usado, então, para pedir os primeiros socorros. Logo em seguida, chegavam à Gameleira contingentes do Corpo de Bombeiros, do Exército e da Polícia Militar, além das várias ambulâncias do Hospital do Pronto Socorro. Vários hospitais foram requisitados para receber as vítimas, enquanto apelos eram transmitidos pelo rádio e televisão aos doadores de sangue. Ainda no local padres davam a extrema-unção a diversos trabalhadores que morriam sob os escombros. Até a noite de ontem, se tornava impossível precisar o número de mortos, enquanto o de feridos subia a mais de 50, a maioria em estado grave... O cálculo de mortos e feridos foi feito, inicialmente, pela própria firma construtora, a SERGEN, que registrou a falta de 137 trabalhadores, que não haviam marcado o ponto depois do desastre. O número inclui, além dos mortos que ainda não puderam ser encontrados, os feridos e os que, apavorados voltaram, às pressas, para suas casas. (Págs. 5, 8, 9, 11, 13 e 16). (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 - 05/02/71 – Capa)

137 OPERÁRIOS NÃO MARCARAM O PONTO

Até às 18 horas de ontem, haviam aparecido no local do acidente para marcar ponto 375 operários, dos 512 que iniciaram o dia de trabalho ontem. Os encarregados do serviço informaram que até à tarde, 137

operários não haviam comparecido e poderiam estar entre os mortos ou feridos ou entre os que não atenderam ao apelo da firma para explicar sua ausência. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 - 05/02/71 – Geral – p. 11)

O dilema

O quadro era impressionante: vigas enormes, lajes imensas estavam espalhadas por todos os lados e alguns corpos chegaram a ser enterrados completamente, penetrando no solo, mostrando a extensão da Tragédia. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 - 05/02/71 – Geral – p. 11)

Tragédia na Gameleira: 100 vítimas

Mais de cem pessoas foram vítimas ontem, do desabamento do Parque de Exposições da Gameleira. Um pavilhão de cimento de mais de quatrocentos metros desaba. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 - 05/02/71 – Geral – p. 13)

Como foi

Tudo aconteceu por volta de 11 horas de ontem, logo depois do almoço dos 200 operários que trabalham na obra do Parque da Gameleira. Os operários jogavam baralho na hora do descanso, quando o pavilhão cobriu todos eles numa nuvem de cimento e de fumaça, segundo as testemunhas do acidente. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 - 05/02/71 – Geral – p. 13).

O jornal Estado de Minas noticia a Tragédia na sua edição de 05/02/71, como se segue:

Visão da Tragédia

Debaixo de uma laje de 85 metros de comprimento, pesando perto de 10 mil toneladas, um número desconhecido de mortos. Na Gameleira, onde era construído o Palácio das Exposições, que Niemeyer projetou, aconteceu, ontem, uma das maiores Tragédias de Minas Gerais. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – Caderno 1 – p. 1)

De repente, todo o bloco, pesando aproximadamente dez mil toneladas caiu, atingindo cerca de cem operários que, após o almoço (11h58), dormiam ou jogavam cartas à espera do reinício do trabalho.

Pela manhã, 512 operários haviam assinado o ponto, na entrada do serviço. À saída, às 6 da tarde, apenas 394 “bateram” o cartão. Esse dado não significa, porém, que os 118 restantes estejam mortos: há os feridos e suspeita-se que, na hora do pânico, muitos tenham se retirado, sem ligar para o relógio de ponto. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – Caderno 1 – p. 1)

De repente, um estrondo. A morte estava chegando

Faltavam dois minutos para o meio dia, quando o operário Antônio Miranda de Souza, 30 anos, casado, pai de quatro filhos, tirou a última escora da laje da construção do novo prédio do Palácio das Indústrias, no parque da Gameleira. Ali perto dele, cerca de cem operários almoçavam

ou jogavam baralho, em grupos, como acontecia todo dia nesta hora. 'De repente ouvi um estrondo e tudo veio abaixo', diz Antônio Miranda, que conseguiu se salvar, enquanto gigantescos blocos de cimento armado soterraram dezenas de seus companheiros, que, em pânico, tentaram fugir pelos lados. O barulho e a poeira provocados pelo desabamento de 85 metros da construção foram notados de longe. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 1).

O que faziam

[...] servente de pedreiro, um dos sobreviventes da catástrofe, disse que seus companheiros estavam brincando, jogando cartas, batendo bola, dormindo e muitos deles estavam ainda almoçando, quando se deu o desabamento. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 2).

Nos portões, a angústia dos parentes

Ninguém sabia dizer ao certo o número de mortos nem o de feridos. A única informação que parecia ser verdadeira, era a de que pelo menos 100 operários estavam debaixo da laje, na hora em que ela desabou. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 3)

A cortina lateral esquerda, de concreto armado não resistiu ao peso as vigas e ruiu de dentro para fora, arrastando toda a estrutura do teto. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 5)

118 não marcaram ponto de saída

Até as 20h de ontem, a direção da SERGEN havia apurado que 118 trabalhadores deixaram de marcar o ponto no horário da tarde. Entre os que não registraram sua presença estão os que foram socorridos nos hospitais da cidade e o primeiro morto a ser identificado foi José de Oliveira Roque. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 5).

A Tragédia

A pressa é sempre inimiga da perfeição. A verdade que esse provérbio contém, apesar de diariamente estar sendo comprovada por toda parte, parece não se revestir, porém, de muita força persuasiva. Talvez em virtude de chocar-se com a tendência dos novos tempos, caracterizada pela celeridade e pela preocupação dos rendimentos imediatos. Nem a evolução científica, nem o apuramento dos processos tecnológicos, no entanto, têm conseguido limitar os riscos a que se sujeitam todas as obras que se realizam com afoiteza. Por sinal, entre os muitos exemplos que se verificaram dentro e fora do Brasil nos últimos meses, lamentavelmente figura agora um em Minas, de conseqüências tão trágicas, que foi o desabamento de grande parte da estrutura do Palácio das Exposições, em construção no Bairro da Gameleira.

Tem-se dito que os mineiros primam pela falta de pressa em suas iniciativas, por preferir tudo bem feito, seguro e definitivo. Tudo indica que foi por se haver descurado desse propósito que a execução do grandioso projeto, de fato até que bem indispensável no esquema que se arma com o objetivo de estimular o desenvolvimento da economia mineira, passa a ser assinalada pelo desfalque de vidas preciosas e por prejuízos elevados para o erário. A catástrofe entra, assim, para a história como

uma advertência a mais de que, se mesmo os pequenos empreendimentos do governo convém sejam cercados de cautelas especiais, muito mais se justifica esse procedimento quando se trata de obra das dimensões e do valor da que está se erguendo na Gameleira.

Até agora, não se tem ainda um balanço preciso dos danos humanos e da pulverização de recursos que vão derivar do desabamento do Palácio de Exposições e só se pode desejar que não assuma a amplitude e a gravidade das estimativas iniciais. Acredita-se que a remoção dos escombros que correspondem a mais de dez mil toneladas de blocos de cimento e vigas de ferro, só se tornará possível após alguns dias, de modo que nem mesmo o número de operários vitimados se pode precisar enquanto não se concluir essa operação.

No que se refere às causas do terrível acidente, tudo igualmente permanece ainda obscuro, estando a apuração na dependência de investigações a serem procedidas por uma comissão do Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Evidentemente, a essa comissão cabe agir com segurança e rigor, para não ficar indefinido o grau de responsabilidade dos que se encarregaram da execução do projeto. A impunidade pela negligência ou incompetência seria um desrespeito ao sacrifício dos que perderam a vida enquanto buscavam garantir a subsistência ou dos que vierem a ficar incapacitados para o trabalho. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 1ª Seção – p. 4).

Os impactos da Tragédia da Gameleira são grandes não só nas famílias dos trabalhadores que perderam, braços, pernas, sanidade mental e a própria vida, mas toda uma cidade ficou impactada com a Tragédia. Dentre muitos dramas familiares, um se destacou: é o caso da família de Geraldo Pereira da Silva, mostrado pelo jornal Estado de Minas:

O drama dos 7 órfãos

Há pouco mais de um mês, um homem chamado Geraldo Pereira da Silva, 40 anos, claro, chegou no Jardim da Laguna – bairro pobre, ligado a Belo Horizonte mas pertencente a Contagem – para alugar um barracão. Contou que havia ficado viúvo, com 7 filhos – o mais velho de 15 anos e o mais novo de 2 – e precisava trazê-los do Espírito Santo, onde estavam na casa dos avós.

Geraldo conseguiu emprego na SERGEN. Nos primeiros 15 dias, morou só. Depois conseguiu ajuda das obras sociais do lugar, e trouxe os filhos. Trabalhava o dia inteiro, tem dia que até às 10 da noite, e também aos domingos – segundo o dono do barraco, sr. Adriano Moreira Faria. Anteontem, Geraldo saiu de casa, como de costume, antes das 5 da manhã – e não voltou. Seus filhos estão sozinhos, nos dois cômodos do barracão. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – 1ª Seção – p. 11)

Os filhos estão sós

Os sete filhos de Geraldo: Abel Pereira da Silva, 15 anos; Maria, 10; João 7; Clemilda, 4; Inês, 3; e José 2. Abel já está mais ou menos acostumado com o batente de casa: o pai no trabalho o dia todo, quem olha os irmãos e faz “alguma coisa” para comer, é ele, Abel. Com a demora do pai e as

notícias do desabamento e a chegada dos vizinhos – algumas donas chorando – Abel fez tudo para não assustar os irmãos. Não chorou até certa altura, dizendo que o pai voltava: “O rádio não deu o nome dele”. Mas não agüentou, e também chorou e contou aos irmãos que ele tinha morrido, “igual aconteceu à mãe”.

Durante todo o dia de ontem, os vizinhos de Geraldo – a maioria não o conhecia ainda – levaram algumas verduras e outras coisas para eles. Eles – principalmente – os menores estão assustados com tanta gente. Inês, de 3 anos, está constipada e é a que mais chora. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – 1ª Seção – p. 11)

Tragédia

[...] Dovina Pereira da Silva, mulher de Geraldo, morreu há quase dois meses, em Vitória – em consequência de uma cesariana a que foi submetida. Quem conta isso – como se fosse um homem maduro – é o garoto Abel, de 15 anos.

- Ela morreu e nós ficamos com vovô até que papai foi trazer a gente.

Abel diz que não está na escola, mas esteve um pouco, no Espírito Santo. “Aqui não deu tempo ainda”.

O endereço dos meninos, é rua Oiti, 304, Jardim da Laguna. Quem puder ajuda-los pode dirigir-se a eles, através do Juizado de Menores, que esteve presente junto deles, a partir da manhã de ontem. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – 1ª Seção – p. 11)

O mesmo caso é tratado pelo jornal Diário de Minas da seguinte maneira. “Família de órfãos”.

Família de órfãos

Abel Pereira da Silva, 14 anos, um dos menores recolhidos à FEBEM, contou o drama sofrido pela sua família, desde que seu pai, Geraldo Pereira, veio para Belo Horizonte procurar emprego, fugindo do Espírito Santo, onde ganhava muito pouco. “No mês de dezembro último, minha mãe, Dorvina Pereira da Silva, havia dado à luz e passava muito mal, internada em um hospital de Vitória. Papai, para custear as despesas, deixou-a internada naquela cidade e veio para Belo Horizonte, onde começou a procurar emprego numa firma de construção. Todos os dias voltava para casa lá no Jardim Laguna, reclamando da sua falta de sorte, pois estava cansado de procurar emprego. No dia 30 de dezembro do ano passado, meu pai chorou muito e resolveu ir até lá. Nós dois ficamos em Belo Horizonte com vizinhos e amigos, mas sem saber de nada.

- Como meu pai estava viajando, eu, que sei cozinhar, fiquei em casa fazendo comida para meus irmãos: Isabel, de treze anos, Maria, de dez anos, João, de sete, Clemilda, de quatro, Inês, de três e José de dois anos. Em casa, no Jardim Laguna, havia muito pouca coisa para comer, mas o que tinha eu fazia para meus irmãos. Tive que deixar de estudar já no terceiro ano primário. Depois de alguns dias, meu pai voltou de Vitória. Conversando com outras pessoas que trabalhavam na SERGEN, onde meu pai ia entrar, soube que minha mãe morreria. Não contei nada para meus irmãos, mas, durante toda a noite, chorei muito, pensando nela.

- Meu pai já estava trabalhando na Gameleira, quando aconteceu o desastre. Ele desapareceu debaixo da laje de cimento. Está lá, tenho

certeza. Está morto, deixou-nos órfãos, sozinhos. Talvez, agora, todo o mundo nos ajude, mas sinto muitas saudades dele. Ele era tão bom, que não consigo me esquecer dele, seu modo de rir e de nos abraçar [...].”
(JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.468 - 14/02/71 – p. 7)

Houve casos de operários que escaparam da morte, mas perderam a sanidade mental como relata o Jornal Diário de Minas:

Operário fica louco

Soldados de uma Radiopatrulha da Polícia Militar encontraram ontem à noite, na Pampulha, o operário Francisco Lopes de Oliveira, 46 anos, casado que era funcionário da SERGEN e estava no local do acidente. O operário que já havia sido apontado como morto, disse que não suportou ver seus colegas mortos e feridos e fugiu, ficando louco.

O operário tem grande ferimento no rosto. Francisco Lopes de Oliveira está internado no Pronto Socorro Policial. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.468 - 06/02/71 – Final – p. 11).

O número de mortos na Tragédia da Gameleira, publicado pelos dois jornais em estudo é divergente. Vinte e oito dias após a Tragédia, divulgaram o número de mortes da seguinte forma no jornal Estado de Minas:

65, número oficial de operários mortos

Agora já é oficial: o desabamento do Palácio das Exposições, no dia 4 de fevereiro, matou 65 operários. Ontem, os peritos Mussoline, Jonas e Mauro Curio, responsáveis pela identificação dos corpos, entregam ao chefe da Polícia Técnica, delegado Prata Neto, a relação de todas as vítimas.

Dos 65 mortos, o último só foi encontrado ontem à tarde, pela equipe encarregada de fazer a verificação final na área. O corpo de João Alves da Silva havia sido deixado para trás, durante o trabalho da desobstrução do terreno. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 03/03/71 – Seção 1 – p. 11)

O Diário de Minas, noticiou assim:

NÚMERO OFICIAL DA TRAGÉDIA: SÃO 68 MORTOS NA GAMELEIRA
Sessenta e oito pessoas morreram na Tragédia da Gameleira. Este é o resultado oficial, divulgado pela polícia depois de terminados os trabalhos de remoção dos escombros do Pavilhão de Exposições, tendo os últimos corpos retirados sido enterrados ontem, no Cemitério da Saudade. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.479 – 02/03/71 – Polícia – p. 8)

3.4 A previsão da Tragédia

Os trabalhadores da obra do Palácio de Exposições estavam apreensivos, nos últimos dias que antecederam a Tragédia, alertavam seus superiores sobre a ocorrência de trincas, rachaduras e estalos na obra e segundo os próprios trabalhadores esse tema não era discutido claramente, pois temiam demissões. O próprio governador Israel Pinheiro manifestou preocupações com a retirada do escoramento. Selecionamos alguns depoimentos que elucidam essas previsões.

O jornal Estado de Minas divulga o fato da seguinte maneira:

Visão da Tragédia

Muitos operários já haviam deixado suas famílias de sobreaviso: 'Do jeito que a obra está, vai acontecer uma Tragédia, a qualquer momento'. Quem disse isso foi Antônio Miranda de Souza, que trabalhava na construção do Palácio das Exposições [...]

Antônio afirmou que seus companheiros tinham muito medo e foi ele quem retirou a última escora de madeira, colocada depois que apareceu uma fenda numa das paredes laterais. (Jornal Estado de Minas – 05/02/71 – Caderno 1 – p. 1)

Rita e seus filhos

Ultimamente – segundo Rita – José vinha falando do perigo que havia na obra da Gameleira: falava tanto que ela perguntou porque ele 'não pedia as contas'. Ele respondia que emprego é difícil, e os filhos? Os filhos Emerciana, 10 anos, Marcondes, 7 anos, Ângela 4; Vanuza 3, e Vânia 8 meses. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – Caderno 1 – p. 10)

Depoimento do operário

O operário Marcionílio de Souza deverá ser ouvido, segunda-feira, no inquérito policial. O trabalhador da obra disse aos policiais de serviço que dois dias antes do desabamento chamou a atenção de seus superiores sobre “estalos” que ele ouvira, partidos do teto da estrutura de concreto. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – Caderno 1 – p. 10)

Funcionários previram

O armador Pedro Rosa de Lima explicou que ele e seus companheiros, entre eles um de nome Francisco, residente em Venda Nova, comentaram durante a conversa que a laje iria desabar.

A conversa sobre o possível desmoronamento, das vigas, fato que acabou acontecendo ficou somente entre os funcionários e alguns encarregados de turma, porque se alguém manifestasse apreensão em virtude das fendas nas cortinas de cimento seria despedido do emprego e, como ninguém quisesse ficar desempregado, porque são todos muito

pobres e com famílias numerosas, ninguém comentava o fato. É possível que nem mesmo pudessem levantar a hipótese do desabamento. (Jornal Estado de Minas – 06/02/71 – Caderno 1 – p. 11)

Foram despedidos

Alguns empregados que comentaram o perigo de desabamento na obra foram despedidos, de acordo com o depoimento de Pedro.

Rosa de Lima.

Por esta razão havia um convênio no meio dos operários: ninguém comentava o assunto, mesmo correndo o risco de morrer esmagados (sic) debaixo dos blocos de concreto como aconteceu anteontem. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – Caderno 1 – p. 11)

A gritos, salvou colegas

O operário Nilo Ferreira da Silva, 41 anos, um dos responsáveis pelo serviço de concretagem na obra da Gameleira disse que há cerca de 20 dias, chamou a atenção do mestre de obras Robson, sobre o perigo da retirada do apoio das lajes. O mestre de obras concordou e convocou 150 homens para o “trabalho da escora”.

Aí então – conta Nilo – os engenheiros Eduardo e Lola disseram pra gente: ‘Em vez de tirar as escoras vocês estão colocando?’. Então nós paramos o trabalho mas quase todo dia eu advertia o mestre de obras: olha que esse negócio tá perigoso.

A ‘dilatação da laje, nas vigas – segundo Nilo – era de 2 cm no início e foi crescendo: no dia do desastre estava 11 cm’. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 07/02/71 – Caderno 1 – p. 15)

Servente avisou que o prédio ia desabar

Enquanto os corpos dos operários eram identificados e necropsiados no Departamento de Medicina Legal, novas denúncias surgiam contra os engenheiros que executavam as obras do Palácio das Indústrias.

O servente José Pedro de Assis avisou o engenheiro Eduardo, da SERGEN, que o escoramento estava cedendo e o prédio ia desabar, mas recebeu a resposta de que estava velho e maluco.

Traumatizado com o acidente e o socorro às vítimas o servente disse que desde novembro do ano passado as pilastras de sustentação do prédio estavam trincadas. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 07/02/71 – Caderno 1 – p. 16)

Na Polícia

- Desde novembro avisei que as pilastras estavam trincadas. Tinha medo e não queria trabalhar na Gameleira. Fui trabalhar uns tempos nas obras do viaduto da Lagoinha.

José Pedro disse à reportagem que vai contar tudo o que sabe na Polícia. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 07/02/71 – Caderno 1 – p. 16)

E o Jornal Diário de Minas fala da previsão da Tragédia nas notícias:

Operário diz que queda das lajes era prevista

O operário Antônio Miranda de Souza, casado, pai de quatro filhos, um dos sobreviventes da Tragédia, foi quem retirou a última viga de

sustentação, antes do desabamento das lajes. Ele contou como ocorreu o desastre:

- Nós já sabíamos que as lajes poderiam cair a qualquer momento, pois há mais de 15 dias foi verificada uma fenda num dos pilares de sustentação. Hoje, na hora do almoço, nós estávamos fazendo hora-extra e eu e mais alguns colegas fomos encarregados de derrubar a última viga que sustentava o concreto. Quando ouvi o estrondo e uma nuvem de poeira subindo, fiquei apavorado e corri para o lado de fora.

- Ainda deu tempo de ouvir os gritos dos meus companheiros e consegui salvar um deles, que pedia socorro, pois estava com uma das pernas presas. Consegui puxá-lo e salvar sua vida, mas a dos outros foi impossível. Foi horrível, a gente só ouvia os gritos e não podia fazer nada, os blocos de cimento cobriam meus colegas de serviço.

- O perigo do desabamento já era previsto, mas o encarregado da obra nos obrigava a trabalhar, mesmo em hora de almoço, quando a gente ganha 70 centavos por hora-extra. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – p. 5)

Dois operários previram a Tragédia e deram o aviso

Falando sobre a apuração de responsabilidades do desabamento do Parque da Gameleira, o policial Rodolfo Mascarenhas disse que o acidente foi previsto com duas horas de antecedência, por dois operários, que avisaram a um dos engenheiros da obra, que a laje estava ruindo. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – p. 13)

[...] Ao saber do fato, o engenheiro teria dito que tudo estava normal, ordenando o prosseguimento dos serviços, até que, horas depois, ocorreu o acidente, com o desabamento da laje. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – p. 13).

Operários já previam desabamento

Os 512 operários da obra, sabiam que qualquer dia o pavilhão ia desabar, porque sempre ouviam estalos no setor que serviria futuramente a uma biblioteca. Um operário, que não quis se identificar, dizia fora do portão que pediu demissão, na última sexta-feira, porque 'não gosta de trabalhar desconfiado'. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – p. 16).

Todos sabiam

Segundo o depoimento do operário, a laje descia vários centímetros todos os dias, mas ninguém tinha coragem de falar com os engenheiros, 'porque seriam dispensados do serviço'. Pedro Rosa de Lima contou, também, que ninguém da obra tinha confiança no serviço que era mal feito e não tinha uma responsabilidade técnica diária. Para Pedro Rosa de Lima o assunto é muito complicado, 'mas posso dizer que os engenheiros não iam todo dia na obra e o encarregado foi advertido para o perigo do desabamento mas não levou a sério a advertência'. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.461 – 06/02/71 – p. 8)

Aviso

E prosseguiu: "Há muito tempo, eu vinha observando aquela obra, e como vários colegas tinha medo daquilo desabar, tanto que cheguei a falar com minha esposa que um dia eu poderia não voltar para casa". (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.461 – 06/02/71 – p. 8).

3.5 O resgate

O resgate dos trabalhadores da Gameleira foi uma operação muito complexa, traumática e se prolongou por trinta dias. Vários fatores contribuíram para dificultar o resgate tais como: as dimensões faraônicas da obra, o peso das estruturas desabadas, a quantidades de operários que trabalhavam no canteiro de obras, os riscos de novos desabamentos. O longo período de resgate foi marcado por interrupções, greves de trabalhadores, suicídio de policial e gestões junto ao Presidente da República para que o mesmo fosse concluído. A solidariedade da comunidade belorizontina se deu de forma ampla, plural, revelando assim o lado mais humano dos belorizontinos.

O início da maior operação de resgate realizada no Estado até então, se deu trinta minutos após o desabamento e se estende até 02/03/71. Praticamente um mês após a Tragédia, resgata-se o último corpo.

O fato de a Tragédia ter ocorrido em frente ao maior hospital de ortopedia da cidade, contribuiu para maior rapidez nos primeiros socorros às vítimas. As primeiras seis horas da operação de resgate, segundo o jornal Diário de Minas, aconteceram da seguinte maneira:

12 horas – Dezenas de operários saíram correndo como loucos, à procura de socorros, gritando que a Tragédia havia acontecido na construção.

12h15m – Os primeiros socorros chegavam ao local, e já alguns feridos eram levados em carros particulares para o Hospital Sara Kubitschek e para o Pronto Socorro.

12h20m – Chegam ao local várias guarnições do Corpo de Bombeiros, e da Polícia Militar.

12h30m – Mais de 300 homens da Polícia Militar se juntavam aos 50 do Corpo de Bombeiros, havendo nesta altura uma ordem do comando da PM para que todos os carros que estivessem rodando pela cidade fossem ao local para ajudar nos socorros.

12h45m – Soldados do Exército e viaturas chegavam para aguardar as turmas e vários corpos eram levados nos carros para os hospitais...

13h15m – Soldados do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar observavam novas rachaduras e temiam que novos desabamentos

pudessem ocorrer a qualquer momento.

13h30m – Mais 50 homens do BG² da Polícia Militar eram mandados para o local.

13h45m – Eram retirados dos escombros quatro feridos, levados pelos homens do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, para as ambulâncias.

14 horas – Compressores da Força e Luz eram levados para o local e turmas do Socorro Costa³ operavam as britadeiras e ao mesmo tempo faziam buracos no chão para o resgate de feridos [...]

14h30m – O coronel Drumond em comunicação ao Posto Central da Polícia Militar, ordenava que todas as radiopatrulhas deixassem o patrulhamento e fossem para o local.

14h45m – O sargento Geraldo da Polícia Militar foi o primeiro vitimado durante os socorros. Ficou muito tempo sob o sol, e sofreu hemorragia nasal. Foi levado para o Pronto Socorro.

15 horas – O primeiro apelo de doação de sangue foi feito através dos repórteres da Rádio Itatiaia. Os hospitais, em grande parte, já estavam superlotados [...]

15h30m – Novos apelos de doação de sangue, eram feitos à população de Belo Horizonte [...]

16 horas – Instalação de um posto de enfermagem perto do local do acidente onde eram prestados os primeiros socorros aos feridos com menos gravidade. Os hospitais, com leitos já esgotados, somente aceitavam os casos graves.

16h30m – Dezenas de ambulâncias cruzavam a cidade rumo aos hospitais e ao local da Tragédia. Fiscais do DETRAN e do BATRAN⁴ deixaram ao longo da Avenida Amazonas uma faixa de rolamentos somente usada pelos carros das autoridades, ambulâncias, radiopatrulhas e carros de reportagem.

17 horas – Apelo das autoridades pedindo o comparecimento de médicos ao local. Imediatamente vários médicos chegaram ao Parque da Gameleira, colocando-se à disposição do serviço de salvamento.

(JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – p. 5).

A notícia do desabamento na Gameleira, envolvera a cidade inteira, levando centenas de pessoas ao local da Tragédia, buscando informações sobre parentes e amigos que ali trabalhavam, buscando simplesmente colaborar no resgate ou buscando atender suas curiosidades, mas essa grande quantidade de gente no local se torna uma dificuldade a mais nas operações de resgate, conforme o jornal Estado de Minas.

Dificuldades

As operações de buscas eram a toda hora interrompidas pela ameaça de

² BG: Batalhão Geral.

³ Socorro Costa: Empresa de Reboque de Automóveis.

⁴ BATRAN: Batalhão de Trânsito da Polícia Militar.

desabamento de novos blocos de concreto, os bombeiros tiveram que aguardar orientação dos engenheiros da obra para saber como agir, sem provocar novo desmoronamento e sem se expor demais. O coronel Drumond pediu de imediato ‘uma orientação segura para o trabalho’. Nesta hora, já se pensava em abrir um buraco na laje para que os bombeiros pudessem chegar até os operários feridos debaixo dos blocos de concreto ou, então abrir uma passagem subterrânea, usando uma “retro-escavadeira”.

Hélio da Silva Sousa, mecânico de rádio - patrulha, conseguiu, com ajuda de alguns bombeiros, chegar até um dos feridos e retirá-lo ainda com vida. Foi um dos lances mais dramáticos das operações, porque uma parede de concreto ameaçava cair a qualquer hora. No galpão, onde os operários assinam ponto, o soldado Carlos Barbosa Gomes já fazia o levantamento dos trabalhadores que podiam estar debaixo da laje na hora em que o bloco desabou. Mas este trabalho ficou prejudicado porque muitos deles (os que estavam debaixo da laje, na hora do desabamento, foram para casa sem assinar o ponto).

Pouco a pouco, centenas de pessoas – na maioria parentes dos trabalhadores do Palácio das Indústrias – chegavam ao Parque da Gameleira e, em lágrimas procuravam saber a situação de cada um deles. O trânsito na Avenida Amazonas ficou inteiramente congestionado e teve que ser desviado para facilitar o trabalho das ambulâncias e carros de socorro, que chegavam e saíam com suas sirenes ligadas.

Cerca de 12h00, o governador Israel Pinheiro esteve no local, quando o coronel Praxedes, comandante dos bombeiros, assumia a direção das buscas, mantendo-se permanentemente assessorado por engenheiros da SERGEN, firma encarregada da obra. Ele queria saber dos engenheiros se o restante da construção estava mesmo ameaçado de desabamento, e como poderia agir para salvar os feridos. Delegados e detetives da Polícia Civil já estavam no local, quando o Secretário de Segurança Pública desceu de um Dodge preto, para orientar, ele próprio, as operações de resgate.

Acompanhado do major Róbson Zomprogno, ele percorreu toda a área atingida pelo desabamento. O chefe do Estado Maior da Polícia Militar, coronel Luís, que chegou ao local acompanhado do comandante da PM, coronel José Ortiga, denunciava a ameaça de novos desabamentos, determinando que os curiosos fossem afastados do local. O engenheiro Gil César, presidente da Sudecap⁵, apresentou-se ao Secretário de Segurança dizendo que havia recebido instruções do próprio governador Israel Pinheiro para facilitar máquinas e homens da SUDECAP para as operações de resgate. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 2)

A Avenida Amazonas, principal via de acesso aos hospitais que recebiam as vítimas, foi dotada de um esquema de trânsito que possibilitou agilidade no transporte dos feridos aos hospitais, bem como a chegada de maquinário e trabalhadores na operação de resgate. Nas primeiras horas do

⁵ Sudecap: Superintendência de Desenvolvimento da Capital

resgate, mais de cinquenta feridos deram entrada nos hospitais, segundo o jornal Estado de Minas.

Os feridos

Foram identificados os seguintes feridos no Sarah Kubitschek: Sálvio Teixeira Campos, Antônio Severiano Silva, Adão Leite de Andrade, João Américo da Silva, Jorge Manoel da Silva, Antônio Bonifácio Ferreira, José Inácio da Silva, Sebastião Lopes dos Santos, Jaci Consolação de Oliveira, José Vaz de Souza, Joaquim Moreira de Carvalho, Antônio Joaquim dos Santos, Vicente Nicolau da Silva, José Honorato, João Lourenço Dias, Sadi Alves da Cunha, Joaquim Gonçalves dos Santos, José Mendes Sobrinho, João Mendes Sobrinho, Vanjo Feliciano, Jorge Miranda, Manoel da Silva, Antônio Bonifácio e João Américo da Silva.

No Hospital do Pronto Socorro, deram entrada, sendo identificados José Rosa Fragoso, de 41 anos, Antônio Camilo dos Reis, de 27 anos, José Vicente Filho, residente à avenida da Rede, 91, Bairro JK, José Acácio Teixeira, Antônio Eustáquio de Souza, de 22 anos, Antônio Marques Freitas, de 38 anos, Joaquim Clemente Pereira, de 43 anos, Ernestino Soares da Silva, de 28 anos, Sebastião Rodrigues, de 35 anos, Almerindo de Souza, de 36, Odilon Luciano de Paula, de 23 anos, Nelcino Bretãs, de 20 anos, João Rufino, de 40 anos, José Alves, de 24 anos e Acácio Teixeira. Estes os trabalhadores identificados, porque deram entrada conscientes nos três hospitais. Todos os operários socorridos no HPS foram transferidos para o Semper ⁶. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 3).

O trabalho de resgate conta com vários voluntários da sociedade civil, além de várias empresas públicas e privadas, que se juntaram ao Exército, Aeronáutica, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, médicos, enfermeiros, padres e pastores, todos envidando esforços na operação. A matéria publicada no jornal Diário de Minas, nos dá noção desse envolvimento:

SOLIDARIEDADE TOTAL NA OPERAÇÃO-RESGATE

A operação-salvamento dos operários soterrados na Gameleira prosseguiu pela madrugada, com centenas de homens do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Exército e Aeronáutica trabalhando na tentativa de remover os escombros, numa demonstração de solidariedade total. Desde o começo da noite, que os trabalhos vêm sendo feitos graças aos serviços prestados pela Força e Luz, CEMIG e 12º RI, que estão iluminando o local com potentes holofotes. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – Polícia – p. 6).

⁶ Semper: Hospital.

As notícias publicadas nos jornais dão conta da complexidade e dramaticidade na operação de resgate, na Tragédia da Gameleira, onde os corpos dos trabalhadores são mutilados, com amputação de braços e pernas, objetivando o salvamento de suas vidas. Para aliviar as dores das vítimas, injeções de morfina eram aplicadas nos corpos sob os escombros. O jornal Estado de Minas nos mostra parte desse drama da seguinte maneira:

Trânsito

O cabo José Eustáquio dos Santos, da Companhia de Guarda Governamental, amputou com o serrote a perna esquerda de um operário, esmagada pela viga de cimento, levando-o para o hospital. Marcelo Magalhães, outro operário, teve amputados os braços e pernas, pelo cabo Pedro Luís da Silva, do 5º Batalhão.

Quanto tudo era dúvidas sobre o número de pessoas que continuavam presas debaixo da laje, o tenente Reinaldo do Corpo de Bombeiros, informou que, inclinando debaixo do bloco de cimento, pode ver, numa galeria apenas cerca de 30 corpos. Ontem às 18h, ele não acreditava que debaixo do monte de cimento armado ainda houvesse pessoas vivas 'porque o ar estava completamente rarefeito'. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 3).

O resgate é paralisado com a interdição da obra, ainda com vários corpos soterrados como mostra o jornal Estado de Minas:

Interditada

Toda a construção continua interditada pelo Delegado de Vigilância Geral, encarregado de apurar as causas do acidente. Ele alega que não podia permitir nenhum movimento de operários debaixo da obra, desde que exista perigo de que o resto da construção desabe, fato que não está confirmado.

A Ciurbe (Companhia Urbanizadora da Serra do Curral) reuniu os diretores das três firmas responsáveis pela construção do Palácio das Indústrias, durante quatro horas, na tarde de sexta-feira, para debater a segurança dos dois terços da construção que não foram diretamente afetados pelo desabamento.

Depois da reunião, não foi divulgada nenhuma nota oficial à imprensa, mas informou-se que o escritório da SOBRAF, em São Paulo, e o de Joaquim Cardozo, no Rio, estão elaborando o plano de cimbramento (escora) do resto da construção. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 07/02/71 – Caderno 1 – p. 16).

O horror presenciado nas operações de resgate, levou soldado ao suicídio, segundo matéria publicada no jornal Diário de Minas:

TRAGÉDIA ENLOUQUECE SOLDADO QUE SE MATA OPERÁRIOS VIVOS SOB OS ESCOMBROS

Dois operários soterrados há quase 48 horas no desabamento do Palácio das Exposições, na Gameleira, estariam vivos, segundo afirmaram ontem, dois soldados do Corpo de Bombeiros e três civis que trabalhavam na remoção dos escombros e no resgate dos corpos. O chefe do serviço de operações cessou toda operação pesada, até meia-noite, tentando descobrir homens vivos.

Um soldado da Polícia Militar que até às 18 horas de ontem participou da operação-resgate, ficou traumatizado com as cenas que presenciou na Gameleira e acaba louco: quando chegou em casa, suicidou (sic) com um tiro no ouvido.

O corpo do PM Luís Carlos Batista foi levado para o Departamento de Medicina Legal. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.461 – 06/02/71 – Final – p. 11).

A comoção é grande e o número de familiares buscando por notícias tumultua o pronto socorro e o próprio Parque da Gameleira.

As dificuldades no resgate foram de toda ordem, ocorrendo inclusive uma greve de trabalhadores assim divulgada no jornal Diário de Minas:

Operários em greve na obra condenada

Alegando falta de condições e segurança, os operários que estavam trabalhando desde quinta-feira na remoção dos escombros do Pavilhão dos Livros, no Palácio das Exposições da Gameleira, decidiram, ontem, entrar em greve, 'porque o resto da obra pode cair a qualquer momento e matar mais trabalhadores'. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.463 – 09/02/71 – Polícia – p. 8).

Uma nota oficial publicada no jornal Estado de Minas também alude à paralisação do resgate.

Nota oficial

A Construtora Mendes Júnior foi incumbida de coordenar os trabalhos com sua equipe técnica, e o fez, sem interrupção, até hoje cedo.

Em reunião realizada hoje pela manhã, à qual compareceram o presidente o diretor-técnico da Ciurbe; o cel. José Andrade Drumond, diretor de operações da Polícia Militar de Minas Gerais; os engenheiros José Mendes Júnior e José Cândio Fernandes Filho, da Construtora Mendes Júnior; o engenheiro Antônio Coimbra Tavares, da SERGEN: resolveu-se, a fim de evitarem-se acidentes nos trabalhos de desobstrução, aguardar a chegada a Belo Horizonte, ainda hoje, do engenheiro Joaquim M. Cardozo, do Rio, do sr. Paulo Lourena, da SOBRAF de São Paulo, responsáveis – o primeiro, pelo cálculo das estruturas, o segundo, pela execução das fundações, a fim de, juntamente com a firma construtora do prédio, SERGEN S/A,

pronunciarem-se sobre as providências subseqüentes a serem tomadas. Em 08 de fevereiro de 71'. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 09/02/71 – Caderno 1 – p. 1).

O jornal Estado de Minas, na sua edição de 09/02/71, publica lista com nome de 59 operários ainda desaparecidos. Já o jornal Diário de Minas fala de 81 operários desaparecidos e da dificuldade de identificação dos corpos na seguinte matéria:

Mortos podem chegar a 100

Setenta famílias já foram à polícia para reclamar 81 operários que trabalhavam nas obras de construção do Palácio das Exposições, na Gameleira, e que estão desaparecidos desde quinta-feira e a maioria acredita que eles estejam sob os escombros.

Até ontem, quando foram paralisados os trabalhos de remoção dos escombros para localização dos corpos, o Departamento de Medicina Legal já havia registrado apenas 10 cadáveres, que ali foram necropsiados. A soma dos dois grupos eleva a quase 100 o número provável de mortos.

O Departamento de Medicina Legal tem os documentos das seguintes pessoas cujos dados não permitem confronto papiloscópico: Sebastião Gonçalves, Geraldo Pinto Ferreira, Raimundo Ribeiro da Silva, Waldecir Jovino da Silva, Paulo Francisco de Almeida, Leandro Bonifácio, Geraldo Germano de Castro, Divino Lima de Faria, João Américo da Silva e João Rodrigues.

Ontem os peritos chegaram à conclusão de que uma relação de documentos de desaparecidos não será possível o confronto papiloscópico devido a irregularidades quando da tomada das impressões digitais por parte do identificador dos seguintes operários: Dorval Evangelista Gangana, José Bonzé, Luís Roberto Pereira, Sebastião Higino Alves, Domingos Inácio Reis, Welerson Fábio Pinto, Alberico da Rocha, Dionício Faustino de Souza, José Alves de Almeida, João Alves da Silva, Expedito Vidal, Raimundo Gonçalves Ribeiro, Roberto Marcelino da Silva, Aristides Rodrigues Lemos, Sebastião Francisco dos Santos, Inácio Amaral, Afonso Francisco, João de Oliveira Berto, Wilson Gomes Coiris, Antônio Morato, José Marques Sobrinho, Joaquim Inácio dos Reis, João Batista Martins, Manoel Firmo de Souza, Abílio Pereira dos Santos, Sebastião Bento de Souza, Fidelcino Rosa de Jesus e Osvaldo Francisco de Freitas.

São os seguintes os desaparecidos que não tem impressões digitais registradas na documentação em poder do Departamento de Medicina Legal: José Vicente Inácio, Lucimar da Silva Lima, Geraldo Cesário da Silva, Alípio Modesto da Silva e José da Silva.

Os documentos apresentados ontem pelas famílias dos desaparecidos somente permitem confronto de impressões digitais dos seguintes operários: Dorvalino Henrique, Valdo Feliciano Pinto, Itamar Luiz de Souza, José Augusto da Silva, José Virgílio da Silva, Sebastião Gonçalves, José Lourenço Bispo, Geraldo Pinto Ferreira, Osvaldo Francisco de Freitas, Maurício Gomes, Raimundo Ribeiro da Silva e

Amintas Hermógenes Pereira, Waldeci Jovino da Silva, Odilon Luciano de Paula e Sebastião Gonçalves.

Documentos que não permitem pesquisa de confronto: Luiz Roberto Pereira, Sebastião Bento de Souza, Geraldo Pereira da Silva, Aristides Rodrigues Lemos, Orlando Ventura da Silva, José Vago, João Júlio Soares, Josemar Braz Azevedo, Manoel Botelho, Alberico da Rocha, Joaquim Clemente Pereira, Francisco Lúcio, Eneir Alves da Silva, Joaquim Xavier de Siqueira, Alvimar Geraldo dos Santos Souza, José Antônio Moreira Prado, Narcino Proti, José Prudente de Souza, José Bonzé, José Cesário de Souza, José de Oliveira Rocha, e Eurides Pereira da Cruz. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.463 – 09/02/71 – Polícia – p. 8).

Conforme matéria, do Estado de Minas, o resgate continua parado e a Polícia Federal não vê greve na Gameleira:

Os trabalhos na Gameleira estão parados há 48 horas

Ontem, ao meio-dia, fez 48h que estão suspensos os trabalhos de recuperação dos corpos soterrados no Pavilhão das Exposições na Gameleira. No local, permaneciam apenas 455 alunos do Curso de Formação de Oficiais da PM, seis bombeiros, um carro-bomba, o 'brucutu' da Polícia Militar e dois caminhões Euclid, usados inicialmente na remoção dos escombros.

Ninguém podia ultrapassar os cordões de isolamento e chegar mais perto da construção. Apenas os alunos do CFO informavam que 'é muito forte' o cheiro dos cadáveres em decomposição debaixo das lajes. O operário da SERGEN, Paulo Bernardino Silva, armador, um dos poucos que permaneciam no local, informou que existem ainda muitos corpos debaixo do bloco de concreto.

Polícia Federal não vê greve na Gameleira

O inspetor Cídio Leite, da Polícia Federal, esteve ontem no local dos escombros da Gameleira para verificar se a paralisação dos trabalhos de desobstrução era decorrente de greve dos trabalhadores, segundo comentaram alguns jornais, principalmente do Rio.

Imediatamente, ele foi informado por autoridades presentes – inclusive do delegado que preside o inquérito – de que a medida atendia a determinação da Delegacia de Vigilância e da Ciurbe, por causa da ameaça de desabamento das paredes laterais da obra.

Na manhã de ontem, o Parque da Gameleira – onde o movimento de curiosos caiu muito desde a paralisação dos trabalhos – voltou a movimentar-se com a chegada de máscaras contra gás e lençóis levados pelo Corpo de Bombeiros. Todos esperaram que os trabalhos seriam reiniciados, o que não aconteceu.

Alguns trabalhadores continuam no local à espera de novas ordens; outros se ausentaram enquanto o reinício do trabalho não é decidido. A área onde vinham operando guindastes e caminhões continua praticamente limpa. E enquanto isso, o mau-cheiro, que só se sentia nitidamente, de perto da obra, começa a espalhar-se, chegando a atingir a Avenida Amazonas.

Segundo informações de um dos portadores das máscaras e lençóis, a providência do Corpo de Bombeiros é porque, de acordo com o novo

esquema de resgate dos corpos, o que vai ser necessário, são máscaras e lençóis para cobrir os restos dos que ainda se encontram sob os escombros'. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 11/02/71 – Caderno 1 – p. 11).

O mau cheiro na região e a pressão dos familiares reclamando seus parentes, leva as autoridades federais a exigirem a remoção imediata dos corpos, conforme matéria do Diário de Minas:

AUTORIDADES FEDERAIS EXIGEM REMOÇÃO IMEDIATA DOS CORPOS

As autoridades federais sediadas (sic) em Minas Gerais podem exigir, a qualquer momento, a retirada dos cadáveres de dezenas de operários soterrados no Parque da Gameleira. O Serviço Nacional de Informações – SNI – estaria, desde ontem, fazendo um levantamento completo sobre as causas da paralisação dos trabalhos de resgate dos corpos.

O levantamento do SNI é dos mais sigilosos e, segundo se sabe, estaria sendo apurada, também, uma briga que há entre empresas de construção em Minas Gerais, que teria determinado a paralisação dos serviços. (Jornal Diário de Minas – Ano XXII – nº 6.465 – 11/02/71 – Polícia – p. 8).

Ninguém entende ninguém

Por outro lado, ninguém – nem mesmo Governo, fala qualquer coisa sobre a paralisação das obras de remoção dos escombros e resgate de cadáveres da Gameleira. A Polícia, ontem, não tomou nenhum depoimento de operário e há, em curso, um processo para impedir que a imprensa divulgue os depoimentos dos operários e engenheiros.

Enquanto isso, as famílias dos operários desaparecidos continuam a reclamar seus corpos, mas os apelos não são ouvidos por ninguém. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.465 – 11/02/71 – Polícia – p. 8).

O governador substitui o engenheiro João Câncio pelo Engenheiro Vasco Viana Andrade, que percorreu o local com técnicos da CIURBE, SERGEN, DER e Mendes Júnior para elaborar um plano de efeito imediato, segundo o jornal Estado de Minas.

Três dias mais tarde o recomeço do resgate é noticiado pelo jornal Diário de Minas:

RECOMEÇA A OPERAÇÃO-RESGATE NA CONSTRUÇÃO DA MORTE
Dezenas de operários da SERGEN, Mendes Júnior e DER começaram, ontem, o serviço de escavamento da obra do Pavilhão das Exposições da Gameleira que estava ameaçando desabar totalmente. Com o trabalho realizado ontem, será possível o reinício do trabalho de remoção dos

escombros, a partir de hoje, com a retirada dos cadáveres – quase 80 – ainda soterrados.

O mau cheiro da obra aumentou ontem e centenas de reclamações foram feitas às autoridades sanitárias do Estado, mas nada pode ser melhorado, porque o local é perigoso e ainda está sob ameaça de desabamento. O fato tem prejudicado o funcionamento de quase todos os estabelecimentos próximos ao local, inclusive o Hospital Sarah Kubitschek [...]. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.466 – 12/02/71 – Polícia – p. 8).

O novo engenheiro responsável pelo resgate não tem previsão de término dos trabalhos, conforme matéria do jornal Estado de Minas.

Limitações

O engenheiro Vasco Andrade afirmou que seu trabalho será condicionado a uma série de limitações e que, por esta razão, é impossível prever a data de conclusão. ‘Só podemos adiantar que o trabalho continuará no ritmo em que vinha com o eng. João Cândia, que chegou a trabalhar 20 horas por dia, comandando sua equipe’, disse o engenheiro. As limitações a que se refere são: o máximo cuidado no sentido de evitar qualquer ameaça aos trabalhadores na remoção e não comprometer, de forma alguma, os dois terços da obra que ficaram ilesos. O engenheiro Vasco Andrade afirmou também que o problema na operação-limpeza “não são homens, mas equipamentos”. Segundo o trabalho da equipe de limpeza, continuam na Gameleira, realizando sua parte específica, os elementos do Departamento de Polícia Técnica – peritos Jonas, Marcelo, Ribeiro e Adolfo, sob a chefia do perito Mussolini. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 14/02/71 – Caderno 1 – p. 16).

Com o passar do tempo a identificação dos corpos se torna cada vez mais difícil, conforme matéria publicada no jornal Estado de Minas:

Identificação difícil

Para a identificação dos corpos, os peritos do Departamento de Polícia Técnica estão atuando em coordenação imediata com a Medicina Legal. Por causa do estado dos cadáveres – às vezes, apenas a roupa e pedaços de carne, além dos ossos – os peritos Mussolini, Mauro Curi e Jonas Alcides estão utilizando fragmentos de roupas, objetos encontrados, sapatos, etc., sendo quase inteiramente impossível a eficácia do método das impressões digitais. Só em certos casos este método é possível no momento, assim mesmo com a exploração de camadas interiores da epiderme.

Os peritos montaram escaninhos em que exibem, catalogados, objetos e pedaços de vestes, sapatos etc. que são exibidos a parentes das vítimas encontradas. Eles estão agindo ‘com certo cuidado’, na mostra aos parentes, porque já houve casos em que mais de um deles apontam, como pertencentes a duas pessoas, objetos de uma só: ‘Neste caso – disse um perito – um dos interessados, consciente ou não, está

cometendo um erro'.

Dos 16 corpos resgatados ontem, foram identificados: Sebastião Bento de Souza, 30 anos, casado (r. São Geraldo, 55, Cabana); José Lourenço Bispo, 33 anos, casado (rua Zurick, 101, Gameleira); Domingos Inácio dos Reis, 38 anos (rua Durval de Barros, s/n); Amintas Hermógenes Pereira, 33 anos, casado (rua Aquaril, 136, Vista Alegre); e Joaquim Inácio dos Reis, 25 anos, solteiro (rua General, 36, Lagoa Seca).

Os corpos retirados e identificados anteontem são: Raimundo Ribeiro da Silva, 25 anos, solteiro (rua Astolfo Dutra, Vera Cruz); José Vago, 19 anos, solteiro (r. Santa Luzia, 1093); José Rodrigues de Oliveira, 26 anos, casado (Via Lopes, 120); João de Oliveira Berto, 22 anos, solteiro (r. Paiva, Vista Alegre), e Manuel Firmo de Souza, 44 anos, casado (rua Cascadura s/n., Lagoa Seca). (JORNAL ESTADO DE MINAS – 25/02/71 – Caderno 1 – p. 13).

Com a dificuldade de identificação dos corpos, mortos são enterrados sem identificação, conforme matéria do Diário de Minas.

GAMELEIRA SÓ IDENTIFICA SEUS MORTOS COM NÚMEROS

Os números

Dois números: 1354 e 1355, enterrados sem qualquer acompanhamento. Dois corpos mutilados, como estAarão, daqui para frente, todos os corpos a serem retirados dos escombros do Palácio de Exposições.

Com relação a eles – os mortos desconhecidos – apenas alguns objetos pessoais, relacionados pela Polícia Técnica: O 1.354 deixou um macacão de mangas curtas, azul marinho, calça de brim e um chapéu de algodão, bege, além de botinas pretas e usadas.

Cabelos e olhos castanhos, 1,65m de altura, morreu por causa de fraturas no corpo inteiro, esmagado pelos blocos de cimento. Retirado dos escombros domingo.

Ainda mais irreconhecível, o 1.355 deixou uma camisa azul e branca, calça de brim azul, calção de algodão e um pé de botina. Morreu por asfixia e foi retirado segunda-feira. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.470 – 17/02/71 – Polícia – p. 8).

O resgate é concluído, embora a mulher de João Alves da Silva reclama seu corpo, conforme esta matéria do Jornal Estado de Minas:

Na Gameleira, agora só resta o silêncio

O Parque da Gameleira está quase em silêncio. Só um engenheiro – Egberto Andrade, da Ciurbe – e uns operários do DER, continuam na operação final de remover o resto dos escombros onde não há possibilidade de existir mais qualquer cadáver, embora a mulher de José Alves da Silva continue sem saber de seu marido tido como desaparecido na Tragédia. Um engenheiro, alguns operários – nenhuma preocupação com a rapidez dos trabalhos finais – e um ou outro curioso que ainda aparece para ver onde se deu a catástrofe que matou 68 operários. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 02/03/71 – Caderno 1 – p. 13).

O corpo do trabalhador João Alves da Silva, reclamado pela viúva após o término do resgate, é encontrado, e dada uma justificativa absurda, como veremos a seguir em matéria do Jornal Estado de Minas.

65, numero oficial de operários mortos

Agora já é oficial: o desabamento do Palácio das Exposições, no dia 4 de fevereiro, matou 65 operários. Ontem, os peritos Mussoline, Jonas e Mauro Curio, responsáveis pela identificação dos corpos, entregam ao chefe da Polícia Técnica, delegado Prata Neto, a relação de todas as vítimas.

Dos 65 mortos, o último só foi encontrado ontem à tarde, pela equipe encarregada de fazer a verificação final na área. O corpo de João Alves da Silva havia sido deixado para trás, durante o trabalho da desobstrução do terreno.

A lista

Para identificar os 57 corpos retirados dos escombros (oito operários morreram nos hospitais), os peritos utilizaram várias técnicas, desde a impressão digital até o reconhecimento através dos pertences particulares dos mortos.

É esta, a relação oficial das vítimas do acidente: Euzébio Evangelista dos Santos, Fidelcino Rosa de Jesus, Aristides Rodrigues Lemos, Geraldo Pereira da Silva, Josemar Braz de Azevedo, José Marques Sobrinho, Abílio Pereira dos Santos, João Batista Martins, Waldeci Jovino da Silva, Raimundo Ribeiro da Silva, João de Oliveira Berto, José Rodrigues de Oliveira, José Vago, Manoel Firmo de Souza, Luiz Roberto Pereira, José Lourenço Bispo, Joaquim Inácio dos Reis, Sebastião Gonçalves, Domingos Inácio dos Reis, Sebastião Bento de Souza, Amintas Hermógenes Pereira, Alberico da Rocha, Hermínio Couto, Lucimar da Silva Lima, José Bonze, João Rodrigues, José Vicente Inácio, Leandro Bonifácio, João Júlio Soares, José Viana Barbosa, Orlando Ventura da Silva, Raimundo Gonçalves Ribeiro, Geraldo Cesário da Silva, José Alves de Almeida, Inácio Amaral, Wilson Gomes de Caíres, Eneir Alves da Silva, Antônio Morais, Geraldo Germano de Castro, José da Silva, Divino Lima de Faria, Geraldo Pinto Ferreira, Manoel Botelho, Eurides Pereira da Cruz, Afonso Francisco, Dionísio Faustino de Souza, Expedito Vidal, Oswaldo Francisco Freitas, Alípio Modesto da Silva, José de Oliveira Roque, José da Silva, Nadir Pereira, Jorge Calado Filho, Itamar Luis de Souza, João Rodrigues Braga, Marino Pereira Mendes, Elviro Alves dos Santos e João Alves da Silva. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 03/03/71 – Caderno 1 – p. 11).

3.6 Atendimentos aos sobreviventes e aos familiares das vítimas pelo poder público e pela sociedade civil

O atendimento prestado aos sobreviventes e aos familiares das vítimas pela construtora SERGEN e pelo poder público se deu mais no plano da retórica do que por meio de medidas práticas, envolvendo inclusive ações policiais para retirada de familiares que reclamam direitos junto à construtora, que havia divulgado em nota todo apoio aos familiares. O INPS, por outro lado, garantindo direitos, na imprensa, que já eram garantidos por força de lei. Já a Igreja, os artistas e a comunidade se apresentam com ações práticas, como *shows*, recolhimento de doações e celebrações.

O jornal Estado de Minas publica uma matéria sobre o direito dos trabalhadores e das famílias, bem como a forma de determinação do grau de incapacidade do trabalhador sobrevivente:

Conheça os direitos dos operários e das famílias

O INPS já formou uma equipe com assistente social, um representante do Grupamento de Acidentes do Trabalho e um funcionário da SERGEN – a construtora do Pavilhão de Exposições da Gameleira – para estudar a questão dos benefícios que a legislação do trabalho concederá aos feridos e às famílias dos mortos, no acidente.

Também já ficou decidido que as vítimas têm direito a tratamento por conta do Instituto, internamento em hospital, aposentadorias, pensões e aparelhos ortopédicos, no caso de mutilação. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – Caderno 1 – P. 10).

Os que recebem

O sr. Geraldo Lana, chefe do setor de Acidentes do Trabalho do Instituto, informa que as famílias dos que morreram vão receber um pecúlio de Cr\$3.300,00 (18 salários mínimos) e uma pensão mensal correspondente ao salário do empregado. Desta forma, a vítima ou os dependentes continuam recebendo todos os meses o mesmo que o operário ganhava enquanto vivo.

O operário que tiver perdido até 25 por cento de sua capacidade no acidente (ou em qualquer outro acidente de trabalho) recebe uma indenização de 25 por cento de 18 salários mínimos, um total de Cr\$825,00. Não recebe pensão mensal, porque o Instituto presume que poderá continuar trabalhando. O operário, nesse caso, deverá passar pelo Serviço de Reabilitação do INPS que o prepara para outra ou para a mesma profissão de antes, conforme o caso. (JORNAL ESTADO DE

MINAS – 06/02/71 – Caderno 1 – p. 10).

O que é 25 por cento

Explica o sr. Geraldo Lana que a determinação de incapacidade do acidentado (25, 30, 50 ou 100 por cento) depende de vários fatores e varia de pessoa para pessoa, de acordo com deficiências anteriores ao acidente, tipo de trabalho que a pessoa exercia e ainda de outros dados.

- Sem examinar cada caso, é impossível dizer que tipo de incapacidade atinge um ou outro dos acidentados. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – Caderno 1 – p. 10).

Até 60 por cento

Se a redução da capacidade de trabalho do operário ficar entre 26 e 60 por cento, ele vai receber um auxílio-acidente todos os meses (até o fim da vida), correspondente a uma percentagem do seu salário, equivalente ao grau de incapacidade que ficar determinado no seu caso.

Por exemplo, quem ficar com 25 por cento de sua capacidade de trabalho reduzida, passa a ganhar 25 por cento do que vinha ganhando na época do acidente. Quem ficar com 40 por cento do que recebia. E esse pagamento será reajustado todas as vezes em que houver reajustamento dos benefícios da Previdência.

O INPS dá a aposentadoria a quem for prejudicado pelo acidente em mais de 60 por cento da sua capacidade de trabalho. Nesse caso, a pessoa continua recebendo, todos os meses, o que vinha ganhando antes do acidente. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – Caderno 1 – p. 10).

A assessoria de relações públicas da SERGEN está organizando um plano de assistência às vítimas do desabamento, segundo o jornal Estado de Minas.

A SERGEN solicita à Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais estudo minucioso das famílias das vítimas atingidas pela Tragédia, conforme matéria publicada no jornal Diário de Minas, que se segue:

Serviço social

Um estudo minucioso das famílias das vítimas atingidas pela catástrofe, começou ontem a ser realizado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica, encaminhado pela SERGEN.

As professoras Maria Beatriz Gonçalves e Iá Machado, serão as coordenadoras da tarefa, que visa, exclusivamente, o levantamento da situação real das famílias, objetivando cadastrar, para posterior solução, os casos sociais motivados pelo terrível evento da Gameleira.

A professora Maria Beatriz Gonçalves, está convocando alunas da Escola de Serviço Social para esta tarefa, que além de humanitária, servirá como trabalho de campo, realizado anualmente pelas universitárias.

A SERGEN fornecerá às coordenadoras, todo o material necessário, além do transporte. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.463 –

A FEBEM na pessoa do seu diretor executivo, Hamilton Martins Silveira, disse ao jornal Estado de Minas, que está em contato permanente com o Juizado de Menores, para internar, no Centro de Recolhimento e Triagem, todos os filhos dos operários acidentados, desde que seja preciso.

Um dos maiores dramas familiares da Tragédia, é o da família do viúvo Geraldo Pereira Sobrinho, que morreu na Tragédia, deixando órfãos sete filhos menores. Esses menores foram internados na FEBEM, conforme matéria publicada no jornal Diário de Minas:

FEBEM fica com 7 filhos de operário da SERGEN que já não tinha (sic) mãe

Os sete filhos do operário Geraldo Pereira da Silva, que morreu no desabamento do Pavilhão de Exposição da Gameleira e que já haviam perdido a mãe, há dois meses atrás, foram levados para o Centro de Recolhimento e Triagem da Fundação de Bem Estar do Menor – FEBEM – onde estão recebendo assistência.

O diretor executivo da FEBEM, Hamilton Martins Silveira, informou que está em contato permanente com o Juizado de Menores de Belo Horizonte, e caso seja necessário, está preparado para o internamento das crianças, e acrescentou ainda que a FEBEM fornecerá recursos financeiros ou alimentares às crianças e demais familiares dos acidentados. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.465 – 11/02/71 – Geral – p. 5).

A direção do sindicato dos trabalhadores na construção civil, informou ao jornal Estado de Minas, sobre reunião com seus advogados para decidir as providências que serão tomadas para assegurar os direitos dos trabalhadores acidentados na Gameleira e das famílias dos operários mortos.

A cidade rezou pelos mortos em seis missas encomendadas pela SERGEN e celebradas em seis igrejas, em pontos diferentes da capital, segundo o jornal Estado de Minas.

O jornal Diário de Minas alerta sobre os direitos indenizatórios às vítimas da Gameleira, na seguinte matéria:

Advogado diz que todos operários acidentados deverão ser indenizados

O advogado Osmar Barbosa e sua assistente, Santuza Bicalho, disseram ontem, que em tese todos os operários acidentados no desabamento da Gameleira ou as famílias dos que morreram, podem ingressar na Justiça, pedindo indenização se for constatada a culpa da empresa construtora, por negligência, imprudência ou imperícia dos engenheiros responsáveis pela obra.

- É preciso advertir que o simples pagamento do seguro por acidente de trabalho a ser feito pelo INPS, não exime a empresa da responsabilidade indenizatória como decorrência do seu ato culposos. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.465 – 11/02/71 – Geral – p. 5).

CORPOS ENTERRADOS SEM IDENTIFICAÇÃO DÃO PROBLEMA

O sepultamento de operários mortos no desabamento do Pavilhão de Exposições da Gameleira, sem identificação, como vem ocorrendo, pode causar sérios problemas para as autoridades policiais, e também para as famílias das vítimas, que poderão perder todos os direitos que têm por falta de atestado de óbito. A explicação do problema e suas implicações foi dada ontem ao DM, pelo advogado Osmar Barbosa.

Segundo o advogado, o Código de Processo Penal prevê a exumação de corpos, a pedido das famílias, a fim de que o reconhecimento seja feito.

Para ele, a falta de atestado de óbito e seu registro no cartório pode gerar uma série de problemas para as famílias dos operários vitimados: a começar pela INPS, segundo o Dr. Osmar Barbosa, os direitos podem ser prejudicados, porque nenhuma repartição da Previdência paga qualquer pensão sem a prova da morte. O advogado estranhou que estejam sendo enterrados elementos sem identificação. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.471 – 18/02/71 – Polícia – p. 8).

O corpo de um trabalhador enterrado sem ser necropsiado colocou viúva em dificuldade para receber seguro de vida deixado pelo marido, conforme matéria publicada no jornal Estado de Minas:

Viúva faz apelo para receber seguro

O operário Elviro Alves dos Santos, vítima do desabamento do Palácio das Indústrias, na Gameleira, morreu no Hospital Felício Rocho e foi sepultado sem ser necropsiado no Departamento de Medicina Legal. O operário, há quatro meses, fez um seguro de vida no GBOEX, no plano de 10 mil cruzeiros.

Ontem, D. Edith Simões Santos, viúva do operário, procurou o presidente do inquérito sobre o desabamento para obter uma declaração do acidente sofrido pelo marido. Ela só receberá o seguro do GBOEX após provar que Elviro foi vítima de acidente, durante o trabalho.

O delegado disse que estava disposto a auxiliar a viúva, fornecendo uma declaração sobre a presença de Elviro, no dia do acidente da Gameleira, quando foi retirado sob os escombros e internado no Felício Rocho. O presidente do inquérito terá de mandar exumar o cadáver de Elviro para que os legistas atestem a causa de sua morte, caso a seguradora não aceite a sua declaração sobre o acidentado. D. Edith fez um apelo ao GBOEX, - 'tenho sofrido muito e não quero a exumação. Espero receber o seguro porque os diretores do GBOEX devem compreender o meu

drama'. O pai de Elviro, o Sr. José Alves dos Santos mora em Frei Inocência e veio assistir à missa de 30º dia, pois só ontem tomou conhecimento da morte do filho. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 20/02/71 – Caderno 1 – p. 11).

A construtora SERGEN estava usando até polícia para espantar os familiares das vítimas em seu escritório, à Rua Goitacazes, segundo jornal Diário de Minas.

Vinte e um dias após a Tragédia, um grupo de viúvas de operários mortos protestava na Gameleira, conforme matéria publicada no jornal Diário de Minas segue:

MAIS PROTESTO

Mais de vinte viúvas dos operários mortos no desabamento, foram, ontem, ao Parque da Gameleira, onde ocorreu o acidente, a fim de protestar contra a SERGEN, 'que não está mais dando assistência às famílias'. Uma delas, Sra. Neuza Moreira Rodrigues, mãe de dois filhos, disse, 'que a SERGEN está pondo até polícia para espantar qualquer elemento que vá ao seu escritório pedir providências'.

Ao mesmo tempo as mulheres se reuniram no pátio do Pavilhão de Exposições e fizeram um elogio aos peritos. As mulheres também fizeram uma comparação entre os trabalhos dos peritos e da SERGEN e disseram que os peritos que não têm responsabilidade nenhuma no caso informam tudo bem melhor. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.475 – 25/02/71 – Polícia – p. 8).

Um mês após a Tragédia da Gameleira, um vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, apresentou projeto que autoriza doações de lotes da prefeitura às famílias de operários mortos ou mutilados na Tragédia da Gameleira, conforme matéria publicada no jornal Estado de Minas:

Vereador quer dar lote às famílias dos mortos

O vereador Jorge Carone Filho apresentou projeto na Câmara Municipal, autorizando a doação de lotes da Prefeitura às famílias de operários mortos ou mutilados no desabamento da Gameleira.

Na exposição de motivos de seu projeto, o vereador Jorge Carone, após indicar os lotes que poderão ser doados, esclarece que já há precedente para o caso, citando a doação de lotes aos jogadores mineiros que participaram da Copa do Mundo.

Diz mais o vereador que naquela oportunidade foram doados lotes valoradíssimos, situados nas Mangabeiras, enquanto agora, para as vítimas da Gameleira, pretende apenas pequenos lotes, em conjuntos populares.

É o seguinte o texto do projeto: Art. 1º - Fica a Prefeitura autorizada a doar terrenos em bairros populares às famílias dos operários falecidos ou mutilados no desabamento das obras do Palácio das Indústrias, localizado no bairro da Gameleira. Art. 2º - Cada beneficiário só terá direito a um lote de terreno. Art. 3º - Para efetivação da doação, poderá a Prefeitura usar dos lotes recebidos na conformidade do artigo 18 da Lei nº 15, de 18 de março de 1948. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 04/03/71 – Caderno 1 – p. 11).

A doação de terrenos aos familiares das vítimas noticiados pela imprensa, não se efetivou, não passando a iniciativa do nível das boas intenções.

3.7 Inquérito e a apuração de responsabilidades

A necessidade de apuração de responsabilidade pela Tragédia da Gameleira levou o governo a constituir uma comissão, composta por um mineiro e dois paulistas, e denominada “comissão de alto nível”, que teria sob seu encargo a elaboração de um laudo técnico sobre as causas do desabamento do Pavilhão de Exposição da Gameleira. A SERGEN contratou o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) para a elaboração de laudo técnico sobre as causas da Tragédia. O governo solicitou também a ajuda do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) para ajudar no levantamento das causas da Tragédia.

O inquérito desenvolveu-se lentamente devido ao grande número de possíveis responsáveis e às próprias condições de periciamento da obra que, em vários momentos, corria riscos de desabamento das estruturas restantes.

Um dia após a Tragédia a imprensa fala da instauração do inquérito e das comissões técnicas. O jornal Estado de Minas publica a seguinte matéria sobre a instauração do inquérito.

Inquérito

A Delegacia de Vigilância Geral instaurou inquérito para apurar as causas do desabamento de uma laje no Palácio das Indústrias, em construção

no Parque da Gameleira, na tarde de ontem. O delegado Geraldo Lara Resende vai presidir o inquérito e nomear uma comissão de engenheiros da Sociedade Mineira de Engenheiros e peritos do Departamento de Polícia Técnica para o levantamento pericial do local do acidente. O delegado Gabriel da Prata Neto, chefe do Departamento de Polícia Técnica esteve no local e colocou todos os peritos disponíveis no levantamento preliminar dos danos causados pelo desabamento da laje. O local será interditado pela Polícia Técnica e só será liberado após a complementação de todos os exames. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª seção – p. 2).

Para melhor entender o tema, o jornal foi buscar a assessoria do advogado Gustavo Azevedo Brando que dá explicações sobre culpa em acidente e responsabilidade, reproduzidas em matéria publicada no jornal Estado de Minas que se segue:

Advogado explica a culpa em acidente

O advogado Gustavo Azevedo Branco, professor de Direito Civil, da Faculdade Católica, e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, em Minas, disse que a situação jurídica da firma empreiteira da obra que desabou, na Gameleira, só poderá ser configurada após a apuração técnica para constatar ou não a culpa, por ação ou omissão. Esta apuração é que poderá constatar a responsabilidade diante do Estado ou de terceiros que tenham sido prejudicados.

- Quanto ao que se refere aos operários vitimados, ela é responsável, havendo ou não culpa, porque 'o patrão é sempre responsável por todos os danos causados em seus empregados quando em serviço'. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – Seção 2 – p. 3).

Responsabilidade

O professor Gustavo Azevedo Branco afirmou que nada soube – senão as notícias sobre os lamentáveis efeitos do desabamento – quanto ao que ocorreu tendo como consequência a Tragédia. Mas, falando em tese, ele afirmou que a indenização a que tem direito qualquer empregado vitimado em serviço é uma questão sobre a qual não existe discussão: tenha ou não culpa, o patrão é responsável pelos seus empregados, em serviço. A indenização à vítima, neste caso, é feita de acordo com a Lei de Acidentes de Trabalho. No caso de ter havido erro – ação ou omissão – então, o empregado pode exigir a indenização provando o ato ilícito. Também neste caso da constatação da culpa, a empresa tem a responsabilidade não só diante dos empregados vitimados, mas também diante do Estado – no caso da Tragédia da Gameleira – e de terceiros que tenham sido também prejudicados. (Jornal Estado de Minas – 05/02/71 – Seção 2 – p. 3).

Dois dias depois da Tragédia as plantas do projeto do Pavilhão de Exposições da Gameleira foram apreendidas na SERGEN e delegado falou em

prazo para conclusão do inquérito, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Apreendidas na SERGEN as plantas do projeto

O Departamento de Polícia Técnica apreendeu, nos escritórios da SERGEN, as plantas de cálculos e detalhes do projeto da obra sinistrada na Gameleira. Dezoito deles encontravam-se no escritório da firma, na Gameleira e, 30, no seu escritório, no centro da cidade.

Na firma – segundo o Departamento de Polícia Técnica – informaram que uma das plantas, a Revisão de Memória de cálculo encontrava-se no escritório da SERGEN em Niterói, o que causou certa estranheza entre os homens do DPT, embora um dos peritos haja informado ser normal que ‘a memória de cálculo não esteja no local da execução de um projeto’. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – Caderno 1 – p. 10).

Laudo em um mês

Segundo o delegado Prata Neto, do Departamento de Polícia Técnica, o laudo pericial que poderá esclarecer as causas do desabamento da Gameleira só deverá ser concluído em trinta dias, no mínimo. Estão trabalhando, desde os momentos posteriores à Tragédia, na apuração técnica dos fatos os engenheiros do DPT Josemar Collen, Vitor Moseli e Aluísio Pereira dos Santos, e o perito Alberto Carlos.

Uma comissão de professores universitários de Engenharia – das universidades Católica e Federal – foi constituída por solicitação do DPT e já está trabalhando: os nomes desses professores serão mantidos em sigilo para evitar a possibilidade de qualquer constrangimento de ordem ética profissional.

O trabalho da comissão resultará num laudo de apreciação que será juntado no processo de apuração da Polícia Técnica. Também o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura será solicitado, pelo DPT, para dar parecer a respeito da ocorrência na Gameleira, uma vez que aquele órgão é exclusivamente de fiscalização. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – Caderno 1 – p. 10).

Plantas

Um dos engenheiros da Polícia Técnica explicou que “Revisão de Memória de Cálculo” é a planta que engloba os mínimos detalhes das exigências e previsões do projeto, como cálculo de concretagem, sondagem, traço de concreto, espessura de lajes, etc.

No escritório central da SERGEN, o DPT – quando apreendeu as plantas – foi apenas informado de que a ‘Revisão de Memória de Cálculo’ está no escritório da firma, no Rio.

Entre as 48 plantas apreendidas, que empilhadas dão um volume de mais de um palmo, estão a de Armação de Parede, Fôrmas: Cobertura, Armação da Fundação: Rampa, Vigas da 2ª S-Loja, Armação das Lajes, etc. As plantas estão no Departamento de Polícia Técnica e serão objeto de apreciação dos engenheiros que trabalham na apuração técnica da Tragédia. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – Caderno 1 – p. 10).

O inquérito policial foi dividido em quatro partes. O delegado procurou saber se a culpa era dos responsáveis pela: sondagem, fundação, cálculo ou

estrutura (jornal Estado de Minas). A comissão técnica divulgada pela imprensa como de alto nível ou de alto gabarito foi indicada pelo governador, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Israel indica engenheiros para apurar desabamento

O governador Israel Pinheiro manteve contato com o delegado Geraldo Resende, domingo e ontem, para informar-se do andamento das diligências policiais destinados (sic) à apuração da causa do desabamento e pouco depois o sr. Israel Pinheiro decidia indicar os nomes de três engenheiros para constituírem a comissão técnica, que deverá apontar as causas do desabamento. Os engenheiros fAarão o levantamento de toda a obra, desde as sondagens até a concretagem das estruturas de concreto armado e, além da pesquisa, a comissão orientará o delegado e peritos de Departamento de Polícia Técnica, quando por eles solicitada.

O presidente do inquérito manteve contato com a imprensa na tarde de ontem, quando afirmou que não poderia prestar declarações sobre o resultado das diligências que estão em curso. Considerou que qualquer pronunciamento de ordem técnica, antes de apurado, é leviandade de quem fornecer. Assinalou que desde 1948 tem funcionado como perito judicial, e acha que, neste caso, o assunto é muito grave e somente após a conclusão dos trabalhos técnicos, poderá relatar o processo, para sua remessa à Justiça. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 09/02/71 – Caderno 1 – p. 13).

A imprensa divulgou os nomes dos primeiros intimados a depor, conforme matéria do jornal Diário de Minas:

Quem será ouvido

De início a polícia vai tomar o depoimento dos operários Pedro Rosa de Lima, que afirmou saber do perigo da obra mas não podia falar nada para não perder o emprego, José Acácio de Souza, Marcionino de Souza, José Tomaz, Pedro Guedes e outros.

Depois serão tomados os depoimentos dos seguintes engenheiros: Antônio Coimbra Tavares, da SERGEN; Augusto Ferreira Filho, Companhia Urbanizadora Serra do Curral; Egberto Azevedo Andrade, fiscal das obras do Parque da Gameleira; Robespierre Gomes; Sérgio Vasconcelos Lemos e Hélio Brasil, também da SERGEN; Ernesto e Valter, ambos responsáveis pelo cálculo da obra. Um depoimento que a polícia considera muito importante é o do engenheiro Joaquim Cardozo, proprietário da SOBRAF, firma responsável pelo trabalho de fundação da obra no parque da Gameleira. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.463 – 09/02/71 – Polícia – p. 8).

Os depoimentos do carpinteiro Benônimo Nansueto Gomes e do encarregado de pedreiros João Sancho Jardim foram comentados pelo jornal

Estado de Minas:

Carpinteiro diz que estacas foram cortadas com machado

Num depoimento de quase duas horas, cheio de detalhes importantes, o carpinteiro Benônimo Nansueto Gomes (45 anos, chefe de turma da SERGEN) contou ontem à polícia como foram retiradas as estacas do Palácio das Indústrias, 'cortadas com serras e machados'.

Calmo, ele foi categórico ao responder à principal pergunta do delegado: 'já havíamos retirado nove escoras e faltavam apenas quatro, quando houve o desabamento. A tarefa foi executada por ordem do engenheiro calculista'.

Os operários que retiraram as estacas de eucalipto de sustentação das vigas de 2 toneladas, usaram machados e serras, para deixar livre a parte da estrutura, deslocando todo o escoramento empregado no Palácio das Indústrias. As estacas estavam presas à laje em construção e ao piso do primeiro pavimento, de forma que não permitia (sic) sua retirada normal, por meio mecânico, puxando o escoramento de madeira. Os operários usaram machados e serras de aço para cortar as peças de madeira do escoramento. Quem prestou a informação foi o carpinteiro Benônimo Nansueto Gomes, de 45 anos, empregado da SERGEN, e encarregado de turma.

O escrivão Celso Janusan reduziu a termo as declarações do carpinteiro, que prestou informações para o inquérito policial, em andamento. O carpinteiro conta como foi transferido para o Palácio das Indústrias: 'É carpinteiro, estando empregado na SERGEN há seis meses. Foi transferido para as obras do Palácio das Indústrias em fins de novembro de 1970. A minha incumbência era a de construir formas para concreto, naquela obra. Durante o tempo em que trabalhou no Palácio das Indústrias não notou nenhuma anormalidade na construção, não tendo ouvido quaisquer comentários sobre a obra ou possibilidades de que poderia advir qualquer catástrofe, mesmo porque não é homem dado a comentários. Trabalho e nos momentos de folga, não participo de rodinha'. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 10/02/71 – Caderno 1 – P. 12).

Uma semana após o desabamento a SOBRAF divulga pela imprensa comunicado de esclarecimento quanto às fundações do Pavilhão de Exposições da Gameleira:

COMUNICADO

DESABAMENTO EM BELO HORIZONTE

Esclarecimento da SOBRAF quanto às fundações

Em face do acidente ocorrido nas obras do Palácio de Exposições da Gameleira, em Belo Horizonte, e das publicações feitas pela imprensa como matéria paga, insinuando a existência de defeitos nas fundações executadas pela SOBRAF, sente esta na (sic) necessidade de vir a público para informar os itens abaixo, deixando bem claro desde já que está absolutamente segura e tranqüila quanto à perfeição do projeto e da execução das fundações, podendo, portanto, declarar com toda segurança que o acidente não resultou do comportamento das

fundações. Assim, esclarece que:

1ª) – O projeto das fundações não se baseou unicamente nas sondagens fornecidas pela CIURBE. A SOBRAF executou espontaneamente nova sondagem que julgou necessária para certificar-se das condições do solo.

2ª) – Sobre essas fundações foi executada pela construtora contratada pela CIURBE uma estrutura que não se apoiava diretamente nas mesmas e sim num escoramento provisório. No decorrer das últimas semanas vinham sendo retirados esses escoramentos e transferida a carga da estrutura para os tubulões. Depois do início dessa transferência a fiscalização da CIURBE passou a medir os recalques que ocorriam, constatando que os mesmos eram absolutamente normais e dentro do tecnicamente previsto. E, contrariamente ao que a imprensa noticia, não foi feito nenhum reforço em nenhum tubulão ou fundação, em nenhuma ocasião, já que os recalques medidos periodicamente pela Ciurbe estiveram sempre dentro dos limites previstos. É de notar-se que, se alguma medição tivesse apontado recalque indevido, o que não ocorreu, teria a SOBRAF sido imediatamente chamada a efetuar o reforço necessário.

3ª) – As duas vigas isostáticas, com vão de 65 metros e balanço de 20 metros, que romperam, apoiavam-se nos pilares número 4, 5, 9 e 10. Nesses pilares foram feitas medidas de recalques no dia 3 pela manhã, no meio desse dia, no fim da tarde e no dia 4, pouco antes do acidente. Durante esse período iam sendo retiradas as últimas escoras sendo a carga transferida para as fundações. Os acréscimos de recalque foram de 3 milímetros e dois milímetros no pilar de maior recalque nesses intervalos de tempo.

Nessa oportunidade os outros pilares já estavam com a carga total e os nivelamentos feitos pelo Ciurbe indicavam, estabilização em alguns pilares e os outros em fase normal de estabilização.

4ª) Sendo a estrutura isostática, os recalques diferenciais não provocariam esforços adicionais que pudessem causar a ruína da estrutura como ocorreu.

5ª) Ademais no caso de uma ruptura do solo em camadas profundas e confinadas, ela ocasionaria um afundamento relativamente lento da estrutura e nunca instantâneo. No entanto, isso não ocorreu, pois o acidente foi instantâneo. A SOBRAF, de público, pode tranquilamente confirmar que responde pela perfeição das fundações por ela executadas, o que felizmente poderá ser comprovado a qualquer tempo...

S/A Brasileira de Fundações

SOBRAF (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.464 – 09/02/71 – Geral – p. 5).

O Professor Figueiredo Ferraz, futuro prefeito de São Paulo, integrante da Comissão de Alto Nível, disse ao jornal Estado de Minas, que a entrega do parecer da comissão se daria dentro de 3 a 4 dias.

Sobre o depoimento dos operários, o jornal Diário de Minas publica a seguinte matéria:

Os operários acusam

Os depoimentos dos operários constituem o início do grande inquérito instaurado para apurar o acidente do Pavilhão das Exposições na Gameleira. O primeiro a depor foi o operário Mansueto Gomes, que exercia a função de carpinteiro da obra, e disse que chegou a advertir seus colegas sobre a inconveniência do uso de machado e serrote na remoção de tábuas de escoramento. Os operários afirmaram, também, que os engenheiros da SERGEN sabiam que a obra poderia cair a qualquer momento, porque no quinto pilar da obra havia sinais de fendas. Nenhum dos operários fala em defesa da empresa e todos, apesar de terem sido ouvidos individualmente, afirmam que há mais de um mês, os engenheiros foram advertidos para os estalos provenientes da laje. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.464 – 10/02/71 – Polícia – p. 8).

O CREA, por outro lado, resolveu adiar a decisão sobre sua colaboração no inquérito, conforme matéria do jornal Diário de Minas:

Colaboração

O Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA – 4ª Região, adiou para quinta-feira a sessão plenária para decidir se aceita ou não o pedido do governo de colaborar com a comissão que está apurando as causas do desabamento do Pavilhão de Exposições da Gameleira. A solicitação do governo foi feita através de ofício enviado ao Conselho pela Secretaria de Segurança Pública. A decisão ia ser tomada na última quinta-feira, mas a sessão plenária não pode ser realizada por falta de quorum, pois apenas 8 conselheiros estiveram presentes e o mínimo necessário são onze. (Jornal Diário de Minas – Ano XXII – nº 6.468 – 14/02/71 – Polícia – p. 8).

Doze dias depois a SERGEN pede à Justiça vistoria na Gameleira, visando prevenir-se para futuros procedimentos judiciais, conforme matéria publicada no jornal Estado de Minas:

SERGEN pede à Justiça vistoria na Gameleira para se defender

Os advogados Ciro de Paula e Luiz Carlos Portella Barbosa, em nome da SERGEN, requereram ao Juiz Antônio Noronha, da 2ª Vara da Fazenda, vistoria nas obras da Exposição da Gameleira.

Com a medida, pretende a SERGEN prevenir-se para futuros procedimentos judiciais em que possivelmente será envolvida, em consequência do desmoronamento da construção [...]

(JORNAL ESTADO DE MINAS – 17/02/71 – Caderno 1 – p. 11).

Perícia

Após salientar que durante toda a construção, observou todos os cuidados técnicos necessários, inclusive com reiterados exames do material empregado, a SERGEN indicou o engenheiro José Luís

Cardozo, residente no Rio, para funcionar como perito na ação e apresentou a relação de quesitos que deverão ser respondidos pelos peritos.

A CIURBE, nos próximos dias, deverá também apresentar perito de sua confiança, e um terceiro perito será nomeado pelo juiz Antônio Noronha. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 17/02/71 – Caderno 1 – p. 11).

As estratégias de defesa da SERGEN prosseguem com o advogado da empresa afirmando ao jornal Estado de Minas que a construtora não tem culpa, conforme matéria que se segue:

Advogado afirma que SERGEN não tem culpa

- Os elementos de prova até agora reunidos no inquérito instaurado para apurar as causas da lamentável Tragédia da Gameleira já isentam a SERGEN de qualquer responsabilidade no evento.

É o que declara o advogado Marcelo Linhares – contratado para defesa da firma e que vem seguindo o desenrolar do inquérito, que até o momento vem sendo mantido em sigilo pelo seu presidente, o delegado Geraldo Resende, acatando recomendações – neste sentido – do Secretário de Segurança...

- A firma construiu a superestrutura do Palácio das Exposições – disse ele – sobre fundações feitas pela firma SOBRAF, obedeceu estritamente aos cálculos a cargo da firma Joaquim Cardozo e trabalhou sob rigorosa fiscalização da Ciurbe. Além disso, teve o cuidado de reforçar o estaqueamento do terreno e de submeter todo o material que empregou na construção aos laboratórios do professor Mário Fox Drumond e da Faculdade de Engenharia da UFMG.

O advogado Marcelo Linhares afirmou também que ao notar recalques nas fundações de alguns pilares de sustentação das superestruturas e desde que se tratava de setor sob a responsabilidade de terceiros, 'a SERGEN denunciou o fato à Ciurbe, através da qual foram convocados engenheiros da SOBRAF e do escritório de Joaquim Cardozo, os quais afirmaram serem normais os referidos recalques, por causa do volume da obra. Então, eles autorizaram o prosseguimento do descimbramento (sic), organizando até um esquema, neste sentido'. Foi quando se deu o colapso para o qual, como se vê, a SERGEN não contribuiu de qualquer modo.

O advogado requereu – ao presidente do inquérito – a juntada, nos autos, dos seguintes documentos: contrato entre a SERGEN e a Ciurbe, cópia da caderneta de campo da Ciurbe, projeto de fundação, sondagem do terreno, controle de ensaio do aço empregado em laboratórios especializados; instruções do calculista Joaquim Cardozo para o reescoramento da estrutura e o projeto estrutural. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 20/02/71 – Caderno 1 – p. 11).

Devido a vários desencontros da Comissão de Alto Nível e ao atraso na entrega do parecer, o governador julgou inoportuno a divulgação do laudo, só o fazendo em 02/03/71, conforme matéria publicada no jornal Estado de Minas:

Cálculo e fundação (sic) causas da Tragédia

O governador deu a conhecer as conclusões do laudo elaborado pela comissão de alto nível – professores Figueiredo Ferraz, Victor Melo e Marcelo Klein Teixeira – sobre as causas do desabamento do Palácio das Exposições, que matou 68 operários.

A comissão termina seu parecer dizendo que é ‘absolutamente necessário seja pronto e rigorosamente projetado o reforço na estrutura e nas fundações, levadas em conta as cargas adicionais a serem aplicadas, e as deformações absolutas e diferenciais decorrentes’. (JORNAL ESTADO DE MINAS –02/03/71 – Caderno 1 – p. 13).

As causas

Segundo o relatório, em dez laudas, datilografado em espaço dois, são sete as causas do desmoronamento: Instabilidade da estrutura para um eventual desaprumo causado por afundamento exagerado das fundações, não considerado no cálculo; Insuficiência de capacidade de resistência do terreno, passível de apreciáveis recalques absolutos e diferenciais; Super-estimação da taxa de trabalho do terreno, pois ocorreram afundamentos de até 90 mm que em se tratando de projeto fora das características correntes, exigiria exame mais detalhado das conseqüências sobre a estrutura; Insuficiência de ferros, no projeto estrutural, na armadura vertical das vigas principais; Insuficiência de ferros longitudinais, no projeto estrutural, tendo em vista a grande altura das vigas principais que fogem ao critério das obras correntes; Insuficiência de interligação das duas vigas principais pelas vigotas do teto, não constituindo elemento eficaz de amarração daquelas vigas; Insuficiência de distribuição de ferros, no projeto estrutural, na região de apoio das vigas principais sobre os pilares, tendo em vista a pequena superfície de contato viga-pilar.

Antes de autorizar a publicação do laudo, no Minas Gerais, o governador apresentou o relatório às firmas encarregadas das fundações e cálculo estrutural.

Sabe-se que o escritório Joaquim Cardozo (Cálculos) já apresentou parecer próprio ao Governador, o mesmo acontecendo com a firma responsável pelas fundações, a SOBRAF, que, ontem à tarde, entregou relatório à Ciurbe. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 02/03/71 – Caderno 1 – p. 13).

Novamente o laudo da Comissão de Alto Nível e suas explicações são assunto no jornal Estado de Minas, no dia seguinte:

Governo revela relatório da Gameleira

A explicação do laudo

O parecer da comissão encarregada de apurar o acidente da Gameleira dá como causa do desabamento as deficiências da estrutura e das fundações, tirando da empresa construtora qualquer responsabilidade pelo que aconteceu.

O nome da construtora nem aparece no laudo, publicado ontem no “Minas Gerais”, da mesma forma que não é citado nos pareceres do engenheiro Joaquim Cardozo, responsável pelos cálculos, e da empresa SOBRAF, encarregada das fundações.

Esses dois pareceres também foram publicados no “Minas Gerais”⁷, o do calculista rebatendo todas as alegações e dúvidas do laudo oficial e transferindo a culpa do acidente no comportamento das fundações. No seu parecer, a SOBRAF – Sociedade Anônima Brasileira de Fundações – reconhece que houve afundamentos das fundações, mas explica que esses afundamentos são perfeitamente aceitáveis – o que o próprio laudo oficial reconhece. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 03/03/71 – Caderno 1 – p. 11).

Na mesma página a íntegra do laudo foi apresentada:

[...] É o seguinte o relatório encaminhado ao governador Israel Pinheiro assinado pelos engenheiros José Carlos Figueiredo Ferraz, Victor F. B. de Melo e Joaquim Marcelo Klein Teixeira, membros da comissão de alto nível, designada pelo chefe do Executivo mineiro par apurar as causas do desabamento do Pavilhão de Exposição, na Gameleira:

‘São Paulo, 17 de fevereiro de 1971.

Exmo. Sr. Dr. Israel Pinheiro, DD. Governador do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte – MG.

Senhor Governador:

Em nos desincumbindo do honroso e também tão responsável encargo de levantar as causas que motivaram o desabamento parcial do Pavilhão de Exposição das Indústrias, no Parque Gameleira, vimos sr. Governador, apresentar as conclusões a que chegamos, tecendo antecipadamente algumas considerações para melhor compreensão e caracterização do ocorrido:

1. trata-se de uma estrutura impar, incomum do ponto de vista arquitetônico- estrutural;
 2. sua concepção foge aos critérios das obras correntes e exige, por conseqüência, cuidados especiais tanto de projeto como de construção;
 3. a enorme proporção de seus vãos e grandeza dos esforços decorrentes, particularmente reações de apoio – concentradas em diminutas áreas de transferência aos blocos de fundações – determinaram soluções arrojadas, causando problemas de resistência e estabilidade;
 4. todo o edifício desenvolve-se segundo um eixo longitudinal, atingindo extensão de 240m, sendo composto, estruturalmente, de trechos isostáticos;
 5. as fundações, em duas linhas de tubulões, assentam-se a profundidade de 13 a 19m, em terreno de alteração de rocha, passível de apreciáveis recalques absolutos diferenciais;
 6. o exame minudente dos detalhes do projeto estrutural e as observações colhidas no local das obras levam-nos aos comentários abaixo.
- 6.1 – Os apoios das vigas recebem reações verticais, segundo projeto, variando de 800 t. até 2.500 t.
- Esta carga é transferida aos blocos de fundações através de vergalhões de aço CA-50 Ø 1 1/8” na forma conhecida por articulação tipo

⁷ Diário Oficial de Minas Gerais.

Menasger;

- A soma de duas reações vizinhas sobre um mesmo bloco pode, conforme combinações de carregamento, causar uma reação vertical excêntrica, não considerada na planta de cargas;
- Notamos insuficiência de cintamento (armação transversal) para absorver esforços horizontais, decorrentes do efeito de concentração de carga, no topo dos pilares;
- Outrossim, a própria armação transversal, ligando as barras da articulação, é deficiente;
- O apoio, pois, das vigas é precário, não só pela enorme concentração de esforços como, também, pela pequena e deficiente armadura exigida para garantir a integridade da viga na região do apoio, armadura esta comumente chamada armadura de canto.
- A figura acima ilustra o fluxo de esforços e tensões nas vizinhas do apoio.

6.2 – Quanto à ferragem longitudinal das vigas, pode-se afirmar ter sido calculada dentro dos limites impostos pela Norma, com utilização de armadura dupla, explorados todos os coeficientes de segurança.

A grande altura da viga exige uma armadura suplementar longitudinal para limitar a abertura de fissuras. Estes valor deve ser da ordem da metade da armadura longitudinal principal, exigência na obedecida.

Os grandes esforços cortantes determinam tensões de cisalhamento muito elevadas que nas proximidades dos apoios ultrapassam de muito os valores admitidos pela Norma Brasileira NB-1, item 97.

A armadura dobrada, de cisalhamento, deveria ser levada até o topo e base da viga – o que não ocorreu – já que os estribos, isoladamente, não têm capacidade de absorver as forças horizontais decorrentes.

6.3 – As paredes laterais, que constituem as vigas longitudinais, são ligadas transversalmente por nervuras de teto, regularmente espaçadas por uma laje suspensa em determinadas extensões; e por uma laje caixão, de piso, a 3m. do nível do terreno.

As nervuras de teto não têm armadura superior de engastamento; e a inferior, em geral de 7/8", é levada até o apoio e aí dobrada, terminando em gancho, com deficiência de ancoragem.

A laje suspensa, com 50 cm de espessura, em tipo caixão perdido, como executada, não constitui elemento eficaz de enrijecimento transversal. No trecho em balanço, onde ocorreu desabamento total esta laje não existe.

7. o terreno de apoio das bases dos tubulões, um solo residual predominantemente solto, apresentou resistência à penetração (nas sondagens de reconhecimento) de valores da ordem de 13 a 20 golpes do amostrador tipo IPT. Em determinados pontos, registraram-se variações, oscilando entre 7 e 30, facilmente justificáveis em solos residuais.

7.1 – A tensão de trabalho admitida no dimensionamento das bases dos tubulões foi de 10 kg/cm²; valor este que julgamos oferecer adequado coeficiente de segurança à rutura do terreno de apoio. Esta tensão entretanto, por ocasião do desabamento teria atingido valores da ordem de 7 kg/cm², já que o carregamento não atingira ainda seu valor máximo.

7.2 – A já mencionada excentricidade das cargas dos pilares não foi apreciada nos seus eventuais efeitos para fins de dimensionamento das fundações.

7.3 – Tratando-se de tubulões a ar comprimido, executados até uma

dezena de metros abaixo do nível d'água subterrâneo – em solos muito sensíveis à perda de compacidade⁸ em contato com água livre – alguma variação de comportamentos entre tubulões, ou mesmo entre previsões de projeto e a observação de campo, pode ocorrer na forma de pequenas diferenças de recalque, em função de pormenores da execução de cada tubulão. Na falta de quaisquer dados que permitam apreciar tais aspectos, limitamo-nos à constatação dos recalques observados, cujas magnitudes são consideradas perfeitamente plausíveis para o caso em apreço.

7.4 – Por efeito do descimbramento, a totalidade do carregamento foi transferida às fundações, em prazo curto, provocando recalques com valores predominantemente de dois a cinco centímetros, oscilando entretanto, de 1 a 9 cm.

Assim, leiam-se a respeito as recomendações formuladas pela firma responsável pelas fundações.

7.5 – Admitindo o comportamento da estrutura como resultante do comportamento das vigas isostáticas, os recalques, diferenciais ou absolutos, não produzem qualquer efeito na mesma estrutura.

Não obstante serem as vigas principais isostáticas, o conjunto do edifício não tem comportamento isostático.

Neste caso os recalques diferenciais têm influência, função da sua magnitude.

7.6 – A tolerância dos recalques diferenciais, por parte das estruturas, depende fundamentalmente das mesmas evidenciando sua interação com as fundações.

Fosse a estrutura, em tela, de características correntes (tais como edifícios em pórticos com painéis de alvenaria), os valores de recalques diferenciais verificados seriam considerados, segundo praxe internacional, bem inferiores aos admissíveis.

Em se tratando de estrutura como a presente, seria necessária exame detalhado do problema, para verificar os efeitos destes mesmos recalques diferenciais, em termos de esforços adicionais. Tais efeitos não foram, entretanto, apreciados.

8. – no que respeita à qualidade do concreto e do aço, os poucos resultados dos corpos de prova que nos chegaram às mãos podem ser considerados como aceitáveis. O mesmo se dirá das soldas. Não temos informações maiores sobre os critérios de controle dos materiais e da construção.

Face às observações e ponderações supra, e bem assim, a exame procedido no local da obra – dentro de uma análise realizada em regime de urgência e restrita aos seus aspectos técnicos mais salientes – podemos concluir:

a. A estrutura não apresenta a necessária rigidez transversal e, como consequência do insuficiente engastamento dos supostos travamentos, ela é facilmente levada a um comportamento hipostático.

b. Seu equilíbrio é instável, e, como tal, a ruína poderia ser o resultado de causas várias, como uma rutura localizada nos apoios (perfeitamente caracterizada nos apoios 4 e 9), um eventual desaprumo, um modesto recalque diferencial transversal, esforços horizontais provenientes do vento ou empuxos ocasionais, a não simultaneidade no processo de descimbramento de trechos simétricos, excentricidades das reações de

⁸ compacidade – qualidade ou estado do que é compacto – (FERREIRA, 2004, p. 438).

apoio e causas outras.

c. A armadura vertical das vigas não é suficiente para suportar momentos, linearmente distribuídos, provocados pelo pequeno engastamento das vigas transversais num efeito de pórtico.

d. Ainda que existisse uma estabilidade transversal (já constatada como precária), um fator por nós julgado importante é exatamente a deficiência dos apoios, com cargas elevadíssimas aplicadas nos cantos das vigas, provocando concentração de tensões não combatida por adequada armação.

e. A parte remanescente do edifício corre o mesmo risco, se não forem de imediato tomadas providências no sentido de dotá-la da necessária estabilidade transversal, e de eliminar aquela nociva e perigosa concentração de tensões junto aos pilares devido às reações de apoio.

f. Julgamos absolutamente necessário seja pronta e rigorosamente projetado o reforço, na estrutura e nas fundações, para o prosseguimento das obras, levadas em conta as cargas adicionais a serem ainda aplicadas, e as deformações absolutas e diferenciais decorrentes.

Estas são pois, Senhor Governador, as nossas conclusões. Esperamos que estes nosso pronunciamento tenha esclarecido o problema em seus aspectos principais. Uma tarefa, para nós, bastante penosa, já que envolve responsabilidades de terceiros, cuja atitude, embora sempre voltada para as soluções corretas não chegou, infelizmente, a atingir os sadios objetivos colimados, face às enormes complexidades estrutural e construtiva reinantes.

Honrados com tão elevada distinção e confiança em nós depositadas, queremos, Senhor Governador, aproveitar do ensejo para levar a V. Exa. As nossas mais respeitosas e cordiais saudações.' (JORNAL ESTADO DE MINAS – 03/03/71 – Caderno 1 – p. 11).

Nesse mesmo jornal o engenheiro Joaquim Cardozo criticou o parecer da Comissão de Alto Nível:

'Apreciações vagas e hipotéticas'

Para o engenheiro Joaquim M. Cardozo, responsável pelos cálculos da construção, o Palácio das Exposições desabou por causa da excessiva capacidade de resistência atribuída ao terreno de fundação, terreno siltooso (lama).

Critica o parecer da comissão de alto nível sobre as causas do desabamento, afirmando que "as apreciações contidas no laudo são vagas e hipotéticas sobre um projeto a executar, e não sobre um edifício já construído, e sobre o motivo que causou o desmoronamento".

Respondendo sobre os meios de recuperação o (sic) Palácio das Exposições, o engenheiro Joaquim Cardozo diz que é preciso reforçar as fundações "para limitar os grandes recalques diferenciais, ou melhor, para impedir de maneira definitiva a contínua deformação do solo na fundação".

Aponta ainda outra solução para que os dois terços da obra não sejam prejudicados: aumentar o número de pilares, afastando-se inteiramente do projeto inicial de Oscar Niemeyer. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 03/03/71 – Caderno 1 – p. 11).

Dois dias depois a SOBRAF, empresa responsável pela execução das fundações do Pavilhão de Exposições da Gameleira, prestou os seguintes esclarecimentos publicados no jornal Estado de Minas:

SOBRAF diz que pressa causou o desabamento

A SOBRAF, responsável pela fundação do Palácio das Indústrias prestou ontem esclarecimentos, em São Paulo, através de seu engenheiro Alfio Soares, para quem o Pavilhão da Gameleira caiu em virtude da pressa com que foi retirado o escoramento da estrutura, operação realizada pela Construtora SERGEN. Disse ele que o tipo de estrutura do pavilhão era semelhante ao de uma ponte, “e, em pontos o descimbramento é feito de maneira especial”.

(JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/03/71 – Caderno 1 – p. 11).

Como foi

Ainda segundo o engenheiro, o descimbramento foi iniciado rapidamente, de tal forma que, por exemplo, uma viga, que num dia não sustenta peso algum, no dia seguinte teve que suportar 1.500 toneladas e, no terceiro dia já arcava com o peso final de 2.500 toneladas. Quando – continuou ele – se retirara as escoras das lajes centrais, rapidamente houve uma super pressão nas escoras laterais, que estalaram, se curvaram em alguns casos, assustando os operários.

Estaria aí segundo o técnico, a explicação de porque alguns dos trabalhadores sustentam que já teria havido ameaça da queda da estrutura.

O engenheiro explicou que foi então chamado pela SERGEN. Determinou a suspensão do descimbramento, que deveria ser feito mais lentamente e medindo-se as para determinar em que ponto se poderia fazer a transferência de todo o peso para os pilares. O técnico lembrou que essa transferência é feita com tantos cuidados que em pontes, por exemplo, chega-se a usar aparelhos complexos, como grandes maçados, que transmitem o peso lentamente, no correr de meses. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/03/71 – Caderno 1 – p. 11).

As leituras

O descimbramento continuou com a leitura do recalque, que foi transmitida para São Paulo nos dias 16, 18 e 22, quando a informação que veio por telefone era de que metade do prédio estava já desescorado e tudo ia bem, embora na opinião do engenheiro da SOBRAF o trabalho estivesse sendo feito ainda um pouco depressa.

(JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/03/71 – Caderno 1 – p. 11).

As fundações

Ainda ontem os diretores da SOBRAF entregaram ao delegado Lara Resende a seguinte declaração:

“Não houve ruptura das fundações. O recalque é deformação normal do solo. Ao receber uma carga, não há pilar que não recalque. Em grandes estruturas, os recalques são calculados e previstos no cálculo de concreto, assim em Santos é comum construir-se prevendo recalques de até um metro. Na Gameleira, os recalques foram medidos e, se houvesse algum excesso, a “SOBRAF” teria sido chamada e suspensa a retirada do

escoramento.

Na verdade, o que houve foi um esmagamento instantâneo do concreto da estrutura acima das fundações, carregado com 400 quilos por centímetro quadrado, quando foi executado para uma resistência à ruptura de 230 quilos por centímetro quadrado.

Além disso, a retirada rápida do escoramento pela construtora e sem seguir as normas técnicas, precipitou a ruptura do concreto. A Comissão de Alto Nível já forneceu um laudo deixando claro a inexistência de qualquer problema de fundação.

Assim, em face da celeuma que se criou em torno das fundações, a SOBRAF terá que tomar as medidas cabíveis contra os responsáveis, a fim de proteger seus interesses". (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/03/71 – Caderno 1 – p. 11).

Nessa mesma edição o jornal Estado de Minas publicou uma editoria de pesquisa sobre a lei em caso de desabamento:

O desabamento e a lei

Editoria de Pesquisa

Divulgado o laudo da Comissão de Alto Nível, com as conclusões sobre as causas que provocaram o desabamento do Palácio das Exposições, cabe agora uma reflexão jurídico-penal.

Dentro da filosofia do Código Penal Brasileiro, trata-se de crime culposos, vale dizer, aquele que é cometido por negligência, imperícia ou imprudência.

A causa do desabamento foi: cálculo errado? Se foi, fica caracterizada a culpa do calculista, na modalidade da imperícia (falta de conhecimento técnico apropriado); engano no exame da laje, mandando se retirasse o escoramento? (sic) Se foi, também o crime será culposos, na modalidade dupla: imperícia, porque não teve conhecimento (sic) que lhe era exigido de verificar se estava em condições de retirar o escoramento; negligência, ou não atentou para as condições da laje, pois a negligência é a falta de atenção necessária. Conclusão: o responsável, se agiu com imperícia, pode ser condenado: com pena principal, a detenção, variando a pena de dois meses a um ano, pelas lesões; de um a três anos, pelas mortes. Como a ação do culpado foi uma só, mas diversos os resultados (muitas mortes e muitos ferimentos), caracterizou-se o que em Direito Penal, se chama "concurso formal". Pelo concurso formal, a aplicação da pena é assim: aplica-se uma pena correspondente a uma vítima, e acrescenta-se a esta pena aplicada um sexto até a metade dela por cada uma das demais vítimas. Exemplo: pela morte do operário x, aplicou-se a pena de dois anos. Foram 40 mortos. O juiz aplicará ao culpado do desabamento a pena de dois anos, mais 39 vezes até a metade de dois, que é um. Pena final: 41 anos de prisão. Não haverá "sursis", pois a pena é mais de dois anos e não cabe, devendo o responsável cumprir a pena na cadeia. Como pena acessória, ainda, pode o culpado ser punido com a interdição de direito, vale dizer, o juiz pode declará-lo incapaz para o exercício da profissão por um tempo variável entre dois e dez anos.

No caso da Gameleira, pois, resta saber se a causa principal do desabamento foi cálculo errado; foi imperícia em mandar retirar o escoramento; foi imprudência em colocar pouco ferro, fazer depressa a

obra etc. (Jornal Estado de Minas –05/03/71 – Caderno 1 – p. 11).

Um mês após o desabamento, um jornal noticia que o engenheiro Joaquim Cardozo que se encontrava internado, pretendia prestar depoimento, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Engenheiro quer falar sobre o desabamento

[...] O presidente do inquérito tomou conhecimento de que o engenheiro Joaquim Cardozo não contratou advogado para acompanhar o processo na fase policial e judicial, pois confia na exatidão do seu trabalho técnico. Há dias, Oscar Niemeyer, preocupado com o noticiário internacional sobre o desabamento da obra por ele projetada, telefonou para o engenheiro Joaquim Cardozo, hipotecando-lhe solidariedade. Niemeyer encontra-se em Roma, tendo também telefonado para o governador Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 12/03/71 – Caderno 1 – p. 13).

Nesse mesmo dia, passados mais de um mês da Tragédia da Gameleira, o relatório do delegado que preside o inquérito foi comentado em matéria do jornal Estado de Minas:

Relatório do delegado

O Departamento de Polícia Técnica ainda não concluiu o laudo pericial sobre o desabamento do Palácio das Indústrias. O presidente do inquérito vai aguardar as declarações do engenheiro Joaquim Cardozo e a entrega do relatório para fechar o inquérito e oferecer relatório. Disse o delegado que o relatório será simples, pois não poderá discutir assunto puramente técnico que mereceu estudos de renomados professores indicados pelo governador Israel Pinheiro, horas após o desabamento. Caberá à Justiça, afirma o delegado – ‘a missão de julgar o processo, que possui preciosos dados de ordem técnica, capazes de orientar o julgador’. (Jornal Estado de Minas – 12/03/71 – Caderno 1 – p. 13).

3.8 Solidariedade

A solidariedade às vítimas da Tragédia da Gameleira, prestada em especial pela população de Belo Horizonte e que está estampada dia-a-dia após a Tragédia nos principais jornais, nos dá uma mostra inequívoca de como a

população da capital mineira se comportou frente a maior Tragédia ocorrida na cidade.

As atitudes de solidariedade vieram do mais simples operário, passando por cantores famosos e alcançando até o Papa. A vontade de ajudar as vítimas rompe os limites da cidade, do Estado e até do País, não abrangendo apenas as classes mais privilegiadas mas abarcando todos que percebiam poder prestar alguma ajuda: material, emocional, espiritual.

Veremos a seguir as diferentes formas de solidariedade divulgadas pela imprensa.

Médicos, enfermeiros e ambulâncias de várias empresas públicas e privadas estão na Gameleira logo após a Tragédia, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

[...] o médico, tenente coronel da PM Ney Diniz Xavier, diretor clínico do Hospital Sarah Kubitschek, comandava mais de 20 médicos e enfermeiros, aplicando sedativos nos feridos, que não podiam ser resgatados imediatamente dos blocos de cimento. No hospital (que fica em frente ao Parque da Gameleira, onde está sendo construído o Palácio das Indústrias), mais de quarenta pessoas já estavam sendo atendidas e as ambulâncias da Polícia Militar, Exército, Mannesmann, Acesita, Petrobrás, e de outras organizações, continuavam deixando o parque com suas sirenes abertas, levando os feridos para hospitais de Belo Horizonte. Pelo rádio, os doadores de sangue eram convocados. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª seção – p. 1).

As empresas da Cidade Industrial de Contagem e a Prefeitura Municipal colocavam recursos materiais e humanos à disposição como mostra matéria do jornal Estado de Minas:

Centro das Indústrias ajudou nos socorros

O Centro das Indústrias das Cidades Industriais, (sic) de Contagem, logo após o acidente, mobilizou os serviços médicos de várias indústrias, tendo a Mannesmann, Itaú, Magnesita e Belgo-Mineira fornecido suas ambulâncias e turmas de socorro para atender os feridos. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª seção – p. 3).

Prefeitura de Contagem

Também o prefeito Sebastião Camargos, empossado há dias na Prefeitura de Contagem, deslocou todos os recursos de que dispunha a municipalidade, em assistência, médicos, enfermeiros e outros meios

materiais, colocando-os todos à disposição das empresas responsáveis pela construção do edifício que desabou na Gameleira. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª seção – p. 3).

Os enterros de vítimas da Gameleira foram acompanhados por massa de populares, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Sete enterros rápidos, os corpos se decompondo. Enquanto os guindastes continuavam ontem, no seu trabalho lento de resgate dos corpos soterrados na Gameleira, sete deles passavam pela última e definitiva operação em Belo Horizonte: o sepultamento. Foram sete enterros, sete velórios rápidos e nervosos, por causa da decomposição dos cadáveres que já se fazia sentir.

O primeiro enterro a ser realizado foi o de Nadir Pereira – rua Paraguassú, 133, Prado – que saiu às 14h30m, para o Cemitério da Paz. Pouco depois, o de José de Oliveira Roque – rua Lusitana, 715, Bairro das Indústrias – para o mesmo cemitério. Em ambos, não só as famílias e parentes dos operários mortos, mas a massa de populares levados pela curiosidade ou pela dor que sentiram diante do impacto que abalou toda a cidade, acompanhavam o enterro. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – 1ª seção – p. 10).

Um clube de elite da cidade deu também sua colaboração, criando um ponto de recebimento de donativos conforme matéria do jornal Estado de Minas:

O PIC⁹ também colabora

Hoje, sábado, e amanhã, na portaria do PIC, funcionará um posto de recebimento de donativos, inclusive em dinheiro, destinados às famílias das vítimas do desabamento da Gameleira. O presidente José Cabral e demais membros da diretoria estão fazendo um apelo aos associados do clube para comparecerem com sua ajuda. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – 1ª seção – p. 11).

O Arcebispo de Belo Horizonte fala da Tragédia e da solidariedade procurando trazer algum conforto espiritual às vítimas e suas famílias conforme matéria do jornal Diário de Minas:

Mensagem de dom João de conforto e esperança

O arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom João Resende Costa, dirigiu a seguinte mensagem, através do DIÁRIO DE MINAS, falando sobre o desabamento do Parque da Gameleira:

⁹ Pampulha late Clube

- A Tragédia que abalou nossa cidade tem dimensões incalculáveis. Estamos todos solidários na dor e no sofrimento das famílias que tiveram parentes mortos ou feridos.

Cabe-me neste momento, dizer-lhes em nome de Deus, uma palavra de conforto e de paz.

Além disso, quero cumprimentar, com entusiasmo fraternal o trabalho da Polícia, do Corpo de Bombeiros, médicos, dos enfermeiros, dos doadores de sangue, dos hospitais que abriram as suas portas para receber os feridos, da imprensa, rádio, televisão, que vêm trabalhando na cobertura do fato, desde a primeira hora, e de tantas pessoas que também vêm dando provas de amor fraterno nesta hora profundamente amarga, e pode-se dizer que, no meio dos espinhos, dos sofrimentos, nascem as mais belas flores no amor. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – Polícia – p. 8).

Os membros das classes populares também buscaram auxiliar, pois uma senhora humilde dá sua contribuição e outra se oferece para criar órfão da Tragédia, enquanto rapaz traz equipamento necessário às operações de resgate, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

A ajuda de muitos

Logo que começaram os trabalhos no Parque da Gameleira, as rádios começaram a divulgar apelos às donas de casa e firmas comerciais para que mandassem alimentos para os policiais encarregados do trabalho. Choveram doações: a Big e a Itambé mandaram 800 litros de leite, bares mandaram café e pães.

Uma senhora humilde, dona Iracema de Souza Lima ouviu o apelo na sua casa do bairro Salgado Filho e não teve dúvidas: apanhou 28 cruzeiros, comprou dois engradados de refrigerantes, salame e foi levar sua ajuda para os soldados e operários. Ficou lá até às 4 (sic) da manhã, com as duas filhas menores e voltou para casa num carro da polícia. Quem não teve a mesma sorte foi um rapaz de Lagoa Santa que ao ouvir a notícia de que os operários estavam precisando de um maçarico, tomou o do amigo emprestado, fretou um táxi e veio correndo para Belo Horizonte. Entregou o maçarico ao pessoal mas teve de voltar a pé para casa porque não quiseram dar-lhe dinheiro para condução. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – Caderno 2 – p. 1).

Filomena quer menino para criar

D. Filomena Ferreira Dias, casada, 35 anos – rua Espinosa, 102, Pedro II – foi a primeira pessoa a comparecer ontem, pela manhã, no Juizado de Menores, querendo adotar membros de famílias vitimadas na catástrofe da Gameleira.

Filomena só fez uma exigência: quer um garotinho porque já cria uma moça – que recebeu ainda no colo – agora com 20 anos. Ela disse que, em tempos normais, já vinha querendo conseguir um garotinho para criar mas com “a Tragédia chocante” ela pensou que, neste caso, seu desejo pudesse vir ajudar a solucionar algum caso. Ela diz que, modéstia à parte, sabe criar; quem duvidar que pergunte à sua filha – “eu digo minha

filha, porque dei-lhe sobrenome e tudo que eu daria a uma filha” – que já está com 20 anos. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 07/02/71 – Caderno 1 – p. 15).

O Sr. Eurides Gomes da Silva, cunhado de vítima da Tragédia, assume sete órfãos para criar, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Os dramas

Cada um dos sobreviventes tem o seu drama para contar. Sete menores ficaram sem os pais. A mãe havia falecido meses atrás e o pai figura entre os desaparecidos da Tragédia.

Eurides Gomes da Silva, que trabalha no interior de São Paulo ouviu pela Rádio Guarani a relação de Geraldo Pereira da Silva, seu cunhado, como um dos operários provavelmente falecidos. Veio a Belo Horizonte buscar os 7 órfãos que já estavam internados na FEBEM, por intermédio do comissário Rômulo Meireles. Os menores serão liberados e a viagem de volta será custeada pela Rádio Guarani. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 07/02/71 – Caderno 1 – p. 16).

A distribuição de material recolhido em campanha chega aos familiares das vítimas, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Guarani distribui a ajuda

Usando caminhões, táxis e carros particulares a Rádio Guarani entregou, ontem, dinheiro, roupas, sapatos, gêneros alimentícios e até remédios às famílias das vítimas do desabamento na Gameleira, dentro da Campanha da Fraternidade, lançada pela emissora.

A Guarani lançou a campanha anteontem e, logo, começaram a chover as doações. Ontem de manhã, as mercadorias foram levadas para a LBA e depois distribuídas às vítimas. O posto de doações está funcionando agora na LBA, mas muita gente continua procurando a Rádio Guarani para fazer suas ofertas. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 07/02/71 – Caderno 1 – p. 16).

Em nota oficial publicada no Jornal Estado de Minas a CIURBE agradeceu a colaboração espontânea, eficiente e generosa dentre inúmeras firmas, da Companhia Vale do Rio Doce, da Construtora Mendes Júnior, da CEMIG, da Companhia Força e Luz de Minas Gerais, da Petrobrás, da Companhia White Martins, da Companhia Siderúrgica Mannesmann e Construtora Alcindo Vieira.

Nota oficial

A Assessoria de Imprensa do Governo de Minas Gerais, distribuiu hoje, às 11 horas, a seguinte nota oficial da Companhia Urbanizadora Serra do Curral – CIURBE, assinada pelo seu presidente sr. José Augusto Ferreira Filho:

A CIURBE agradece a colaboração espontânea, eficiente e generosa dentre inúmeras outras firmas, da Companhia Vale do Rio Doce, da Construtora Mendes Júnior, da CEMIG, da Companhia Força e Luz de Minas Gerais, da PETROBRÁS, da Companhia White Martins, da Companhia Siderúrgica Mannesmann, da Construtora Alcindo Vieira no sentido da remoção dos escombros da parte que ruuiu do Pavilhão de Exposições da Gameleira, visando ao resgate dos operários. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 09/02/71 – Caderno 1 – p. 13).

No dia seguinte o jornal noticia que O Papa Paulo VI enviou telegrama confortando famílias enlutadas, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Paulo VI lamenta Tragédia em telegrama a dom João

O Papa Paulo VI mandou ontem à tarde um telegrama – Via Embratel – ao arcebispo dom João Rezende Costa, lamentando a Tragédia da Gameleira e confortando as famílias enlutadas.

O texto do telegrama – que chegou às mãos do arcebispo às 15h30m – é o seguinte, na íntegra:

“Vaticano

Senhor Arcebispo Belo Horizonte – Praça Liberdade, 263. – CP 494.

Belo Horizonte – MG – Brasil

Penalizado com a triste notícia do grave desastre acontecido nessa cidade, Belo Horizonte, o Sumo Pontífice deseja fazer chegar aos sinistrados paternos votos e sua palavra de conforto às famílias enlutadas, na afirmação de compartilhar da sua dor, elevando a Deus preces em sufrágio pelas almas de seus entes queridos, ponto sobre todos aqueles que sofrem (sic) invoca a Deus bálsamo e graças consoladoras, concedendo-lhes propiciadora benção apostólica, cardeal Villot”9 (sic). (JORNAL ESTADO DE MINAS – 09/02/71 – Caderno 1 – p. 13).

Também a repercussão alcançada pela campanha desenvolvida por uma emissora de rádio que foi prontamente atendida com até envio de tubos de oxigênio atestando a solidariedade, conforme matéria do jornal Diário de Minas:

A solidariedade

Tão logo a Rádio Itatiaia começou a divulgar apelos ao povo para que mandasse medicamentos, roupas, aparelhos de cirurgia e outros necessários ao trabalho, dezenas de automóveis foram para o local levando o que foi pedido. A Drogatel e a Drogajato mandaram dois Volks, cada uma, levando os mais diversos tipos de remédios – desde mercúrio cromo até anestésicos.

Além disso, muitos carros particulares foram colocados à disposição das autoridades responsáveis pela operação-salvamento. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – Geral – p. 11).

O oxigênio

Cinco tubos de oxigênio foram mandados para o local do acidente pela Aga, distribuidora de gás engarrafado: junto com os tubos, os funcionários da empresa levaram também aparelhos conhecidos por Aga Revivatum (ressuscitadores), que seriam colocados dentro dos blocos quebrados. O oxigênio espalhado no local impediria que muitos morressem sufocados: no entanto os aparelhos não chegaram a ser utilizados, pois todos os que foram retirados ainda vivos foram levados para os hospitais que se colocaram à disposição das autoridades.

Todas as casas de Saúde de Belo Horizonte mandaram ambulâncias para o local e mesmo as que não foram utilizadas ficaram colocadas em um gramado com os motoristas a postos. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – Geral – p. 11).

A Cruzada Cristã Familiar também deu sua contribuição aos familiares das vítimas, principalmente às crianças conforme matéria do jornal Estado de Minas:

CCF dá 31 cruzeiros aos órfãos

A Cruzada Cristã Familiar, uma organização de assistência social que atende a mais de 100 mil crianças no mundo inteiro e tem um escritório regional para a América Latina em Belo Horizonte, também vai ajudar as crianças que perderam seus pais no desabamento da Gameleira.

Durante uma reunião conjunta da diretoria, a CCF organizou o programa de assistência e vai dar a cada órfão uma ajuda mensal de 31 cruzeiros, através de cheque ao responsável. Além disso, a Cruzada Cristã Familiar oferece assistência médica, dentária e orientação às famílias dos operários, através das suas visitadoras sociais.

A organização – que tem cinco núcleos em Belo Horizonte – atende em Minas a quase dez mil crianças nos bairros e vilas. Seu escritório central funciona no prédio da Bolsa de Valores, à rua Carijós, 126. (Jornal ESTADO DE MINAS –09/02/71 – Caderno 1 – p. 13).

Depois de nove dias de trabalho de resgate a colaboração de voluntários foi dispensada e agradecidas pela SERGEN, ao mesmo tempo que a empresa demitiu dois funcionários que se negaram a continuar trabalhando no local conforme noticia no jornal Estado de Minas:

Voluntários

Segundo informações da comissão de voluntários que trabalhavam na operação de resgate dos corpos soterrados foram dispensados, pela

firma, desde domingo. Eles se mostraram “espontâneos, generosos e eficientes” – disse um dos diretores da firma – “mas achamos que seu sacrifício e seu trabalho já tinham sido suficientes até domingo”. A direção da SERGEN deu aviso prévio a dois funcionários “que, como outros, estão abusando da situação, não querendo aceitar qualquer tarefa, inclusive fora da Gameleira, a título de “solidariedade” aos companheiros mortos. Estes operários exploram a morte de seus companheiros. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 13/02/71 – Caderno 1 – p. 11).

As associações de classe também buscaram confortar espiritualmente as famílias de seus membros por meio de atos religiosos:

Hoje, às 19h a Federação dos Trabalhadores Cristãos manda celebrar missa, na sua sede da rua Guarani, pelas almas dos mortos da Gameleira. O celebrante será o padre Ary de Freitas (JORNAL ESTADO DE MINAS – 13/02/71 – Caderno 1 – p. 11).

Logo após a Tragédia as necessidades são enormes e os apelos se multiplicam, como mostra matéria do jornal Diário de Minas:

Todos ajudam a remover blocos

Por volta de 15 horas, o pessoal encarregado de explodir os blocos de cimento armado do local do acidente lançaram um apelo através da Itatiaia e TV Vila Rica, falando do local desde os primeiros momentos do desastre para que todos os donos de caminhões, oficinas mecânicas e automóveis levassem maçados para o local do desastre a fim de tentar remover os grandes blocos.

Também a construtora Pioneira, que tem escritório ao lado do local do acidente ofereceu para ajudar na remoção um grande trator e uma escavadeira. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – p. 11).

S.O.S. Dramático: Corra para doar o seu sangue

Atendendo a um apelo da Rádio Itatiaia e TV Vila Rica, a Polícia Militar de Minas Gerais tomou providências no sentido da instalação de um banco de sangue para o tratamento dos operários feridos.

A diretoria do Hospital Felício Rocho (sic) deu logo apoio e o posto de recebimento de sangue foi montado naquele Hospital, na avenida do Contorno, tendo sido logo procurado por dezenas de doadores.

Todos aqueles que pretenderem salvar vidas dos operários procurem o Hospital Felício Rocho para doar sangue em favor dos feridos do desastre no Parque de Exposições da Gameleira. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – p. 11).

Também a classe artística se comove com a Tragédia tendo o cantor

Roberto Carlos comandado *show* de solidariedade, realizado com a colaboração vários outros artistas, doze dias após a Tragédia, conforme matéria do jornal Estado de Minas a seguir:

Roberto canta para ajudar os operários

Roberto Carlos, Aguinaldo Timóteo, Elizabeth, Silvio César, Fábio, João Dias, Djalma Pires, Manhoso e os conjuntos RC -7 e Célio Balona participaram do Show da solidariedade, terça-feira, no Cine Brasil, em benefício das famílias das vítimas do desabamento da Gameleira.

A promoção, a partir das 20h30m, é do ESTADO DE MINAS, TV Itacolomi e Rádio Guarani. Os ingressos – especial Cr\$ 20,00 e cadeira Cr\$ 10,00 – estão à venda no balcão de Pequenos Anúncios deste jornal, rua Goiás, 36. O Show será comandado por Roberto Carlos.

A escolha de cantores de vários gêneros teve o objetivo de realizar um show que agrade a gente de todas as idades e todos os gostos. A Empresa Cinemas e Teatros de Minas Gerais cedeu gratuitamente as instalações do Cine Brasil, colaborando com os organizadores.

Logo após o show, a comissão fará o levantamento da renda, para distribuir entre as famílias das vítimas do desabamento. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 14/02/71 – Caderno 1 – p. 7).

O *show* de solidariedade às vítimas trouxe vários artistas a Belo Horizonte, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Foi um show de solidariedade

- Jesus Cristo, eu estou aqui – a voz de um jovem reconhecida por milhões de brasileiros, cantava a música discutida. A voz era mais trêmula do que exigia a técnica e mais sofrida e emocionada do que se podia esperar de um ídolo capaz de prender nas cadeiras um auditório de milhares de pessoas ou uma assistência de tevê.

Um auditório de duas mil pessoas, de pé, cantando com ele, compunha uma emoção maior do que se podia prever para aquela hora.

- Jesus Cristo, eu estou aqui – teria gemido o operário, um segundo antes de morrer, no último apelo a uma força maior do que o seu próprio e triste destino.

Foi, assim, um show de solidariedade: a cidade e os artistas se unindo para levar um pouco de calor humano, transformado em dinheiro ou artigos de necessidade, às famílias das vítimas do desabamento do Palácio das Exposições.

No palco, Djalma Pires e Fábio, João Dias, Walter Forster, Manhoso, Elizabeth, Silvio César, Milton e Aguinaldo Timóteo fizeram coro com o “rei”.

Em baixo, na platéia, uma pequena multidão que cantava, sem saber que estava também rezando. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 18/02/71 – Caderno 2 – p. 1).

A cidade de Belo Horizonte se transformou na capital da dor, mas

também da solidariedade, conforme matéria do jornal Diário de Minas:

BELO HORIZONTE, CAPITAL DA DOR E DA SOLIDARIEDADE

O mineiro só é solidário no câncer.

A frase atribuída ao escritor Oto Lara Resende pelo jornalista e teatrólogo Nelson Rodrigues, está sendo total e definitivamente destruída por toda uma cidade, que mobilizou todo o seu potencial humano para prestar assistência moral e material às vítimas de uma das maiores catástrofes que já se abateram sobre Belo Horizonte.

Sem mencionar o heroísmo e a abnegação dos soldados do Corpo de Bombeiros, Exército e Polícia Militar, toda a população se irmanou no socorro aos trabalhadores sacrificados no desabamento de um dos pavilhões do Palácio das Exposições que o governo do Estado estava construindo na Gameleira. Desde a hora em que ocorreu a Tragédia – 11h45m – de anteontem – um verdadeiro exército, formado por militares, padres, médicos, enfermeiros, jornalistas, motoristas de táxi, comerciantes, donas de casa, se mobilizou para, de uma forma ou de outra, procurar amenizar o drama em que mergulharam dezenas de pobres famílias da Capital.

D. João Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, esteve, ontem, no local do desastre para levar o apoio e a solidariedade da Igreja às vítimas e suas famílias. O gesto da Igreja traduziu todo o sentimento da cidade, hoje transformada na capital nacional da dor e do desespero. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.461 – 06/02/71 – p. 9).

Solidariedade do povo

Desde que os trabalhos de socorros começaram, diversas empresas levaram ao local do acidente, todos os recursos disponíveis em medicamentos, alimentos, materiais para remoção dos destroços, carros e vários outros tipos de socorros que permitiram uma maior rapidez dos trabalhos. Os medicamentos foram enviados por uma série de farmácias, entre as quais a Drogaria Araújo e a Drogajato que, na manhã de ontem, enviaram para o local frascos de formol que foram utilizados pelos médicos e enfermeiros. Laboratórios mandaram gases, esparadrapos e outros medicamentos. Alimentos foram enviados por diversos bares e restaurantes, grandes quantidades de salgadinhos, café e, até mesmo arroz, feijão e carne que foram consumidos pelos operários e militares que trabalhavam. As fábricas de leite, como a Big, a Novo Horizonte e a Itambé enviaram centenas de sacos de leite também consumidos em pouco tempo.

Um dos maiores serviços de socorros prestados no local foi o empréstimo de dezenas de perfuratrizes, geradores, guindastes, brocas, e carros que fizeram grande movimentação no local. A Cia. Vale do Rio Doce mandou um guindaste com capacidade para 70 toneladas, enquanto que a Construtora Mendes Júnior, enviando dois caminhões “Euclid”, prestou excelente serviço, porque parte do serviço de retirada dos escombros foi feito pelos caminhões. Pela manhã, novos socorros chegaram, tendo a Camisaria Tarzan, enviado 200 metros de tecidos brancos para cobrir os corpos que eram retirados. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.461 – 06/02/71 – p. 9).

A pronta e solidária assistência recebida pelos familiares das vítimas

ameniza sofrimento o que fica claro quando amigos e vizinhos se irmanam para solicitar as medidas necessárias às autoridades, ante a incapacitação dos diretamente envolvidos:

Uma sepultura

As mulheres, filhos e amigos dos operários desaparecidos continuam procurando a Polícia Técnica para obter informações sobre o resgate dos corpos soterrados e sobre a identificação dos cadáveres retirados dos escombros. Sem a esperança de encontrá-los vivos, os parentes dos mortos pedem apenas uma sepultura para cada um deles.

Eunice Ferreira da Silva, residente no Bairro Durval de Barros (ex-Lagoa Seca), vizinha de um dos operários desaparecidos, ontem à tarde procurava saber “como iam ficar os corpos da Gameleira” em face da paralisação dos trabalhos no local. Ela diz que aceita ir à presença do presidente pedir uma intervenção, embora não tenha ligação direta com o caso: fala em nome da mulher de seu vizinho, Maria da Conceição Bastos da Silva, que está de cama desde que soube do desabamento, sem condições de tomar nenhuma providência. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 19/02/71 – Caderno 1 – p. 11).

O show de solidariedade realizado em meados de fevereiro deu milhões de cruzeiros aos familiares das vítimas e envolveu várias colaborações, conforme matéria do jornal Estado de Minas, publicada ao final do mesmo mês:

Solidariedade dá milhões às vítimas

R\$ 22866,00 foi a renda bruta do “Show da Solidariedade”, promoção do ESTADO DE MINAS, TV Itacolomi e Rádio Guarani, em benefício das famílias dos operários mortos na Tragédia da Gameleira, realizado terça-feira, dia 16, no Cine Teatro Brasil.

A distribuição do dinheiro será realizada logo após a divulgação da relação oficial das vítimas, já que os trabalhos de remoção continuam sendo realizados sob os escombros do desabamento. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 28/02/71 – Caderno 1 – p. 9).

Colaborações

Além do empresário Marcos Lázaro e dos artistas Roberto Carlos, Aguinaldo Timóteo, Djalma Pires, Sílvio César, Elizabeth, Manhoso, João Dias, Miltinho, Fábio, do mestre de cerimônias Walter Forster e dos conjuntos Célio Balona e RC-7, que nada cobraram pelas suas participações no “Show da Solidariedade”, deram grande cooperação à iniciativa as seguintes entidades:

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (isenção do imposto)
Departamento de Tributos Diversos da Secretaria da Fazenda
Departamento da Polícia Federal
Sociedade Brasileira de Autores e Compositores – SBACEM
Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – SBAT
Sociedade de Defesa dos Direitos Autorais – SDDA

Sadembra
Lions Clube Marília
Corpo de Bombeiros
Polícia Militar de Minas Gerais
Cinemas e Diversões Minas Gerais S/A (Cine Brasil)
Editora G. Holman Santos
Irmãos Pinho Publicidade. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 28/02/71 – Caderno 1 – p. 9).

A renda

A venda de ingressos para o show rendeu a importância bruta de Cr\$22.750,00. Os Srs. Joaquim Geraldo Filho e Walter Siqueira de Oliveira, desta capital, enviaram aos promotores as quantias de Cr\$100,00 e Cr\$10,00, respectivamente, como contribuições pessoais para a campanha, somando a receita total de Cr\$22.860,00.

O valor das passagens aéreas para transporte dos artistas e a hospedagem dos mesmos no Hotel Del-Rey, no total aproximado de Cr\$ 10.000,00, foi absorvido pelo ESTADO DE MINAS, TV Itacolomi e Rádio Guarani, assim como outras despesas menores, a fim de que a renda bruta do espetáculo fosse integralmente revertida em benefício das famílias dos operários mortos na Gameleira. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 28/02/71 – Caderno 1 – p. 9).

Um advogado também prestou sua solidariedade, instando junto ao Ministro da Justiça pela aceleração do trabalho de resgate, conforme matéria do jornal Diário de Minas:

ADVOGADO PEDE A BUZAID PROVIDÊNCIAS PELOS MORTOS DA GAMELEIRA

O advogado Osmar Barbosa, manda amanhã, uma representação ao Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, pedindo providências para o resgate dos cadáveres dos operários desaparecidos no Pavilhão de Exposições do Parque da Gameleira, “onde ainda existem mais de 50 corpos soterrados”

Falando sobre a representação, o advogado disse que o fará como um simples cidadão brasileiro, sem ter procuração de ninguém para isto”. O Sr. Osmar Barbosa acha que a operação-resgate está se processando em ritmo muito lento, podendo até prejudicar o direito das famílias das vítimas. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.471 – 18/02/71 – Polícia – p. 8).

Uma outra campanha para ajudar as famílias das vítimas foi registrada em matéria do jornal Diário de Minas:

BANDEIRANTES EM CAMPANHA PARA AJUDAR AS FAMÍLIAS

As bandeirantes de Belo Horizonte iniciam campanha em benefício das famílias das vítimas do desabamento da Gameleira, acampando hoje, em

frente à Igreja São José, onde vão pedir ao povo auxílio e, principalmente, material escolar, para os filhos dos operários mortos.

Ontem, a supervisora dos Bandeirantes, dona Vera, pediu a cobertura da imprensa para a campanha que tem apoio da LBA e começa hoje, com duração de apenas dois dias.

A campanha tem a finalidade de arrecadar material escolar, para os filhos dos operários da SERGEN, mortos na Gameleira. São mais de 400 meninos, todos em idade escolar, e como as famílias não têm condições de dar-lhes o material, as Bandeirantes resolveram auxiliá-los na resolução do problema.

Antes mesmo do acampamento, elas percorreram o comércio, principalmente as livrarias da cidade, pedindo ajuda. A primeira firma a aderir ao movimento foi a Rex Papelaria, na rua Rio de Janeiro. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.471 – 18/02/71 – Polícia – p. 8).

3.9 A imprensa

A imprensa mineira à época da Tragédia da Gameleira contava com dois grupos hegemônicos de comunicação, ambos possuindo jornais, rádios e canais de televisão. Ao grupo Diários Associados estava vinculado os jornais Estado de Minas e Diário da Tarde, a TV Itacolomi e a Rádio Guarani. Ao grupo Força Nova de Comunicação estava vinculado o jornal Diário de Minas, a Rádio Itatiaia e a TV Vila Rica. Os dois grupos hegemônicos de comunicação de Minas Gerais não possuem, em seus acervos, imagens audiovisuais. Em decorrência disso trabalhamos apenas com a imprensa escrita.

O jornal Diário de Minas publica em matéria que se segue, o furo dado pela Rádio Itatiaia, emissora do mesmo grupo de comunicação:

Tragédia, drama e desespero na Gameleira

Repórteres da Força Nova de Comunicação – os primeiros a chegar ao local – fizeram uso do único telefone existente na obra para chamar socorro.

A TV Vila Rica, única que transmite do local, recebeu pedidos para entrar em cadeia, via Embratel, com a Record de São Paulo e forneceu imagem e som para Rio e São Paulo.

Jornais e revistas nacionais e estrangeiras mandaram repórteres a Belo Horizonte. As agências internacionais distribuíram a notícia com radiofotos para todo o mundo. É o Brasil inteiro que sente a Tragédia que se abateu sobre centenas de famílias humildes de trabalhadores de Belo

Horizonte que foi transformada na capital da dor. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 –Polícia – p. 9).

Primeiros a chegarem no pavilhão desabado

Aluísio Santos, do departamento comercial do DIÁRIO DE MINAS, estava passando pelo local e logo comunicou com a Força Nova de Comunicação, o que permitiu o furo dado pela Rádio Itatiaia. (Jornal Diário de Minas – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 –Polícia – p. 9).

Primeira impressão

O DIÁRIO DE MINAS, a Rádio Itatiaia e a TV VILA RICA foram os primeiros órgãos de imprensa a chegarem no local do acidente. Tudo ocorreu às 11h45m de ontem e cinco minutos depois, graças à ajuda de Aloísio Santos, do departamento comercial do DIÁRIO DE MINAS a equipe da Força Nova de Comunicação estava completa no local.

O único telefone disponível na secretaria do Parque de Exposições da Gameleira foi requisitado pela Força Nova de Comunicação e todos os apelos para o exército, para os hospitais, para os médicos e enfermeiros particulares da cidade foram feitos através da Itatiaia. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – Polícia – p. 9).

O jornal Estado de Minas, diz que a Rádio Guarani, pertencente ao seu grupo de comunicação saiu na frente com a notícia com a matéria, que se segue:

Guarani, outra vez na frente

Quem ficou ligado na Guarani não perdeu um só detalhe do desabamento que abalou a cidade, ontem à tarde. Repetindo as grandes coberturas feiras por ocasião da morte de Zé Arigó, e da libertação do embaixador suíço Giovani Ducher, a Guarani saiu na frente ontem outra vez, dando em absoluta primeira mão a notícia do acidente. Poucos minutos após, o repórter Sérgio Prates entrava no ar com os primeiros detalhes. Depois disso, a emissora pôs os seus repórteres na rua e falou durante todo o dia, do local do acidente, dos hospitais e do Corpo de Bombeiros, interagindo tudo com detalhes precisos.

Do Pronto Socorro o repórter Vargas Vilaça pôs no ar uma entrevista com o funcionário Nilton Machado, que viu o desabamento e emocionou a cidade inteira com uma narrativa impressionante da Tragédia. A entrevista – de 10 minutos – foi reproduzida pouco depois pela Tupi de São Paulo.

Para fazer a melhor cobertura do desabamento, a Guarani usou essa equipe, sob a coordenação do diretor-artístico Hamilton Macedo: Dirceu Pereira, Victor Cury, Fábio Vieira, Weber Borges, Ênio Barbosa, João Bosco, João Francisco, Tanguí Maria Carlo, Nilton de Souza e Adalmi Silva. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 3).

O jornal Estado de Minas publica matéria sobre o tema desabamento um dia após a Tragédia da Gameleira, querendo dar maiores informações à população em geral e talvez abordando um tema, que estava nas preocupações

de todos os habitantes da cidade, mas a censura do governo militar os impedia de focalizar abertamente:

Quando caem as construções

Demolição de prédios antigos, muita pressa em concluir obras monumentais, pequenas rachaduras nas paredes, excesso de peso, plantas irregulares são algumas das causas que dão início a um desabamento, tipo de acidente que ocorre com certa frequência em todas as partes do mundo. Nos últimos anos têm ocorrido desabamentos em igrejas, pontes, estádios de futebol (geralmente com dezenas de vítimas), hotéis, grandes edifícios e, principalmente, em prédios em construção. Depois de grandes estiagens há muito perigo de desmoronamento e, nos locais onde há muita terra, eles podem ocorrer a qualquer momento, pois quando a chuva vem as águas infiltram-se sob as construções e provocam a abertura de pequenas brechas nas paredes as quais, mais tarde, vão se alargando até provocar a queda do teto. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 5).

A estratégia se amplia e o jornal Estado de Minas publica uma editoria de pesquisa com histórias de desabamentos no Brasil e no mundo aprofundando o tema que preocupava a sociedade mineira.

Editoria de Pesquisa

Mas foi em São Paulo, em 1969, que ocorreu o maior número de desabamentos em um só dia...

Em Porto Alegre, um pavilhão de exposições estava recebendo os primeiros exemplares bovinos quando, em agosto de 1970, desabou [...]

no ano de 1970, um hotel de três andares, em Porto San Giorgio, Itália, seria totalmente destruído em consequência de explosões de gás [...]

Na Argentina, no mesmo ano, foi a vez de um prédio de 14 andares [...]

Um dos desabamentos que provocou mais vítimas nos últimos dois anos foi o de um restaurante da cidade de Segovia, na Espanha [...]

As pontes também estão sujeitas a desabamentos e no ano de 1970 a queda de uma delas causou a morte de 32 pessoas. O fato ocorreu na Austrália e era a maior obra do gênero no país, cruzando o rio Yarra [...]

(JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 5).

Ponte de Niterói

No Brasil o acidente mais grave com desabamento de ponte verificou-se na construção da Rio-Niterói. Estava sendo feito um teste – o maior do mundo no gênero – para avaliar a segurança dos mil tubulões já instalados e prontos para receber concreto [...] Em Minas, São Vicente do Rio Doce, outra ponte desabaria no ano de 1970 [...]

No ano de 1971, o primeiro grande desabamento ocorreu em Glasgow, Escócia. Oitenta mil torcedores assistiam ao jogo entre o Rangers e o Celtic quando uma barreira de sustentação das arquibancadas desmoronou [...]. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 5).

A imprensa fez um trabalho também de utilidade pública, como podemos ver na matéria do Diário de Minas:

Um grande serviço

Do Pronto Socorro, e de outros hospitais e do local do acidente, a Itatiaia foi a primeira emissora a falar no acidente. Contava detalhes e do fundo de uma laje de mais de cinco toneladas, o repórter Ruiter Miranda conseguia uma entrevista de um operário de nome Jair dos Santos, que aos gritos de “socorro, socorro, água” e “pelo amor de Deus”, conseguiu mandar um apelo dizendo que estava apenas com um braço preso.

Os pedidos de plasmas sanguíneos foram feitos imediatamente pela Itatiaia e TV Vila Rica, que foi a única estação de televisão de Belo Horizonte a transmitir diretamente do local do acidente, dando total cobertura do episódio. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – p. 13).

No dia seguinte o mesmo jornal publica editorial sobre a Tragédia, alertando sobre os cuidados necessários para a realização de concorrências públicas visando grandes obras de construção civil e o perigo da pressa em processos construtivos que se segue:

A despeito de terem sido observadas, por outro lado, todas as exigências relacionadas com a realização de concorrência, não será improvável haver ocorrido mais uma comprovação de que a legislação que trata da matéria, pelas lacunas e falhas que acusa, vem possibilitando que se credenciam à execução de obras, empresas que, na realidade, às vezes não têm condições técnicas e materiais adequadas. Na construção da ponte Rio-Niterói, ainda há pouco, foi possível ao governo agir a tempo a fim de impedir que uma parte do projeto continuasse sob responsabilidade de uma organização que carecia de meios próprios para levar a bom termo o compromisso assumido, não obstante haver preenchido, quando da concorrência, todos os requisitos legais. Se no caso da edificação do Palácio de Exposições fato semelhante tiver ocorrido, estará reforçada a hipótese de que, em benefício do interesse da administração pública e da coletividade, se afigura inadiável uma revisão do estatuto legal que disciplina a realização de concorrências para escolha de firmas empreiteiras de projetos oficiais. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – 1ª Seção – p. 4).

Nessa mesma data o jornal Estado de Minas publica matéria mostrando a projeção negativa em nível nacional e internacional que a Tragédia da Gameleira trouxe para Minas e Belo Horizonte:

Os curiosos, a polícia

A retirada dos corpos levou muita gente ao Parque da Gameleira. Mais

de vinte carros de jornais, rádio e estações de TV Minas, do Rio e de São Paulo estavam estacionados na área, com uma grande movimentação de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 06/02/71 – 2ª Seção – p. 1).

De repente, Belo Horizonte virou notícia internacional: A Associated Press, com uma série de fotografias, mostrou ao mundo inteiro a Tragédia da Gameleira, responsável pela morte de muitos trabalhadores (Página 16) (JORNAL ESTADO DE MINAS – 07/02/71 – 1ª Seção – p. 1).

A imprensa é impedida de agir livremente conforme matéria do Diário de Minas:

A Polícia, ontem, não tomou nenhum depoimento de operário e há, em curso, um processo para impedir que a imprensa divulgue os depoimentos dos operários e engenheiros. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.465 – 11/02/71 – Polícia – p. 8).

O jornal Diário de Minas denuncia o cerceamento sofrido pela imprensa por parte dos policiais representando ou os interesses das empresas envolvidas na Tragédia ou do governo:

Corpos são resgatados na Gameleira onde imprensa já não entra
Alegando “ordens superiores”, os responsáveis pelo policiamento da área onde ocorreu o desabamento proibiram, a partir de ontem, o acesso de repórter ao local dos trabalhos da operação-resgate e nem sequer fornecem informações: os jornalistas não podem nem passar pelo portão principal do Parque da Gameleira. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.469 – 16/02/71 – Polícia – p. 8).

A imprensa acerta nas previsões do número de mortos na Tragédia da Gameleira e rebate o governador que a chamara de sensacionalista por meio de matéria publicada assim que a lista completa das vítimas é divulga:

A Imprensa estava certa
Dia a dia, após o acidente da Gameleira, a imprensa tentou dar informações precisas sobre tudo que acontecia no Parque de Exposições, durante a operação de salvamento dos feridos e resgate dos corpos dos operários mortos.
Os jornais, as rádios e as televisões procuraram também dar uma visão completa de questões ligadas ao acidente, procurando técnicos que pudessem falar sobre a segurança da laje que desabou e entrevistando as pessoas que, de alguma maneira, estão ligadas à construção do

Palácio de Exposições.

O objetivo sempre foi o de apresentar o acidente de todos os seus ângulos – a morte, a dor das famílias, as características da construção, as responsabilidades.

Quantos operários morreram na Gameleira? Para suas famílias, para todos, os números frios de uma lista que podia crescer com mais alguns nomes não era a medida de uma Tragédia, mas a constatação diária do seu alcance.

Logo após o acidente, a imprensa – com base num trabalho de pesquisa no local, nas folhas de presença dos operários e nas suas fichas de trabalho – estimou entre 70 e 100 o número de operários mortos.

Naquela fase, em que o próprio trabalho de salvamento dos feridos era feito com a maior dificuldade, os jornalistas fizeram o impossível para conseguir e divulgar notícias precisas.

A publicação das listas de mortos foi seguida de protestos. Muitas pessoas não concordavam com os números e o próprio Palácio do Governo reagiu, afirmando que a imprensa fazia sensacionalismo em torno do caso, com uma multiplicação absurda de suas vítimas.

Até 6ª feira, 60 corpos já haviam sido resgatados. De ontem para hoje, os grupos de operários do DER localizaram mais oito e não podem dizer com segurança se o trabalho terminou. O número real – 68 corpos – está se aproximando do número estimado pelo ESTADO DE MINAS – 70.

Apesar dos protestos indignados, os dias correram, os fatos provaram: a imprensa estava certa. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 28/02/71 – 1ª Seção – p. 15).

A competição entre os grupos hegemônicos de comunicação na capital mineira nesse episódio foi tão acirrada que a Rádio Guarani dá prêmio por informação recebida de um ouvinte sobre a Tragédia, conforme matéria publicada no jornal Estado de Minas que se segue:

Guarani dá prêmio por boa notícia

O detetive Edson Alves, considerado o repórter amador do mês de fevereiro pela equipe de reportagens da Rádio Guarani, vai receber seu prêmio, amanhã, às 10h, na sala do coordenador da emissora Associada, Hamilton Macedo. Edson Alves foi o primeiro a informar os repórteres do Departamento de Jornalismo do desabamento do parque de Exposições da Gameleira.

(Jornal Estado de Minas – 07/03/71 – 2ª Seção – p. 4).

A imprensa, como vimos, divulgou amplamente a Tragédia da Gameleira, apesar de o país estar vivendo um período de exceção, seu trabalho foi investigativo, ouvindo especialistas das áreas técnicas e jurídicas, publicando importantes editoriais de pesquisa, embora ela tenha sido cercada em alguns momentos pela censura, o que a obrigou a desenvolver estratégias

comunicacionais. Também a polícia cerceou abertamente o acesso dos profissionais ao palco da Tragédia o que foi denunciado pelos jornais. A imprensa foi chamada de sensacionalista pelo governo do Estado, que não concordava com a previsão do número de mortes, feita pela área de comunicação, o que entretanto veio a se confirmar. Os dois grupos de comunicação em disputa se colocaram como pioneiros na divulgação da Tragédia e buscaram louvar a atuação de seus braços radiofônicos e televisivos.

3.10 O Poder Público

O jornal Estado de Minas publica nota de pesar assinada pelo governador eleito, Rondon Pacheco:

O governador eleito Rondon Pacheco, ao tomar conhecimento do acidente de ontem na Gameleira, telefonou ao governador Israel Pinheiro, manifestando o seu grande pesar e depois distribuiu à imprensa a seguinte nota:

‘A notícia do desabamento do Pavilhão da Gameleira tocou-me profundamente, revivendo em mim, como um eco, as tristezas que me afligiram quando um acidente cortou a vida de um filho.

É grande o meu pesar por esse infausto acontecimento em que tantos operários, em plena jornada de trabalho, encontraram a morte de modo tão cruel.

Sei que o luto que invadiu tantos lares repercutiu dolorosamente em todos os lares de Minas Gerais.

Compartilho dessa grande mágoa’. (Completo noticiário no terceiro caderno). (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 1ª Seção – p. 1).

O jornal Estado de Minas passava a imagem de um governo forte, que não se alteraria com a Tragédia:

Hora de coragem

Quem conhece mais de perto o governador Israel Pinheiro pode avaliar o quanto foi atingido pela catástrofe que se abateu sobre o Palácio da Indústria, que o seu governo construía no bairro da Gameleira. A execução dessa obra tem sido uma preocupação constante do governador. Recentemente, a seu convite, lá estiveram alguns jornalistas.

E o sr. Israel Pinheiro explicava detalhes da grande obra com o entusiasmo de quem sentia, tinha a certeza, de que estava cumprindo o seu dever com o Estado que lhe deu a chefia do seu poder Executivo. Até no Japão, onde esteve recentemente, o sr. Israel Pinheiro revelou a sua preocupação quanto ao andamento dos trabalhos. E não fez segredo do fato aos seus acompanhantes. Ele pretendia inaugurar os Palácio da Indústria ainda em seu governo. O arrojo do projeto era a própria marca da sua presença, a presença do construtor da Feira de Amostras, a presença de um homem cuja capacidade de trabalho não pode ser colocada em dúvida nem pelos seus adversários políticos mais apaixonados. Anteontem à tarde, o governador lá esteve. Olhou tudo, correu todos os setores. Era mais uma das muitas inspeções que fazia.

- Eu tenho verdadeira vocação para o sofrimento. Esta frase foi dita há tempos pelo governador Israel Pinheiro, comentando as incompreensões políticas que vinha enfrentando, até mesmo entre os seus correligionários do passado. Ontem, quando soube da Tragédia na Gameleira e foi lá tomar conhecimento da sua extensão, viu que parte de sua grande obra estava no chão e, sob aquele mundo de concreto, dezenas de operários. Mas, apesar de toda a Tragédia, de todo o sofrimento das famílias dos operários mortos, da dor que se abate sobre todos, o governador de Minas na certa não se curvará diante da fatalidade. Até mesmo em homenagem aos operários mortos a obra deve e vai continuar. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 1).

A CIURBE, responsável pela fiscalização da obra, e criada pelo governo, publica a seguinte nota no jornal Estado de Minas.

A nota oficial do governo

A Assessoria de Imprensa do Governo de Minas distribuiu, às 17h30 de hoje, dia 4, a seguinte Nota Oficial:

‘A Diretoria da CIURBE lamenta informar a ocorrência de acidente, às 11h30m de hoje, 4 de fevereiro, nas obras de construção do Pavilhão de Exposição na Gameleira, nesta Capital.

Tão logo tomou conhecimento do fato, o governador Israel Pinheiro compareceu ao local do acidente, tendo determinado a todos os setores da administração estadual a adoção de medidas, em caráter de urgência absoluta, no sentido de permitir assistência ampla e completa a todos os atingidos pela ocorrência.

Todos os esforços foram e estão sendo desenvolvidos neste sentido, para o que se contou também com a eficiente colaboração do prefeito Sousa Lima, do general Gentil Marcondes Filho, de entidades federais, empresas particulares, médicos e estabelecimentos hospitalares.

O pensamento da diretoria da CIURBE e do Governo do Estado se volta para a família das vítimas, às quais desejam levar sua solidariedade.

O Pavilhão de Exposições, concepção e projeto de Oscar Niemeyer, teve a sua execução, através de concorrência, deferida às seguintes firmas: Escritório Joaquim Cardozo, cálculos; SOBRAF, fundações; e SERGEN, obras civis. Todos de maior renome nos respectivos campos de atividades.

As causas do acidente não são ainda conhecidas e serão devidamente apuradas, por órgãos técnicos, aos quais a CIURBE se dirigirá, em

caráter de urgência, a fim de as conhecer e tomar as providências de direito.

Belo Horizonte, 4 de fevereiro de 1971'. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 1).

No dia seguinte os governantes visitaram novamente o local da Tragédia conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Dificuldades

Cerca de 12h00min, o governador Israel Pinheiro esteve no local, quando o coronel Praxedes, comandante dos bombeiros, assumia a direção das buscas, mantendo-se permanentemente assessorado por engenheiros da SERGEN, firma encarregada da obra. Ele queria saber dos engenheiros se o restante da construção estava mesmo ameaçado de desabamento, e como poderia agir para salvar os feridos. Delegados e detetives da Polícia Civil já estavam no local, quando o Secretário de Segurança Pública desceu de um Dodge preto, para orientar, ele próprio, as operações de resgate. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 1).

O mesmo tema foi tratado em matéria do jornal Diário de Minas que apresentou o desconforto das autoridades ante a amplitude da Tragédia:

Governador e prefeito no local da Tragédia

Às 13 horas, o prefeito Sousa Lima chegou ao local do desabamento acompanhado de seus auxiliares diretos, ouvindo todas as explicações sobre o acidente do Coronel Drumond, que comandava o serviço de salvamento da Polícia Militar. Depois, o prefeito se aproximou de um paredão ainda ameaçado de desabamento, apesar de seus auxiliares pedirem que ele não se expusesse ao perigo. Ao ver a extensão da Tragédia o prefeito Sousa Lima chamou alguns soldados, perguntando-lhes o que poderia ser feito para um maior número de salvamentos. Sousa Lima deu algumas ordens de perfuração, diretamente aos soldados. Às 14h30m o governador Israel Pinheiro esteve no local, e lá se encontrou com o prefeito Sousa Lima, dizendo estar muito nervoso “com tudo aquilo”, preocupado com a proporção do desastre. Acompanhado do prefeito, o governador supervisionou grande parte dos socorros, saindo de lá por volta das 15 horas, visivelmente nervoso e evitando contato com os repórteres que faziam a cobertura da catástrofe. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – Polícia – p. 8).

A visita acima noticiada parece ter determinado urgência em apurar responsabilidades por parte do governador como foi noticiado pelo jornal Diário de Minas que se segue:

Governo quer saber quais são os responsáveis pelo desastre

O governo do Estado divulgou ontem às 17h30m uma nota oficial afirmando que ‘as causas do acidente não são ainda conhecidas e serão devidamente apuradas por órgãos técnicos, em caráter de urgência, a fim de que possa tomar as providências de direito’.

O governador Israel Pinheiro compareceu ao local do acidente, tendo determinado a todos os setores da administração estadual a adoção de medidas urgentes, no sentido de permitir assistência ampla e completa a todos os atingidos pelo desabamento. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460 – 05/02/71 – Polícia – p. 8).

O governo estava preocupado com a retirada do escoramento para a inauguração da obra, como podemos observar na matéria do jornal Estado de Minas:

Israel Pinheiro estava preocupado

O governador Israel Pinheiro, ao visitar as obras do Palácio da Indústria, na tarde de anteontem, comentou com alguns auxiliares que o acompanhavam – “estou preocupado com a retirada do escoramento”. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 2).

Todos tinham pressa em terminar a obra

Todos tinham pressa na conclusão das obras do Palácio das Indústrias. Localizado no Parque de Exposições da Gameleira, o prédio estava sendo edificado numa área de quase 17 mil metros quadrados, sendo 6 mil metros de área coberta.

Otimista, pouco antes de viajar para o Japão, o governador Israel Pinheiro anunciou a inauguração do Palácio das Indústrias até março deste ano e recomendou todas as providências à CIURBE – Companhia Urbanizadora Serra do Curral¹⁰ – que executava a obra. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 05/02/71 – 2ª Seção – p. 2).

Até um Ministro de Estado alterou programação inicial indo à Gameleira conferir matéria publicada no jornal Diário de Minas:

PASSARINHO FOI VER TRAGÉDIA DE PERTO

O ministro da Educação, Jarbas Passarinho, comparecer ao (Sic) Parque da Gameleira, ontem às 21h40m, acompanhado do governador Israel Pinheiro, que já estivera antes no local, para supervisionar o serviço de salvamento dos operários que ainda se encontravam soterrados. Passarinho, que veio a Minas para a inauguração do Teatro de Sabará, adiada em virtude do acidente, mostrou-se chocado com as conseqüências do desabamento, prometendo empenhar-se no auxílio às famílias dos mortos. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.460

¹⁰ A CIURBE foi um órgão criado para fiscalizar e não executar a obra.

Se por um lado o poder público tentava socorrer as vítimas da melhor forma que lhe era possível, por outro tentava evitar maiores repercussões da Tragédia chegando a polícia a proibir celebração de missa, pelo arcebispo de Belo Horizonte na Gameleira, conforme matéria do jornal Diário de Minas:

Polícia proíbe missa

Considerando que o movimento de milhares de pessoas no interior do Parque de Exposições da Gameleira poderia atrapalhar os serviços de resgate dos corpos e remoção dos grandes blocos de concreto que desabaram, o coronel Jose de Andrade Drumond, comandante das operações, proibiu a missa que o bispo-auxiliar de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo, iria celebrar naquele local hoje. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.461 – 06/02/71 – Final – p. 11).

O medo das repercussões negativas, de parte das autoridades, levou o governador a acusar imprensa de superestimar a Tragédia da Gameleira, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

A irritação do governador

O governador Israel Pinheiro retornou sexta-feira à noite de Brasília, onde manteve contato com o presidente da República e entregou relatório sobre o desabamento do Palácio das Indústrias, na Gameleira, ao meio dia de quinta-feira.

Ao sair do Palácio do Planalto, o governador não escondeu sua irritação pelo que “chamou de sensacionalismo barato de nossa imprensa”, dizendo que os números da Tragédia são bem menores do que disseram alguns jornais.

Segundo declarou o sr. Israel Pinheiro – que já esteve várias vezes em visita ao local do desabamento, onde homens e máquinas trabalham ininterruptamente para resgatar os corpos dos operários – ainda não foi possível determinar as causas do acidente, acrescentando que a obra foi projetada por Oscar Niemeyer, calculada pelo escritório do engenheiro Joaquim Cardozo, “o mesmo homem que calculou a estrutura de todos os palácios de Brasília”. Disse que as três firmas encarregadas da construção “são altamente conceituadas”.

O governador quando saída da audiência com o presidente da República, não fez qualquer referência ao ritmo das obras. Declarou apenas que por dez minutos a Tragédia seria evitada: ao meio dia (o acidente foi minutos antes) terminaria o horário reservado ao almoço dos operários, e eles teriam saído do local. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 07/02/71 – 1ª Seção – p. 16).

Dois dias depois o governo decidiu-se pela condenação da obra e demolição do restante do conjunto da Gameleira, conforme matéria do jornal Diário de Minas:

Uma comissão de engenheiros da CIURBE, da SERGEN, da SOBRAF e o delegado da Polícia Técnica, Inácio Prata Neto, além de peritos, esteve reunida secretamente até o fim da tarde de ontem, no Palácio dos Despachos, com o governador Israel Pinheiro, e depois de mais de três horas de debates decidiu pela condenação da obra e sua demolição total. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.463 – 09/02/71 – Polícia – p. 8).

A pressão social levou as autoridades federais a fazerem um levantamento da situação na Gameleira, conforme matéria do jornal Diário de Minas:

As autoridades federais poderão exigir , a qualquer momento, o reinício dos trabalhos de remoção dos corpos de operários no Palácio das Exposições, na Gameleira, para saber o número exato de mortos no desabamento. O Serviço Nacional de Informações – SNI – fez um levantamento completo da situação, enquanto a comissão de alto nível, constituída pelo governador Israel Pinheiro, vai entregar o seu parecer final, entregando as causas da Tragédia, no fim da semana. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.465 – 11/02/71 – Capa).

O governador queria o término do resgate dos trabalhadores imediatamente, conforme matéria do jornal Diário de Minas, evitando assim a constante menção à Tragédia que cotidianamente reforçava uma imagem negativa do governo:

O governador Israel Pinheiro, que esteve ontem depois das 18 horas, na Gameleira, manteve contato com o seu assessor, Vasco Viana, inteirando-se do andamento dos serviços, porque quer o término imediato dos trabalhos. (JORNAL DIÁRIO DE MINAS – Ano XXII – nº 6.466 – 12/02/71 – Final – p. 11).

Também o poder legislativo tentou participar do processo de apuração de responsabilidades. Um deputado de oposição informa que iria pedir abertura de CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar a causa do desabamento

na Gameleira, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Deputado vai pedir CPI para apurar o acidente

O deputado Marcos Tito, do MDB, revelou que, tão logo termine o recesso da Assembléia Legislativa apresentará requerimento pedindo a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas e os responsáveis pelo desabamento do Parque de Exposições da Gameleira.

A Comissão Executiva da Assembléia, com exceção do presidente Expedito Tavares, fez ontem uma vista ao local do desabamento, tendo os parlamentares conversado com as autoridades que estavam no local e constatado a gravidade da ocorrência.

Ao anunciar a apresentação do pedido de constituição da comissão parlamentar de inquérito, o deputado Marcos Tito explicou “trata-se de uma obra do governo, que envolve o interesse público e o poder Legislativo não deve omitir-se na apuração das responsabilidades, não só apurando os responsáveis pela catástrofe mas promovendo uma palavra de alerta no sentido de que tais acidentes não mais venham a ocorrer”.

- Na medida que apurar as causas e os responsáveis pelo acidente, a Assembléia estará alertando a opinião pública, as empresas, os administradores e os governantes para a gravidade de tais acidentes. A Assembléia poderá, ainda, pedir ao governo que conceda pensões às famílias das vítimas, concluiu. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 07/02/71 – 1ª Seção – p. 16).

O laudo da Comissão de Alto Nível, que levantou as causas do desabamento na Gameleira, não pôde ser visto assim que ficou pronto, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Laudo não pode ser visto ainda

O Palácio dos Despachos informou, ontem, que, depois de ter lido detidamente o laudo da Comissão de Alto Nível, sobre as causas do desabamento da Gameleira, o governador julgou inoportuna, ainda, sua divulgação. Ele disse que está ouvindo técnicos sobre aspectos do laudo e pode ser inclusive, que convoque uma reunião com os três membros da comissão: os engenheiros paulistas Figueiredo Ferraz e prof. Vitor Melo e o mineiro Marcelo Klein Teixeira.

Enquanto isso, o delegado presidente do inquérito policial informou que espera encerrar seu trabalho até o dia 15 de março. O prazo legal para conclusão do inquérito é de trinta dias (a partir do dia 4 de fevereiro), mas o delegado informou que houve “motivos de força maior” (como a paralisação dos trabalhos de desobstrução) para que o prazo seja automaticamente dilatado.

O delegado se recusa a fazer qualquer declaração sobre a essência do inquérito, mas adianta que “embora estejam por ser tomados, ainda, importantes depoimentos, já há muita coisa a ser dita a respeito da catástrofe”.

A parte do inquérito, referente a depoimentos de técnicos e vítimas, em

Belo Horizonte, está praticamente encerrada. Vão ser ouvidos, ainda, representantes da firma SOBRAF – de São Paulo – e do escritório Joaquim Cardozo, do Rio: alguns desses depoimentos são tomados naquelas duas cidades.

Segundo o presidente do inquérito, o laudo da Comissão de Alto Nível constará naturalmente do processo “como qualquer outro documento que possa contribuir para os devidos esclarecimentos”. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 25/02/71 – 1ª Seção – p. 13).

Dois dias depois o jornal volta à carga:

Alto nível

O laudo da comissão de alto nível, escolhida pelo Governador Israel Pinheiro continua em sigilo. O resultado do trabalho – entregue ao governo na semana passada – deveria ser revelado ontem, mas foi adiado por ser, ainda, inoportuna a sua divulgação. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 27/02/71 – 1ª Seção – p. 11).

O deputado de oposição, Marcos Tito indagou ao governador sobre o atendimento às vítimas da Tragédia da Gameleira e sobre o ressarcimento ao Estado pelos prejuízos sofridos, conforme matéria do jornal Estado de Minas:

Tito pergunta pelas vítimas da Gameleira

Afirmando que respeita “a angústia dos que choram”, mas salientando que “isto não vai ressuscitar os mortos nem corrigir a mutilação dos inválidos”, o deputado Marcos Tito, do MDB, encaminhou à mesa da Assembléia, na reunião de ontem, requerimento solicitando ao governo informações sobre medidas eventualmente em andamento para assistência às vítimas e ressarcimento ao Estado pelos prejuízos sofridos no desastre da Gameleira.

Acentuou o parlamentar oposicionista que “a opinião pública de Minas, a par do encerramento da operação de remoção dos corpos, aguarda agora que a interpretação do relatório da comissão de alto nível possa conduzir à definição das responsabilidades, à assistência às vítimas parcial e totalmente inválidas para o trabalho e ao resguardo dos interesses morais e materiais do Estado”. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 10/03/71 – 1ª Seção – p. 3).

Comissão

Dizendo que o seu requerimento não tem finalidades polêmicas, estando vazado em termos que interessam ao Estado, às vítimas e suas famílias, e a opinião pública que sofreu o impacto da Tragédia, o deputado Marcos Tito assinala que o governo se comportou com acerto e correção ao entregar a investigação das origens do fato a uma comissão de alto nível. - Resta agora – acrescentou o sr. Marcos Tito – que as conclusões dessa comissão orientem providências que resultem na indenização dos prejuízos sofridos pelo Estado e no amparo dos que sobreviveram ao desastre e das famílias que perderam seus chefes e não têm com que

subsistirem. (JORNAL ESTADO DE MINAS – 10/03/71 – 1ª Seção – p. 3).

Perguntas

Entre outras, o deputado opositor fez as seguintes indagações ao governo: 1) Quando foi contratada e quando foi iniciada a construção do “Pavilhão de Exposição das Indústrias” no Parque da Gameleira? 2) A quais firmas foram confiadas a execução dos diferentes projetos? Quais os critérios usados na escolha dessas firmas? 3) Em quanto foi orçada a execução total do projeto? 4) Qual o prazo previsto em contrato para a conclusão final da obra? 5) Qual o órgão encarregado pelo governo para coordenar, controlar e fiscalizar a execução da obra? 6) No momento do acidente, quantas pessoas trabalhavam na obra e a serviço de que firma: dessas pessoas, quantas perderam a vida e quantas sofreram invalidez total ou parcial? Todas as vítimas estavam registradas no INPS? 7) No momento, as firmas envolvidas na execução do projeto do Pavilhão de Exposições das Indústrias participam de outros projetos sob contrato com o Estado ou outros órgãos por ele administrados? 8) Em caso positivo, pretende o Estado sustar a participação dessas firmas em outros projetos, até que fique publicamente provada a sua idoneidade técnica? (JORNAL ESTADO DE MINAS – 10/03/71 – 1ª Seção – p. 3)

A postura dos governantes se explicitou em visita ao local da Tragédia e aos hospitais, em discursos anunciando a disponibilização de todos os recursos para o resgate e socorro às vítimas, bem como prometendo apurar as causas e punir os culpados o mais breve possível. Por outro lado, o governador do Estado trocou farpas com a imprensa sobre as dimensões da Tragédia. Houve uma suspensão do resgate com mais de 50 corpos ainda desaparecidos, alegando insegurança. Há também um mal estar provocado pela demora na divulgação do laudo da Comissão de Alto Nível sobre as causas do desabamento, constituída pelo governo. A demora nessa divulgação serviria a quais interesses? Do poder público? Das firmas envolvidas?

Embora um deputado de oposição pediu abertura de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas e os responsáveis pelo desabamento da Gameleira e um vereador tenha proposto que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte doasse terrenos aos familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira, nenhuma dessas propostas se efetivou.

4 AMOSTRA

Neste capítulo trataremos da amostra qualitativa de pesquisa, da construção da rede de informantes, dos *portraits* dos entrevistados e das imagens detonadoras do processo de rememorar.

4.1 Amostra qualitativa de pesquisa

A amostra constituída para a consecução dessa pesquisa possui estreita relação com o tema em estudo e a metodologia empregada. Os Impactos do Desabamento do Pavilhão de Exposições da Gameleira, objeto de pesquisa desse trabalho, possui peculiaridades que foram determinantes na escolha do modelo de pesquisa. As peculiaridades do tema são:

- a) o tempo decorrido da Tragédia, trinta e seis anos, por si só nos revela alguns indicadores que se seguem: os atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com a Tragédia da Gameleira, na sua maioria, mudaram de cidade, faleceram ou se encontram em estado de saúde comprometedor de suas memórias, com casos de demência o que impossibilitou a coleta de depoimentos de alguns sobreviventes. Soma-se a isso a idade avançada de vários atores sociais envolvidos na Tragédia;
- b) o tema trata de um fato social mobilizador de vários setores da sociedade à época de sua ocorrência, o que levou os moradores de uma cidade à comoção;

c) outro fator a ser considerado foi o deslocamento de várias famílias, moradoras do entorno do local da Tragédia em função principalmente de dois fatos:

- a construção da Via Expressa e das obras do Metrô que levaram os moradores a saírem de suas habitações para que essas obras pudessem acontecer,
- a desapropriação de parte de um conjunto habitacional, já existente à época da Tragédia, que foi parcialmente destruído juntamente com uma faculdade e outras casas que não faziam parte do conjunto habitacional. Essas ações possibilitaram a expansão da Expominas, que funciona hoje onde seria o Pavilhão de Exposição da Gameleira. Essa expansão se deu recentemente, objetivando principalmente a realização do encontro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Belo Horizonte, no primeiro semestre de 2006,
- a obra desabada era uma obra do Estado levando assim, um depoente a se sentir receoso em prestar seus depoimento, temeroso de retaliações, mesmo não vivendo-se mais em regime político de exceção.

Todos esses fatores constituem indícios das dificuldades em contatar um número grande de depoentes. Assim sendo, esses mesmos fatores, aliados a adequação da metodologia da História Oral a ser adotada, apontaram para a adoção do modelo de pesquisa qualitativa, que possibilita uma análise mais aprofundada dos depoimentos coletados. Possibilita ainda uma reconstrução da Tragédia da Gameleira, sob a ótica dos atores sociais nela envolvidos, inclusive o olhar da imprensa, que registrou e divulgou os fatos relacionados à mesma.

Mirian Goldenberg (1997) comenta os modelos de pesquisa qualitativa e quantitativa da seguinte maneira:

Anteriormente as ciências se pautavam em um modelo quantitativo de pesquisa, em que a veracidade de um estudo era verificada pela quantidade de entrevistados. Muitos pesquisadores, no entanto, questionam a representatividade e o caráter de objetividade de que a pesquisa quantitativa se revestia. É preciso encarar o fato de que, mesmo nas pesquisas quantitativas, a subjetividade do pesquisador está presente. Na escolha do tema, dos entrevistados, no roteiro de perguntas, na bibliografia consultada e na análise do material coletado, existe um autor, um sujeito que decide os passos a serem dados. Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc. (GOLDENBERG, 1997, p. 14).

A mesma autora nos fala da importância do olhar dos atores sociais no modelo de pesquisa qualitativa: “[...] ver o mundo através dos olhos dos atores sociais e dos sentidos que eles atribuem aos objetos e às ações sociais que desenvolvem.”. (GOLDENBERG, 1997, p. 32).

A amostra qualitativa aqui idealizada é composta por atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com a Tragédia da Gameleira, constituindo-se de sete grupos:

O primeiro grupo é constituído pelos sobreviventes mutilados e não mutilados. O segundo grupo é formado pelos profissionais que trabalharam no socorro físico, espiritual e material as vítimas da Tragédia da Gameleira sendo estes Bombeiros, Policiais, Médicos, Enfermeiros, Diretor do IML, Assistente Social, Padres, Pastores, Bispo e Artistas. O terceiro grupo é composto pelos familiares das vítimas: viúvas, órfãos e órfãs. O quarto grupo é constituído por profissionais da imprensa: jornalistas e fotógrafos. O quinto grupo é formado por moradores do entorno à Tragédia considerando crianças e adultos à época. O sexto grupo é composto por arquitetos e engenheiros responsáveis pelo projeto, cálculo estrutural, e execução do Pavilhão de Exposição da Gameleira. O sétimo grupo é formado pelos advogados dos familiares das vítimas, do Estado e da construtora.

Para melhorar a visualização da amostra ideal veja a FIG. 31.

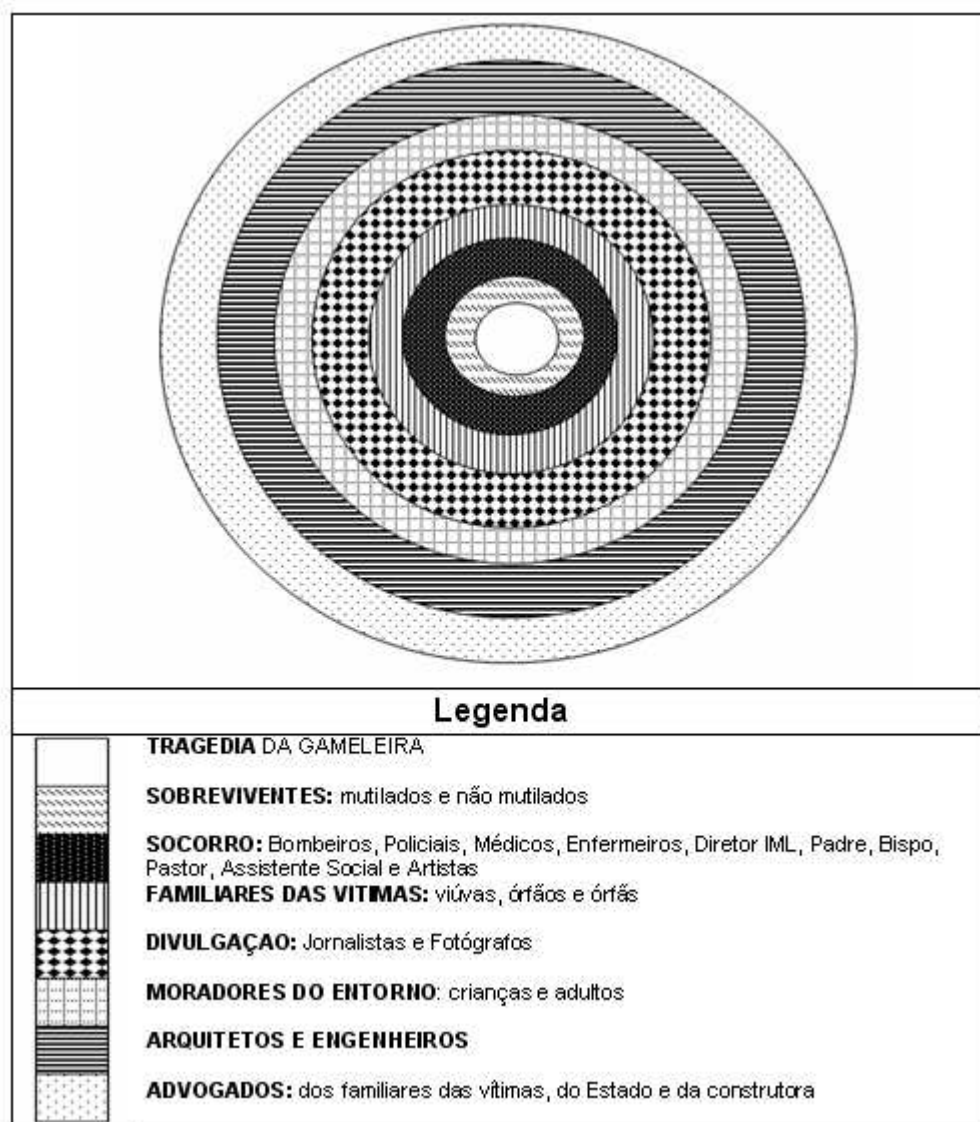


Figura 31 - Composição da amostra qualitativa ideal

A amostra real, ou seja, aquela que é composta pelos atores sociais que se dispuseram a colaborar com este trabalho por meio de suas memórias compõe-se de seis grupos perfazendo um total de 26 (vinte e seis) depoentes:

O primeiro grupo é composto por sobreviventes não mutilados. O segundo grupo constitui-se dos profissionais que trabalham no socorro físico e espiritual às vítimas da Tragédia: Bombeiros, Policiais, Bispo, Assistente Social e Artistas. O terceiro grupo é formado por familiares das vítimas: viúvas, órfãos e órfãs. O quarto grupo é composto pelos profissionais da imprensa jornalistas. O

quinto grupo é constituído por moradores do entorno do local da Tragédia considerando crianças e adultos à época. O sexto grupo é formado dos advogados dos familiares das vítimas.

Para melhor visualização da amostra real, veja a FIG. 32

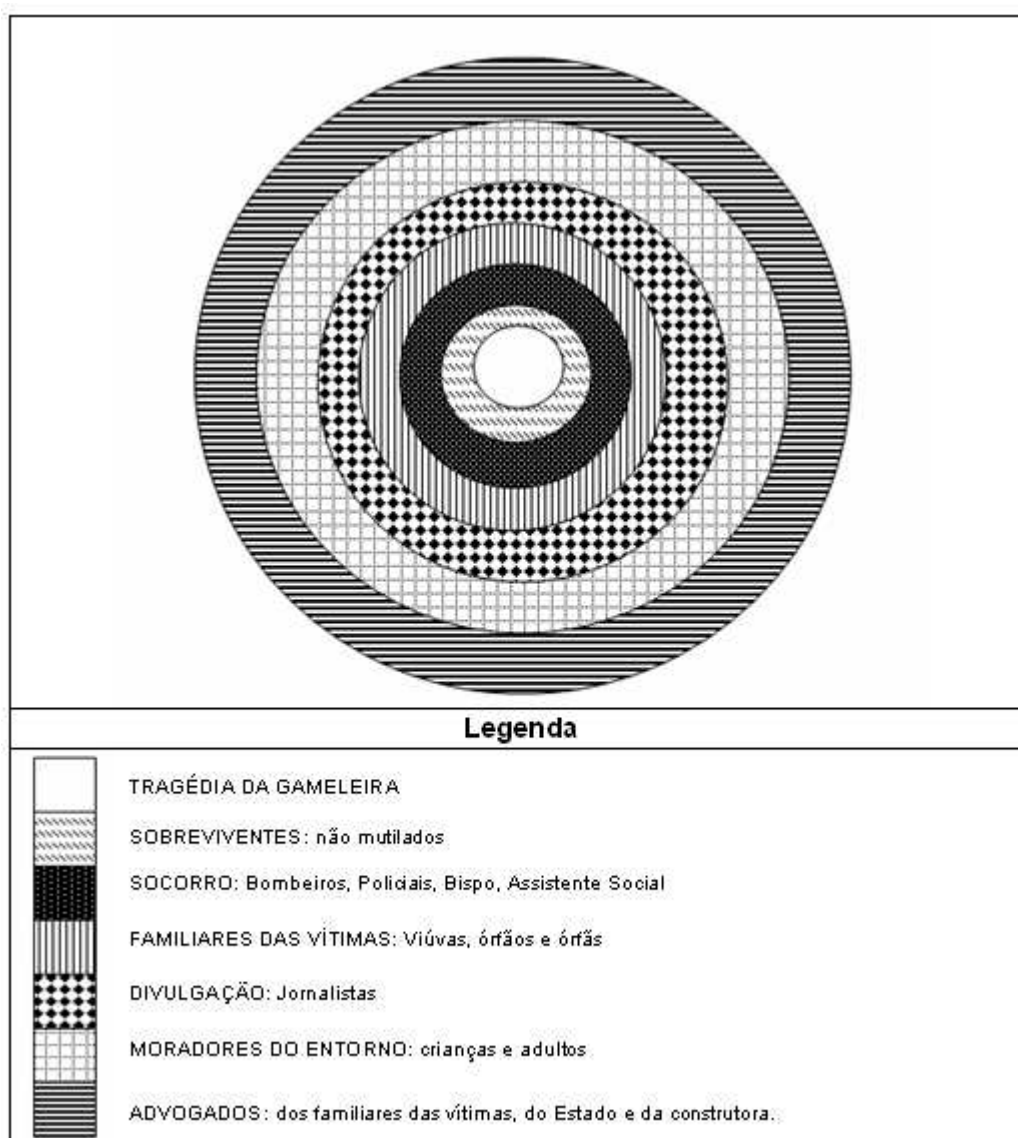


Figura 32 - Composição da amostra qualitativa real

Como se pode notar conseguiu-se uma diversidade de informantes cobrindo várias classes sociais, funções e envolvimento com o trágico acontecimento buscando desta forma, espelhar o universo a ser conhecido.

4.2 A construção da rede de informantes

“Se até as pedras se encontram, quem dirá as criaturas.”
(Maria Leal da Silva, narradora dessa pesquisa).

A construção da rede de informante tornou-se um dos grandes desafios dessa pesquisa exigindo praticamente três anos de busca, em virtude dos fatores postos anteriormente na seção IV – 1 desse capítulo.

A minha chegada aos depoentes contou com um aliado importante que denominaremos aqui de “Rádio Peão”, ou seja, informações boca-a-boca, falando do tema da pesquisa, por onde passava, praticamente com todos os meus contatos. Apesar da Tragédia da Gameleira ter acontecido há trinta e seis anos, procurei informações também com pessoas de idade inferior ao tempo decorrido da Tragédia, pois esses poderiam saber de algo a respeito, repassado pela oralidade, por familiares e amigos mais velhos.

As indagações foram feitas em barbearias, táxis, bares, engraxates com pontos fixos, escolas, universidades, igrejas, clubes, conferências da Associação de São Vicente de Paulo, artesãos da Feira de Artesanato da Avenida Afonso Pena, sindicatos, jornais, rádios, televisão, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Sociedade Mineira dos Engenheiros, hospitais, Pronto Socorro, Instituto Médico Legal, Corpo de Bombeiros, canteiros de obras, Parque da Gameleira etc.

Foi uma pluralidade de lugares e pessoas que foram contatadas no intuito de construir a rede de informantes. Por todos esses lugares as pessoas contatadas foram atenciosas e, na sua grande maioria tinham conhecimento da Tragédia da Gameleira. Uma ocorrência marcante nesses contatos era a disponibilidade em ajudar encontrada nos interlocutores. Por meio do conhecimento de alguém, que conhecia um outro alguém, que conhecia algum ator social envolvido com a Tragédia da Gameleira é que os contatos se iniciaram. Passavam-me contatos, quando os tinham, outros ficavam de verificar e retornar,

mas esses retornos, na sua maioria, não vieram. Entretanto, constituíram inegavelmente passos importantes para fornecer pistas na construção da rede. Uma vez que, seguindo as pistas dadas pelas pessoas contatadas, era possível verificar que o deslocamento dos informantes era uma constante, como também o eram falecimentos e/ou a demência de possíveis depoentes.

A cartografia dessas indagações é múltipla, intensa e extensa, abarcando todas as regiões da cidade é mostrada a seguir a construção da rede em si, ou seja, o que realmente se efetivou objetivamente na construção da mesma.

O primeiro ponto da urdidura da rede de informantes se deu de uma maneira inusitada, determinando uma série de procedimentos e ações para essa tessitura. O professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Dr. Paulo Ventura, coordenador do LACTEA, do qual participo como pesquisador, proferiu uma palestra sobre as atividades de pesquisa do LACTEA para uma platéia composta de servidores e alunos do CEFET-MG, bem como pessoas, na sua maioria, educadores externos ao CEFET-MG. Dentre os pontos tratados na referida palestra, um constava dos projetos de doutoramento gestados no grupo, informando que meu projeto havia sido selecionado no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Ao término da palestra, uma assistente procurou o professor Paulo Ventura, em particular, informando-o que seu pai havia falecido vítima da Tragédia da Gameleira e lhe forneceu seu telefone de contato para que ele me passasse, pois ela gostaria de conhecer em detalhes os objetivos da pesquisa e, caso ela concordasse com os mesmos o acervo de sua família estaria à minha disposição.

Esse fato se deu em 2003 quando eu cursava as disciplinas e morava em Campinas. Numa vinda a Belo Horizonte, fiz uma visita ao LACTEA e o professor Paulo Ventura me passou essa primeira e preciosa informação concreta, não mais alguém que conhecia alguém que conhecia alguém que...

No segundo semestre de 2003, cursava, dentre outras, uma disciplina intitulada História Oral e Educação: Convergências de Campos do Saber na

Construção de Pesquisa, com a professora Dra. Olga Von Simson e se fez necessário testar os instrumentos para coleta de depoimentos já construídos, abarcando as três fases do processo: coleta, transcrição das fitas gravadas e análise do depoimento coletado. Poderia ser uma entrevista hipotética realizada com alguém em Campinas, uma vez que o objetivo principal constituía-se no teste das capacidades de entrevistador, mas optei por vir a Belo Horizonte e contatar Elisabeth Alves, que havia estado na palestra do professor Paulo Ventura.

Ao falar, por telefone, com Elisabeth Alves me apresentei fazendo referências ao tema pesquisado e ao contato dela com o professor Paulo Ventura. A conversa transcorria num clima amistoso e tranquilo, Elisabeth Alves disse-me que gostaria de saber porque eu pesquisava a Tragédia da Gameleira e porque me interessava pelos depoimentos dos atores sociais daquela Tragédia. Expliquei-lhe que gostaria de reconstruir a Tragédia da Gameleira sob a ótica de sobreviventes e familiares das vítimas, bem como dos trabalhadores do resgate. Expliquei também que havia escolhido esse tema principalmente porque, quando o fato se deu, eu trabalhava como servente de pedreiro e avaliava que, se na Gameleira tivessem morrido cem engenheiros ou cem arquitetos, a história teria tomado outro rumo. A minha explicação foi interrompida por um choro entremeado por soluços e um sincero pedido de desculpas. Disse-lhe que não havia nada a desculpar e que ela ficasse à vontade. Aguardei que ela se refizesse e aos poucos os soluços foram silenciando, o choro amainando, deixando um vazio naquela comunicação, e eu tentava manter-me firme, mas com muita dificuldade. Mudei um pouco o rumo da conversa e perguntei-lhe com que ela trabalhava. Ela disse-me que era pedagoga e trabalhava no Colégio Arnaldo. Eu disse-lhe que também era pedagogo. Ela me perguntou quando eu me formei. Ao responder-lhe o ano da formatura ela nem esperou eu lhe dizer em qual universidade e disparou: Você é o Libério da Católica, do movimento estudantil? A voz dela me soou familiar naquele momento e deu-me um *insight* e lhe devolvi na mesma moeda perguntando: Você é a Beth da FAFI-BH que nos ajudou a construir o primeiro Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia - ENEPe? Redescobrimos-nos e o choro de ainda há

pouco deu lugar a um riso muito intenso de nós dois na alegria do reencontro. Já haviam se passado mais de vinte anos de nossa luta estudantil e, depois de formados, ela foi trabalhar no interior do Amazonas e eu fiquei em Belo Horizonte. Perdemos completamente o contato. Em seguida, a conversa fluiu num clima extremamente agradável. Ela disse-me que estava disposta a colaborar com minha pesquisa, não pela nossa amizade, mas pela seriedade que ela via no trabalho. Agendamos a entrevista que se deu num estúdio no CEFET-MG por opção dela.

No dia da entrevista ela me passou um acervo riquíssimo de sua família, com reportagens, nomes de vítimas que poderiam ser futuros depoentes. Falou-me do advogado que acompanhava o processo e de uma Audiência Pública que aconteceu na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. A entrevista foi gravada, filmada e fotografada. Como teste funcionou bem, apontando correções que foram acatadas após a apresentação e discussão do trabalho, em sala de aula.

Por meio de Elisabeth Alves cheguei aos advogados que acompanham o processo sendo: Dr. Ademar Nelson Ramos Fonseca que vem acompanhando o processo desde o início e Dra. Ana Lúcia Moreira que acompanha o processo há uns quatro anos em virtude da saúde debilitada do Dr. Ademar. Elisabeth levou-me à casa do Dr. Ademar Nelson Ramos Fonseca e tivemos uma conversa informal na qual ele concordou em conceder-nos uma entrevista. Dona Dalva, sua esposa, ficou de agendar a entrevista, assim que suas condições de saúde se restabelecessem para tal, o que não veio a acontecer.

Agendamos uma entrevista com a Dra. Ana Lúcia Moreira: tal visita ocorreu em seu escritório num clima amistoso com muita generosidade e disponibilidade. Concedeu-nos um depoimento muito rico, repassou o contato de uma possível depoente que ela julgava importante em função do acúmulo de informações que a mesma detinha, aliado à sua fluência verbal e disponibilidade para falar.

Essa depoente chama-se Elza Soares de Souza, viúva do senhor

Manoel Firmo de Souza, falecido na Tragédia da Gameleira. Após contatos, por meio de telefone, Dona Elza me recebeu em sua casa com muito carinho, atenção e disponibilidade, teve ainda o cuidado de convidar uma amiga, também “viúva da Tragédia da Gameleira”, Dona Raimunda, que ficou na varanda da casa de Dona Elza aguardando colhemos o depoimento da anfitriã para em seguida, colhemos o dela. Ao término da entrevista com Dona Elza, fui até o comércio próximo comprar uma fita cassete que se fazia necessária, uma vez que fui preparado para colher um depoimento e não dois. Ao sair, brinquei com Dona Elza: Vou ali comprar a fita e a senhora não deixa a Dona Raimunda fugir não. Volto rápido. Tamanha foi a minha surpresa, pois quando voltei com a fita, Dona Raimunda havia ido embora pelos fundos sem que ninguém percebesse. Dias depois, Dona Elza informou-me que Dona Raimunda lhe dissera ter tido uma indisposição e uma reação fisiológica e por isso havia precisado ir.

Após desligarmos o gravador, comentei com dona Elza minha dificuldade em encontrar sobreviventes mutilados e não mutilados da Tragédia da Gameleira. Ela me disse que conhecia um mutilado no Bairro Durval de Barros, mas que tinha mais de quinze anos que ela não mantinha contato com o mesmo. Entretanto, no final de semana tentaria localizá-lo, o que não se efetivou, pois o mesmo havia mudado e os vizinhos não sabiam do seu paradeiro.

Dona Elza tendo ficado visivelmente embaraçada com a atitude de Dona Raimunda, (pois ainda não sabia o que gerara aquela atitude) foi até a rua e vê uma moça passando e lhe pergunta: “Fia, Seu Antônio tá em casa?” - Sim - Respondeu a moça. Pede a ele pra dar uma chegadinha aqui em casa, que eu preciso falar com ele.

Em dez) minutos, mais ou menos, o senhor Antônio Sebastião dos Santos apareceu e Dona Elza nos apresentou e perguntou-lhe se era verdade que ele havia trabalhado na Gameleira, ele disse que sim e então expliquei-lhe o objetivo da pesquisa e ele consentiu dar uma entrevista naquele momento mesmo. Colhemos o depoimento do Seu Antônio, um depoimento em que visual e oral são igualmente relevantes e um dos depoimentos mais impressionantes até aquele

momento. Ao final, após desligarmos o gravador, Seu Antônio informou-me que conhecia um companheiro que morava na rua paralela aquela em que estávamos e que também era sobrevivente da Gameleira e que eram amigos. Solicitei-lhe que me levasse à casa desse amigo e me apresentasse a ele. Seu Antônio concordou. Fomos à casa do senhor Jorge Maciel da Silva, que ficou um pouco ressabiado, mas com a ajuda de Seu Antônio, concordou em dar a entrevista na manhã seguinte.

Outro ponto da construção da malha dessa rede se deu em sala de aula no final de 2002, quando ainda não havia começado o doutorado. Estava dando aula de uma disciplina intitulada Canteiro de Obras para uma turma do Curso Técnico em Edificações do CEFET-MG, turma essa que possuía uma faixa etária média de 23 anos de idade. Trabalhei nesse dia com meus alunos a questão do desabamento da Gameleira. Distribui entre os grupos matérias de jornais, revistas da época e um roteiro para que eles tomassem conhecimento da Tragédia. Verifiquei, no início da aula, que a grande maioria sequer ouvira falar do desabamento da Gameleira. Concluímos o trabalho e, para minha surpresa, na semana seguinte os alunos pediram-me que não entrasse num conteúdo novo, pois queriam conversar um pouco mais sobre a Gameleira. Aceitei a proposição deles, uma vez que traziam informações preciosas que conseguiram, ao conversar com familiares mais velhos, vizinhos e colegas de trabalho.

Dentre essas informações destaco uma que foi muito relevante. Uma das alunas informou-me que o proprietário da empresa na qual ela trabalhava era um bombeiro que havia servido no resgate da Tragédia da Gameleira e que o mesmo estaria disposto a conversar comigo sobre o acontecido. Ela me passou um cartão do então empresário Coronel Antônio Viçoso Gerken Junior. Dois anos depois localizei o Coronel Gerken que, na época da Tragédia, não pertencia ao Corpo de Bombeiros e sim à Polícia Militar. Mantivemos algumas conversas por telefone e agendamos uma entrevista para um sábado de manhã nos escritórios de sua empresa. Recebeu-nos com muita atenção e disponibilidade. Preparou pessoalmente o café para nos servir. Seu depoimento foi muito precioso, pois

chegara ao local mais ou menos 10 (dez) minutos após o desabamento e fora responsável, juntamente com o batalhão que comandava, pelo isolamento da área que já havia transformado o teatro de operações num verdadeiro caos, com a presença de muitos curiosos.

Ao final da entrevista forneceu-nos o contato de um bombeiro, amigo seu, que trabalhou no comando da operação de resgate sendo à época uma referência em salvamento no Corpo de Bombeiros. Tratava-se do Capitão Abílio. Dali mesmo o coronel Gerken telefonou para seu amigo Antônio Abílio Souto da Silva, explica-lhe do que se tratava e me colocou na linha. Tive uma ótima conversa com Seu Abílio e agendamos uma entrevista para a semana seguinte no escritório da empresa do Coronel Gerken, onde poderíamos conversar melhor, segundo ele.

A entrevista com o Capitão Abílio transcorreu muito bem, chamou-me a atenção o fato de ele conhecer por nome e sobrenome a maioria dos bombeiros que apareciam nas fotos do resgate, que lhe apresentei como motivadores do processo de rememorar. Ao final, se propôs a ir comigo na sede do Corpo de Bombeiros onde havia um Capitão, amigo dele, que teria facilidade em nos mostrar os arquivos da época (o que, entretanto, não se efetivou).

Outro ponto importante da malha da rede de informantes foi tecido, ao mesmo tempo, por duas pessoas com trajetórias de vida distintas e locais de trabalho extremamente diferenciados. Uma eu conhecia há vários anos, mais de trinta, a outra acabara de conhecer. Um trabalhava como engraxate na Praça Sete, e a outra é professora na UFMG. Um surdo, lia tudo, até lábios, a outra ensinava a ler, a entender a realidade.

O ponto da malha em questão se relaciona a dois jornalistas que eu buscava, uma vez que a pesquisa documental e os depoimentos coletados determinaram a relevância em ouvi-los, em função de sua atuação no rádio e na televisão cobrindo a Tragédia da Gameleira. Buscávamos eu o paradeiro dos jornalistas Dirceu Pereira e Jaime Gomide, ambos já aposentados. Após buscas sem sucesso nos veículos de comunicação, passei pela Praça Sete para dar uma

graxa nos meus sapatos. Enquanto engraxava, o irmão de Benjamim, que trabalhava com ele há vários anos, disse-me que eu estava sumido e indagou se eu estava pra Campinas. Respondi que estava em Belo Horizonte e que meu sumiço se devia ao acúmulo de trabalho do tal doutorado. Ele fez algum comentário e perguntou: “O que que tá pegando?” Falei então aos dois engraxates da minha busca pelos jornalistas e indaguei se sabiam se os mesmos estavam com algum programa de rádio, de televisão ou escrevendo para algum jornal. Informaram-me que ambos eram clientes seus e que Dirceu Pereira estava na direção da Administração dos Estádios de Minas Gerais (ADEMG) e que o Jaime Gomide havia se aposentado e se mudado para Tiradentes, no interior de Minas Gerais, e que aparecia de vez em quando na engraxataria, pois era cliente do Benjamim há muitos anos e que quando ele aparecesse por lá lhe passaria meu número de contato. Liguei para a ADEMG, confirmaram as informações prestadas pelos amigos da Praça Sete, mas Dirceu Pereira voltaria de viagem na semana seguinte. Voltei a contatar, falei direto com ele e marcamos a entrevista para o dia seguinte. Recebeu-nos na Associação Mineira dos Cronistas Esportivos com bastante simpatia e generosidade. Perguntei-lhe se sabia do paradeiro de Jaime Gomide, ele disse que não, mas que procurasse na Rádio Itatiaia que poderiam me fornecer essa informação.

Minha filha mais velha, a Sarah, que cursa Psicologia na UFMG, falou da minha pesquisa em sala de aula para sua professora de Psicologia Social, Adriana Gomide, que também trabalha com a metodologia da História Oral, e a mesma convidou-me para fazer uma palestra. Aceitei o convite e fiz uma palestra intitulada “Os Impactos da Tragédia da Gameleira na Memória de Belo Horizonte e a Metodologia da História Oral”. A palestra foi muito proveitosa e a professora expressou seus agradecimentos realmente sinceros. Convidou-me para um café na cantina da Faculdade. Ali tivemos a oportunidade de falar das dificuldades de nossas pesquisas.

Entendemos que necessitávamos mantermos contatos para um intercâmbio acadêmico. Lendo seu nome completo na anotação que me fornecera,

a professora da qual eu só sabia o primeiro nome, se chama Adriana Dias Gomide Araújo. Imediatamente lhe perguntei se conhecia o jornalista Jaime Gomide, se eram parentes? Ela respondeu que não o conhecia pessoalmente, mas que era seu parente, primo distante de terceiro grau talvez. Falei-lhe da importância em contatá-lo para solicitar um depoimento para o meu trabalho. Ela ficou de contatar uma tia avó e quem sabe assim conseguiria localizá-lo. Falei-lhe do Benjamin e das informações que ele me passara na Praça Sete. Três dias depois a professora Adriana me telefonou informando que falara com vários parentes no Sul de Minas Gerais e que a informação de Tiradentes procedia. Passou-me um telefone em Belo Horizonte, que lhe informaram ser da casa dos filhos do Jaime. Liguei, consegui falar com um filho dele que me informou que seu pai estaria naquele telefone à noite. Tornei a ligar e o próprio Jaime Gomide atendeu. A voz era praticamente a mesma que eu ouvia no telejornal 30 ou 40 anos atrás. Foi interessante detectar como é forte a nossa memória auditiva. Falei-lhe da pesquisa, do Benjamin e da professora Adriana Gomide, que não o conhecia, mas gostaria de fazê-lo. Ao final, marcamos uma entrevista para a manhã seguinte. Ele nos recebeu no Núcleo de Rádio da Secretaria de Comunicação de Minas Gerais.

Foi extremamente generoso, passando-nos informações muito ricas de sua participação na cobertura da Tragédia da Gameleira, e foi muito além, revelando-nos o descaso com o acervo das imagens da TV Itacolomi na qual trabalhou, inclusive as da Tragédia da Gameleira que foram parar literalmente no lixo, apontando inclusive os responsáveis por esse crime contra a memória de uma cidade. Mostrou-se um apaixonado pela memória, em especial da Música Popular Brasileira sendo, talvez, o principal colecionador de discos possuindo um rico e vasto acervo. Repassou-nos documentos preciosos sobre acontecimentos nefastos da Ditadura Militar nos quais ele foi protagonista.

Outro ponto importante da malha da rede de informantes está ligado aos vizinhos do Parque da Gameleira. Eu sabia da existência do Senhor Luiz Leite dos Santos Roussin que possivelmente já passara dos oitenta anos de idade, e que me falara da Tragédia há vinte anos atrás, quando havia sido seu vizinho na

Rua Cid Rabelo Horta que ficava nos fundos do Parque da Gameleira de então. Ele trabalhava há mais de cinquenta anos no referido parque. Fui até a casa dele para uma conversa inicial na expectativa dele me conceder um depoimento. Tamanho foi meu espanto ao chegar ao local pois, fazia mais ou menos, um ano que não passava por aquela rua. Deparei-me com um vazio enorme deixado pelas casas que haviam sido demolidas; haviam transformado tudo num grande canteiro de obras, era a Expominas avançando sobre aquelas construções de várias décadas para receber o encontro do BID a ser realizado no primeiro semestre de 2006.

Não existia mais a casa na qual morei e brincava com minhas filhas Sarah e Maíra, ainda crianças, sob frondosas jabuticabeiras e outras árvores frutíferas, bem como a casa do Senhor Luiz. Informe-me com uma moradora do outro lado da rua sobre o paradeiro da família do Senhor Luiz. Ela me esclareceu que eles estavam morando no Barreiro de Cima, localizado no extremo Sudoeste da cidade, bastante distante dali. Forneceu-me o número do telefone dele mas não possuía o endereço. Liguei para o Senhor Luiz, que se lembrava do nosso tempo de vizinhos, expliquei-lhe sobre a pesquisa e ele se prontificou em me receber naquela mesma semana. Fui a seu encontro. A entrevista aconteceu na casa dele mas, com uma hospitalidade invejável, além da lucidez impecável. Ao final da entrevista, indicou-me um depoente que tinha se aposentado no Parque da Gameleira e havia sido recontratado.

Continuando na tessitura da rede da pesquisa procurei o senhor Ataíde Brito no Parque da Gameleira, falei-lhe da pesquisa e do Senhor Luiz, seu ex-colega de trabalho. Ele aceitou conceder uma entrevista e preferiu que a fizéssemos no próprio parque. Voltando ao parque para uma segunda conversa e para agendar a entrevista, o Senhor Ataíde me recebeu com muita frieza e disse-me que não estava mais disposto a conceder o depoimento, pois conversando com colegas de trabalho, esses o alertaram a não prestar tal depoimento, pois isso poderia prejudicá-lo no trabalho. Tentei convencê-lo de que meu trabalho era acadêmico, mas de nada valeu, e assim recebi o primeiro “não”, o “não quero falar

sobre isso”, o “tenho medo de falar nisso e ser prejudicado”.

A rede continua em sua urdidura, buscando a localização do Arcebispo Dom Serafim Fernandes de Araújo, que à época da Tragédia da Gameleira prestou ajuda espiritual às vítimas quando do resgate. Através de contatos na Sociedade de São Vicente de Paula fui informado que o Monsenhor Lídio Ruas é amigo de Dom Serafim. Por meio desses contatos apresentei-me a ele que se sentiu lisonjeado por ser lembrado para dar esse depoimento, se colocando à disposição, assim que regressasse de Roma.

Voltamos a contatar Dom Serafim após seu retorno da viagem e agendamos a entrevista. Na data agendada cheguei ao local com meia hora de antecedência mas não foi possível coletar o depoimento pois minha auxiliar de pesquisa não compareceu com os equipamentos que estavam em seu poder. Tentei suprir essa falha mas sem sucesso. Ainda assim ele me recebeu em seu gabinete. Conversamos aproximadamente por meia hora. Me desculpei pelo imprevisto e ele compreendeu, elogiou a iniciativa de fazer essa pesquisa e apesar de uma agenda cheia, solicitou à sua secretaria que agendasse um tempo maior que o anteriormente agendado, uma vez que ele gostaria de fazer essa conversa sem afobamento. Nos encontramos novamente e a entrevista aconteceu num clima de tranquilidade com todos os equipamentos para o registro do depoimento funcionando. Após a coleta do depoimento conversamos um bom tempo sobre questões gerais e sobre a PUC-MG pois o mesmo era reitor quando lá estudei, cargo ocupado hoje por seu irmão caçula.

A urdidura da rede agora busca contatar um órfão que estivesse na adolescência à época da Tragédia. Voltamos a procurar Dona Raimunda que me foi apresentada por Dona Elza: falei-lhe da necessidade de coletar o depoimento de um órfão. Ela me informou que seu filho Geraldo com quatorze anos à época da Tragédia da Gameleira, poderia me conceder esse depoimento. Ela ficou de contatá-lo e fazer a solicitação.

O órfão Geraldo aceitou colaborar com a pesquisa e nos recebeu na residência de Dona Raimunda, sua mãe. Nos vários contatos feitos com Dona

Raimunda ela compreendeu melhor a importância de seu depoimento para essa pesquisa e se dispôs a conversar conosco, o que se deu no mesmo dia da entrevista com seu filho Geraldo. Antes da entrevista, Dona Raimunda me apresentou sua filha Margareth que também se dispôs a colaborar com nossa pesquisa.

Os depoimentos dos orfãos Geraldo e Margareth ocorreu num clima tranquilo mas com lágrimas. O depoimento de Dona Raimunda, já no início, a mesma se emocionara e é acometida de um intenso mal estar. Suspendemos imediatamente a conversa desviando o tema pois sabíamos que Dona Raimunda se submeteria à uma cirurgia no coração na semana seguinte.

Após largo intervalo de conversa amena e copos d'água com açúcar, Dona Raimunda recobrou as forças e contrariando os dois filhos presentes colocou como uma questão de honra contribuir com seu depoimento. Passado isso a conversa fluiu agradavelmente, embora Dona Raimunda tenha se emocionado e chorado. A entrevista quase não aconteceu em função de todas as dificuldades relatadas neste capítulo, a própria dificuldade que tivemos em nos aproximar dela, desapareceu após seu depoimento, pois tivemos uma longa conversa sobre rosas e roseiras passeando pelo jardim quando já aproximava-se a metade da noite.

A rede volta ao entorno da região da Gameleira. Já possuímos um depoimento de um adulto que morava no Bairro Nova Gameleira, agora buscamos por depoentes que morassem nos bairros Coração Eucarístico, Nova Suíça ou João Pinheiro, que compõem o entorno e que fossem crianças, com idade de dez anos ou mais à época da Tragédia. A construção da rede volta a contar com a ajuda de amigos e amigas. Reencontrei Eliane, uma ex-aluna em 1978, no lançamento do livro “A Diversidade Cultural Vai Ao Cinema” de Inês Teixeira de Castro. Conversando numa roda sobre minha pesquisa, Eliana revela-me que morava no bairro Coração Eucarístico, lá pelos seus dez anos de idade, quando aconteceu a Tragédia e que se lembrava nitidamente daquele dia, e se dispôs a conceder um depoimento.

Meses depois agendamos um depoimento com Eliane que convidou sua irmã Denise para também colaborar com a pesquisa. Esses dois depoimentos aconteceram na casa da Eliane, no Bairro da Serra. Conversamos primeiro com a Denise pois a mesma chegaria mais tarde ao trabalho naquele dia para viabilizar seu depoimento logo em seguida conversamos com Eliane. Foram momentos bastante prazerosos. Após aquela entrevista, Eliane nos ofereceu um lanche e muitas lembranças vividas nos tempos em que partilhamos em salas de aula, pois, no início de minha carreira acadêmica fui seu professor.

O que começava por intermédio de tantas coisas, às vezes pode se iniciar com quase nada. Uma marmita foi a bússula que me deu o rumo para coletar o depoimento de Elza Alves, pois, em depoimento coletado anteriormente, fiquei sabendo que Elza levou a última marmita, da última refeição do último corpo a ser encontrado nos escombros da Gameleira. Ela mora no bairro Céu Azul, mas para me facilitar, ela sugeriu que nossa conversa acontecesse na casa de sua mãe no bairro Maria Gorete, que fica próximo de onde eu moro. Fomos na data agendada, e após o almoço preparado e servido por Dona Maria, colhemos o depoimento, o local escolhido foi um quarto onde eu já havia conversado com Dona Maria, o orfão Vanderlei e a orfã Elisabeth. Foram momentos de muitas lágrimas, dignidade, revolta e saudade.

A rede continua sua tessitura com novas materias, ou seja, novas memórias velhas, guardadas por outros atores sociais da Tragédia da Gameleira. Agora sem marmita para o rumo mas um lápis, uma borracha talvez, de uma criança que saía da escola em frente ao local da Tragédia no exato momento do início da mesma. Essa criança, hoje adulta, meu amigo há longos anos se chama Rogério Ricaldioni e nos recebeu em sua residência no bairro Eldorado na cidade de Contagem. Colhemos seu depoimento, e foi revelador o agigantamento da indignação daquela criança de outrora. Após a entrevista, foram servidos café e broa deliciosos, preparados por sua esposa Cristina César.

A rede carece continuar sua tessitura, já é enorme a urdidura, mas faz-se imperioso chegar aos profissionais da saúde.

Fomos ao Hospital Sarah Kubitscheck que se localiza em frente ao local da Tragédia, procurar por profissionais da saúde daquele hospital que tivessem trabalho no resgate durante a Tragédia.

Não consegui passar da guarita da segurança da portaria. Fiquei muito irritado, respirei fundo e notei obras da Expominas acontecendo a pleno vapor em frente ao hospital, pois daí há poucos dias o encontro do BID aconteceria ali. E mais uma vez por motivos políticos urgia outra inauguração. Olhei bem para aquilo tudo, registrei algumas imagens. Fiquei engasgado quando percebi que os ficus centenários do passeio da Avenida Amazonas tinham sido cortados, arrancados, para atender o gosto duvidoso de quem concebeu o Expominas.

Utilizando-me da pedagogia da calma me dirigi ao segurança da portaria do hospital e me investi do professor e fiz a aula da Tragédia da Gameleira para meu aluno completamente desinformado da questão, não por sua culpa, mas daquelas que tentam apagar da memória dos belohorizontinos a Tragédia, parafraseando “Marisa Monte” apagaram tudo, pintaram tudo de preto para guardar automóveis e tentar esconder a memória, mas essa, por mais que queiram alguns, não se apaga.

O aluno daquela manhã se sensibilizou com minhas explicações e interfonou para uma acessora de comunicação do Hospital Sarah Kubitscheck.

Conversamos com esse senhora, a mesma me sugeriu enviar uma carta do Diretor do hospital solicitando uma busca nos arquivos.

Dias depois voltei para entregar a carta, consigo burlar a segurança dizendo que tinha uma correspondência do CEFET-MG para ser entregue ao diretor e fui encaminhado ao setor de comunicação. O funcionário que me atendeu tinha um certo brilho nos olhos e ao ouvir minhas solicitações, esse brilho demonstrara uma grande vontade em colaborar. Ele se chama José da Luz.

Ele ficou de encaminhar a carta ao diretor. Completamente desesperado com a estratégia da carta entabulamos uma conversa com José da Luz e este se dispôs a me ajudar.

Dias depois, o diretor do hospital me respondeu que não era possível

atender minha solicitação uma vez que os dados que eu necessitava fora para um arquivo morto em Brasília.

José da Luz me informou que localizou com auxílio de uma tia aposentada daquele hospital uma enfermeira que trabalhou no resgate e que estão tentando localizá-la na cidade de Cláudio onde cuida do pai adoentado.

Várias tentativas foram feitas e nenhuma efetivou-se de fato.

O tear está cansado e muita rede para tecer.

Adriana Comide, que integrou-se a essa rede no início de sua urdidura me disse que seu marido Sérgio tinha um paciente que era diretor do IML. Expliquei para Sérgio minhas demandas e ele me passou os contatos com o atual diretor do IML, Dr. Rojedo e alertou-me que esperasse terminar a Copa da Alemanha, pois seu paciente estava na Alemanha.

Contatei o Dr. Rojedo que foi solícito e pediu me que enviasse a lista com o nome dos mortos na Tragédia para que ele pudesse verificar os processos de identificação dos corpos nos arquivos do IML, e ficou de localizar médico e aposentados daquela instituição.

Vários contatos foram efetuados mas sem sucesso.

O tear quer linha nova, a rede não terminou, linha velha às vezes rompe e a trama não se dá.

Vamos conversar com crianças. Essas me parecem falar desinteressadamente. Fomos ao encontro de duas criancinhas da Tragédia da Gameleira, um Adalmário o outro Adelson, ambos moram no bairro Lindéia na região oeste de Belo Horizonte, era um domingo de manhã e ambos nos receberam em casa de sua mãe, a viúva Dona Elza que já havíamos entrevistado anteriormente.

Adalmário demonstrou uma satisfação muito grande em colaborar com a pesquisa e prestou-me um depoimento emocionante. Em seguida conversamos com Adelson, este imaginava que seria uma entrevista jornalística, sua mãe dera várias entrevistas à imprensa ao longo desses trinta e seis anos. Ao verificar que não se tratava de trabalho jornalístico, Adilson emocionadamente disse ter sido

pego “com as calças na mão” e presta um depoimento com muita emoção, prazer e lágrimas. A viúva Dona Elza nos convida para almoçar com ela, convite irrecusável pelo tempero e pelo cardápio. Enquanto Dona Elza terminou o almoço, Adilson nos convida a ir a sua casa, nos fundos no mesmo lote da casa de Dona Elza e da casa de Adalmário.

Adilson na sua simplicidade passeia conosco pelo pequeno quintal com plantas comestíveis e terapêuticas, demonstra um amor enorme pelas mesmas e pela terra que lhes dá vida. Percebeu meu interesse e conhecimento por aquelas plantas, muitas delas vista por mim pela última vez na minha infância distante. Ele me apresentou sua esposa que preparava o almoço em um fogão à lenha. Na minha saída Adilson me presenteia com uma lata contendo uma linda planta que nem ele nem eu sabíamos o nome. Almocei com Dona Elza, jogamos conversa fora, agradecemos e fomos embora.

A rede volta ao entorno quase que por acaso. Voltamos a casa do Sr. Luiz para registrar uma imagem do mesmo pois a que coletamos à época de seu depoimento não nos satisfazia. Chegando lá, encontramos uma senhora centenária, sogra do senhor Luiz, que se dispôs a conversar conosco. A mesma morava ao lado do Parque da Gameleira quando da Tragédia, e em circunstâncias idênticas, coletamos o depoimento de sua filha Clementina.

A minha auxiliar de pesquisa Clara, me apresentou uma assistente social que trabalhava com os familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira.

Contatamos essa senhora, Dona Nilda, agendamos uma entrevista e fomos ao seu encontro em sua casa no bairro Itapoã, região norte de Belo Horizonte. Era um domingo de manhã, ela nos falou de sua atuação e envolvimento com a Tragédia demonstrando muito respeito e humor. Após a entrevista falamos da culinária maravilhosa do Grande Sertão Veredas pois a mesma nasceu num município vizinho ao que eu nasci.

A rede está comprida, parece não ter fim, os prazos se impõem e necessitamos continuar essa tessitura.

Vamos conversar com as crianças, uma delas, o órfão Vanderlei, filho

de João Alves. Entrevistei todos os órfãos dessa família, que moram em Belo Horizonte e considerei importante ouvir também o Vanderlei embora esse fosse muito criancinha quando seu pai faleceu.

Vanderlei nos recebeu em sua casa no bairro Maria Gorete no extremo leste de Belo Horizonte.

Tomamos café antes da conversa, nos apresentou sua família depois nos dirigimos a casa de sua mãe ao lado, onde coletamos seu depoimento recheado de revolta e indignação com um poder público que até hoje não indenizou sua família pela morte de seu pai ocorrida há trinta e seis anos.

As meadas utilizadas na urdidura e tapamento da tessitura da rede continham cores e vários tamanhos, o que conferiu a rede um aspecto de mosaico. As linhas de urdir continuam no tear aguardando algumas meadas para tapamento, o tear se encontra em perfeito estado. Faltam-nos algumas meadas

Como discorremos anteriormente, é o caso dos profissionais da saúde e dos sobreviventes mutilados. Outras duas meadas ausentes na tessitura da trama da nossa rede de informantes trata-se de Niemeyer e Roberto Carlos.

Tentamos conversar com o arquiteto do Pavilhão de Exposições da Gameleira Sr. Oscar Niemeyer. Foram inúmeros telefonemas para seu escritório no Rio de Janeiro, a partir do início de 2003 até meados de 2006, tentando agendar uma entrevista com o mesmo.

Como não obtivemos êxito, partimos para uma outra estratégia qual seja: correio eletrônico. Enviamos uma mensagem na qual solicitávamos ao mesmo que nos respondesse algumas questões acerca da Gameleira. Coincidentemente, no dia do meu exame de qualificação recebi uma resposta de Niemeyer nos seguintes termos:

Prezado Sr. Antonio, infelizmente não poderei atendê-lo.
Não tenho nada sobre a Gameleira, e nem gosto de falar sobre esse assunto.
Cordialmente, (NIEMEYER, 2006).

A resposta de Niemeyer nos deixou muito desapontados, pois seu

depoimento poderia contribuir para o nosso trabalho.

O depoimento do cantor Roberto Carlos seria de grande valia para nossa pesquisa em virtude do show de solidariedade aos familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira encabeçado pelo mesmo na época, atitude essa rememorada pela maioria de nossos depoentes com muito respeito e admiração.

Os contatos com Roberto Carlos foram articulados por correio eletrônico. Após três solicitações de entrevista, sua assessoria nos respondeu que a agenda do mesmo se encontrava sem espaço para nos atender, mas logo que fosse possível, comunicaria conosco, o que não se concretizou.

O silêncio de Oscar, Ataíde e Roberto nos remete ao pensamento de Jerusa Pires Ferreira e de Michel Pollak ao tratarem da questão do silêncio. Para Ferreira (1994), o desejo de esquecimento se identifica com uma realização frágil da experiência pessoal “a fim de que renasça, no seio da linguagem, uma vida mais assegurada”. (FERREIRA, 1994, p. 94). A mesma autora afirma:

Lapso, hiato, fratura, ressurgimento tem a ver com a interrupção de um projeto, tanto de vida e de ação como de narrar. Forma uma espécie de morte momentânea, ritualizada, que daria lugar ao fluxo da vida. (FERREIRA, 1994, p. 94).

Já para Michel Pollak (1989) existem nas lembranças de algumas pessoas zonas de sombra, silêncio e “não-ditos”. O silêncio é um tipo de discurso conformado pela “[...] angustia de ser punido por aquilo que se diz, ou ao medo de se expor a mal entendidos.”. (POLLAK, 1989, p. 8). O mesmo autor ao tentar explicar esses processos de silêncio no plano coletivo relaciona-os aos mecanismos psíquicos enfatizados por Claude de Olivenstein:

A linguagem é apenas a vigia da angustia... Mas a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento daquilo que não pode ser posto ‘a distância. É aí que intervém com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre o que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que pode transmitir ao exterior. (POLLAK, 1989, p. 8).

Com Pollak (1989) podemos dizer que “entre o dizível e o indizível, o

confessável e o inconfessável”, e o silêncio de uma memória coletiva oficial e ordenada, rompe e aparta uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos. Assim, essa memória oficial reduz a menores proporções “a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar a impor”. Essa conjuntura imbuída de silêncios e “não-ditos” é desfavorável às memórias marginalizadas reduzindo as possibilidades da mesmas passarem a fazer parte do discurso oficial.

Porém, perceber a diferença entre circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis às memórias subterrâneas é admitir “a que ponto o presente colore o passado”, ou seja, é reconhecer como o passado, no nosso caso, o passado recente, vivido pelos seus próprios atores sociais, passa a ser reinterpretado. A nova versão do passado é uma constante reciprocidade entre “o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.”. (POLLAK, 1989).

O não-dito, o silêncio de Oscar, Ataíde e Roberto tem em comum o não querer falar. O que os levam a adotarem essa postura? Oscar Niemeyer e Roberto Carlos consagrados nacional e internacionalmente, não deixam claro o motivo real de seus silêncios. Já para o Sr. Ataíde, homem simples, homem comum, homem local, “homem ordinário” segundo De Certeau (1994, p. 61), a objetividade foi a ferramenta utilizada para dizer o porque do seu silêncio – o medo de perder seu trabalho precarizado no Parque da Gameleira. Trabalho esse, no qual o patrão é o Estado, o mesmo que até hoje ainda não pagou aos familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira. Recorrendo das decisões judiciais alegando não possuir recursos para tal mas, curiosamente possui recursos para contratar projetos para a construção de um novo centro administrativo do Estado. A propósito, a concepção desse projeto é do mesmo arquiteto que concebeu o Pavilhão de Exposição da Gameleira sob encomenda do mesmo Estado, administrado à época por outro governante, Israel Pinheiro, engenheiro construtor de Brasília, também projetada por Niemeyer. Seria de bom alvitre, que os trágicos acontecimentos ocorridos nas construções da cidade de Brasília – chacina de operários nos canteiros de obras – (CARVALHO, 1997), do Pavilhão de Exposição

da Gameleira – Desabamento com saldo oficial de 69 (sessenta e nove) mortos – e de tantos outros nos quais o sangue derramado dos trabalhadores parece-nos nada valer.

Projetos primorosos tais como o conjunto arquitetônico da Pampulha e o novo centro administrativo para o Estado serão sempre motivos de orgulho para Minas. Projeto de um novo centro administrativo é bem-vindo mas, a fiscalização da construção do mesmo, pelo Estado também o é.

O tear para aqui e o resultado dessa tessitura constitui o olhar dos atores sociais sobre a Tragédia da Gameleira. Há outras miradas a fazer e quem sabe a rede continue a ser tecida em outros momentos para a construção de outro produto atinente à Tragédia da Gameleira.

4.3 Portraits dos entrevistados

"[...] Estórias ficam diferentes à medida que os contadores vão misturando nelas o seu próprio sangue." (ALVES, 2005, p. 24).



1. Nome Completo: Elisabeth Alves da Silva

Data de Nascimento: 11/05/1957

Local de Nascimento: Teófilo Otoni

Filiação: João Alves da Silva e Maria Leal da Silva

Estado Civil: Solteira

Profissão: Psicopedagoga, Orientadora Educacional e professora de gestão de recursos humanos

Escolaridade: Terceiro Grau Completo – Pós-graduação em Psicopedagogia

Endereço: Rua Santa Engracia de Saragoza, nº 24 – Bairro Maria Gorete – Belo Horizonte.

Beth, como é chamada, é órfã de seu João Alves da Silva, uma das vítimas da Tragédia da Gameleira, sendo o último corpo a ser encontrado.

Seu depoimento foi muito esclarecedor da condição de órfã da vítima. Tendo, na época, apenas treze anos, relatou fases difíceis que teve que passar com a perda do pai.

Beth foi nossa primeira depoente e em muito colaborou na construção da rede de informantes em função de vários contatos com atores sociais da Tragédia da Gameleira que a mesma mantém até hoje.

Atualmente trabalha como pedagoga no Sebrae/Nova Lima e no Colégio Dom Silvério/Belo Horizonte.



2. Nome Completo: Luiz Leite do Santos Roussin

Data de Nascimento: 09/10/1925

Local de Nascimento: Belo Horizonte

Filiação: Onório dos Santos Roussin e Carlota Leite Roussin

Estado Civil: Casado

Ocupação: Funcionário Público Estadual

Escolaridade: Curso Médio

Endereço: Rua Cruzeiro do Sul, nº 744 – Barreiro de Cima – Belo Horizonte

Seu Luiz era vizinho do Parque da Gameleira e trabalhava no mesmo à época da Tragédia como Técnico em Inseminação Artificial. Testemunhou de muito perto o desabamento do Pavilhão de Exposições da Gameleira.

Nos recebeu com hospitalidade demonstrando satisfação em conceder seu depoimento e valorizando o trabalho com a memória.

Casado com a senhora Clementina Lourdes da Silva Roussin, tem três filhos: Jorge Luiz da Silva Roussin, Vânia Lúcia da Silva Roussin e Sandra Regina da Silva Roussin.

Atualmente está aposentado, cuidando da esposa e da sogra. Lê jornal diariamente procurando se manter atualizado embasando seu processo narrativo que é ímpar.



3. Nome Completo: Eny das Graças Silva Rodrigues

Data de Nascimento: 24/06/1951

Local de Nascimento: Teófilo Otoni

Filiação: João Alves da Silva e Maria Leal da Silva e irmã da informante Elisabeth Alves da Silva

Estado Civil: Viúva

Ocupação: Do lar e Costureira

Escolaridade: Primeiro Grau Incompleto

Endereço: Rua Luiz Rodrigues Araújo, 154 – Céu Azul – Belo Horizonte

Eny é a filha mais velha do Senhor João Alves, última vítima a ser encontrada nos destroços da Tragédia da Gameleira. Tinha dezenove anos na época da Tragédia e relata as dificuldades que tiveram que enfrentar, ela e sua família, com a perda repentina e cruel do chefe da família.

Trabalhava nas Lojas Americanas e conta como se deu a ajuda dos colegas de trabalho, amigos e parentes com relação ao acontecido vitimando a sua família de forma abrupta.

Tivemos acesso à ela por intermédio de sua irmã Elisabeth Alves que também foi uma de nossas depoentes. Ela havia recomendado a coleta do depoimento de sua irmã que sendo mais velha e possuindo memória que se baseia em pequenos detalhes poderia trazer informações e visões que Beth não possuía.

Foi essa informante que me aproximou da advogada responsável pelo

processo das vítimas da Tragédia da Gameleira.



4. Nome Completo: Dirceu Pereira de Araújo

Data de Nascimento: 28/04/1941

Local de Nascimento: Belo Horizonte

Filiação: Geraldo Nepomuceno de Araújo e Maria Pereira de Araújo.

Estado Civil: Solteiro

Profissão: Jornalista

Escolaridade: Terceiro Grau Completo / Jornalismo

Endereço: Rua Bom Despacho, nº206 - Santa Tereza – Belo Horizonte

Dirceu Pereira foi um dos jornalistas que cobriu a Tragédia. Na época, trabalhava na rádio Guarani e no jornal Estado de Minas, que tiveram grande atuação na divulgação da Tragédia da Gameleira.

Nos recebeu com atenção, disponibilidade e simpatia. Ressaltou a importância da nossa pesquisa para a memória de Belo Horizonte.

Após a Tragédia continua trabalhando em veículos de comunicação, foi prefeito da cidade de Ribeirão das Neves e atualmente é diretor da Associação dos Estádios de Minas Gerais -ADEMG e presidente da Associação de Cronistas Esportivos de Minas Gerais.

Sendo político, além de jornalista, concedeu-nos depoimento cauteloso.



5. Nome Completo: Antônio Viçoso Gerken Junior

Data de Nascimento: 24/11/1946

Local de Nascimento: Belo Horizonte

Filiação: Antônio de Souza Gerken e Iracema Lopes Gerken

Estado Civil: Casado

Escolaridade: 3º grau

Endereço: Rua Jornalista Mario Eugênio, 276 – Bairro Serrano – Belo Horizonte

Antônio Viçoso Gerken Junior, mais conhecido como Coronel Gerken, à época da Tragédia da Gameleira, trabalhava na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, no Batalhão da Escola da Polícia Militar, que formava os soldados da PM. Foi o primeiro policial a chegar, após a Tragédia, comandando um pelotão, que foi responsável pelo isolamento da área organizando assim o teatro de operações para que se viabilizasse o resgate. Após a Tragédia foi transferido para o Corpo de Bombeiros, participando ao longo de sua carreira de resgates em outras Tragédias como a da Barraginha por exemplo. Atualmente, possui e dirige uma empresa na área de projetos de prevenção e combate a incêndio, consultoria, treinamento e construção civil.

Foi muito generoso e disponível tendo colaborado muito na construção da rede de informantes, inclusive cedendo os escritórios de sua empresa para a

coleta de depoimentos. Casado com a dona Maria Elizabeth dos Reis Gerken, com a qual tem três filhos Gustavo Henrique dos Reis Gerken, Bruno Cezar dos Reis Gerken e André Luiz dos Reis Gerken.

É graduado em Direito pela Faculdade Milton Campos e em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais.

É uma pessoa sensível, que se emocionou muito ao rever as fotos da Tragédia, destruindo a visão do senso comum de que aqueles que trabalham na área de segurança seriam emocionalmente protegidos, por meio de um afastamento em relação à realidade.



6. Nome Completo: Antônio Abílio Souto da Silva

Data de Nascimento: 23/02/1937

Local de Nascimento: Belo Horizonte

Filiação: Honormindo Silva e Isaura Souto da Silva.

Estado Civil: Casado

Profissão: Gerente Operacional de Vigilância

Escolaridade: Segundo Grau Completo

Endereço: Av: Santa Terezinha, nº1875, Apto. nº304 - Santa Terezinha – Belo Horizonte.

Seu Abílio trabalhava no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Comandou a Companhia de Resgate e Salvamento da Tragédia da Gameleira. Chegou ao local logo após o desabamento, permanecendo lá por vários dias. Considera o resgate da Tragédia da Gameleira sua missão mais significativa e desafiadora. Concedeu rico depoimento com informações preciosas.

Casado com a senhora Maria Benvinda Santos Souto com a qual tem uma filha, Joiceneli Victor Santos.

Trabalha atualmente como gerente operacional de vigilância.



7. Nome Completo: Antônio Sebastião dos Santos

Data de Nascimento: 23/02/1947

Local de Nascimento: Ponte Nova – Minas Gerais

Filiação: Maria da Conceição Santos

Estado Civil: Casado

Profissão: Pedreiro

Escolaridade: Segundo Ano de Grupo – “Escola Rural”

Endereço: Rua das Verbenas, nº 622 – Lindéia – Belo Horizonte

Seu Antônio é um dos sobreviventes da Tragédia da Gameleira onde trabalhava como pedreiro. Casado e tem quatro filhos. Seu salvamento da Tragédia da Gameleira se deu de forma inesperada e inacreditável, pois só sua mochila que estava presa às costas ficou embaixo dos escombros, tendo ele saído ileso. Após a Tragédia da Gameleira continua trabalhando como pedreiro até hoje.

De todos os entrevistados, Seu Antônio é o único que lembra sorrindo dos fatos referentes à Tragédia, pois seu salvamento foi tão inusitado que a alegria em não ter perecido, como a maioria de seus antigos companheiros de trabalho, ainda permeia o seu relato.

Colaborou na construção da rede de informantes nos apresentando a outro sobrevivente, Seu Jorge, que nos concedeu depoimento.



8. Nome Completo: Ana Lúcia Moreira

Data de Nascimento: 25/03/1962

Local de Nascimento: Belo Horizonte

Filiação: Pedro Paulo Moreira e Leny Solange de Andrade Moreira

Estado Civil: Solteira

Profissão: Advogada

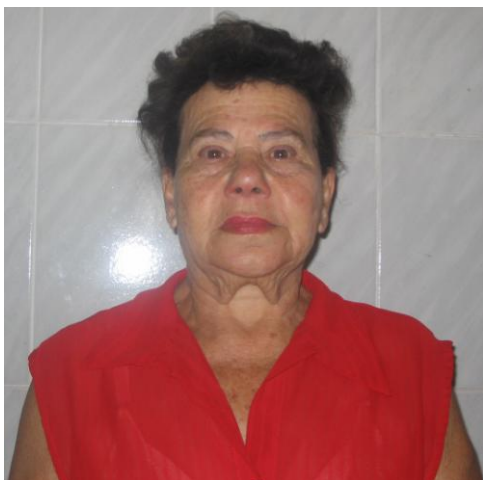
Escolaridade: Terceiro Grau Completo / Pós Graduação

Endereço: Av: Contorno, nº7069 – Sala 807 – Bairro de Lourdes

A Doutora Ana Lúcia atua como advogada das vítimas da Tragédia da Gameleira e acompanha o processo indenizatório em parceria com o Doutor Ademar Nelson Ramos Fonseca. Graduada em Psicologia e Direito. Sua colaboração para com a pesquisa reside, principalmente, nas explicações detalhadas sobre o processo judicial fornecidas em seu depoimento.

Ela colaborou na construção da rede de informantes nos apresentando a possíveis depoentes.

Talvez, a dupla formação dessa profissional a tenha preparado para colaborar de forma tão aberta e generosa com a pesquisa, assim como para compreender os problemas dos sobreviventes e das famílias das vítimas.



9. Nome Completo: Elza Soares de Souza

Data de Nascimento: 26/10/1938

Local de Nascimento: Lagoinha do Mutum - Mg

Filiação: Rômulo Soares da Costa e Sebastiana Soares da Costa

Estado Civil: Casada

Ocupação: Do Lar

Escolaridade: Curso Primário

Endereço: Rua das Verbenas, nº 467 – Lindéia – Belo Horizonte

Dona Elza é viúva do senhor Manoel Firmo de Souza, uma das vítimas da Tragédia da Gameleira, com o qual teve dois filhos, Adilson Soares de Souza e Adalmário de Souza Soares, que na época tinham seis e três anos, respectivamente. Tem uma filha mais jovem, Alice, e hoje mora com seu companheiro Aguinaldo Felisberto Lopes. Vive em Belo Horizonte desde 1970.

Dona Elza desempenhou papel importante, juntamente com o advogado Ademar Nelson Ramos Fonseca na busca das vítimas da Tragédia para a montagem do processo indenizatório.

É uma pessoa muito emotiva e solidária. Foi muito disponível para com a pesquisa. As lembranças, a dor e o significado dessa experiência na sua vida são retratados no depoimento de forma clara e emocionante.



10. Nome Completo: Jorge Maciel da Silva

Data de Nascimento: 07/02/1947

Local de Nascimento: Açucena

Filiação: Manoel Evaristo da Silva e Nair Benigno Maciel

Estado Civil: Casado

Profissão: Aposentado

Escolaridade: Primário Incompleto

Endereço: Rua Poenciana, nº963 – Lindéia – Belo Horizonte

Seu Jorge, como é chamado, é um dos sobreviventes da Tragédia da Gameleira. Trabalhava como pedreiro na construção do Pavilhão. É casado com a senhora Antonieta César da Silva e tem quatro filhos: Antônio de Pádua da Silva, Wanderson Gonçalves da Silva, Sheila Gonçalves da Silva e Shirlene Gonçalves da Silva.

Recentemente, Seu Jorge teve um reencontro emocionante com sua mãe, após cinquenta anos sem notícias.

Muito hospitaleiro, discorre sobre o tema com desenvoltura e naturalidade. Considera seu resgate um verdadeiro milagre. Manifesta o desejo de ver a construção de um monumento em memória dos operários mortos na Tragédia da Gameleira, um lugar de memória marcando o sacrifício desses trabalhadores da construção civil.

Após a Tragédia trabalhou em outras empresas da área de construção civil aposentando-se como mestre de obras.



11. Nome Completo: Jaime Gomide

Data de Nascimento: 23/02/1942

Local de Nascimento: Belo Horizonte

Filiação: Pedro Gomide do Nascimento e Elza Alvarenga Gomide.

Estado Civil: Casado

Profissão: Aposentado / *Free lancer* em Jornalismo

Escolaridade: Terceiro Grau Completo / Jornalismo

Endereço: Rua Major Lopes, nº560 - Sion – Belo Horizonte

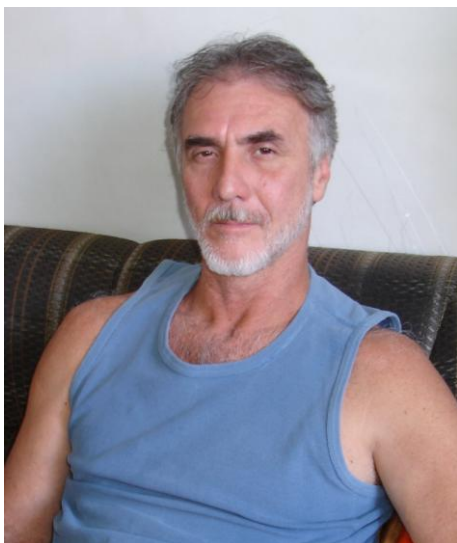
Jaime Gomide jornalista, trabalhava na TV Itacolomi, em Belo Horizonte. Era o âncora do telejornal diário na época. Teve participação importante na divulgação da Tragédia da Gameleira e nas ações de solidariedade às famílias das vítimas. Casado com a senhora Maria Nazaré Pereira Gomide com a qual tem quatro filhos: Glória Maria Gomide, Edwar Pedro Gomide, Mônica Alvarenga Gomide e Luiz Fabiano Gomide.

Revelou-se um apaixonado por memórias e ressaltou a importância da nossa pesquisa para a memória da cidade. Sentiu-se lisonjeado por ser solicitado a dar sua colaboração. No seu depoimento extrapolou o tema da Tragédia nos fornecendo informações preciosas sobre o autoritarismo e arbitrariedade da Ditadura Militar em relação aos meios de comunicação.

Possui uma coleção de discos de música popular brasileira, atividade ligada à memória, que serviu de ponte entre nós.

Após a Tragédia da Gameleira trabalhou como jornalista em vários

veículos de comunicação. Atualmente presta assessoria ao Núcleo de Rádio e TV da Secretaria de Comunicação do Estado de Minas Gerais.



12. Nome Completo: Rogério Ricaldone

Data de Nascimento: 11/02/1957

Local de Nascimento: Belo horizonte

Filiação: Ilton Ricaldoni e Denízia Maria Ricaldoni

Estado Civil: Casado

Profissão: Professor

Escolaridade: Ensino Superior

Endereço: Avenida Lisboa, 210/301- Bairro Santa Cruz, Industrial – Contagem - Mg

Rogério Ricaldoni é licenciado em História, trabalha como professor da rede estadual de ensino. É casado com Dona Maria Cristina César Ricaldoni, tem dois filhos, Júlio Ricaldoni e Caio Ricaldoni.

À época da Tragédia era criança e morava no bairro Nova Suíça, que se localiza no entorno do Parque da Gameleira. Foi testemunha ocular da mesma pois estava saindo da escola Leão Renault, em frente ao Parque da Gameleira, na hora da Tragédia.



13. Nome Completo: Clementina Lourdes da Silva

Data de Nascimento: 28/09/1929

Local de Nascimento: Belo Horizonte

Filiação: Benedito José da Silva e Dolores Gonçalves Penna

Estado Civil: Casada

Ocupação: Do Lar

Escolaridade: Curso Superior

Endereço: Rua Cruzeiro do Sul 744 – Miramar – Barreiro de Cima – Belo Horizonte

Casada com o senhor Luiz Roussin, tem três filhos: Jorge Luiz da Silva Roussin, Vânia Lúcia da Silva Roussin e Sandra Regina da Silva Roussin. Formada em Pedagogia, aposentada, exercendo as funções de dona de casa.

À época da Tragédia, morava na Rua Cid Rabelo Horta que se localiza em uma das extremidades do Parque da Gameleira. Era funcionária pública.



14. Nome Completo: Dolores Gonçalves Penna

Data de Nascimento: 26/07/1906

Local de Nascimento: Barra Feliz – Santa Bárbara – MG -

Filiação: José Marcelino Gonçalves e Clementina Guilherme Penna

Estado Civil: Viúva

Ocupação: Pensionista

Escolaridade: Curso Primário

Endereço: Rua Cruzeiro do Sul 744 – Miramar – Barreiro de Cima – Belo Horizonte.

Dona Dolores é viúva e atualmente mora com sua filha Clementina.

É pensionista e atualmente exerce as funções de dona de casa.

Seu depoimento foi de extrema importância pois, Dona Dolores encontrava-se a menos de quinhentos metros do local quando ocorreu o desabamento.

Essa centenária senhora nos recebeu com muita simpatia e simplicidade e seu depoimento foi muito claro, uma vez que a mesma desfruta de grande lucidez .



15. Nome Completo: Denise Lemos Dias

Data de Nascimento: 05/10/1955

Local de Nascimento: Rio de Janeiro

Filiação: Alfredo Whatley Dias e Elaine Lemos Dias

Estado Civil: Casada

Profissão: Técnica em Química

Escolaridade: Formação Técnica e Superior

Endereço: Rua Antônio Dias, 700/ 602 - Bairro Santo Antônio – Belo Horizonte

Denise Lemos é formada em psicologia e técnica em química, profissão que desempenha atualmente.

Era criança à época da Tragédia e morava no bairro Coração Eucarístico que se situa no entorno da Gameleira.

Casada com o senhor Sérgio Murillo Achão, mãe de dois filhos, Renam Dias Achão e Giuliano Dias Achão.

A entrevista ocorreu na casa de sua irmã Eliane num clima de descontração e satisfação em contribuir com a pesquisa.



16. Nome Completo: Eliane Lemos Dias

Data de Nascimento: 28/12/1961

Local de Nascimento: Belo Horizonte - MG

Filiação: Alfredo Whatley Dias e Elaine Lemos Dias

Estado Civil: Divorciada

Ocupação: Designer Gráfica

Escolaridade: Pós- graduanda

Endereço: Rua Ivaí, nº 61/301 – Serra – Belo Horizonte

Eliane Lemos era estudante e morava no Bairro Coração Eucarístico, que se situa no entorno do parque da gameleira, à época da Tragédia.

Mãe de Jonas Dias Guerzoni, Eliane é formada em Pedagogia e Designer gráfico, exercendo atualmente a profissão de designer.

Nos condeceu a entrevista em sua residência, juntamente com sua irmã Denise, num clima agradável e com muita emoção.



17. Nome completo: Maria Leal da Silva

Data de Nascimento: 28/06/1928

Local de Nascimento: Carlos Chagas

Filiação: Magno Leal da Silva e Orlinda Leal Pimenta

Estado Civil: Viúva

Profissão: Do lar

Escolaridade: Primário Incompleto

Endereço: Rua Santa Engracia Saragoza, no. 24 – Maria Gorete – Belo Horizonte

Dona Maria é viúva do senhor João Alves, uma das vítimas da Tragédia da Gameleira, com o qual teve seis filhos: Expedito, Vanderlei, Eny, Elisabethe, Glória e Elza.

Dona Maria mostrou-se muito solidária com o trabalho, reafirmando enfaticamente a importância do mesmo. Reservada, inicialmente ofereceu um pouco de resistência para falar sobre o assunto, uma vez, que não conhecia bem o solicitante da entrevista. Mas após o estabelecimento de uma confiança entre ela, sua família e o pesquisador, confiou de modo extremamente belo e emotivo as lembranças, a dor e todo o significado deste acontecimento em sua vida e na vida de seus filhos, deixando também registros de sua grande sabedoria esculpida pelos anos e pelo acúmulo de funções de pai e mãe.



18. Nome Completo: Antônio Otacílio Morato

Data de Nascimento: 30/11/1956

Local de Nascimento: Conceição do Pará – Minas Gerais

Filiação: Antônio Morato e Raimunda Leão Morato

Estado Civil: Divorciado

Profissão: Pedreiro

Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto

Endereço: Rua Batista Sampaio, 201. Bairro Água Branca - Contagem

Otacílio é um dos filhos do senhor Antônio Morato, vítima da Tragédia da Gameleira cujo corpo foi resgatado decorridos vinte e dois dias do acidente. Atualmente exerce a profissão de pedreiro, segundo ele, herança de seu pai, apesar do pouco contato que tiveram. É pai de quatro filhos: Patrícia Chaves Morato, Renata Cássia Augusta Morato, Leonardo Henrique Chaves Morato e Hebert Matheylio Morato. Tinha quatorze anos na época da Tragédia e relata que apesar da dor e da aflição geradas pela falta de notícias sobre o pai e a incerteza de sua morte, relatou não ter tido condições de acompanhar mais de perto o processo de resgate e o judicial, porque era lavrador no interior de Minas e não poderia se deslocar com frequência para Belo Horizonte. Seu relato informa que sua família chegou a receber indenização e outras formas de apoio material, como o advindo do show da solidariedade promovido por artistas na época, tais como Roberto Carlos.



19. Nome Completo: Raimunda Leão Morato

Data de Nascimento: 15/10/1938

Local de Nascimento: Pitangui – Minas Gerais

Filiação: João Leão e Afonsina Galvão

Estado Civil: Viúva

Profissão: Do lar.

Escolaridade: Primário Incompleto

Endereço: Rua Batista Sampaio, 201. Bairro Água Branca – Contagem- MG

Dona Raimunda é viúva do senhor Antônio Morato, uma das vítimas da Tragédia da Gameleira, com o qual tem 4 filhos: Antônio, Geraldo, Margarete, que na época tinham 14, 12, 10 anos respectivamente e estava no sétimo mês de gestação do Carlos.

Dona Raimunda foi indicada por Dona Elza, para ser entrevistada. Seu depoimento foi um grande exemplo de superação física, uma vez que Dona Raimunda sofre do coração. Mesmo assim, fez questão de conceder o relato do significado de um momento que na sua vida é sinônimo de tanta dor e sofrimento.



20. Nome Completo: Margarete Aparecida Morato

Data de Nascimento: 26/02/1961

Local de Nascimento: Conceição do Pará – Minas Gerais

Filiação: Antônio Morato e Raimunda Leão Morato

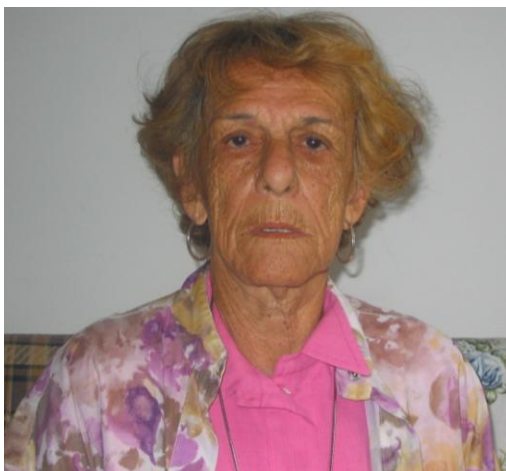
Estado Civil: Viúva

Ocupação: Proprietária de bar.

Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto

Endereço: Rua Batista Sampaio, 201. Bairro Água Branca - Contagem

Margarete é também é filha do senhor Antônio Morato, vítima da Tragédia. Atualmente é proprietária de um bar e mãe de dois filhos, Sônia Aparecida da Silva e Fernando Alves da Silva. Tinha dez anos na época da Tragédia e conta de maneira muito emocionada a dor que sentiu ao perder o seu pai, ao qual era ligada de modo muito especial, segundo o seu relato. Fala com louvor a respeito do empenho da sua mãe em exercer da melhor maneira possível, as funções de pai e mãe e de ter tido dedicação exclusiva para seus filhos desde a Tragédia.



21. Nome Completo: Nilda Soares

Data de Nascimento: 06/09/1933

Local de Nascimento: Patos de Minas

Filiação: Agenor Soares Cardoso e Senhorinha Duarte Soares

Estado Civil: Solteira

Ocupação: Aposentada

Escolaridade: Graduação em Serviço Social e Direito

Endereço: Rua Honorina Esteves Giannetti, Bairro Itapoã, Belo Horizonte.

Dona Nilda Soares, à época da Tragédia trabalhava como assistente social em várias entidades, como Sesi, LBA e Secretaria de Segurança Pública. Sua função de cadastro dessas famílias para fazer o levantamento sócio econômico. Apresentou o contexto político de ditadura militar e a relação desse momento histórico com a ditadura. Mostrou se extremamente solidária com as famílias, embora reconheça não ter uma memória detalhada da Tragédia. Atualmente é aposentada e é tutora do filho do seu irmão falecido.



22. Nome Completo: Adalmário de Souza Soares

Data de Nascimento: 03/05/1968

Local de Nascimento: Belo Horizonte

Filiação: Manuel Firmino de Souza e Elza Soares de Souza

Estado Civil: Casado

Profissão: Educador social

Escolaridade: Segundo Grau

Endereço: Rua das Verbenas, nº 467 b – Lindéia – Belo Horizonte

Adalmário Soares de Souza teve seu pai vitimado na Tragédia da Gameleira e trouxe em seu relato a sombra dessa ausência em sua formação pessoal, o quanto é cara essa orfandade. Fez de maneira muito bela uma denúncia ao descaso com o qual é tratada a memória desses trabalhadores. Reivindicou que esse trabalho de Doutorado fosse um instrumento para concretização de um antigo sonho seu: A construção de um Memorial no atual Expominas, para reverenciar a memória daqueles que perderam a vida em função dessa obra.

Atualmente é casado com Zilá Gomes Sores, com quem teve Felipe Gomes Sores, Kalita Gomes Soares, Karielle Gomes Sores e Adalmário Junior Gomes.



23. Nome Completo: Adilson Soares de Souza

Data de Nascimento: 13/4/1965

Local de Nascimento: Lagoa do Mutum - MG

Filiação: Manuel Firmo de Souza

Estado Civil: Casado

Profissão: Vigilante

Escolaridade: Primeiro Grau Completo

Endereço: Rua das Verbenas, nº 467 fundos – Lindéia – Belo Horizonte

Adilson é o filho primogênito de Dona Elza e seu Manuel, sendo também irmão de Adalmário. Sua fala foi um relato emocionado de sua lembrança daquele que considera o dia mais fatídico da sua vida, a saber, o dia da Tragédia da Gameleira. Segundo disse, fechar os olhos pra rememorar aquele dia, é tornar a ver toda a dor daquele dia. Profundamente reverente quanto à memória daquele dia, disse que precisaria de rezar para iniciar sua narração.

Atualmente trabalha como vigilante e pedreiro. É casado com Silvana Ribeiro Alves de Souza e é pai de Danúbia Ester Soares Ribeiro



24. Nome Completo: Vanderlei Alves de Souza

Data de Nascimento: 11/08/1966

Local de Nascimento: Teófilo Otoni

Filiação: João Alves de Souza e Maria Leal

Estado Civil: Casado

Profissão: Pedreiro

Escolaridade: Quinta Série do Primeiro Grau

Endereço: Rua Santa Engracia Saragoza, nº. 24 b – Maria Gorete – Belo Horizonte

Vanderlei tinha cinco quando aconteceu a Tragédia. Seu pai foi o último a ser resgatado, sem vida, após decorrido mais de um mês do desabamento. Sendo assim teve dificuldade inicial para reconhecer as cenas da Tragédia que foram apresentadas em fotografias no momento da entrevista. Disse ter maior entendimento do ocorrido em sua adolescência. Na sua juventude foi um incentivador pra que sua família, sobretudo sua mãe, retomasse o processo jurídico, passando por dificuldades diversas para retomar a luta por seus direitos.

Atualmente é casado com Maria das Graças de Souza Soares com quem teve quatro filhos: Dalvison Bruno Meireles da Silva, Helândio Felipe Alves da Silva, Heverton Alves da Silva, Francielle Alves da Silva



25. Nome Completo: Elza Alves

Local de Nascimento: Teófilo Otoni

Filiação: João Alves e Maria Leal

Estado Civil: Casada

Profissão: Costureira

Escolaridade: Sexta Série do Primeiro Grau

Endereço: Rua Julio Pires Malta, 118. Bairro Rio Branco, Belo Horizonte.

Data de Nascimento: 17/01/1956

Elza tinha quinze anos no dia em que seu pai faleceu na Tragédia da Gameleira. Foi a última pessoa a vê-lo com vida, pois foi quem levou a marmita para que ele pudesse almoçar. Fala de maneira emocionada do modo como a Tragédia caiu sobre sua vida, alterando o curso da mesma. Além de não ter tido condições de prosseguir seu projeto escolar, sempre se viu às voltas com o desconforto de não se adaptar à cidade de Belo Horizonte, e o constante desejo de voltar pra Teófilo Otoni. Sobre esse desejo, chegou a arquitetar idéias sobre uma fuga de casa que nunca se concretizou. Apesar da dor da ausência, se considera privilegiada por ter sido a última a estar com seu pai.

Atualmente, trabalha como costureira, vive com Sebastião Carlos Pires Ribeiro e é mãe de Alessandra Alves Ribeiro, Bruno Alves Ribeiro, Adriele Alves Ribeiro, Amanda Alves Ribeiro.



26. Nome Completo: Dom Serafim Fernandes de Araújo

Data de Nascimento: 13/08/1924

Local de Nascimento: Minas Novas

Filiação: José Fernandes de Araújo e Gabriela Leite Araújo

Estado Civil: Solteiro

Profissão: Arcebispo Emérito de Belo Horizonte

Escolaridade: Mestre em Teologia e Direito Canônico pela Universidade Gregoriana de Roma

Endereço: Avenida Brasil 166, Funcionários – Belo Horizonte -MG

Dom Serafim era Bispo Auxiliar de Belo Horizonte e trabalhou no socorro espiritual das pessoas envolvidas com a Tragédia. Considerou como obrigatória a sua participação no atendimento, em função da atribuição de sacerdote da causa cristã e católica. Disse ter sido a Gameleira um sonho coletivo que teve um desfecho trágico. Apesar disso, diz ter sido um sonho de proporções exibicionistas. O governador Israel Pinheiro foi, na sua avaliação, a maior vítima desta Tragédia. Apontou em sua entrevista a importância do constante lembrar deste fato para fazer justiça às famílias atingidas pela Tragédia.

4.4 Imagens detonadoras do processo de rememorar

Iniciamos parte da pesquisa documental examinando um acervo, de inusitada importância para a memória da Tragédia da Gameleira, de Belo Horizonte e de sua imprensa. Trata-se do acervo do Centro de Documentação dos Diários Associados/GEDOC. Após examinamos atenta e minuciosamente aproximadamente 500 (quinhentas) fotos, escolhemos apenas 7 (sete), por ser a quantidade permitida, que nos foram cedidas “graciosamente” pelo mesmo Centro de Documentação para uso acadêmico. Utilizamos também a imagem da maquete da obra escaneada de uma cópia xerográfica do jornal Diário da Tarde veiculada na página 18 da edição do dia 05-02-1971. Os direitos autorais desta página fotocopiada foram adquiridos mediante pagamento de R\$ 5,00 (cinco reais) ao acervo do jornal Estado de Minas/GEDOC, no ano de 2002.

As oito fotos que apresentaremos a seguir foram utilizadas nas entrevistas com todos os depoentes, funcionando como agentes detonadores da memória. As mesmas constituíram grandes aliadas no processo de rememoração dos mesmos, além de recuperar a *memória subterrânea* de um trauma coletivo vivido em Belo Horizonte no ano de 1971. A análise dessas imagens, além de nos proporcionar um panorama da Tragédia da Gameleira vai descortinando a mesma, e os diferentes grupos de atores sociais que vão se integrando no teatro de operações da Tragédia. Nesse sentido, ressaltamos que a “[...] complementariedade dos suportes empíricos para a reconstrução histórico-sociológica de um determinado fenômeno ou processo.”, devem ser associadas a outros dados de pesquisa provenientes de diversas fontes “[...] para que as informações que contém possam ser visualizadas pelo pesquisador dentro de um contexto mais amplo, que permitirá a ele explorar os dados registrados naquele suporte fotográfico.”. (VON SIMSON, 1996, p. 101).

A mesma autora acrescenta que as possibilidades e limitações da utilização de fotografias históricas conjugadas a relatos orais devem ser sempre

lembradas nas pesquisas, que se propõem a resgatar a trajetória histórica de grupos sociais específicos. (VON SIMSON, 1998). Os estudos sobre a memória exigem também uma abordagem multidisciplinar e para entender o seu funcionamento “[...] é preciso valer-se de subsídios de várias disciplinas realizando uma integração de conceitos elaborados em diferentes áreas do conhecimento.”. (VON SIMSON, 2000, p. 67-68).

Coaduna-se com essas reflexões Ana Maria Mauad quando observa que o conceito de iconografia ressaltando a importância de ultrapassar o nível descritivo das imagens para o analítico, iconológico ou semiótico, por meio de uma fundamentação teórico-metodológica de caráter transdisciplinar. Além da utilização da abordagem transdisciplinar para a interpretação das imagens visuais a autora aponta outro imperativo metodológico: o recurso à intertextualidade. Neste sentido, o recurso do depoimento oral para a compreensão do contexto cultural de períodos mais recentes é de extrema importância. A autora também trata da contribuição que a fotográfica e a História Oral podem oferecer para o estudo das representações sociais e de comportamento. (MAUAD, 1997).

A priorização do uso de fotografias em pesquisas que utilizam a metodologia da História Oral é uma possibilidade de registro e construção do conhecimento por parte dos envolvidos no processo de rememoração do acontecido. (PARK, 1996a, 1996b, 2000, 2004). Por outro lado, não é de hoje que, o lugar das fotografias no corpo do texto faz parte do suporte metodológico dos pesquisadores das mais distintas áreas do conhecimento. Olga Von Simson assinala:

Desde o século XIX, praticamente logo após o invento da fotografia, a nova técnica de fixação da imagem sobre papel começou a ser utilizada pelos estudiosos dos fatos sociais como auxiliar na apresentação de seus textos de pesquisa e era muito comum encontrar relatórios fartamente complementados por fotos dos fenômenos estudados, seja entre sociólogos europeus, seja entre os estudiosos norte-americanos. (VON SIMSON, 1999, p. 3).

A partir dessa reflexão, comentamos com Roland Barthes a relação

fotografia-espectador, empregando assim termos originários do latim: *studium* e *punctum*.

Studium é uma noção que nos remete à bagagem cultural, às visões de mundo, que cada expectador carrega ao apreciar uma fotografia, ou seja, são os conhecimentos, as informações e os interesses histórico-culturais diversificados. Segundo Barthes (1984) nesse momento há uma interação do expectador com a foto.

Punctum é uma noção utilizada por Roland Barthes para expressar as minúcias, os detalhes imagéticos e as interações que, existentes na imagem fotográfica, físgam freqüentemente o espectador, involuntariamente do conhecimento por ele adquirido sobre o universo histórico-cultural da imagem. Barthes (1984, p. 46) afirma que “[...] são precisamente pontos [...] o *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela me punge (mas também me mortifica, me fere).”.

Com Rotta et al (2005) podemos considerar que, “[...] diferente do *studium* que emana do espectador o *punctum* é a soma dos efeitos que a foto é capaz de produzir sobre o expectador.”.

É importante salientar que as idéias acima desenvolvidas constituem o referencial teórico-metodológico da análise que apresentaremos a seguir, aliado às contribuições da pesquisa documental e dos comentários dos depoentes a respeito de cada foto. Comentários esses resultantes do *studium* e do *punctum* presentes nas imagens fotográficas e que atuavam sobre esses atores sociais fazendo-os interagir com as fotos.

As fotos apresentadas a seguir foram as imagens mostradas para os depoentes e foram as imagens detonadoras do processo de recordar.



Figura 33 - Foto cedida graciosamente pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas

Registrada durante o dia, no canteiro de obras, já destruído pela Tragédia. A foto, em ótimo estado de conservação, nos revela com nitidez a presença de 15 pessoas, entre elas: os bombeiros, de capacetes pretos; os policiais de quepes; os profissionais de saúde, vestidos de branco e alguns supostos voluntários, vestidos com roupas normais, que participaram do resgate. Podemos observar no cenário explorado pelo fotógrafo, as vigas desabadas (parte inferior da foto), uma das vigas parcialmente apoiada em uma cortina de concreto (lado direito superior da foto) e desabada (lado esquerdo inferior da foto) e as vigas que ainda permaneceram sustentadas após a Tragédia (parte superior da foto) Vigas estas, que pesavam aproximadamente 22 (vinte e duas) toneladas.



Figura 34 - Foto cedida graciosamente pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas

A foto encontra-se com muita nitidez e em ótimo estado de conservação. Podemos perceber que a foto foi tirada durante a noite pelo uso de luz indireta durante o seu registro e também pelo uso de lanterna durante o resgate (lado esquerdo da foto). Estão presentes na foto, aproximadamente 62 (sessenta e duas) pessoas, entre voluntários civis; operários da própria obra, que também ajudaram durante as ações de resgate; bombeiros, de capacetes pretos e policiais de quepes. Podemos observar, também ao lado esquerdo da foto, que um dos operários utiliza luvas e uma máscara para proteção do rosto, sugerindo-nos que os operários utilizavam maquinários especiais, como por exemplo, maçaricos, durante o resgate das vítimas.



Figura 35 - Foto com muita nitidez e em um ótimo estado de conservação, a foto, graciosamente cedida pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas

A foto foi registrada após o desabamento do Pavilhão de Exposição da Gameleira, durante o dia, no canteiro de obras. Podemos perceber a presença aproximada de 32 pessoas, sendo possíveis operários que trabalhavam na obra e depois ajudaram no trabalho de remoção dos escombros e resgate dos corpos; policiais, de quepes; bombeiros, de capacetes pretos e operários com uniformes pretos, que poderiam ser de outra empresa e também pessoas com vestimentas diferenciadas, que poderiam vir a representar a presença da imprensa e dos políticos no local. Observando os gestos e as posições dos personagens presentes no cenário, podemos perceber que a foto registrou uma movimentação intensa durante o horário de trabalho. À esquerda da foto, podemos perceber um grande bloco de concreto desabado e a ferragem retorcida da estrutura. Ao centro da foto, o guindaste, com sua grua, que possivelmente retiraria o bloco. Ao lado

direito da fotografia nos é mostrado dois homens trabalhando com a instalação de luz elétrica no local, em cima de um poste, já que o trabalho de remoção dos escombros e resgate dos corpos era feito também durante a noite. Próximo a esse mesmo poste podemos perceber alguns cilindros de oxigênio e de gás. Ao fundo da fotografia, está presente, entre o bloco de concreto e o guindaste, a vista parcial do bairro Alto dos Pinheiros e seguindo mais para a direita, a vista parcial do bairro Coração Eucarístico que já abrigava a Universidade Católica de Minas Gerais (atual PUC - Minas) com sua construção de cor branca.

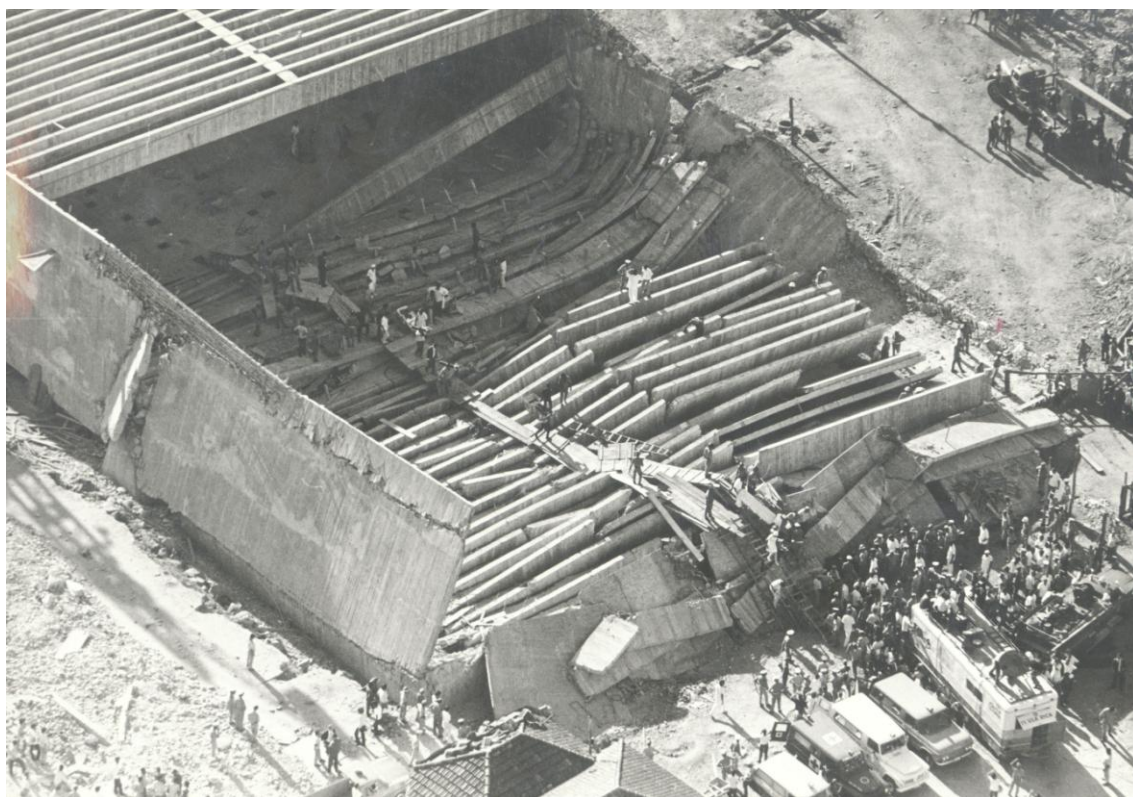


Figura 36 – Foto graciosamente cedida pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas

A foto em ótimo estado de conservação nos mostra com muita nitidez uma das áreas do desabamento. Percebemos juntamente com 4 ambulâncias já posicionadas para levar os corpos resgatados, sendo uma delas (a mais escura) do exército brasileiro, a presença do caminhão imprensa da TV Villa Rica,

integrante do Grupo Força Nova de Comunicação e um caminhão que poderia ser dos bombeiros ou até mesmo de um outro canal de cobertura jornalística que seria do grupo Diários e Emissoras Associadas, uma vez que na época só existiam esses dois grupos de comunicação em Belo Horizonte com possibilidade de filmagem. Entre curiosos (ao lado inferior esquerdo); médicos e enfermeiros, de branco (ao centro e na parte inferior direita); policiais, de quepe; operários; jornalistas (em cima do caminhão das TV Villa Rica); Bombeiros e voluntários, podemos contabilizar em torno de trezentas e vinte e três pessoas. A estrutura presente no centro da fotografia desabou como se fosse uma estrutura de dominó. Sobre essa mesma estrutura, as pessoas que trabalhavam na operação de resgate, construíram com as tábuas e escombros do local, uma passarela e 3 escadas para que o acesso ao centro do desabamento fosse possível e para que o resgate fosse facilitado. Presentes no centro da foto do desabamento, à direita e à esquerda da passarela, podemos observar bombeiros, médicos, voluntários e uma enfermeira descendo a escada. A cortina de concreto localizada na parte inferior esquerda da foto, apresenta na sua parte superior uma imensa fissura que coincide como local de engaste das vigas desabadas. Com o desabamento, essa mesma cortina de concreto foi puxada para o lado direito, o que gerou uma fissura em sua parte inferior. Os telhados presentes na parte inferior central da foto pertencem ao parque de Exposição da Gameleira, situado no extremo leste do terreno. As vigas que ainda resistiam em seus devidos lugares podem ser observadas na região superior esquerda da foto. Um caminhão, possivelmente utilizado no trabalho de resgate, está presente na parte superior direita da foto e possui um dispositivo não identificado que possivelmente auxiliou nessa operação.



Figura 37 - A vista parcial do hospital de campanha, montado no Parque de Exposição da Gameleira, para abrigar a equipe de resgate e atender os feridos do local.

Foto em ótimo estado de conservação e nitidez, graciosamente cedida pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas. Tirada durante o dia, em local externo, a foto nos permite observar que as barracas mostradas pertenciam ao Exército Brasileiro. Os personagens são em número de aproximadamente 50 (cinquenta) pessoas, entre elas adultos e crianças, homens e mulheres, enfermeira, médico, bombeiros, curiosos, e possíveis familiares das vítimas. Ao fundo da foto podemos perceber o prédio do Parque de Exposição Agropecuária da Gameleira, que existe até hoje, com pessoas transitando em sua varanda. À frente desse mesmo prédio podem ser observados aproximadamente 15 (quinze) automóveis estacionados. Podemos perceber, na parte esquerda inferior da foto que era neste mesmo hospital de campanha, que os soldados do Exército envolvidos no resgate se alimentavam e possivelmente se recuperavam

do cansaço. Entre as duas barracas presentes no local, podemos perceber uma mesa armada com o que seria alguns medicamentos usados nos primeiros socorros. Ao lado direito inferior da foto, um homem presta informações a uma possível familiar de uma das vítimas.

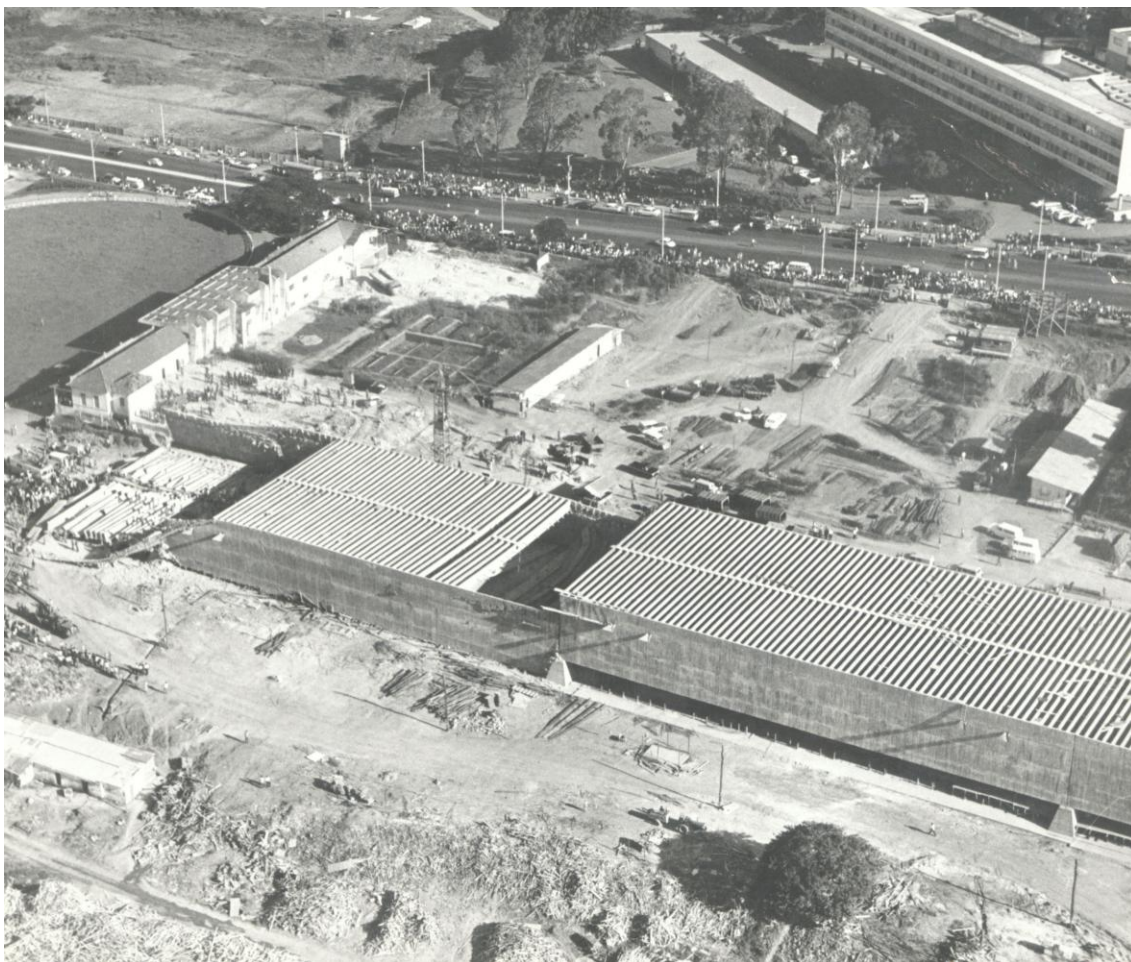


Figura 38 - Foto cedida graciosamente pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas

A foto muito nítida e em ótimo estado de conservação nos mostra uma vista aérea do local da Tragédia da Gameleira. Posicionado na diagonal, no centro da fotografia, está registrado o Pavilhão de Exposição da Gameleira, com as duas partes desabadas intercaladas por vigas ainda sustentadas em seus devidos lugares. Podemos perceber na parte central esquerda da foto, próximo à área

desabada, uma cortina de concreto que, abalada pelo desabamento, ficou inclinada e na eminência de desabar, no mesmo local observamos também, possivelmente algumas centenas de pessoas. Da mesma forma, a multidão, possivelmente de curiosos, é presente nas duas margens da Avenida Amazonas, localizada na parte superior da foto. O prédio mostrado à extrema direita superior da foto, é o Hospital Sarah Kubitschek, com seus frondosos eucaliptos presentes na entrada. E ao seu lado podemos perceber a existência da área ocupada atualmente pela Escola Estadual Professor Leão Renault. O grande espaço gramado mostrado na parte superior esquerda da foto, pertence ao Parque de Exposições Agropecuárias da Gameleira, onde acontece atualmente o desfile de animais durante as exposições e que, posteriormente, serviu de área para a localização do hospital de campanha existente durante o resgate das vítimas. As grandes áreas localizadas acima e abaixo do Pavilhão desabado correspondem ao canteiro de obras e neles podem ser vistos 3 (três) galpões brancos que poderiam servir de almoxarifado para a obra, sendo 2 (dois) acima e 1 (um) abaixo do pavilhão. Neste mesmo canteiro de obras podemos observar a presença de alguns automóveis estacionados.



Figura 39 - Foto com muita nitidez e em ótimo estado de conservação, a foto, graciosamente cedida pelo Centro de Documentação do jornal Estado de Minas

A foto nos mostra a área desabada do Pavilhão de Exposições da Gameleira. Tirada ao ar livre e durante o dia, podemos perceber a presença de 24 (vinte e quatro) pessoas, entre elas: Bombeiros devidamente fardados e de capacetes pretos, policiais de quepes, possíveis voluntários civis que ajudaram na operação de resgate e até mesmo uma pessoa careca, vestida de maneira mais formal (sobre as vigas, ao lado esquerdo), que podem ser um político ou perito. Essas pessoas, em sua maioria, demonstram intenso trabalho, pela movimentação registrada em várias direções pela fotografia. Ao centro inferior da fotografia, podemos observar uma agitação do que seria uma possível comunicação entre um bombeiro (com a mão à cabeça) e um soterrado. Dois bombeiros, dois profissionais de saúde e dois possíveis voluntários presenciam e possivelmente participam do resgate desse sobrevivente com expressão de perplexidade. Podemos observar a enorme dimensão das estruturas comparando-as ao tamanho das pessoas. As quatorze vigas já desabadas pesavam em torno de vinte e duas toneladas e formavam, juntamente com a viga ainda sustentada (na esquerda superior) e com a cortina de concreto ao fundo, o enorme projeto do arquiteto Oscar Niemeyer. Podemos observar com clareza uma grande fissura no meio da cortina de concreto já citada, e a esquerda dessa fissura podemos perceber ainda que a imensa estrutura está inclinada, ameaçando cair sobre os destroços já existentes. Na parte superior da foto, o céu apresenta-se nublado, pois o acontecimento ocorreu durante a época de chuva. No centro da foto, na parte superior, podem ser observadas algumas copas de eucaliptos frondosos. Existe, à extrema direita superior da foto, uma torre, possivelmente de algum guindaste em operação.

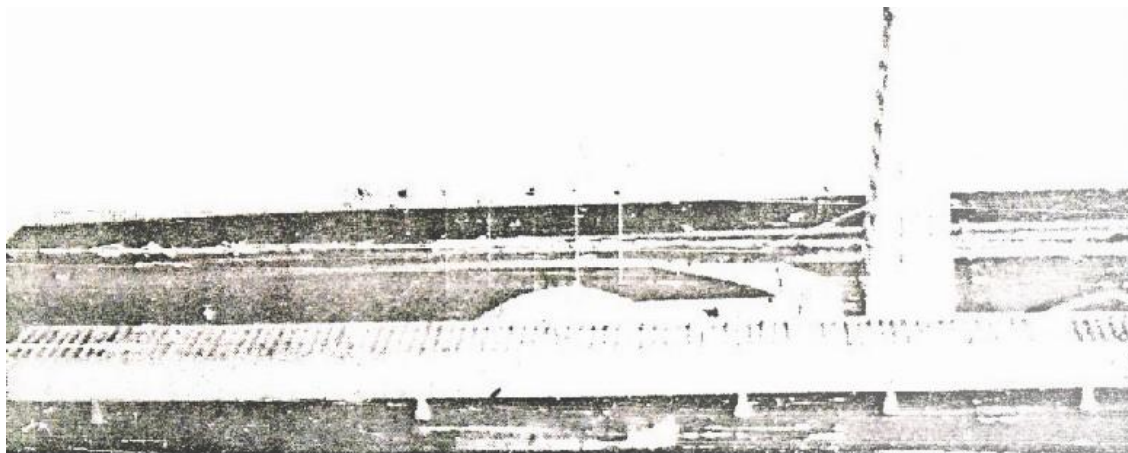


Figura 40 - Publicada em fevereiro de 1971 pelo jornal Diário da Tarde de Belo Horizonte

Foto com fundo branco, sem nitidez, em mau estado de preservação. Utilizada para ilustrar o que seria o Pavilhão desabado. Maquete do Palácio das Indústrias numa visão de conjunto do que seria o monumental projeto de Niemeyer. Com suas linhas arrojadas, o projeto possui grandes vãos livres. O Palácio de Exposições é sustentado por apenas 5 pares de pilares como podemos observar na parte inferior da foto. A foto retrata a maquete vista pela perspectiva de fundo, que seria voltada para a Avenida Amazonas, enquanto a fachada principal seria voltada para o bairro Coração Eucarístico. O prédio do Palácio das Indústrias, localizado na parte superior da foto, teria 21 andares e ainda não havia sido construído no momento da Tragédia.

Algumas das fotos apresentadas anteriormente neste trabalho, são de autores anônimos pois naquela época, principalmente nas fotos jornalísticas, não era usual dar crédito ao fotógrafo. Mauad comenta a questão dos créditos dos fotógrafos dizendo: não há crédito para a autoria. Nessa época os fotógrafos não recebiam o reconhecimento autoral, principalmente nos jornais diários. Uma pena, pois a arte de enquadrar a síntese do momento merece todo o crédito. (MAUAD, 2006)

5 OLHAR DOS ATORES SOCIAIS SOBRE A TRAGÉDIA DA GAMELEIRA

[...] lo más insolito en relación con la memoria, no es la discrepancia en cuanto a las versiones de un acontecimiento, sino su extraordinaria coincidencia. Pues a las sospechas que recaen sobre su fragilidad, su poca consistencia y su carácter de proceso excesivamente subjetivo, sorprende cómo los relatos y explicaciones que diferentes personas manifiestan sobre lo que recuerdan, acostumbran a obtener un acuerdo bastante generalizado. (VAZQUEZ, 2001, p. 89).

5.1 Construindo as categorias de análises e análise do material coletado

As categorias de análise utilizadas na elaboração do capítulo “O olhar dos atores sociais sobre a Tragédia da Gameleira” foram construídas a partir dos depoimentos de vinte e seis narradores, atores sociais da Tragédia da Gameleira. Nossa amostra foi previamente estabelecida e reconstruída no decorrer da pesquisa documental e de campo, uma vez que, as mesmas apontaram para a necessidade de escuta de outros atores sociais em função da complexidade do tema. Em busca de uma análise histórico-sociológica dos depoimentos orais registrados, percorremos o caminho descrito a seguir.

Após registrarmos em áudio e escutarmos atentamente cada narrativa fizemos uma primeira transcrição bruta de todas as fitas cassetes. Em seguida, as transcrições foram sendo depuradas chegando, às vezes, a uma quarta versão em função da preocupação de que a narrativa fosse apresentada de uma forma mais completa, numa tentativa de percepção do ritmo da fala e do afeto percebido pelo sujeito enquanto entregava à pesquisa o seu envolvimento com a Tragédia.

Posteriormente, todo o material coletado, bem como os diários de campo construídos, quando do registro das narrativas, foram detalhadamente analisados e apontaram para treze categorias de análise. Tais como:

- a) caracterização da obra;
- b) A Tragédia;
- c) A previsão da Tragédia;
- d) o resgate;
- e) O inquérito e a apuração de responsabilidades;
- f) Solidariedade;
- g) A imprensa;
- h) O poder público: atendimento aos sobreviventes e aos familiares das vítimas;
- i) Ausências e lacunas;
- j) Memórias traumáticas dos atingidos pela Tragédia;
- k) Memorial: lembrar para ter o direito de esquecer;
- l) Autonomia e cotidianidade;
- m) Os narradores e a pesquisa.

As oito primeiras categorias já foram utilizadas no capítulo “olhar da imprensa sobre a Tragédia da Gameleira. As categorias de análise estão em consonância com a relevância de temas recorrentes nas narrativas. A seguir trataremos dos significados das novas categorias a serem utilizadas.

A categoria “ausência e lacunas” trata das conseqüências e da reestruturação das famílias das vítimas em função da perda. A categoria “memórias traumáticas” dos atingidos pela Tragédia trata dos impactos da Tragédia na vida dos narradores. A categoria “memorial: lembrar para ter o direito de esquecer” discorre sobre a necessidade de manter viva a memória da Tragédia, bem como a de suas vítimas. A categoria “autonomia e cotidianidade” ocupa-se do fazer e saber dos operários da construção civil, bem como de sua relação social no trabalho, em especial os da Gameleira. A categoria “os narradores e a pesquisa” expressa as impressões dos narradores sobre essa pesquisa.

A seguir, discorreremos sobre as categorias analíticas eleitas a partir

dos olhares dos atores sociais da Tragédia da Gameleira.

5.1.1 Caracterização da obra

O caráter faraônico da obra, a modernidade da mesma, bem como seu aspecto político e o tratamento dispensado pelo engenheiro civil, Israel Pinheiro, que, à época, governava o estado de Minas Gerais se apresenta contundentemente no depoimento da órfã Elisabeth Alves:

Afinal eles estavam construindo o maior Parque de Exposição da América Latina. Eu acho que não estavam só edificando concreto, trabalhando com concreto, eles estavam colocando Belo Horizonte no topo das Exposições da América Latina [...] era uma área de mais ou menos quase 20 mil metros quadrados [...] Então, esses operários estavam construindo o Parque de Exposição mais moderno, que tinha o objetivo de superar o Ibirapuera. Se não me falha a memória era a menina dos olhos do Israel Pinheiro e, por falar em Israel Pinheiro eu propositadamente nunca o chamei, nunca o tratei devidamente por Doutor Israel Pinheiro. (Elisabeth Alves, Órfã, p. 6).

Ainda sobre o governador, o sobrevivente Jorge Maciel diz:

[...] estava vencendo o mandato dele e ele era um dos engenheiros da obra e de limpar a obra mesmo [...] ele queria acelerar a obra pra entregá-la antes de entregar o cargo de governador pra outro. Queria inaugurar antes do final do governo dele. E aí inclusive, na época, que caiu tinha mais acho que umas cem vagas lá pra funcionários para acabar. (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 11).

Os grandes vãos livres da obra são tratados por três depoentes, sendo que a órfã Eny se refere aos mesmos usando a expressão “suspense”. A depoente trabalha a mesma idéia variando apenas o tempo verbal. Porque era uma laje muito imensa, era o maior parque suspense (em vão livre) da América Latina [...] (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 6).

Já o morador do entorno, Rogério Ricaldoni compara esses vãos livres ao Museu de Arte de São Paulo, “[...] aquilo lá era um vão livre igual ao que é o (do) Museu de Arte em São Paulo [...]” (Rogério Ricaldoni, Morador do entorno, p.

9 e 10).

O sobrevivente Antônio Sebastião relata:

Então, só tinha cinco pilares de cada lado, [...] aí no meio não tinha nada. Era tudo um vão aberto, então além do pilar ainda passava vinte metros para frente em balanço [...] (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 2).

Diante das fotografias da obra, a órfã Eny comenta a falta de pilares, 'Olha a largura dessas vigas olha, elas tão caídas inteiras [...]' (pausa curta) Olha se você observar elas caíram inteiras' (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 16).

As vigas que compõem a estrutura da obra aparecem nos depoimentos do jornalista Dirceu Pereira, do bombeiro Antônio Abílio e do sobrevivente Antônio Sebastião, respectivamente:

[...] aquelas vigas enormes [...] (p. 7-8) [...] aquelas vigas, segundo (a) informação na época pesavam 22 toneladas cada uma [...] (p. 3) A mesma coisa, elas são um metro e cinquenta de altura e trinta de largura [...] (p. 4).

O sobrevivente Jorge Maciel descreve a obra como sendo:

[...] uma obra pesada. Foi tudo concreto a vista... Por lá ser um brejo... Era uma obra que [...] a vista, lá não tinha tijolo não, cortina tudo de concreto é, laje, tudo era concreto, não tinha assim alvenaria [...] (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 9).

As características do solo onde foi assentada a construção são relatadas pelo órfão Adilson com perplexidade nos seguintes termos:

[...] porque que as pessoas continuam insistindo em cima do brejo, porque aquilo ali toda vida foi água, e onde tem água às vezes costuma ter muito problema [...] (Adilson Soares de Souza, Órfão, p. 3).

A advogada Ana Lúcia Moreira elenca as empresas envolvidas no projeto arquitetônico, cálculo estrutural, fundações, construção e fiscalização da obra. Vejamos:

[...] faziam parte desta construção a Ciurb, Codeurb e D.O.P. nessa sequência que foi criada. Na lei de criação dela uma das funções é a construção do pavilhão da Gameleira, do Parque de Exposições da Gameleira [...] Através do Estado. Então vem a Ciurb, houve lá o processo insultatório. O projeto é do Oscar Niemeyer, com cálculos do escritório do Joaquim Cardozo. [...] As fundações são da SOBRAF, a construção da SERGEN e a fiscalização da Ciurb, que foi a responsável quando desabou, a que estava, na época, pois a SOBRAF já tinha terminado os trabalhos... Então esses foram os responsáveis pelo levantamento da obra. (Ana Lúcia Moreira, Advogada, p. 3-6).

A cobertura da obra é relatada pelo sobrevivente Antônio Sebastião:

“[...] desse telhado transparente, ele ia entrar no meio das vigas assim, pra clarear [...]” (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 4).

A beleza da obra é retratada pelo bombeiro Antonio Abílio: “[...] porque ia ser uma obra muito bonita, muita bonita!” (Antônio Abílio Souto da Silva, Bombeiro, p. 12).

E pelo morador do entorno seu Luiz Roussin: *“A obra está magnífica, vai ficar uma beleza, ia ficar lindo.” (Luiz Leite do Santos Roussin, Morador do entorno, p. 3 e 4).*

O grau de detalhamento da obra varia em função do conhecimento que o ator social tem acerca da mesma e do ofício da construção civil. Assim, a percepção da obra pelo olhar dos sobreviventes possui uma riqueza de detalhes significativamente maior do que a observada nas falas de narradores como as viúvas, os órfãos e órfãs.

É interessante observar que, apesar de utilizarmos as fotografias da Tragédia para desencadear o processo narrativo, alguns narradores reconstróem uma outra obra e a apresentam. Isto ocorre em função do tempo decorrido, que, com certeza, reconfigura fatos, mas há de se considerar também, que o projeto da obra é construído na lembrança do sujeito em função do grau de informação que o mesmo teve acesso a respeito tanto do projeto, quanto do propósito do mesmo.

Para alguns narradores, a obra era apenas algo distante, situada em Belo Horizonte, onde o ente querido trabalhava. Serviço esse, que caracteriza uma possibilidade de renda, dentro do contexto do milagre brasileiro, sendo em muitos casos, o motivo da migração e da tentativa de mudança radical nas

condições e qualidade de vida dessas famílias.

Para outros, a obra era apenas um projeto ambicioso de mais uma mudança na paisagem belo-horizontina provocando a projeção da cidade no cenário nacional e latino-americano de modernização.

As dimensões e a modernidade da obra com seus imensos vãos livres são percebidas por muitos narradores somente após o seu desabamento, momento no qual os detalhes da obra alcançam outros públicos, que não viviam o cotidiano da construção do Parque da Gameleira.

Percebemos também pelos relatos que, além da beleza e da grandiosidade da obra, havia indícios da inadequação do solo para tal tipo de estrutura monumental, percebida pelos operários ao observarem o funcionamento das estruturas *em balanço*.

5.1.2 A Tragédia

A Tragédia da Gameleira é lembrada e recontada com intensa força narrativa e riqueza de detalhes pelos atores sociais envolvidos na mesma. A localização dos atores sociais no desenrolar da Tragédia ocorre em vários locais, desde o epicentro do desabamento, o teatro de operações, passando pelo entorno e chegando ao centro da cidade; bem como nas zonas sul, leste e norte de Belo Horizonte e, em zonas rurais do interior do Estado de Minas Gerais.

O barulho causado pelo desabamento e a poeira levantada foram ouvidos e vistos a quilômetros do local da Tragédia. Vários depoentes relatam a dramática cena em seus depoimentos. Vejamos:

[...] foi um barulho, uma coisa absurda como se fosse um tremor de terra. Eu estou dizendo isso porque eu estava, no momento, no local. Eu estava em frente a uma distância mais ou menos de [...] Trinta (ou) quarenta metros, mais ou menos. (Luiz Leite dos Santos Roussin, Morador do entorno, p. 3, 4).

É, estava aquele pó, a gente não sabia o quê que estava (acontecendo) [...] Desabou! Desabou onde? Cadê? (Antônio Viçoso Gerken Junior, Comandante da primeira unidade organizada da Polícia Militar a chegar ao local, p. 17).

[...] quando houve o chamado e que disseram (que) era na Gameleira, de lá de cima da Avenida Afonso Pena nós já vimos a poeira [...] Mas levantou muita poeira [...] Foi um cogumelo enorme [...] (Antônio Abílio Souto da Silva, Capitão do Corpo de Bombeiros, p. 1-2,).

Foi um barulho bem grande, mas foi um barulho assim meio abafado. É, meio surdo assim porque ele caiu... Primeiro escapuliu de cima dos pilares, desceu. Aí depois que veio caindo aquelas vigas de cima (que) veio fazendo aqueles barulhos menores. Mas foi num espaço de uns quatro minutos parou o barulho, também foi rápido quando caiu de cima dos pilares eles não quebraram não. O pilar não quebrou não, ele escapuliu e “riçou” assim e entortou os pilares de um lado, ele “arriçou” de cima aí deu só aquele impacto numa vez. Aí depois continuaram caindo as vigas fazendo barulho, mas rapidinho também cessou tudo. Poeira deu bastante e poeirão que quem estava na beirada assim, levou uns três minutos pra poder conseguir ao menos enxergar a beirada. (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 9).

[...] e voltando pra casa a gente sentiu que aconteceu alguma coisa grave, porque vimos muita poeira, muita gente correndo, muita gente ajuntada... Quando a gente chegou na Avenida Amazonas a gente viu que tinha alguma coisa a ver com o Parque da Gameleira, que estava na nossa frente. Ficamos um pouco curiosos, chegamos a atravessar a rua, adentrar o Parque. Havia muita agitação, muita poeira, muita coisa [...] É [...] Muita gente correndo e [...] E os escombros já estavam no chão. Tempos mais tarde chegam os bombeiros e ali [...] Ficamos lá observando [...] (Rogério Ricaldoni, Morador do entorno, p. 2).

Aquela barulhada e gente correndo pro meio da rua, gente subindo, descendo, subindo e descendo na rua. Gente! Que barulho que foi esse? É o prédio que caiu lá na Gameleira e falavam que tinha morrido muita gente, muita gente. Eu não fui lá não, não saí de casa não, eu fiquei com medo, eu não saí de casa não, eu ouvi aquela barulhada e saindo o pessoal, subindo e descendo na rua chorando, a meninada gritando: “Quedê papai, quedê papai” Muita gente que morreu ali debaixo. (Dona Dolores, Moradora do entorno, p. 12).

[...] frases que minha mãe na época falou. Ela estava voltando pra casa, pro almoço e ela [...] Lembra de uma poeira enorme branca subindo quando ela passava de ônibus pela avenida... Amazonas e chegou em casa assim muito atordoada porque foi o comentário dentro do ônibus, caiu, caiu, aquela coisa. Aquela fumaça branca, uma poeira alta subindo e (ela) passou pra gente isso aí. (Denise Lemos Dias, Moradora do entorno, p. 2).

Aquela poeira ficou ali muito tempo, muito tempo, ficou aquela coisa esbranquiçada assim. (Eliane Lemos Dias, Moradora do entorno, p. 1).

Aí eu estava trabalhando fora, eu fui pra terminar o meu serviço, que eu estava fazendo faxina e passando roupa demais, na casa da [...] Vizinha lá. Então, que eu voltei pra trás eu escutei assim um estrondo assim, muito forte, muito forte mesmo.. (Dona Maria Leal da Silva, viúva, p. 5-).

Às 11:45 do dia 4 de fevereiro, a grande maioria dos quinhentos trabalhadores da Gameleira fazia o intervalo de almoço enquanto outros faziam hora extra. Os primeiros se encontravam no interior da obra. Uns brincando, outros dormindo, ou jogando baralho e bola. Enfim, descansando do árduo trabalho cotidiano, no rápido intervalo de almoço, recobrando forças para continuar a jornada de trabalho, quando foram surpreendidos com o desabamento da obra que construíam. Esse momento é narrado pelos atores sociais nos seguintes termos:

[...] o resto que ocorreu foi coisa absurda. Eu vi nome de santo que eu nunca ouvi falar na minha vida, eles gritavam. Porque era hora de almoço quando caiu. Era exatamente, faltavam quinze minutos... Para meio-dia... Então aquela turma estava jogando futebol... E jogando truco... Um ou outro funcionário estava fora, almoçando fora... (Luiz Leite dos Santos Roussin, Morador do entorno, p. 3).

[...] a turma que estava jogando baralho acho que[...] Desses não sobrou nenhum, a roda (de baralho) era grande [...] Aí caiu acho que oitenta e cinco metros só dum pilar no outro, fora os vinte metros atravessados, pra frente, em balanço. Aí o outro já estava... Sem escora, sem nada, mas já estava rebocando os tetos, chapiscando, aí todo mundo estava cismado só da parte de lá mesmo, porque a de lá era maior. O vão maior que tinha, que estava ainda escorado, aí eles foram tirar logo na hora de almoço, muitos coitados lá morreram até sem almoçar porque estavam trabalhando na hora de almoço. (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 10-11).

[...] no dia da Tragédia a gente estava almoçando, foi na hora do almoço, eu tinha parado de almoçar, estava fazendo minha hora de almoço parado nos trilhos de ferro e tinha uma turma arrancando o escoramento [...] (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 2).

A órfã Eny que trabalhava no centro da cidade, há mais ou menos 10 quilômetros da Gameleira, soube do desabamento por uma colega de trabalho. Rompendo regras rígidas do trabalho saiu sem autorização, desesperadamente, em busca de notícias de seu pai Sr. João Alves que ali trabalhava. A Tragédia desabou sobre Eny que relata:

Eny você almoçou em casa hoje? 'Eu falei: Não, que aconteceu?' leda falou assim: '(Um) acidente feio perto da sua casa.' 'O quê que aconteceu?' Ela falou assim: 'Aquele pavilhão lá da Gameleira, do Parque de Exposição desabou [...]' Aí eu, da escada mesmo eu voltei peguei a minha bolsa e desci correndo e as meninas: Eny volta, volta, volta - que lá é muito rígido! A Loja Americana é muito rígida ninguém pode sair a hora que quiser, mas eu nem (liguei). Aí sai correndo as meninas tentaram me segurar: Não, não, me deixa, deixa! Aí tomei o ônibus Dom Cabral, foi aquele monte de ambulância [...]. Aí aquele tanto de ambulância e o ônibus não chegando nunca, trânsito engarrafado devido ao acidente. Aí eu disse: 'Meu pai cadê?' Não, ele não está. Ele não morreu. Aí quando eu fui descendo assim, o primeiro rosto que eu vi foi minha mãe chorando. Já era o quê? Já devia ser quase quatro horas da tarde. Aconteceu parece que onze e quarenta e cinco [...]. É já era quase quatro. Cadê meu pai? Não encontrei. Aí foi que esperei, a gente ficava a noite inteira andando, procurando hospitais, revirando hospitais, revirando IML [...]' (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 4).

Eny considera a Tragédia pior do que uma guerra, um bombardeio, difícil de explicar, mas ainda assim ela coloca suas impressões: “[...] *uma coisa assim que [...] num tem como explicar, foi terrível (como) [...] um bombardeio. Pelo menos (no bombardeio) a pessoa tem chance de correr e ele não, não teve.*” (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 15) E arremata ao ver uma foto da Tragédia ressaltando a falta de capacidade dos responsáveis pela obra:

Então você imaginou [...] Todas essas vigas em cima dessa quantidade de operários [...] É muita tonelada. Eu acho que foi, realmente foi muita falta de sorte. De capacidade. De engenheiro e de tudo, de arquiteto, de tudo. Inclusive eu acho que o Oscar Niemayer também estava envolvido em quase tudo. (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 1,).

O órfão Adalmário também associa a Tragédia da Gameleira a uma guerra, ao observar algumas imagens que foram apresentadas no momento da entrevista:

Isso aqui parece a Cruz Vermelha num campo de batalha. Não deixa de lembrar uma guerra, mesmo, sanguinária [...] (Adalmário de Souza Soares, Órfão, p. 3).

A Tragédia da Gameleira, domina os noticiários, repercutindo intensamente e superando os grandes acontecimentos mundiais visto que tomava seus lugares nas primeiras páginas dos jornais do Estado. A Gameleira se torna o

grande foco de interesse da população e, conseqüentemente, da imprensa, como nos relata o jornalista Jaime Gomide:

[...] pouca gente soube disso, eu estou contando isso pra você, como apenas um adendo daquilo. Por exemplo, o assunto do dia, naquele dia era uma notícia internacional que era (sobre) a Rolls-Royce que havia quebrado, pediu falência na Inglaterra, uma das maiores empresas do mundo principalmente na área da aeronáutica. De motores de avião e tudo, quebrou, quer dizer, isso aconteceu naquele dia quatro também. Foi uma notícia que aqui não repercutiu, porque a Gameleira superou. (Jaime Gomide, Jornalista, p. 18).

A Tragédia da Gameleira, fato real vira espetáculo, “[...] e a desgraça se transforma em show de televisão.” (Música Demolição, 1974) segundo o compositor Juca Chaves. A violência da Tragédia e a espetacularização da mesma é comentada pelo jornalista Jaime Gomide:

[...] a Tragédia foi tão violenta que não havia como você se afastar daquilo [...] Qual (será) aquele próximo que vai ser retirado? E o parente, vai chorar? Vai não sei que? Vai esperar? Vai gritar? Vai desmaiar? Então virou, na verdade virou, se a gente quiser até comentar de uma forma meio sarcástica, virou um espetáculo, um espetáculo de terror, mas virou um espetáculo. (Jaime Gomide, Jornalista, p. 8).

Espetacular mesmo, mas não noticiado, foi a marmita de seu Antônio que poderia ter saído de sua sacola para tomar as páginas dos jornais e até mesmo entrar nos lares dos belo-horizontinos, com auxílio do rádio e da televisão. Seu Antônio sobreviveu espetacularmente, quando se dirigia ao seu posto de trabalho em companhia do senhor João Alves, levando nas costas uma sacola com duas peças muito significativas para ele: sua inseparável garrafa de café e a marmita já vazia, pois acabara de almoçar. Vejamos o incrível depoimento desse sobrevivente:

E a garrafa estava com café, a garrafa térmica. Aí [...] Quando eu atravessei assim um passo que eu fiz o movimento pra atravessar, deu aquele estalo e passou nas minhas costas assim e arrancou a sacola com marmita e tudo e aí deu aquele choque, deu aquele vento. Eu [...] Ao invés de seguir para dentro eu sai de lado. Aí deu aquele poeirão, estava me afogando, já saí até de mão no chão, assim porque o vento fez um

vácuo danado. E aí assim que abaixou a poeira um pouquinho eu voltei para poder ver: Cadê minha sacola? Estava lá igualzinha uma farinha no chão. Lá, presa, estava presa debaixo do concreto e nem condição de tirar, nenhuma. Também não procurei não, porque aí sei que deu um vácuo [...]. (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 8)

Não menos contundente é a experiência de Seu Jorge que fazia a sesta deitado entre dois trilhos de altura pouco superior à de seu corpo colocado na horizontal e próximo à roda de douradão, jogo de cartas apreciado pelos operários. Vejamos seu relato:

Fazendo hora de almoço, jogando baralho essa turma aí morreu (pois) até que eu saí com bastante sangue dos mortos lá e eu não (me) machuquei, assim pra dá sangue eu não machuquei. Estive na lista dos mortos, mas é porque acho que foi uma falhazinha da firma, que não foi identificar e anotar todos os que saiam vivos [...] E a gente passava a mão assim e a gente já via que já estava esfriando, a gente via que a pessoa já estava dormente. Todos, aquele trem esmagou, foi tudo, porque eles estavam sentados nesse banco assim e a laje pegou e abaixou a cabeça deles pra [...] Dentro do corpo. (Jorge Maciel, Sobrevivente, p. 6).

A Tragédia é caracterizada por muitos narradores como um marco em suas trajetórias de vida. Projetos foram abortados, famílias foram estruturalmente reconfiguradas. Alguns órfãos e viúvas situam a Tragédia da Gameleira como a referência, a partir da qual se viram obrigados a repensarem seus papéis sociais no contexto familiar. A família, naquele momento, deveria se transformar, face às novas demandas advindas da sombra da ausência do seu provedor: o trabalhador vitimado pelo desabamento.

Outros narradores, em função apenas do envolvimento profissional com a Tragédia, em tarefas de atendimento e prestação de socorro, apontam a Tragédia como um fato completamente excepcional em seu dia-a-dia de trabalho. O ocorrido passa a ter um lugar particular em sua memória de trabalhador e é eleito sempre como um dos momentos mais penosos enfrentados ao longo dos anos de trabalho em sua profissão. A Tragédia da Gameleira deixara marcas profundas na vida de seus atores sociais.

5.1.3 A previsão da Tragédia

Parafraseando o título do livro de Gabriel Garcia Márquez, “A crônica de uma morte anunciada” verificamos nas falas dos depoentes indícios de uma Tragédia com várias mortes que já se anunciavam. Os trabalhadores da obra, em função de sua experiência e das imperícias técnicas ali observadas, já temiam pelo provável desabamento. As preocupações deles eram comentadas no interior da obra, bem como em casa junto aos seus familiares. As preocupações foram levadas aos superiores na hierarquia do canteiro de obras que, além de não levarem em consideração as preocupações dos trabalhadores, ameaçavam com demissão os que insistissem em comentar o fato. Relembrando comentários de seu pai, vítima do desabamento, uma órfã nos relata a Tragédia anunciada:

O que eu sei é que foi uma Tragédia anunciada aquilo ali. Então [...] Porque que eu falo Tragédia anunciada?! Porque todo mundo sabia que ela ia cair, que aquele prédio ia desabar, todo mundo sabia. O Governador Israel Pinheiro sabia, os operários sabiam que tinha uma tendência ao desabamento, porque os operários percebiam um abaixamento na laje ou afundamento, não sei [...] Algum desnível. É [...] Tanto que eu me lembro do meu pai ter comentado isso [...] Que estava todo mundo preocupado por que [...] A laje tinha cedido alguns centímetros [...] E que em conversa com os engenheiros, foi garantido que não tinha risco nenhum, que era normal, devido [...] À dimensão do vão livre, da laje muito extensa, não sei, Mas que não havia risco nenhum. Mas eles tinham essa preocupação e eles trabalhavam temendo esse desabamento [...] Tanto que na manhã do desabamento, o Governador Israel Pinheiro esteve lá. Durante muitos anos eu passei a minha vida lamentando porque que ele não ficou até o horário daquilo ali [...] Daquele (desabamento) [...] Foi constatado que as escoras, na verdade, foram retiradas antes do tempo, mas havia uma necessidade daquelas escoras serem retiradas porque o Governo precisava inaugurar aquela obra, ainda no período do mandato dele [...] (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 5-6).

Uma outra órfã relata comentários ouvidos de seu pai sobre os temores de desabamento e as denúncias feitas aos encarregados e aponta o porquê daquelas denúncias não haverem sido levadas em consideração:

[...] uma lembrança bem forte que eu tenho (de) meu pai (é que) todo dia que (ele) ia trabalhar, ele colocava uma madeira (entre as duas) lajes. Ele e os colegas dele colocavam um pedacinho de madeira entre as duas lajes e no outro dia ela tinha caído, a madeira tinha afundado... Elas estavam separando. [...] Eles avisavam e falavam com o encarregado, mas ninguém dava ouvido. Por quê? Aquele parque tinha que ser inaugurado (ainda) naquele governo, entendeu? Foi uma ambição do governo da época que queria que a inauguração fosse naquele governo [...] Inclusive quando foi tirar as escoras [...] Então ele falava [...] Ele e os colegas dele, uns colegas talvez, talvez todo mundo junto, não sei, eles colocavam um pedaço de madeira entre as duas trincas, cada vez e (iam) aumentando a grossura do pedaço de madeira, (sinal) que ela estava se afastando [...] Cedendo, pra não baixar. Além de afastar ela estava descendo. A de lá estava certa, a outra foi descendo, entendeu? Então foram avisados dos problemas, mas eles não tomaram (providencias) não levaram a sério. (Eny da Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 5-6; 10; 12-13).

O descontentamento com o Governo do Estado pela aceleração da construção do Pavilhão de Exposições da Gameleira, em função da inauguração da obra ainda no seu mandato, é demonstrado pelos depoentes. O Cel. Gerken em entrevista conjunta com o Capitão Abílio relata:

E, é interessante que dias antes estive lá o governador com a comitiva, visitando. [...] E [...] Porque eles queriam inaugurar, me parece que, eles estavam apressando a inauguração [...] Pois é [...] Então muita gente falou assim: 'Por quê que não caiu no dia que esses dessss (evitando falar a palavra desgraçados) estavam aqui?' É, ué! Não foi? Muita gente falou [...] Todo mundo estava falando pra eles que a coisa estava pra cair e eles não olhavam. Então, foi assim, foi uma coisa muito marcante na minha vida. (Antônio Gerken in Antônio Abílio, Bombeiro, p. 15-16).

As imperícias técnicas nos processos construtivos são apontadas por vários depoentes. Destacaremos os relatos dos trabalhadores sobreviventes, dos funcionários do Parque da Gameleira e da advogada de defesa das vítimas. A falta de água e de tempo para a cura do concreto consta no seguinte relato:

[...] começou a aparecer umas trincas e as trincas estavam aumentando [...] E, a gente, todo mundo, sabendo que estava cedendo [...] E a gente queria entender aquilo. Então, o que aconteceu foi exatamente uma falta de tempo e de água. Para que ele (o concreto) ficasse mais consistente. O cimento, como você sabe (precisa de água) [...] E faltou porque não é admissível que se tire um escoramento [...] Você vai tirar a primeira escora se ela está firme e, porque isso? Então eles começaram a cortar as escoras com um machado, que eu nunca vi isso na minha vida! (Luiz Leite dos Santos Roussin, Morador do entorno, p. 2-3).

O descimbramento ocorreu de maneira irregular, com procedimentos inusitados, completamente fora dos padrões técnicos recomendados, usando ferramentas de corte para cortar escoras bem como um trator de esteira para puxar ao mesmo tempo várias escoras, amarradas com um cabo de aço. As narrativas de procedimentos dessa natureza permeiam vários depoimentos:

[...] eles tiraram na base do trator. Passavam um cabo de aço assim e fechavam as duas pontas. (Então) vinha um trator de esteira arrastando e saía derrubando as escoras. Amarradas no trator, trator de esteira, aí eles tiravam, mas as da beirada não saíam, nem com trator. As da beirada estavam tão prensadas que só cortando mesmo (com) de machado. [...] Agora as da beirada estavam muito presas então não teve jeito, tinham que cortar e era muita escora. Era muito por que [...] Elas eram pertinhas umas das outras, mas estava tudo até morgado, assim de tanto peso... Que o peso foi arriando elas foram envergando aí eles começaram a cortar elas com machado como se fosse um pau nascido ali. (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 11).

O mesmo depoente nos lembra que, de acordo com sua experiência, o processo de desescoramento se dá com pequenos toques nas cunhas ou calços das escoras e as mesmas saem facilmente:

[...] toda a minha vida eu vejo escoramento depois que seca o concreto. Você bateu numa cunha qualquer coisa (que) estiver calçando [...] Aí tirou aquela cunha o negócio sai livre, lá não saía de jeito nenhum". (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 11).

Outro trabalhador sobrevivente também discorre sobre as imperícias técnicas, tais como de um trator no processo de desescoramento:

[...] eles amarravam um punhado de escoras num cabo de aço e puxavam com o trator. Aí a gente acha que o peso cedia numa vez. Trator puxando aí várias escoras numa vez. Tudo pode (explodir) numa vez, mas a gente não tinha muita autonomia de falar nada porque a gente [...] Tinha mestre de obra, tinha (muitos) engenheiros adoidado. A gente só ouvia, e outra coisa a gente sentia também que a gente só remendava um canto assim numa viga, determinada uma viga que era tudo a vista, nós remendávamos o concreto a vista, no outro dia a gente via que a trinca aparecia (de novo) quer dizer que ela estava cedendo [...] (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 8).

Para a advogada que defende as vítimas, a Tragédia era previsível pelos seguintes fatos:

[...] Os operários viram trincas e estalos (e) então foram chamados os representantes da SERGEN (e) do escritório do Joaquim Cardozo e da Ciurb. Então se reescorou a laje e devido à pressa que havia pra inaugurar a obra, eles simplesmente meteram o trator, a serra e o machado para se desescorar a laje, sendo que a ABNT [...] Ela tem um procedimento pra se desescorar uma laje. Não pode ser usado nenhum tipo de força ou de violência, quanto mais um trator, quando se tem nos registros da obra (que) simplesmente meteram o trator e marreta. A coisa começou a ceder e desabou, sendo que já sabiam que a obra não estava de acordo. Então é por isso que muitas pessoas falam que é um acidente que já estava previsto que já se sabia que aquilo não estava direito [...] (Ana Lúcia Moreira, Advogada, p. 7-8).

A lembrança marcante que Dona Raimunda tem da previsão da Tragédia resulta do último encontro que teve com seu marido em visita à família em Onça do Pitangui, no interior do Estado:

[...] Ó, eu lembro o seguinte: na quinta feira, onze e cinqüenta eu liguei o rádio [...] Não, primeiro foi assim, ele foi em casa no domingo e falou que o prédio estava todo trincado e eu virei pra ele (e disse): Vem embora, bem [...] Ele falou assim: Não, eu vou ficar mais quinze dias, só pra mim jogar o [...] INPS pra frente [...] (Dona Raimunda Leão Morato, Viúva, p. 1).

Outra viúva lembra do comentário, feito pelo marido em casa, a respeito de trincas na obra onde trabalhava: *“[...] ele só um dia falou assim que lá onde ele estava trabalhando, a obra estava com algumas trincas [...]”*. (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 3).

Um sobrevivente relata que seu irmão, também operário da obra, temeroso de um desabamento, pediu demissão poucos dias antes da Tragédia:

Ele falou comigo: ‘- Ó Jorge eu vou pedir conta. - Por quê? - Não, essa obra aqui está perigosa, tenho medo disso aqui, uma estalação que parece assombração [...]’ - E ele pegou e pediu conta e a gente não levou aquilo em consideração [...] O que aconteceu (foi) que caiu mesmo. Aí [...] Uma semana depois, mais ou menos, caiu e os engenheiros tranqüilizaram muito a gente. Os engenheiros falaram: “Não, é dilatação da obra, isso é normal [...]” (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 3-4).

Jornalistas ouvidos também relatam suas lembranças e impressões sobre a previsão da Tragédia, um diz:

[...] Como existia problema, segundo eles falaram na época, que não se respeitou o escoramento, aquela coisa toda, poderia acontecer a mesma coisa com outro [...] Com o outro bloco [...] (Dirceu Pereira de Araújo, Jornalista, p. 9).

O outro jornalista destoa de todos os depoentes que contribuíram com essa pesquisa. Vejamos suas considerações que, entretanto, nos soaram muito apressadas e sem bases técnicas, apesar de salientarem o absurdo da situação.

Houve muita especulação, tudo vale como especulação. Até isso, até os operários que também influenciados, pelo momento, a tirar responsabilidades deles. Porque evidentemente que eu não estou tirando, dando nenhuma responsabilidade pra eles [...] mas eles, envolvidos naquele negócio, falam assim: 'Pôxa, eu fiz o que o engenheiro mandou, ele mandou tirar a viga, eu tirei, mandou eu tirar escoramento, eu tirei.' Então essas especulações aí: Podia cair e ninguém faz nada! Não, eu não acredito nisso, não. Um projeto daquela envergadura dentro de um governo que estava saindo, que queria mostrar para o Brasil e (para) o resto do mundo que havia uma obra de grande poder de chamar atenção, com um projeto de um engenheiro famoso no mundo inteiro e um calculista [...] Inquestionável. Aí você fala assim: 'Não, aquilo foi feito pra cair, tinha uma rachadura [...]' Não, não acredito nisso não, sinceramente que não, ninguém faz uma coisa dessa. E errou o cálculo? Eu não sei, eu não sou engenheiro. Qual a conclusão que chegou, ninguém sabe até hoje então é muito especulativo você falar assim: Não... Alguns operários falaram: "Ó, esse trem vai cair." Isso é muito fácil qualquer construção que você vai fazer na sua casa você chama o outro pedreiro (que) fala: 'Ah, tem que botar mais cimento aqui, senão esse trem não aguenta [...]' Então, pôxa, especulação, é difícil. Você concordar com ela [...] (Jaime Gomide, Jornalista, p. 14).

Os depoimentos dos nossos narradores sobre a previsão da Tragédia da Gameleira nos remetem às idéias do pensador francês Ives Schwarts (1997) nos esclarecendo as diferenças entre a concepção de trabalho *como uso de si* e a concepção de trabalho *como execução*.

A concepção de trabalho como uso de si é aquela atividade concreta, onde o conhecimento do trabalhador e suas experiências se encontram possibilitando ao indivíduo organizar o trabalho prescrito confrontando-o com o

trabalho real. Não há *execução*, mas *uso* e o indivíduo em seu ser é convocado a renormalizar as normas prescritas. A concepção de trabalho como uso de si não pode ser aplicada à construção do Pavilhão de Exposições da Gameleira. A narrativa dos nossos depoentes de forma explícita ou velada anunciava a Tragédia. A existência de indícios claros dos problemas que estavam ocorrendo na obra, apontados pelos operários, foram recorrentes nos depoimentos de todos os atores sociais envolvidos com a Tragédia. Perguntamos então, por que esses problemas não foram reconhecidos e sanados? A resposta é óbvia. O fato de os problemas terem sido identificados pelos operários, que, embora conhecessem profundamente as condições da obra, não detinham um saber acadêmico. Seus saberes, autonomias e possibilidades de gestão foram deliberadamente subestimados. Interesses políticos passaram por cima das evidências de perigo. Mais uma vez, se repete a dicotomia entre o saber acadêmico da escola formal e do saber não acadêmico, que caracteriza a estrutura elitista da sociedade brasileira.

Portanto, podemos considerar que a concepção do trabalho como execução caracterizou a edificação do Parque de Exposição da Gameleira. Essa concepção de trabalho funciona exclusivamente mediante as normas prescritas, que são reproduzidas e repetidas. A presença do sujeito é anulada prevalecendo o trabalho abstrato, o tempo da realidade ergonômica e do relógio contrapondo-se à temporalidade ergológica. (SCHWARTZ, 2000). A temporalidade ergológica é a manifestação da relação de saúde que se tenta estabelecer com o meio é a relação de vida no trabalho que não pode ser colocada em palavras, mas é experimentada e vivida pelo trabalhador. É através dela que cada trabalhador negocia as normas antecedentes e efetua normalizações parciais. (SCHWARTZ, 2000).

A partir das considerações descritas acima acerca das concepções de trabalho como execução e como uso de si, pontuamos uma questão que foi configurando-se no decorrer da narrativa dos depoentes. A situação de trabalho vivenciada pelos operários funcionou como um conjunto de medidas atuando

como código prescrito. Ou seja, a concepção de trabalho tinha em vista os objetivos da empresa (levar o trabalhador a fazer o seu trabalho de forma mais rápida, eficiente e com maior qualidade) executando o trabalho prescrito, o novo modo de trabalho, conforme as regras antecedentes. A concepção de trabalho utilizada não enfatizava o trabalho na perspectiva de quem o realizava, ou seja, do “sujeito”, por meio da concepção de trabalho como uso de si e por si e não como execução. É uma concepção de trabalho que nega a dimensão humana do sujeito que sente, pensa e analisa. O trabalhador não podia se expressar e arriscava a sua vida pelo medo de perder o seu ganha pão. As atividades do trabalhador eram reguladas e homogeneizadas por meio de recursos específicos como as ameaças de demissão. O trabalhador em sua atividade de trabalho real na obra da Gameleira questionava os procedimentos mas, era impossibilitado de ultrapassar os modelos prescritos. Seus conhecimentos advindos da prática não podiam questionar e, muito menos, ir além do conhecimento acadêmico dos engenheiros.

Além disso, na época do desabamento, vivia-se o auge do regime militar em que havia um grande temor em falar, em expressar idéias que fossem contrárias ao regime. A censura e a repressão imperavam. A possibilidade da Tragédia vir a acontecer era um fantasma freqüente, mas que não podia ser apontado, uma vez que a obra era do Estado e a fiscalização da construção da mesma era de responsabilidade do Estado.

Encontramos nas razões de apelação de Ariosvaldo de Campos Pires, em defesa de Ernesto Bretinger – que trabalhava no escritório de Joaquim Cardozo, um trecho onde se trata das trincas e rachaduras da laje com o olhar que contradiz o olhar dos atores sociais, vejamos:

“[...] não se poderia tachar o seu comportamento de culposos.”.

Isto porque, trincas e rechaques, não são sintomas de fragilidade de uma obra. Nem ameaçam a sua estrutura.

Aliás, todos os engenheiros e técnicos que tiveram a oportunidade, antes do desabamento, de verificar o fenômeno o consideraram normal. Vejamos:

Joaquim Cardozo, segundo Breitinger (f. 1187) considerou que:

*“[...] as fissuras nas vigas e os recalques nos pilares seriam normais [...]”
(Pires, 1977)*

5.1.4 O resgate

O resgate dos trabalhadores soterrados na Gameleira é relembrado pelos atores sociais dessa Tragédia com uma riqueza de detalhes impressionante. As dificuldades técnicas, estruturais e psicológicas vividas pelos profissionais do resgate e da imprensa, bem como pelos sobreviventes, que continuaram trabalhando no canteiro de obras, somada à angústia e a dor pela longa espera vivida pelas viúvas e órfãos para reencontrar seus familiares ali vitimados serão as peças chaves desse sub-capítulo que ora se inicia.

Na visão privilegiada de um morador do entorno e funcionário do Parque da Gameleira, que se encontrava a poucos metros do local, a operação de resgate foi assim descrita:

Foi uma correria medonha, as primeiras pessoas que chegaram lá foram inteiramente os funcionários e médicos do hospital Sarah (Kubitschek), (eles) foram os primeiros que chegaram. E tivemos ali um enorme número de ambulâncias, acho que, tenho a impressão que as ambulâncias [...] Não gosto de lembrar [...] Esse fato foi muito triste [...] Eu acho que todas ambulâncias de Belo Horizonte mais as ambulâncias da Grande BH, todas vieram para dar socorro. Tinha ambulância de todas as cidades vizinhas. (Luiz Leite dos Santos Roussin, Morador do entorno, p. 4-5; 15).

O Comandante do primeiro pelotão a chegar ao local organizadamente, aproximadamente 15 minutos após o desabamento, descreve o que encontrou:

[...] o pessoal do Quinto Batalhão da Polícia Militar, o pessoal do Hospital Sarah Kubitschek ali tinha médico, enfermeiro, todo mundo naquela desorganização ali na tentativa de salvar vidas. E aí naquele complexo da Gameleira tinha Polícia Militar, tinha ali o Quinto Batalhão, tinha o

Serviço de Manutenção, tinha o Serviço de Intendência. Então eu tenho a impressão que os quartéis localizados ali, fecharam praticamente e desceu todo mundo pra lá [...] (Antônio Viçoso Gerken, Coronel da Polícia Militar, p. 4).

O Corpo de Bombeiros, que se localizava um pouco mais distante, chegara logo em seguida encontrando um teatro de operações em completo descontrole:

[...] eu (me) desloquei com 50 homens. Quando nós chegamos, ainda estava o setor todo descontrolado, não tinha domínio de nada... Três, quatro horas depois, ainda gritando pedindo socorro e a gente corre daqui, corri dali, salva daqui, salva dali e nós conseguimos, pela PM, manter só os bombeiros dentro do teatro de operações [...] A PM isolou, tirou todo mundo, mesmo contra a vontade do Exército, porque tinha muita gente do exército lá (que) não queria sair [...] (Antônio Abílio Souto da Silva, Capitão do Corpo de Bombeiro, p. 2-4).

O número de médicos e enfermeiros no resgate foi:

Expressivo, muito grande, tinha muito médico, muita enfermeira... Porque no princípio todo mundo queria salvar. A intenção (de) todo mundo era salvar, então o pessoal ali do hospital... E foi gente de fora também, do exército também, deu muito enfermeiro do Exército, da PM. A PM deu uma assistência muito boa pra gente e no princípio você pode colocar aí umas cem pessoas do serviço médico, que tinha gente demais. O Coronel Gerken deve lembrar que tinha gente demais, pra gente isolar esse setor aí, teve que agir na base da polícia mesmo senão não isolava não. Para colocar quem não era do teatro de operações fora do cordão de isolamento foi difícil demais, porque todo mundo queria ajudar. A intenção não era má não, é porque queriam ajudar [...] (Antônio Abílio Souto da Silva, Capitão do Corpo de Bombeiro, p. 8).

A estrutura do Corpo de Bombeiros não estava preparada para as peculiaridades daquele resgate fazendo-se necessária a adaptação de ferramentas e maquinários aliados a uma boa dose de criatividade dos bombeiros:

Trabalhou de tudo enquanto é jeito [...] É uma situação que teve aqui que fugiu completamente ao que os bombeiros têm pra [...] Apresentar, o senhor entendeu? O que o bombeiro tem [...] Porque aqui usou alavanca, usou [...] Pé de cabra, usou macaco a óleo, usou guincho, usou pá carregadeira. A pá carregadeira trabalhou demais, demais mesmo [...] Caminhões fora de estrada, puxando, levantando. Teve situações lá da gente passar o cabo de aço na ponta do guincho e o guincho não

agüentar levantar. Aí, o que (eu) fazia? Passava o cabo de aço na ponta do guincho, colocava no caminhão fora de estrada e o caminhão puxava com o comando da gente, lentamente, aí levantava-se a viga [...] Isso aí já foi na operação de tirar os corpos [...] (Antônio Abílio Souto da Silva, Capitão do Corpo de Bombeiro, p. 15-16).

As grandes empresas da construção pesada enviaram maquinários:

[...] tinha uma outra laje e dificultou mais pra poder tirar porque essa cortina aqui, essa cortina aqui ela se apoiou no chão. Isso aqui teve que cortar era só marteleiro pra poder cortar [...] É eu acho que eles tombaram ela porque tinha uns tratorzões da Mendes Júnior, da Vale do Rio Doce, eles tinha muita força. Então acho que eles tombaram essa cortina de concreto da beirada e clareou mais, pra poder conseguir resgatar. (Por fim) foi só o primeiro dia, até o segundo, que eles resgataram gente [...] (Antônio Sebastião do Santos, Sobrevivente, p. 4).

Um jornalista comenta a luta braçal e quase insana dos bombeiros para conter curiosos e salvar vidas na Gameleira:

[...] era uma luta quase que insana do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar para conter, em primeiro lugar, a presença dos curiosos, de familiares [...] Talvez por ineficiência das máquinas não tivemos a presença imediata (deles). Então era quase que uma coisa braçal, num esforço sobre-humano daquelas pessoas que procuravam ajudar o Corpo de Bombeiros [...] (Dirceu Pereira de Araújo, Jornalista, p. 2-3).

O mesmo jornalista fala do tumulto e de algumas dificuldades estruturais no resgate:

[...] quatro, cinco dias de absoluto tumulto naquela região [...] Não tinha naquela época essas facilidades como os helicópteros (com os quais) você poderia sobrevoar, poderia ter uma série de outras vantagens, como a cobertura e até mesmo de informação para as equipes de resgate. Nós não tínhamos naquela época uma coisa que eu prezo tanto, que eu acho tão espetacular que é a defesa civil. Se nós estivéssemos, naquela época, Defesa Civil como nós temos hoje tantas Defesas Civis preparadas com pessoas competentes, talvez o desfecho seria completamente outro [...] (Dirceu Pereira de Araújo, Jornalista, p. 5).

O resgate atinge alto grau de dramaticidade ao ter que proceder brutalmente a amputação de braços e pernas de operários vivos, às vezes sem anestesia, sob os escombros da Gameleira. Isso é relatado pela maioria dos

atores sociais, demonstrando dor e perplexidade, diante dos fatos que presenciaram. Vejamos alguns relatos:

[...] teve um cidadão que ficou... Lá uns três a quatro dias [...] Vivo! Preso, sem poder sair. Só pedia: 'Gente, me ajuda! Me ajuda que eu só estou com um pé preso, o resto eu estou livre aqui de baixo.' Mas como que ia tirar esse cara? Não tinha jeito de remover aquele peso para tirar os pés. Acabou esse cidadão falecendo porque não pode tirar, não teve como tirar. Um outro, por exemplo, estava com a parte vertical, estava assim em vertical: 'Estou vivo! Não estou nem sentindo dor!' A dor era tanta que ele ficou anestesiado. O quê que teve que fazer. Os médicos vieram, cortaram as pernas e os braços. Pra retirá-lo [...] (Luiz leite dos Santos Roussin, Morador do entorno, p. 5-6).

São os médicos, enfermeiros... E, na hora (que) ficava presa só com uma perna, o braço, acho que foi uma perna! Ai eles falaram assim: 'Vamos serrar a perna dele.', entendeu? Ai eles vieram com uma motosserra e "tah!" (fazendo o barulho com a voz) e serraram. Pra salvar o cara [...] (Antônio Viçoso Gerken, Capitão da Polícia Militar, p. 11).

[...] houve caso lá de corte de perna, de braço feito pelos bombeiros, orientados pelos médicos do hospital em frente que correram pro local pra ajudar... Então os médicos faziam a anestesia e a turma cortava, foram cortada várias perna, braços, membros foram cortados [...] Nós temos um caso dum [...] Eu nem vi mais esse rapaz, um que vendia bilhete (de loterias) na Avenida Afonso Pena, que teve o braço amputado por um bombeiro meu lá, com faca. O médico anestesiou ele e falou [...] Pode cortar doutor? Pode. Cortou o braço dele fora, porque a viga caiu em cima do braço dele e num tinha jeito de tirar a viga [...] Pra salvar a vida [...] Tem que cortar mesmo. (Antônio Abílio Souto da Silva, Capitão do Corpo de Bombeiros, p. 4; 9-10).

[...] era só martetele pra poder cortar esse trem aí, eles furaram uns buracos de lado, o Corpo de Bombeiros, furava uns buracos e entrava pela viga entre os caixotes aqui. Tirava alguém que estivesse no meio, outros que estavam presos e serraram os braços deles, serravam a perna, tiravam o que desse, mas tiravam assim mesmo [...] (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 4).

[...] eu lembro bem, eu e o Alfredo Serra, já falecido [...] Nos unimos e falamos: 'Ó, nós temos que dar duro aqui e tirar da maneira que der pra tirar, porque nós não podemos com essas vigas, esse peso, nós não podemos ficar demorando não.' Então colocava o guincho suspendia, a gente arrastava o elemento [...] Com vida, mas e a hemorragia? Várias fraturas então não agüentavam, morriam na mão da gente. [...] Na hora eles informaram que foi um erro de cálculo lá dos pilotis e tudo e que ia descer mais vigas. As vigas estavam escoradas nas paredes, tinham tendência pra descer mais. Foi onde a gente ficou com mais dificuldade, inseguro pra entrar, aí eu e o Serra resolvemos: 'Vamos entrar de qualquer jeito?'

Vamos 'Aí entramos e ainda salvamos uns quinze elementos, ainda salvamos uns quinze elementos nessa situação [...] De altíssimo risco [...] (Antônio Abílio Souto da Silva, Capitão do Corpo de Bombeiros, p. 4).

O odor forte que saia da Gameleira é recorrente nos depoimentos dos atores sociais. Vejamos:

[...] na Avenida Amazonas, a gente passava, as pessoas passavam e reclamavam do mau cheiro já de corpos que estavam entrando em decomposição [...] (Antônio Viçoso Gerken, Capitão do Corpo de Bombeiros, p. 9).

[...] passavam correndo, mesmo com o nariz tampado ninguém suportava o mau cheiro. (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 15).

[...] seguiram dezenove dias de busca, de espera, até uns oito dias a gente (se) aproximou do local. Depois foi colocado corda, começou (um) mau cheiro horrível, e eles já impediram a gente, já não podia mais ficar lá perto [...] (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 2).

[...] teve o problema também das pessoas que morreram e o tempo foi passando e havia o problema de chegar no local, do mau cheiro [...] (Jaime Gomide, Jornalista, p. 8).

[...] depois de uns dias ali o cheiro ruim que chegava até lá em casa assim [...] (Eliane Lemos Dias, Moradora do entorno, p. 1).

O estado dos corpos já sem vida resgatados na Gameleira dificultava, praticamente impossibilitava a identificação dos mesmos pelo IML. Valiam-se dos pertences e do vestuário utilizados pelas vítimas e então com o auxílio dos familiares das vítimas, num processo, no mínimo confuso, procedia-se a identificação:

[...] o resgate de quem já estava morto foi mais difícil, porque a gente não queria prejudicar mais o cadáver. Então você tinha que escorar, levantar e aí levou dez dias pra retirada do restante do pessoal. Mas retiramos todos os corpos... Foi corpo carregado em sacola. (Antônio Abílio Souto da Silva, Capitão do Corpo de Bombeiros, p. 4).

[...] tenho lembrança de muito colega lá e uns que sumiram lá debaixo [...] Nunca mais eu ouvi falar nada, e eu não sei se não acharam nem vivo, nem morto, não foi identificado. Depois que, os últimos que tiraram de lá não dava nem pra identificar mais. Já estava ruim, não tinha nem condições de identificar, eles supunham assim pela roupa, pelo o jeito que a pessoa falava, que a pessoa estava trabalhando [...] (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 5).

Quinze dias depois ia rabecão lá, pra pegar [...] Aqueles corpos que ficaram debaixo do entulho, já estavam tudo podre assim [...] Juntava com a pá assim pra por no caixão (Dona Clementina, Moradora do entorno, p. 1).

[...] eu vi corpo de muita gente saindo de lá de dentro, vi muito, não corpo, aqueles bagaço, que parecia mais uma bôrra de sabão, quando você põe pra cozinhar o sabão que dá aquela bôrra, é o jeito que saiam os cadáveres de lá, que saia levando eles lá pra autopsia, pra levar lá... Pro necrotério aquela coisa lá. Então é o que a gente via, mas assim informar pra chegar lá e falar assim: 'É esse aqui, ó', ninguém sabia, ninguém descobria quem era a pessoa, ninguém. (Maria Leal da Silva, Viúva, p. 8).

O resgate foi suspenso causando transtornos aos familiares das vítimas que já estavam consumidos pela dor da perda e pela espera de encontrarem os corpos de seus entes queridos. Os familiares fizeram vigílias no local e recorreram à imprensa para exigir a retomada do resgate, como se observa nos seguintes relatos:

[...] houve um período em que o resgate foi suspenso ou pretendiam suspender os resgates. Mas assim [...] As famílias das pessoas que ainda estavam desaparecidas bateram o pé, marcaram (presença). Fizeram vigília, aquela coisa toda, não saíram do local, e obrigando a continuidade das buscas. (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 7).

[...] o pessoal do resgate eles encerraram a procura. Porque deram por terminado o trabalho porque de onde caiu pra trás tudo foi removido. Aí, inclusive eu me lembro, que faltava o meu pai e o pai de uma colega minha da Loja Americana também. O pai dela também não tinha sido achado. Aí eu, minha mãe, nós fomos na televisão, se não me engano, na Itacolomi, não me lembro bem, mas parece que foi a Itacolomi e aí eles recomeçaram o trabalho [...] (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 2).

[...] teve uns três dias que não mexeu lá [...] Imagina, meu marido, por exemplo, levou dezenove dias! Com oito, eles paralisaram o trabalho, ficaram uns três dias (parados), quando já ia fazer onze (dias) é que retornaram as buscas, (voltaram) a mexer lá e tudo, mas chegaram a ficar três dias parados realmente. Nós fomos pra Rádio Itatiaia na época, o rapaz locutor chamava-se Daniel e eu escrevi uma folha de papel pedindo (a) ele que encarecidamente colocasse aquele papel no ar [...] Foi ao ar, graças a Deus e a ele que teve coragem de fazer aquilo. E foi graças a isso é que muita gente ouviu e voltou (a pressionar) [...] Teve gente de ir lá pra conferir se realmente estava parado o trabalho... (Elza Soares de Souza, Órfã, p. 3-4; 8).

O resgate é tido por terminado, mais uma vez, levando uma viúva a

protestar radicalmente, pois o corpo do seu marido ainda não havia sido encontrado. Essa viúva, embora de estatura física pequena, se agiganta com dignidade e indignação, como podemos observar no denso relato que se segue:

[...] então quando eles estavam dando por terminado, que não tinha mais nada lá, aí eu apelei com todo mundo lá dentro, corpo de bombeiro, todo mundo que estava lá, que estava trabalhando. Eu apelei porque as máquinas vieram (da Companhia Vale do) Rio Doce pra trabalhar na usina lá, naquele negócio lá. Aí eles estavam querendo mandar as máquinas embora. Eu falei: 'Eu não concordo, não concordo porque eu não tenho nada dele.' Aí eles saíram comigo naqueles lugares que eles jogaram as coisas, as sobras de roupas, aquelas coisas que jogavam pra lá. Aí nós fomos lá nesse lixeiro estava uma [...] Uma bota dele lá, um pé de bota dele lá. (Como) a bota dele estava descolando, ele passou uma tinta branca no bico da bota, (eu reconheci) entendeu?. O rapaz [...] Acho que o tenente, lá do Corpo de Bombeiros, eu sei que ele me perguntou: 'Porque que esse pé de sapato está aqui?' Eu respondi pra ele, falei: 'Olha, do jeitinho que o senhor quer saber onde está o pé de sapato, porque que ele está aqui, eu quero saber onde está o dono. Você me dando conta do dono o pé de sapato, não tem nada a ver. Então você me dando conta dele vivo, morto, de qualquer maneira, você me dando conta dele, na cadeia, qualquer lugar que ele estiver, vocês me dando conta dele, o resto a gente resolve.' E eu não concordo que as máquinas saiam daqui, sem terminar o serviço pra eu descobrir aonde ele está. Então, depois disso foi que eles foram cavocando mais, foi ainda achou mais três corpos e dizem que achou o dele, eu não vi. (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 8).

A duração do resgate é controvertida como se percebe nos depoimentos coletados:

No fim de dez dias aí nós constatamos que não tinha mais corpo, mas até o décimo dia a gente ainda estava tentando levantar entulho pra ver se achava algum corpo, mesmo todo esfacelado, a gente ainda tentava pra ver se achava algum corpo. Mas aí, no fim dos dez dias, já não tinha mais [...] Corpos sob os escombros, não. Nós deixamos uma guarnição lá pra dar apoio ao pessoal que foi pra retirar, fazer o rescaldo, retirar o material pra limpeza [...] Essa guarnição ficou lá uns três meses. (Antônio Abílio Souto da Silva, Capitão do Corpo de Bombeiros, p. 4).

Precisou de um período de trinta dias, aproximadamente, pra resgatar todo mundo. No dia dez de fevereiro ainda tinham cinquenta e duas pessoas, cinquenta e dois operários desaparecidos, inclusive o meu pai. (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 7).

[...] eu fiquei lá até o dia vinte e um de fevereiro, depois fui mandado embora [...] (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 7).

[...] quando tirou uma placa o rapaz veio, o Mauro e falou assim: “Olha foram encontrados agora uns oito corpos, num lugar que estava lá onde é que a gente achava que nem tinha nada.” Que já (há) dezenove dias lá. Aí o moço veio e falou e a gente ficou esperando. Eram muitos, de cada um deles levava roupas pra uma pessoa olhar, pra outra e pra outra. Esse dia, por exemplo, quando nós viemos embora já era [...] Eu cheguei em casa quase dez horas da noite. Não sei se foi o meu estado de desequilíbrio, que eu tive, eles demoraram muito a trazer pra mim as coisas dele pra (eu) ver, porque a minha expectativa é de que eu iria ver o corpo. Aí, de repente, pode ter sido aquilo porque eles demoraram. Esperaram que eu (me) controlasse, qualquer coisa assim, porque é uma coisa que não está na gente. Eu, graças a Deus, agradeço a Deus, nunca fui assim de desmaiar e coisa assim. Não! Sou muito forte, graças a Deus, mas eu tive (um) desequilíbrio, não sei se foi mental, não sei por que eu não lembro. Essa senhora que estava comigo é que conta que eu agredi o senhor que estava, o Moçolino, ela disse que eu me afastei assim... Fui afastando pra trás [...] E ela disse que pensou: - ‘Que será que ela está pensando?’. Aí quando eu tomei uma distância ela disse que eu fiz assim igual uma cobra quando voa em alguma coisa e falei, comecei dá bronca nele: ‘Você vai me mostrar, eu quero ver’. Aí a polícia veio, alguém me aplicou (uma) injeção sei lá, não sei, aí eu não sei de mais nada, só no outro dia. Por volta de umas seis horas quando nós retornamos lá na Gameleira eu estava ainda boba [...] Não estava importando com as coisas [...] Efeito de remédio, com certeza. Mas foi tudo de triste, de horror que (se pode) pensar na vida, ainda foi mais [...] (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 6).

[...] não eram trinta dias ainda, eles estavam dando por terminado, o engenheiro disse lá que já tinha revirado aquilo tudo, que tinha muito... muito trem revirado pra lá, aqueles “trem” que estavam tudo... tinha revirado aquilo tudo. Mas eu que não concordei. Então nessa concorda, que eu discordei com eles, foi que eles acharam o corpo dele. (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 12).

O resgate é um dos temas mais emblemáticos da Tragédia, seja pelas dificuldades técnicas e de maquinários, seja pelas proporções da Tragédia, pelos riscos de novos desabamentos, e principalmente pelo alongado tempo utilizado nessa operação. É importante salientar as dificuldades encontradas pelo IML na identificação dos corpos mutilados e/ou deteriorados pela ação do tempo. Lembramos que naquela época não estavam disponíveis técnicas de identificação utilizando DNA. E há controvérsias sobre o número de mortos contabilizados pois, segundo os trabalhadores da obra e sobreviventes da Tragédia, havia trabalhadores ambulantes no momento do desabamento, cujos corpos ou desaparecimento nunca foram reclamados. A falta de dignidade submetida às vítimas e seus familiares no processo de resgate, estendido por um tempo

inadmissível, era por si só, uma possibilidade de uma nova Tragédia, sendo um dos fatos alegados para a explicação do ritmo moroso do mesmo, com paralisações que levaram os familiares das vítimas a fazerem vigílias no local para forçar a retomada do resgate.

5.1.5 O Inquérito e a apuração das responsabilidades

Nos relatos dos atores sociais verificamos que a maioria não comenta sobre o inquérito e apuração de responsabilidades. Os comentários se dão de maneira sucinta nos depoimentos de alguns familiares das vítimas, de um jornalista e de moradores do entorno. Já a advogada dos familiares das vítimas faz um relato abrangente e rico em detalhes sobre esse tema. Uma órfã se mostra indignada com a construtora e o Estado, por não assumirem suas responsabilidades e demonstra não ter esperança no ressarcimento dos danos sofridos por sua família, uma vez que considera quase impossível a efetuação do pagamento por parte do Estado passados 36 anos. Vejamos seu relato:

É [...] Não sei. É que às vezes eu nem gosto de ficar lembrando, porque a gente tem que viver [...] Um dia mesmo eu fui (a uma) audiência, a última audiência que teve no fórum eu fui. Aí foi assim muito angustiante. Eu vi o [...] Advogado da SERGEN defendendo a SERGEN de uma forma assim tão arbitrária, sabe? E relutei [...] Depois eu vi o advogado do estado, defendendo o estado, no fim das contas eu acho que os culpados foram mesmo os que morreram [...] Isso foi o que quiseram dizer por que se a SERGEN não tem culpa, se o Estado não tem culpa... E então hoje, nós [...] Após trinta e cinco anos ainda não fomos ressarcidos dos danos morais que nós sofremos e nem de tudo a que a gente teria direito, por se tratar de uma obra governamental, fica difícil você ganhar do governo. É quase impossível, eu não tenho a esperança de ganhar não, quer dizer, já ganhou na justiça e recorreram, mas não acho que isso vai sair não [...] (Eny das Graças Silva Rodrigues, órfã, p. 5-7).

Alguns familiares de vítimas esperaram menos tempo (quase dez anos) para receber do Estado. Menos tempo se considerado os que, passados 36 anos,

ainda não receberam nada. Uma viúva nos relata como foi a espera:

[...] nove anos esperando... Advogado e a gente indo atrás, indo em rádio pedir socorro [...] Eu fiquei dez anos lá, porque em fevereiro completou nove anos da Tragédia da Gameleira e foi em junho de oitenta é que o Estado acertou com a gente o que eles chamam de indenização [...] (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 2-3).

Imediatamente após a Tragédia, o Estado se movimentou para identificar os culpados e apurar responsabilidades, conforme relata a advogada:

Porque quando desabou... Houve a Tragédia, o Estado imediatamente começou a se movimentar pra saber de quem era a culpa. (Ana Lúcia Moreira, Advogada, p. 3-6).

A apuração de responsabilidades pela Tragédia da Gameleira demorou mais de dez anos, mesmo tendo se iniciado a investigação imediatamente após a Tragédia. Nesse período instituiu-se uma comissão de alto nível, foi instaurado um Processo Criminal, houve inquérito policial e, aproximadamente, quarenta estudos para apontar os culpados pelo desabamento na Gameleira, como relata a advogada dos familiares das vítimas:

[...] quando desabou, o Estado começou a investigar de quem que era a culpa dentre os que estavam construindo o pavilhão [...] Eram vários estudos, e inclusive o foi instituída uma comissão de alto nível. Se não me falha a memória quase quarenta estudos pra se chegar a conclusão de quem que era a culpa, inclusive um processo criminal foi instaurado, foi uma investigação e houve inquérito policial e o processo. O Estado começou a apurar de quem que era a culpa e todos os pareceres, laudos e estudos apontam como culpados a SERGEN porque quando desabou, a primeira coisa que se apontou foi um erro de cálculo feito pelo Joaquim Cardozo nas perícias e nas comissões que se instauraram. Depois chegou-se a conclusão, e isso foi já pacificado, que na realidade o que aconteceu foi que a SERGEN, que era a empresa de engenharia responsável pela edificação, havia misturado o concreto numa proporção não correta, deixando o concreto com menos resistência do que a que teria que(ter)... Na obra e foi isso na realidade que causou o desabamento... É uma edição anterior a do Pálace Dois na realidade. É o caso, a nível de engenharia, é a mesma coisa: lá no Pálace Dois misturaram areia a mais, na Gameleira, no pavilhão a mistura porque existe uma proporção correta pra fazer esse concreto, também não foi seguida. Os laudos foram conclusivos, existe a resistência do concreto que é cinqüenta e oito por cento a menos do que deveria ser [...] Embora

isso tenha sido colocado em vários laudos e perícias, o Estado entrou num processo de empurrar com a barriga, de protelar e na realidade o Estado começou a fazer reuniões com essas vítimas dizendo: “Estamos apurando e vamos pagar e, assim que se decidir vamos pagar.” E esse processo de apuração demorou mais de dez anos [...] (Ana Lúcia Moreira, Advogada, p. 3-6).

Para a moradora do entorno Eliane Lemos Dias, a Tragédia da Gameleira se deu “*por falha técnica*”.

Os familiares das vítimas não receberam ressarcimento administrativamente após várias propostas feitas pelo Estado durante anos e nunca honradas, fazendo-se assim necessário o ajuizamento das ações em 1983 e 1984.

[...] quando finalmente se chegou a conclusão (de) que não haveria um acordo, que não (se) receberia isso administrativamente, como seria o correto e que era o quê o Estado estava prometendo esse tempo todo, se entrou com as ações. Agora o doutor Ademar participou desde o momento do desabamento, quando ele procurou as vítimas e até o ajuizamento ele também participou desse procedimento administrativo. Não foi possível se concluir porque o Estado até hoje se recusa a pagar, mesmo depois de condenado. No Gameleira Um que já transitou em julgado o Estado não paga, então o Estado na realidade não tem nenhum interesse de pagar até hoje, (mesmo) depois de condenado (na Justiça), quanto mais administrativamente. Ele fez várias propostas e nunca honrou essas propostas [...] São dois processos... Um ajuizado de mil novecentos e oitenta e três e outro ajuizado de mil novecentos e oitenta e quatro sendo que o de mil novecentos e oitenta e três já transitou em julgado, já houve a execução e está acabando a execução, e o ajuizado em mil novecentos e oitenta e quatro que é o Gameleira Dois ainda estamos em segunda instância, tendo o julgamento de segunda instância para aí então haver a execução. (Ana Lúcia Moreira, Advogada, p. 1-4).

As duas ações ajuizadas em 1983 e 1984 são denominadas, respectivamente, Gameleira Um e Gameleira Dois pela advogada que acompanha o processo. O Gameleira Um, de número 02483123245-9, é encabeçado por Maria da Conceição Reis e outros e o Gameleira Dois, de número 02484193452-4, é encabeçado por Maria Ribeiro da Silva e outros. Segundo a advogada, o estado em que se encontram esses processos é o seguinte:

[...] o Gameleira Um, que já teve sentença de primeira instância e de segunda instância transitado em julgado, processo de execução. A sentença do Gameleira Um foi a seguinte: é igualzinha a que está sendo dada no Gameleira Dois agora. As vítimas vão receber a indenização, não se faz distinção de material e moral. À época esse processo não teve indenização por dano moral, até mesmo porque foi anterior a oitenta e oito na constituição quando se instituiu ou não porque já havia dano moral. Mas com que [...] É passou-se ao dano moral como uma coisa constitucional inclusive é... Ele só fala em indenização... De um salário, cada vítima ou familiar de vítima receberia um salário no valor que recebia à época, ou seja, se ele ganhava um salário mínimo, seria um salário mínimo, se fosse um salário e meio, um salário e meio. Esse salário corrigido ele receberia até completar sessenta e cinco anos, se vivo fosse. Então, seu José Inácio faleceu, a esposa dele receberia esse salário, a título de indenização até a data de aniversário em que seu Inácio faria sessenta e cinco anos se fosse dois mil e quatro ou eu tenho é esse essas indenizações neste processo acabam em dois mil e dezessete (quando) a última vítima completaria sessenta e cinco anos em dois mil e dezessete. O Estado está pagando a uns e a outros não, existem vítimas que não receberam nada nesse processo, embora condenados o Estado e a SERGEN, eles não receberam nada até hoje. O Estado entra com um agravo atrás do outro, o último agora foi de prescrição. Está prescrito o direito, embora a execução esteja em andamento é desde de oitenta e seis e nós estamos na briga processual, então, pra acabar de cumprir o que já está determinado isso que já é direito líquido e certo. O Gameleira Dois, que é o de oitenta e quatro, teve sentença de primeira instância e está sendo julgado em segunda instância. Quando sair o julgamento, o resultado da segunda instância, vai haver um processo de execução é um novo processo porque é com título executivo judicial que é o que faz uma execução, uma decisão de segunda instância. Você entra com esse título e executa então é todo um processo aí é como se fosse um processo autônomo. Porque pra isso existe processo de execução, porque na sentença vem um salário percebido na época que corrigido de tal forma que é o que eu ainda não sei, estão se falando em INPC mais juros legais de um por cento, então eu preciso dessa determinação que aí existe um cálculo pra se apurar o montante. Esse montante vai ser submetido à Justiça, o Estado pode embargar esse montante, falar: “Não, olha, ela está aplicando o índice tal, mas na realidade tem que se aplicar é tal e a correção do plano verão não vai entrar” Não vai porque aí é uma briga judicial pra se chegar ao montante. Fechado, esse montante é o valor da execução, isto o Estado provavelmente vai tentar jogar pra precatório e eu alego que indenização inclusive alego no Gameleira Um que a indenização, por dano material e alimentos, então não cabe precatório se isso vai ser pago como alimentos ou precatório só daqui a Deus sabe, quando a Justiça caminhar com esse processo. (Ana Lúcia Moreira, Advogada, p. 11-12).

Indagada porque apenas um dos vários mutilados está no processo Gameleira Um a advogada aventa que:

Talvez porque, além desse (processo) que na realidade é (de) indenização, eles foram aposentados pelo INSS. Então acho que muitos acharam que não tinham direito [...] Que estava resolvido, que era aquilo aí... É esses são, essa aqui é a relação do Gameleira Um, somente o José Afonso de Pádua e que é o inválido, o resto tudo (são) falecidos. (Ana Lúcia Moreira, Advogada, p. 14).

O jornalista Jaime Gomide nos fala como se apurava responsabilidades nos tempos da Tragédia da Gameleira num procedimento de transferência da culpa no qual o espírito de corpo vira “espírito de porco” afugentando a Justiça. Vejamos:

[...] então naquele tempo era assim, quem era o culpado, porque que caiu, ah porque tiraram as vigas mais cedo, não esperaram secar, a laje não estava totalmente seca, começaram a tirar as vigas, então a hora que tiraram uma viga que poderia ser aquela que estava dando a última sustentação, o pedreiro, o profissional tirou a viga, caiu o pavilhão [...] E começamos então a procurar os culpados, então veio até um determinado ponto que falaram que foi o projetista que era, o não sei quem Cardozo, você deve ter aí no seu levantamento [...] Que fez o cálculo estrutural, então o quem aconteceu? O responsável foi o calculista que calculou mal, o Joaquim Cardozo era um senhor mais velho, e ficou muito chateado, tanto que logo depois ele morreu, é [...] É ele teve um problema muito sério de estrutura. É ele morreu, como que ele morreu eu não vou entrar no mérito, mas ele morreu [...] Quem sabe a morte dele foi antecipada por causa desse acidente, por causa dessa Tragédia? Porque tudo caiu em cima dele, porque o Niemayer é impossível de errar... (Mais ou Menos) uns cinqüenta metros de vão livre, mais de cinqüenta metros, quer dizer, ele projeta, agora o cálculo não é problema dele, então caiu em cima do Joaquim Cardozo a responsabilidade da coisa. E o tempo foi passando, o Governo não assumiu, a empreiteira que estava fazendo a obra não assumiu e até hoje tem gente aí que está sem condições até sobrevivendo a gente não sabe como, mas sem ter tido nenhum tipo de assistência nem moral, nem financeira, nem de forma alguma, simplesmente esquecidos e abandonados. O ‘espírito de porco’ da profissão e que não vai acusar o outro é [...] Nós estamos fazendo o levantamento e vem aquele famoso inquérito dentro de trinta dias porque hoje tudo que acontece, dentro de trinta dias nós vamos te dar a solução, os trinta dias passam, todo mundo esquece e ninguém sabe. Então numa Tragédia daquela, trinta dias era muito pouco. Então nós vamos esperar aí o tempo que for suficiente e esse tempo suficiente nós estamos esperando até hoje [...] (Jaime Gomide).

O responsável pelo cálculo estrutural, Joaquim Cardozo, respondeu na justiça e provou sua inocência. Na defesa de Joaquim Cardozo, seu advogado alega que:

A condenação de Joaquim Cardozo encerra, em si mesma, um trágico paradoxo: - O engenheiro famoso, o professor de matemática, o responsável pelos cálculos das maiores obras arquitetônicas do país – a Pampulha, o Itamarati, o Supremo, o Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial – está sujeito a cumprir a pena de dois anos e dez meses de detenção, por imperícia profissional na arte de calcular. Esse homem sábio e puro, cuja vida é padrão de exemplo de cultura, de honradez, e de bondade, recebe, aos 76 anos de idade, como uma provação, a sentença que o dá como culpado no fatídico desastre do Pavilhão da Gameleira. Não há razão, porém, para desesperar do triunfo da verdade. As decepções e os desenganos chocam, magoam, aturdem, dão a medida da contingência humana, permite avaliar comportamentos, mas não enfraquecem a nossa fé na justiça. O nosso olhar e as nossas esperanças se dirigem, agora, para o alto, para a Instância Superior, com justificada confiança em seu pronunciamento. (SILVA, 1974, p. 6).

No artigo, O Engenheiro da Poesia, Maria da Paz (2006), comenta que Joaquim Cardozo permaneceu muito abalado com a Tragédia da Gameleira, não encontrando forças psicológicas para o trabalho. Havia, segundo a autora, acusações sobre Cardozo que possuíam o deliberado objetivo de impingir sobre o mesmo a culpa pela grande Tragédia do desabamento do Pavilhão de Exposições da Gameleira. Seu estado de saúde viria a se agravar levando-o à irreversível depressão.

A apuração de responsabilidades pela Tragédia da Gameleira se arrastou por mais de 10 anos.

O Estado foi considerado culpado por não fiscalizar a obra e a construtora Sergen pelos vários procedimentos técnicos indevidos utilizados na construção de obra.

Os familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira entraram com duas ações na justiça e o Estado continua protelando o pagamento, por meio de recursos. Somente a advogada dos familiares das vítimas continua lutando. Nem imprensa, nem igreja, nem sindicato, nem representantes no legislativo se posicionaram frente ao protelamento por parte do Estado em pagar as indenizações devidas aos familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira.

5.1.6 Solidariedade

A solidariedade às vítimas da Tragédia da Gameleira perpassa os depoimentos da maioria dos pesquisados, estando mais detalhada nos depoimentos dos familiares das vítimas, de sobreviventes, dos moradores do entorno e dos jornalistas.

A solidariedade brotou em vários setores da sociedade como a imprensa, o comércio, a indústria, artistas e a população em geral que se sensibilizaram e agiram para suprir ou minimizar as enormes dificuldades enfrentadas pelas vítimas da Tragédia da Gameleira nos primeiros dias que se seguiram ao desabamento.

O envolvimento da população de Belo Horizonte prestando solidariedade às vítimas se deu de forma intensa, dando a impressão de que a Tragédia desabou sobre todos os habitantes da cidade. Para uma órfã:

Parecia que tinha acontecido com todo mundo. Você [...] Assim [...] Eu percebi um alvoroço como se cada um tivesse uma ligação direta. (Elisabeth Alves, Órfã, p. 8).

Outra órfã relata a solidariedade recebida, destacando a doação de alimentos:

Óh, na época assim todo mundo foi muito solidário. Realmente a gente, como eu te falei, nós recebemos muita cesta no momento (da Tragédia). Muita cesta, muita ajuda e toda pessoa (se) preocupava. (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 22).

Uma viúva nos relata que a solidariedade não veio de uma pessoa só, mas da população de Belo Horizonte, que não deixou faltar nada na sua casa naqueles dias:

Mas com respeito à população, não faltou nada pra gente tanto que foi a razão de que eu pude comprar esse lote, na ocasião. Eu sei que não foi uma pessoa, mas a população de Belo Horizonte, aquele setor que tem ali a LBA, eles perguntaram [...] Então, como a minha casa estava cheia

de gente, eles mandavam um cara trazer na casa da gente, tudo que era necessário dentro de uma casa, até sabonete, tudo [...] Então foi assim, foi a população de Belo Horizonte, foram muitos [...] Uma acolhida incrível. (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 11-12).

Outras viúvas também relatam que Belo Horizonte em peso se solidarizou possibilitando a chegada à sua casa de uma grande variedade de alimentos e com muita fartura. Vejamos:

Olha, a gente ficou assim... Porque quando eles... Não traziam pra gente em casa, eles davam o nome de todos os lugares da cesta básica. Então cada cesta básica daquela tinha um nome da família por cima, que era pra pegar. Então, toda semana a gente pegava aquilo. Agora, é certo que foi Belo Horizonte em peso que fez aquilo, como a Loja Americana ajudou muito, tanto (que) a Loja Americana, quando Eny vinha trazia e eles mandavam pra lá, pra esse lugar, esse galpão, em que ficaram as coisas. Então, todo sábado, a gente ia lá e trazia a feira completa, completa de tudo que você imaginar que era coisa de alimento, vinha doce, vinha biscoito, vinha queijo, vinha tudo, tudo... Tudo que era coisa de alimento vinha, e era com muita fartura. Não é dizer que vinha um pacotinho de um... Que a cesta básica era muito bem arrumada. (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 16).

Um sobrevivente relata sobre o envolvimento da população com a Tragédia, destacando que “o povo foi humano”:

Isso aí eu senti que o povo foi muito bom [...] Eles deram [...] Ajuda do hospital pra socorrer o povo lá com cobertores, com remédio, e cesta básica. O povo foi humano, que Minas Gerais toda vida é [...] Qualquer Tragédia que tem eles estão prontos pra ajudar [...] Eu mesmo cheguei a receber cesta básica em casa [...] Isso eu não posso me queixar não, da população. Na maneira do possível eles ajudaram. [...] É, teve muito voluntário aí ajudando [...] Mas só de fora. E [...] E a gente também, a gente sentia que o povo estava ajudando mesmo, de verdade, com água, com remédio, todo mundo, todos apavorados porque um acidente, na beira da Avenida Amazonas, movimentada daquele jeito, envolve muita gente. (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 17).

A imprensa se solidarizou com os familiares das vítimas, organizando campanhas de doações em geral, de solicitação de emprego. Familiares foram recebidos em programas de televisão para exporem as dificuldades pelas quais estavam passando. Houve um grande envolvimento da imprensa na solidariedade aos familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira, como podemos verificar nos

depoimentos de órfãos, viúvas e jornalistas. Uma órfã nos relata a manifestação da imprensa assim:

[...] eu sei que houve uma certa mobilização. É [...] Manifestação de imprensa. Eu lembro que na época era a TV Itacolomi e lembro muito bem do programa do Jaime Gomide. Da Itacolomi, o Jaime Gomide destinou e dedicou um momento de um certo programa dele pra esse fato, apresentou algumas pessoas, inclusive nós fomos. A minha mãe, meus irmãos e eu fomos ao programa dele, então pra mim isso tudo faz parte de uma certa mobilização. (Elisabeth Alves da Silva, órfã, p. 8).

Uma viúva relata a participação dela e de seus filhos num programa de televisão em que foram entrevistados, ressaltando que nem se fez necessário entrevistar outras famílias, uma vez que a resposta da população aos apelos ali feitos se deu prontamente. Indagada sobre a solidariedade dos belo-horizontinos ela relata que:

Foram muito, muito (solidários) [...] Você vê o tanto quando teve essa entrevista da TV Itacolomi, foi a primeira [...] Foi a primeira família que foi, fomos nós e não foram outros não. Fomos só nós que fomos dar entrevista. Outras não. Não sei se é por nós sermos recém-chegantes. Não conhecíamos nada aqui, não era daqui. Então, nós fomos as primeiras famílias e não foi mais ninguém, não. (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 16).

Um jornalista relata que havia muita gente querendo ajudar:

[...] voluntário a gente tinha demais [...] Era uma comoção. Aquele [...] Instante, então não havia assim como registrar um fato de a, b, c ou d [...] Circulação pra que as pessoas pudessem ajudar. Então eu não me lembro assim de um fato específico, eu me lembro é que as empresas procuravam ajudar, inclusive com lanches, com maquinários [...] Eu estou forçando a memória aqui, mas me parece que na época a Itambé, que é uma empresa de leite, mandou muitos saquinhos de leite. A dificuldade era muito grande, agora o clamor popular, esse era fantástico, acho que chegou até um ponto da polícia ter que realmente interditar, tamanha era a vontade da população de ajudar. (Dirceu Pereira, Jornalista, p. 6-7).

Um outro jornalista relata a atuação dos veículos de comunicação, jornais, rádio e televisão, na mobilização de solidariedade aos familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira:

[...] eu me lembro claro que a gente tem que lembrar. Eu não tenho essa memória assim tão perfeita, mas eu me lembro sim da gente ter feito campanhas porque a gente, a solidariedade que a gente poderia dar, nós demos, que foi essa de receber o pessoal, de tentar mobilizar a sociedade, principalmente o comércio. Porque naquele tempo (o comércio) também participava e sem dúvida ele era muito solidário e a Tragédia foi tão violenta que não havia como você se afastar daquilo. Com a força da televisão e do rádio, principalmente a Rádio Guarani, na época, que tinha uma força muito grande, sem desconsiderar a Inconfidência e a Itatiaia e aqui tinha a Rádio Jornal de Minas, tinha a Rádio Pampulha que hoje [...] Elas existem, mas para outras finalidades, então tudo aquilo fez com que aquela massa que não estava diretamente envolvida no acidente também se solidarizou pra ajudar. Então quem não estava envolvido, se envolveu pra ajudar. Então foi muito fácil eu acho. Além da força da televisão, o prestígio que a televisão tinha e o prestígio que os seus funcionários da televisão, tinham os funcionários da área de comunicação como um todo, jornal, rádio e televisão. Esse prestígio também fez com que todos se mobilizassem e aquele que precisava de um empregado você está precisando de um empregado, ora porque não atender aqueles que foram atingidos pelo problema. Então houve a solidariedade que foi mútua, o sujeito precisando, tendo uma vaga ele abria essa vaga... Pra um dos parentes mais próximos [...] Das vítimas. Então isso facilitou muito também e não foi a televisão que arrumou emprego, não fomos nós que arrumamos emprego, não foi eu que arrumei emprego pra ninguém não, foi a sociedade que se mobilizou [...] (Jaime Gomide, Jornalista, p. 10).

Uma ação de solidariedade prestada aos familiares das vítimas pelos artistas é recorrente em vários depoimentos. Trata-se de um show realizado na cidade de Belo Horizonte em benefício dos familiares das vítimas, encabeçado pelo cantor e compositor Roberto Carlos, com a participação de vários artistas locais e de outras cidades. O dinheiro arrecadado com o show chegou rapidamente aos beneficiados, como relatam viúvas e órfãos.

Uma viúva não se lembra do valor recebido através de doações recebidas no show, mas afirma que: “Não sei não. O dinheiro (do show) foi dividido pras vítimas, foi.” (Dona Raimunda Leão Morato, Viúva, p. 14 da entrevista de Antônio Otacílio Morato).

Um órfão nos relata a realização do show: “[...] me lembro que sim, após essa Tragédia, teve até um show do Roberto Carlos, lá que foi assim pra ajudar as viúvas da Gameleira.” (Antônio Otacílio Morato, órfão, p. 14).

Uma outra órfã fala sobre o show e a distribuição do dinheiro arrecadado com o mesmo: “[...] e me lembro que o Roberto Carlos fez um show

em prol das vítimas [...] Esse dinheiro (ele) distribuiu [...].” (Eny das Graças Rodrigues, órfã, p. 4).

Uma órfã fala do show e ressalta o conforto emocional que sentiu naquele momento de inquestionável fragilidade:

[...] o Roberto Carlos fez um show aqui, em benefício das famílias das vítimas... Mas no momento que eu (me) deparei com o fato de uma pessoa... Do... Como que eu diria assim? É, do meio artístico, famosa. E num momento inclusive que não era..., não era muito comum pessoas públicas, artistas, jogadores... Se envolverem em causas sociais. É... Na minha lembrança, não tinha muito isso e naquele momento... Eu vi o Roberto ter se manifestado, ele ter destinado o tempo dele pra lembrar... Dessa Tragédia, pra pensar... Nas famílias, pra pensar que poderia ajudar de alguma forma. É... Pra mim foi assim extraordinariamente forte, porque era um momento que... Além da inquestionável fragilidade emocional que toda minha família vivia, a gente vivia uma fragilidade material também. Então teve o lado material que naquele momento foi um pouco mais suprido com os recursos, não lembro quanto, não lembro de valores, pra mim o valor não importa, o... que chegou às nossas mãos e o conforto... Emocional também do fato dele ter se colocado junto. Ter essa partilha dele. Então pra mim foi assim extremamente significativo e... Eu passei a gostar mais dele. Independentemente de questionar algumas partes do trabalho (artístico) ou não, isso aí é outra história, mas assim, a figura humana dele. É... Pra mim passou a ter um valor muito maior. E aí um tempo... Há muitos anos atrás, eu até escrevi uma carta no intuito de falar pra ele dessa relação emocional que eu tenho com ele. É... Mas eu não fiz nada pra essa carta chegar às mãos dele não, acho que foi mais pra eu estar me desabafando, me colocando mesmo. (Elisabeth Alves da Silva, órfã, p. 8; 17-18).

Os parentes, amigos, colegas de trabalho e vizinhos dos familiares das vítimas tiveram uma atuação importante em várias frentes de apoio, desde questões materiais até o conforto emocional. Destacaremos a dificuldade encontrada por uma viúva em contar para seus filhos a trágica morte do pai deles e o apoio de uma vizinha para que ela pudesse dizer aos filhos que o pai morrera na Gameleira. Vejamos:

[...] aí uma senhora falou comigo assim: ‘Olha, você vai ter que conversar...’ Que eu ficava falando que ele estava muito ruim, que estava no hospital. Ela falou: ‘Óh, você vai ter que conversar e falar que papai do céu levou, porque você sabe o quê que essas crianças vão sentir quando souberem que o pai não está vivo mais?’ Que eu tentei assim... Numa faixa de uns quase oito dias eu falava que ele tava ruim no hospital, eu não sabia como que ia fazer assim... Com medo de saber como que eles

iriam receber a notícia de que (ele) não existia (mais). Aí no fim essa senhora me falou que houve um caso desse na família dela... E a menina que ficou órfã não podia mais ir na casa onde perdeu o pai, todas as vezes que a moça ia naquele lugar ela desmaiava e era internada. 'Você tem que ver...' (relatando o que a mulher disse à ela). Então tomei coragem, pedi a Deus e falei com eles. Falei. Olha, a mamãe acha que não existem mais recursos pra que eles não ficassem naquela expectativa de que uma hora o papai ia chegar... O outro não tinha nem três anos e ele não tinha lembrança bem do pai, não... Ele brincava e tudo, mas... Aquele que estava ali não, eles saiam juntos, iam ao supermercado, o pai ia cortar o cabelo e levava ele junto porque ele já caminhava correndo, não dava trabalho... Esse aí tem muita lembrança do pai, além de... Nem só as lembranças, você que não conheceu o pai deles, você pode falar assim: "Hoje eu conheci". Ele é o retrato do pai dele, sem tirar e sem por nada. Altura, a cor, é como se você um dia tivesse conhecido o pai deles... (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 4-5).

O apoio aos familiares das vítimas pelos vizinhos e parentes pode ser observado no depoimento da mesma viúva assim:

Mas, esses três dias, quatro, cinco e seis, eu não fiquei uma noite na minha casa, eu fui pra casa de uma vizinha minha, ficamos na casa dela (se emociona), onde que a gente ficava ouvindo reportagem à noite toda pra saber o quê que estava acontecendo... Meu irmão não, porque ele ficou, coitado, ficou no hospital, mas a vizinhança as pessoas que se é... Acercavam da gente, os vizinhos, todo mundo ia... A minha casa... Amanhecia o dia, eu falava assim com ela: 'Eu quero ir lá pra casa, não quero ficar aqui.' Aí eu ficava na minha casa, e ficava com a casa cheinha de gente, nisso também a notícia correu, e a minha família que estava na roça vieram pra minha casa... Mesmo eu morando em dois cômodos só, mas nós nos amontoamos todos ali. Minha mãe, minha irmã, meu cunhado, meus padrinhos de casamento vieram e ficaram todos aqui com a gente, e foi graças a Deus, a gente sofria porque estava vivendo um drama, uma Tragédia, que por mais que as pessoas falassem e conversassem, no íntimo, no coração da gente, a gente pensava assim: "Nada vai substituir uma vida, (se emociona) Pode estar cheinho de gente aqui, mas falta ele, nada, nada apaga." (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 11-12).

Uma órfã nos fala do apoio recebido dos colegas de trabalho e da empresa onde trabalhou:

[...] as Lojas Americanas, me ajudaram muito... Eu não tinha condições de trabalhar e aí o gerente sempre liberava, inclusive teve uma reunião ele proibindo todo mundo... Ninguém podia perguntar nada. Eles proibiram de me perguntar as coisas... Era super difícil... E as meninas das Lojas Americanas todas elas combinavam de fazer uma feira pra mim... Eu me lembro que quem não podia comprar na loja, elas traziam

de casa, entendeu? Aí eu lembro que um dos meus assistentes o Seu Itamar fez duas viagens pra eu levar pra casa (as doações). Então a loja realmente foi muito (solidária)... Elas chegaram num ponto de tirar do lanche o presunto e queijo prato (pra dar pra mim)... (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 4; 23-24).

Apesar da dor da perda e da justiça que não se cumpriu, os familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira sentiram o calor humano na solidariedade da população de Belo Horizonte como podemos verificar no depoimento de uma órfã:

[...] e o importante de tudo é o calor humano que ainda sobreviveu. Mesmo que as leis (existam), mas não se cumpram... Nem (foram) cumpridas antes quando (a Gameleira) estava em pé e nem se cumpriram depois (da Tragédia). Mas aqueles que nada podem fazer contra isso, fazem o que pode. Ajuda daqui, ajuda dali. (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 24).

Uma órfã nos relata que conseguiu vaga numa escola, numa atitude solidária da direção da mesma. Vejamos:

Com essa história porque passamos, minha mãe tinha ido ao Instituto de Educação (que) tinha um anexo lá perto, o Nossa Senhora do Perpétuo Socorro era lá. Minha mãe foi lá pra olhar vaga pra mim, eu estava na sexta série. Ela foi olhar a vaga pra mim e eles não tinham mostrado interesse. No dia marcado de voltar pra saber, aí porque tinha acontecido tudo isso (a Tragédia da Gameleira) já me deram a vaga. Eu fiz prova de seleção realmente, mas assim só mesmo pra preencher (uma formalidade)... (Elza Alves Ribeiro, Órfã, p. 3).

A solidariedade do povo belohorizontino e mineiro para com os familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira foi uma característica marcante para os nossos narradores. Maria Arminda do Nascimento Arruda em Mitologia da Mineiridade já realçava determinados atributos dos mineiros observados desde o século XIX, entre eles a solidariedade, que foi sendo construída entre os mineiros ao longo de sua história. As elites mineiras deslocavam-se para outros lugares, ao longo de inúmeras gerações, por serem constantemente atormentadas pela sombra da decadência. O deslocamento social disseminou o sentimento de solidão “desses herdeiros cultos” causado pela ausência da convivência social. A

mineiridade criou a solidariedade da comunidade, recobrando, assim, sua força para encarar os infortúnios de um local totalmente desconhecido.

Coaduna-se com essas reflexões nossos narradores quando ressaltam que a solidariedade se expressou em ajuda material, no amparo emocional vindo das mais diversas origens. A indústria se manifestou colocando à disposição máquinas, equipamentos, ambulâncias e operários para auxiliar na operação de resgate. O comércio doou medicamentos e alimentos. Os meios de comunicação promoveram campanhas de ajuda às vítimas. A população se solidarizou, participando das campanhas de doações e oferecendo-se como voluntários na operação de resgate e até para a adoção de órfãos. Os artistas participaram de Show Musical para arrecadar fundos destinados aos familiares das vítimas.

As ações de solidariedade ocorreram entre os próprios familiares, vizinhos, colegas de trabalho e a população em geral oferecendo apoio material e emocional aos atingidos pela Tragédia.

5.1.7 A imprensa

A imprensa atuou de forma expressiva na divulgação da Tragédia da Gameleira sendo um canal importante para os familiares das vítimas se informarem do andamento dos trabalhos de resgate, exporem suas demandas e dificuldades e, de certa forma, exercerem pressão para solução das mesmas.

Apesar de ter espetacularizado a Tragédia, a imprensa mobilizou principalmente a sociedade civil para contribuir na minimização da dor dos envolvidos, desde a promoção de campanhas de arrecadação de alimentos e vestuário, passando por apelos para doação de sangue e medicamentos para socorro às vítimas.

Os limites e as dificuldades de ordem técnica, estrutural e política vividos pelos órgãos de imprensa nesse período, bem como a criatividade dos

profissionais para superarem essas barreiras e/ou minimizá-las se encontram nos relatos coletados nessa pesquisa, predominantemente nos depoimentos dos jornalistas, embora estes também estejam presentes nos relatos de outros atores sociais da Tragédia da Gameleira.

Na concepção de um jornalista entrevistado, a imprensa era mais atuante no período em que se deu a Tragédia do que atualmente, embora essa avaliação possa estar permeada por um ingrediente nostálgico. Considera também a imprensa mais viva naquele tempo, em função da própria concorrência existente devido à pluralidade de órgãos atuantes com visões diversas. Vejamos:

Então estava toda a imprensa, e imprensa naquele tempo era atuante mais do que, eu acho, mais do que hoje, porque você tinha as concorrentes, você tinha a Rádio Inconfidência, você tinha a Rádio Guarani, a Rádio Itatiaia, os jornais. Os jornais naquele tempo também você tinha Estado de Minas, tinha o Diário da Tarde, tinha o Diário de Minas, tinha o Jornal de Minas, então havia assim uma imprensa muito mais, muito mais atuante, muito mais viva em Belo Horizonte... (Jaime Gomide, Jornalista, p. 4).

Para outro jornalista, naquele tempo, acontecimentos como o da Gameleira eram completamente inusitados e para eles não havia um modelo de abordagem pré-estabelecido:

[...] e naquele tempo a gente não tinha esses acontecimentos dentro do jornalismo. Só mais tarde, vieram a desabar prédios, muitas cenas foram mostradas pela televisão não só de acontecimentos no Brasil mas no estrangeiro, mas naquele momento era realmente um acontecimento inusitado desabar um pavilhão com dezenas de operários trabalhando. (Dirceu Pereira, Jornalista, p. 2).

Os veículos de comunicação entram imediatamente no cenário da Tragédia, após receberem a informação por meio de ouvintes e telespectadores como afirmam dois dos entrevistados:

[...] nós ficamos assim meio receosos de dar aquela informação, mas de qualquer forma era uma informação. Então decidimos lá, em questão de segundos: Vamos dar, vamos dar informação e vamos lá conferir. Aí eu entrei no ar: “Caiu...” Não havia nem como redigir. A gente tinha que

improvisar, eram coisas curtíssimas: 'Um acidente grave acaba de acontecer no Parque da Gameleira, caiu um pedaço do pavilhão que está sendo construído... a reportagem está se encaminhando para o local'. (Jaime Gomide, Jornalista, p. 5).

Imediatamente eu recebi da direção da Rádio que o Programa se envolvesse com aquele acontecimento. Então uma equipe de repórteres foi para o local, eu fiquei no estúdio como se fosse, naquele momento, um âncora da situação... (Dirceu Pereira de Araújo, Jornalista, p. 2).

As dificuldades estruturais e tecnológicas enfrentadas pela imprensa são marcantes, pois sequer existia telefonia móvel naquele tempo. Os jornalistas depoentes discorrem com bastante propriedade sobre essa questão:

[...] naquele tempo era muito difícil a comunicação principalmente na área de televisão. No rádio também não era tão fácil não. Não havia celular, não havia essas ligações tão fáceis como hoje. O próprio satélite que te permite falar de qualquer parte do mundo (não existia)... Os cinegrafistas, os repórteres... Enfim toda equipe que trabalhava na televisão (da externa) e da rádio foi pra lá... Mas havia essa dificuldade de locomoção e de comunicação, então o primeiro que chegava pegava o telefone não largava mais, então o segundo já não tinha mais como falar, a não ser que fosse num telefone mais distante. E assim aconteceu com os filmes, então o cinegrafista foi, viu a gravidade da situação, filmou do jeito que ele viu mesmo. As pessoas massacradas, tudo caído, os bombeiros fazendo o possível com serra pra tirar os caras em baixo das vigas, aquilo tudo foi filmado, sem nenhuma (censura), sem nenhum tipo de preocupação com a imagem... (Jaime Gomide, Jornalista).

[...] de um modo geral, realmente a Avenida Amazonas ficou intransitável. Como na minha parte de comunicador, a Rádio Guarani tinha uma Chevrolet que a gente chamava de Chevrolet Amazonas, era uma C14 e ela tinha um gerador próprio, tinha um transmissor (vindo) dos Estados Unidos e esse carro se instalou lá e nós fazíamos a transmissão, via esse link da Rádio Guarani que era um equipamento... Bastante arrojado pra época. E atendia perfeitamente as necessidades, mas não tinha aquela facilidade de se instalar uma linha de transmissão, não tinha a facilidade que hoje você tem com o telefone celular... (Dirceu Pereira de Araújo, Jornalista, p. 4-5).

As primeiras imagens captadas da Tragédia da Gameleira eram tão dramáticas que, mesmo não contando com audio, tecnologia que surgiria mais tarde, ao entrarem nos lares, por meio da televisão com uma intensidade de impacto muito grande, causaram respostas imediatas em toda a população da cidade.

As dificuldades tecnológicas da televisão na época e a criatividade dos profissionais da imprensa são relatadas com bastante peculiaridade por um jornalista. Portanto, utilizaremos a seguir um longo trecho do seu depoimento visando aproveitar a riqueza de detalhes contida no mesmo, para uma melhor compreensão do trabalho da área das comunicações na cobertura da Tragédia da Gameleira:

[...] a imagem real... É do... Factual mesmo, o que estava acontecendo, um negócio dramático, e aquilo veio, quando chegou na televisão nós tivemos que fazer uma revelação quase que instantânea, mas tinha que secar o filme, a revelação (corria) tudo bem, mas e pra secar o filme?! Então a solução encontrada pelo Mota, que era o cara da revelação, de pegar um chumaço de algodão enrolou o filme numa carretilha, numa espécie duma carretilha e rodava pra que o fogo o secasse mais rápido do que o secador normal, que era elétrico e demorado. Então a revelação que deveria ter demorado uns quinze a vinte minutos ela foi realizada em cinco minutos. (O filme foi) secado em cinco minutos e eu entrei no ar (dizendo): “Vamos ver as primeiras imagens da Gameleira.” Mas foi um negócio de louco porque a gente não imaginava o drama que era as coisas e as pessoas gritando, não havia como você gravar o som, gravar a voz e a situação das pessoas, mas a própria imagem... Só o vídeo não havia áudio, o filme não tinha como você pegar o áudio. Os repórteres Fábio Vieira, Flávio Villaça começaram a pegar os gritos das pessoas. E aquilo levou ao drama que ficou muito mais importante, muito mais grave, muito mais dramático porque você mostrava a imagem e não (apresentava o som, não) mostrava a dor da pessoas, (mas) a dor já era (em parte) transmitida pela própria imagem, e aí nós começamos a fazer a ponte, quer dizer, o cinegrafista veio, trouxe, foi lá, veio outro (filme), o cinegrafista já estava filmando, veio trouxe o filme, nós revelamos... Então durante um dia inteiro e a noite inteira nós (trabalhamos) com os filmes e a noite com as lâmpadas naquele tempo a gente chamava de “pau-de-fogo” que eram aquelas lâmpadas que custavam pegar extensão pra ligar e os bombeiros trabalhando freneticamente. Aí as famílias chegando, a multidão se concentrando e com isto nós fomos colocando as imagens no ar, não de imediato, mas com (pouca) defasagem de vinte (minutos a) meia hora, então a gente entrava no ar dizendo: “Essas imagens são do que está acontecendo na Gameleira.”. Para o telespectador aquilo era como se fosse um momento (real) porque a diferença era muito pequena e na verdade as imagens eram quase que a mesma coisa, porque a medida que as pessoas iam sendo retiradas ou os bombeiros (iam) trabalhando para quebrar as vigas, para tirá-las lá debaixo. É a expressão tem que ser essa. As pessoas que morreram, as pessoas que foram esmagadas, era uma loucura, uma coisa assim inimaginável para quem está (vendo). Pra nós que estamos comentando, pra aqueles que estiveram lá e pra você, por exemplo, que está fazendo (a pesquisa). A história da (Tragédia)... é muito difícil, é muito difícil a gente hoje (relembrar). Tentar colocar aquilo que aconteceu, mas a televisão fez o que podia ter sido feito e fez uma coisa que poucas tinham feito até então, que era quase que botar a imagem no ar e no

imediatismo porque com essa diferença de vinte minutos, de quinze minutos porque aí começou a crescer a chegada das imagens porque eram cinco cinegrafistas que estavam lá, então mandavam, botavam no carro, trocavam o filme e nós (na redação) abastecendo o pessoal com filmes virgens. Que eram as latinhas, mais ou menos uns dez centímetros então um filme dava três minutos, cada rolo dava três minutos não passava disso porque era ele já era feito pras reportagens. Então... Não era como você levar um rolo muito grande, porque também não cabia na máquina, as máquinas elas eram movimentadas com corda, você dava corda na máquina ela tram-tram (fazendo o barulho da máquina) faziam assim, e então aí começou a chegar. Depois daquela uma hora de expectativa os filmes começaram a chegar e eram revelados e colocados no ar, revelados e colocados no ar, então quase que dava pra ser de imediato. Você considerando a Gameleira, a distância da Gameleira, a dificuldade de sair de lá, porque o problema não era só espaço pra você chegar de lá até aqui. Naquele tempo não havia esse trânsito caótico que tem hoje em Belo Horizonte, e da Gameleira até aqui você gastava uns dez a quinze minutos, da Gameleira ao Palácio do Rádio que era ali na (Avenida Assis) Chateaubriand, mas mesmo assim o difícil era entrar na Gameleira o difícil era sair de lá, até mesmo porque a assistência dos bombeiros e dos pára-médicos e de tudo ela estava concentrada então o cinegrafista tinha dificuldade até de chegar mais próximo (do teatro de operações)... (Jaime Gomide, Jornalista, p. 5-7).

Segundo o mesmo jornalista, os repórteres também sofriam os impactos da Tragédia, o que dificultava a capacidade de transmiti-la:

[...] o que aconteceu (é que) você (comunicador) estava também tão desesperado quanto eles. Porque quando o cinegrafista chegava, o repórter chegava, ele entrava naquele ambiente e começava a sofrer aquilo... Aqueles problemas e com isso ele perdia um pouco a capacidade de transmitir... Então essa foi uma dificuldade que eu acho que é uma dificuldade inerente ao ser humano quando você vive... Quando você está dentro de uma Tragédia você acaba também quase que sofrendo aquilo que as pessoas estão sofrendo. Depois houve o problema da necessidade do repórter de ser informado ou de se informar pra transmitir a informação ao mesmo tempo, ele tinha dificuldade pra entrevistar um bombeiro (pois) o bombeiro estava concentrado ali (na urgência do seu trabalho)... (Jaime Gomide, Jornalista, p. 12-13).

O país vivia o auge da ditadura militar, regime de exceção, em que as comunicações eram controladas. Aliado a essas considerações, é importante ressaltar que a obra em questão era do Estado e estava sendo construída por grandes empreiteiras respeitadas na área, além de envolver grandes nomes da arquitetura e do cálculo estrutural nacionais. Assim sendo, a censura à imprensa se dava de forma mais ostensiva. Um jornalista discorre em seu depoimento sobre

esse aspecto:

[...] é uma utopia falar que o jornalista tem isenção pra falar o que ele quer. Mentira! Não tem, vou dar um exemplo o... Boris Casoy foi demitido... Paulo Sérgio da Rádio Itatiaia foi demitido. Por quê? Pressão do governo. Então, naquele tempo, a pressão era grande também... Além da pressão que tinha da ditadura tinha a pressão econômica... (Jaime Gomide, Jornalista, p. 19).

A censura sofrida pela imprensa pode ser verificada também no depoimento de uma viúva:

[...] nós fomos pra Rádio Itatiaia e na época o rapaz (que era) locutor chamava-se Daniel. Eu escrevi uma folha de papel pedindo a ele encarecidamente que colocasse aquele papel no ar, pedindo a eles que não paralisassem o trabalho, como que eu iria provar na Justiça que o meu esposo era um operário, se eu não tivesse os documentos dele nas minhas mãos. O rapaz me disse que estava proibido de colocar qualquer papel, de tocar (no assunto Gameleira), a imprensa não podia falar (sobre a Tragédia)... (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 3-4).

A imprensa levou informações aos lares da capital e do interior, sendo que nos lugares mais distantes do estado, aonde não chegavam jornais nem a televisão, o veículo mais importante nesse trabalho foi o rádio, conforme se pode observar no depoimento de uma viúva que morava em Onça do Pitangui, povoado pertencente ao município de Pitangui:

Olha, eu lembro o seguinte: na quinta-feira, onze e cinquenta eu liguei o rádio... Quando foi na quinta-feira que eu liguei o rádio, aí estavam falando sobre o desabamento da Gameleira, que tinha morrido tanta gente. Aí eu já entrei em pânico[...] e desliguei o rádio. Eu queria ligar, mas não tinha coragem de ligar o rádio. Aí eu passei a mão no rádio e vim pra casa da minha tia que era bem longe. Veio eu e minha cunhada pra casa da minha tia e no caminho eles falaram assim que tinha tirado um (operário) todo esmagado, que só família podia identificar pelo anel de níquel que estava na mão esquerda (do morto). Aí eu endoidei, falei assim: 'É ele. Ele tinha um anel de níquel.' Aí, quando eu cheguei lá na casa da minha tia ela já estava de cama porque ela já tinha escutado tudo. Aí eu fiquei a noite inteirinha escutando o rádio. (Dona Raimunda Leão Morato, Viúva, p. 1-2).

A imprensa desempenhou funções de utilidade pública dentre elas o

encaminhamento de familiares das vítimas a postos de trabalho conforme relata uma viúva:

[...] na hora lá da entrevista eles deram serviço pra Expedito, Expedito estava com dezessete anos, eles deram serviço pra Expedito, não sei se você lembra duma casa de borracha que tinha na... (rua) Curitiba? (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 10).

Uma criança moradora na época da Tragédia no entorno relata o bombardeio de informações por meio da imprensa, na tarefa de divulgação da Tragédia:

[...] os meios de comunicação começaram... A divulgar durante e muito tempo ficaram divulgando... A gente ter esse tipo de informação e foi assim que a gente soube que tinha muita gente embaixo, que eles estavam na hora do almoço. Que eles ficaram mutilados, é... Muitos... Muitos mortos e... Aí assim, a gente via a dimensão do... Problema. Até então também pareceu uma coisa que tinha... Que tinha caído, que... Pra gente que era menino, a gente não fazia muita relação. Era mais curiosidade nossa de ver um acontecimento tão perto da minha casa. Então foi mais ou menos isso... E fomos saber que tinham muitos corpos, mais tarde, pelas notícias de televisão. (Rogério Ricaldoni, Morador do entorno, p. 4-5; 15).

Outra criança moradora do entorno à época discorre sobre as informações recebidas:

[...] tudo que [...] mexeu e que chamou atenção da população e que foi tão sofrido, acho que todo mundo naquela época sofreu muito isso. Ainda mais que os meios de comunicação falavam muito sobre um assunto, hoje tem vários assuntos que são polêmicos, inclusive internacionais, mas lá naquela época eu acho que devia ser uma coisa de que falaria sempre. (Denise Lemos Dias, Moradora do entorno, p. 8).

A imprensa também atuou na solicitação de máquinas e equipamentos necessários à operação de resgate segundo relato de um jornalista:

Porque as organizações de socorro, e eu volto a repetir, que eram baseadas principalmente no Corpo de Bombeiros e na Polícia Militar, entendiam que aquele trabalho da imprensa era muito importante porque através da imprensa se solicitava ajudas, ambulâncias, caminhões

d'água... É, (também) compressores de ar, porque era preciso injetar ar debaixo das vigas, que eram vigas enormes pra que existisse oxigênio ali embaixo na busca de sobreviventes e que este oxigênio pudesse salvar as vidas. Então esse trabalho que a imprensa fazia era muito importante e era reconhecido por aquelas equipes de profissionais de socorro que estavam ali. Mas na realidade, para se chegar ao local era muito difícil, quatro, cinco dias de absoluto tumulto naquela região, você não tinha naquela época essas facilidades como os helicópteros (com os quais) você poderia sobrevoar, poderia ter uma série de outras vantagens como a cobertura e até mesmo de informação para as equipes de resgate... (Dirceu Pereira de Araújo, p. 5).

Uma órfã salienta o importante papel da televisão para pressionar a retomada da operação de resgate dos corpos, uma vez que pelo menos dois corpos ainda estavam sob os escombros quando da primeira interrupção da operação de resgate:

Aí inclusive eu me lembro que faltava o meu pai e o pai de uma colega minha das Lojas Americanas também. O pai dela também não tinha sido achado. Aí, eu e minha mãe nós fomos à televisão, se não me engano na Itacolomi não me lembro bem, mas parece que foi a Itacolomi e aí eles recomçaram o trabalho então eles estava ali bem naquela parte que (ainda) estava em pé... (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 2).

Parte da memória de Belo Horizonte desapareceu junto com as imagens em movimento captadas durante anos, inclusive as da Tragédia da Gameleira, deixando grande lacuna no nosso trabalho no que tange a parte documental imagética do mesmo.

O desprezo pela memória, por parte de alguns veículos de comunicação pode ser verificado nos depoimentos de dois jornalistas:

[...] veja, a Itacolomi tinha um acervo maravilhoso de imagens, isso não foi guardado. Hoje seria uma coisa extraordinária. Não, não guardou mesmo, é porque não guardou é, não guardou. ... Na época alguém falou: "Ah, limpa esses cômodos aqui, tira essas coisas velhas daqui." Sem ver o que. Aquilo hoje poderia ser a grande memória de Belo Horizonte. (Dirceu Pereira Araújo, Jornalista, p. 11-12).

[...] eu cheguei no Palácio do Rádio, na Avenida Assis Chateaubriand é... Pra ficar bem claro isso, eu cheguei lá e o quê que aconteceu, quando eu entrei na redação? Ao lado da redação tinha uma sala dos seus vinte metros quadrados, uma sala boa porque ali as salas são todas boas, grandes. Essa sala era o arquivo de filmes. Então toda a história da

televisão estava ali, ora, um dos diretores da televisão e eu vou até citar o nome, Zé de Oliveira Vaz, que foi superintendente durante esse período e o Sérgio Prates que era diretor... Que era chefe da redação eles... Numa reunião o Zé Vaz falou assim: “Estou precisando de um espaço pra botar não sei o quê.” A idéia foi: “Ah, aqueles filmes tão enchendo espaço, lá. Ah, pra que!” Então quando eu entrei, na sala pra pedir um filme ao Gecildo... As prateleiras tinham sido retiradas, tinham milhares de filmes jogados no chão. Falei: Pô, mas o que vocês vão fazer com isso? “Ah não, nós vamos jogar esse trem fora, está enchendo o saco disso aqui.” Então a memória da televisão foi jogada fora não havia VT, a televisão não funcionava com foto, funcionava com slides e de vez em quando estes slides iam ao ar, mas slide é foto. Então a memória foi embora, acabou, não tem... Na TV Itacolomi, não existe memória... (Jaime Gomide, Jornalista, p. 3).

Mas, passados mais de trinta anos da Tragédia da Gameleira, a imprensa, hoje também chamada de mídia, ainda continua, contribuindo para o não esquecimento desse fato, conforme se verifica no depoimento de uma órfã: *“Então hoje eu vejo que realmente caiu no esquecimento. Ainda bem que existe a mídia que sempre, volta e meia está futucando (relembrando a Tragédia)...”*. (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 20).

A imprensa atuou intensamente desde os primeiros momentos da Tragédia da Gameleira até o fim da operação de resgate. A intensidade da cobertura da imprensa foi diminuindo gradativamente no decorrer desses trinta e seis anos passados da Tragédia da Gameleira.

As dificuldades técnicas encontradas pela imprensa, para veicular os fatos o mais rapidamente possível, foram enormes. À época não havia telefonia móvel, nem áudio. A locomoção no entorno do teatro de operações, e deste até às redações dos jornais, rádio e televisão, se fazia com muita dificuldade e consumindo muito tempo. A criatividade dos profissionais de imprensa foi marcante, e possibilitou assim as transmissões dos acontecimentos da Gameleira quase instantaneamente.

O país vivia o auge do regime militar, que impunha uma forte censura aos meios de comunicação. A obra desabada era do Estado, e esse pretendia dar o mínimo de visibilidade possível à Tragédia que em muito o comprometia.

A criatividade e as artimanhas utilizadas pelos jornalistas para driblar a

censura e veicular apelo, demandas e reivindicações dos familiares das vítimas, foi um traço marcante na atuação desses profissionais, ao colocar no ar apelos das viúvas da Gameleira clamando pela retomada do resgate na busca pelos corpos de seus maridos desaparecidos.

Em um ponto, todavia, a imprensa de Belo Horizonte, na sua maioria, cometeu uma ação no mínimo irresponsável em relação a preservação da memória factual da Tragédia da Gameleira, não guardando em seus arquivos as matérias veiculadas à época, outras jogando literalmente no lixo grande volume de filmes sobre a Tragédia.

É importante salientar o apoio da imprensa em lembrar a Tragédia da Gameleira ao longo desses anos, bem como a justiça não cumprida.

5.1.8 Poder Público: atendimento aos sobreviventes e aos familiares das vítimas

Trataremos nesse sub-capítulo sobre a atuação dos governantes e da justiça diante da Tragédia da Gameleira tendo como base a percepção dos atores sociais ouvidos nessa pesquisa.

O atendimento aos sobreviventes e aos familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira pelo poder público e pela construtora da obra aparece em breves relatos de alguns atores sociais sendo que a maioria dos entrevistados não apresenta em seus depoimentos lembranças relativas ao atendimento recebido.

O sobrevivente Jorge Maciel foi resgatado pelos bombeiros após permanecer “umas quatro horas” completamente soterrado pelos escombros. Em seguida foi levado para o Hospital Santa Rita onde foi atendido. Após o atendimento médico-hospitalar se dirige a pé e sozinho para sua residência no bairro Nova Gameleira que dista aproximadamente sete quilômetros do hospital e que se localiza numa região de trânsito intenso de veículos. Apesar de não ter

sofrido lesão física, como ele afirma, seu estado emocional exigia no mínimo alguém que o acompanhasse até sua residência. Vejamos seu relato:

[...] acho que não chegou a hora de ir. Aí a laje trincou e os bombeiros chegaram (e) me arrastaram depois (de) umas quatro horas lá que eu fiquei lá. Na média quatro horas, fui lá pro Santa Rita, fiquei no Santa Rita. Depois eu fui pra casa (pois) morava ali na Nova Gameleira. Cá do hospital mesmo eu fui embora, fui embora a pé, eu não tive assim lesão, fui embora a pé... (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 2; 18-20).

O senhor Antônio Sebastião, também sobrevivente, trabalhou com outros companheiros no canteiro de obras até o dia vinte e um de fevereiro quando pediu demissão. Esse trabalhador, já traumatizado com o desabamento, trabalhava a poucos metros do lugar onde seus colegas de trabalho soterrados estavam sendo resgatados. A dor da perda sentida por esses trabalhadores não foi considerada pela SERGEN, empresa em que trabalhavam. Esse fato revela a precariedade do atendimento aos sobreviventes da Tragédia da Gameleira. Vejamos a postura da SERGEN um dia após o desabamento, de acordo com um dos depoentes:

[...] no outro dia, todo mundo chegou lá meio imperraçado, não querendo trabalhar. Aí o engenheiro foi... Um engenheiro novo, que veio de outro lugar. Aí ele falou: “Ô, o negócio é o seguinte: a firma está passando por uma dificuldade, não pode mandar ninguém embora, então... Mas não pode pagar vocês a toa também, aí vão fazer o seguinte: “Quem... Tiver coragem vai ajudar tornar (a) escorar o resto todo, tornar (a) escorar o resto que não caiu e quem não tiver (coragem), não quiser escorar, vai limpar aquelas madeiras lá nos fundos (e) separar madeira uma peça prum lado, tábuas pro outro, é pau de escoramento pro outro, tirar os pregos das tábuas, aí agora o que... Não quiser fazer nada disso, quiser (ir) embora, pode ir pro escritório, que nós vamos acertar tudo.” Aí um bocado foi pro escritório, outros foram lá pros fundo arrancar prego, outros foram escorar o resto lá, mas eu fiquei lá porque eu falei: “Pro escritório eu não vou porque estava na experiência, sabe? Se eu for pro escritório eles podem não acertar nada comigo. Eu vou é arrancar prego também. Aí fui lá pra baixo, fiquei lá mais uns... Deve ter... Não fez vinte dias não porque caiu dia quatro eu fiquei até o dia vinte e... Uns quinze dias eu fiquei lá ainda. (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 12-13).

Um morador do entorno e funcionário do Parque da Gameleira comenta

que a construtora deu uma pequena assistência embora não a explicita:

Eles andaram dando assistência a algumas famílias, mas o pesado, no princípio, porque eles (se) machucaram, eles deram assistência, a empresa deu assistência. Pequena assistência, mas deu. (Luiz Leite dos Santos Roussin, Morador do entorno, p. 20).

Entidades como o Serviço Social do Comércio, SESC, Serviço Social da Indústria, SESI e Universidade Católica de Minas Geras, UCMG, elaboraram estudo sócio-econômico das famílias das vítimas para posteriores encaminhamentos. Uma assistente social fala da sua participação e das outras entidades envolvidas:

Não era sozinho do SESI não. Tem a LBA. (Legião Brasileira de Assistência)... Mas só depois, a LBA, porque e ainda nessa hora começaram a entrar mais ministérios, mais secretarias, aquele trem todo. Então restringia o trabalho à parte de estudo sócio econômico das famílias e posterior encaminhamento pro setor que daria prosseguimento... Nos setores que eu trabalhei diretamente, igual o setor que eu trabalhei SESI-SESC, quer dizer, que eu fui diretora de um Centro Social do SESC... Foi, naquele primeiro momento, nós socamos lá dentro, socamos mesmo, entramos com a cara e a coragem, mas pra nós podermos cadastrar essas famílias e tinha os grupos de assistentes sociais do SESI e da LBA. E a turma da Católica ajudou da Escola de Serviço Social da Universidade. Primeiro dia que eu cheguei lá estava aquela poeira enorme, aqueles barulhos das... Ambulâncias aquele trem todo, aquela resistência dos que tomavam conta da obra pra gente não entrar, tendo que (se) identificar falar tudo direitinho e... Resistência em informar, em fornecer informação, que foi um estrondo que se escutou pra todo lado. A Avenida Amazonas ali, ficou muito interditada, era uma dificuldade de entrar lá, a gente de modo geral conversava com as pessoas lá na rua, lá perto dava o endereço direitinho e falava assim: “A senhora vai procurar isso, vai procurar aquilo...” Não teve um trabalho consciente não. Agora lá nos postos de atendimento, sobretudo lá no Sarah Kubistcheck, tinha técnicos de todas as áreas, trabalhavam nessa parte sócio assistencial. [...] A preocupação maior era regularizar a situação jurídica das famílias, pra poder assegurar o benefício social... Agora pra nós naquela época era mais quantas viúvas, com quantos filhos, quantos em condição de trabalhar, quantas nós podemos arranjar um emprego, quantos nós não temos condições, quantos nós podemos mandar pro SENAI, pra fazer um curso... (Dona Nilda Soares, Assistente social).

Uma viúva aponta em uma fotografia a localização de uma repartição onde ela recebia alimentos no fim-de-semana. Essa repartição apontada coincide

com o local onde funcionava a LBA na época. Vejamos:

É, aqui... Nessa repartição aqui, abaixo de onde teve o acidente, abaixo do hospital aqui tinha uma espécie dum galpão que eles armaram lá... Onde ficavam os alimentos que todos mandavam pra gente... E a gente ia lá pegar nos fins de semana. (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 12).

O atendimento aos familiares das vítimas não foi assumindo pelo Governo, nem pela construtora da obra, deixando-os ao abandono, segundo um jornalista:

[...] e o tempo foi passando, o Governo não assumiu, a empreiteira que estava fazendo a obra não assumiu e até hoje tem gente aí que está sem condições, até sobrevivendo a gente não sabe como, mas sem ter tido nenhum tipo de assistência nem moral, nem financeira, nem de forma alguma, simplesmente esquecidos e abandonados. (Jaime Gomide, Jornalista, p. 9)

A advogada de defesa dos familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira aponta a omissão do Estado na fiscalização da execução da obra, como a principal culpa do poder público pelo desabamento e isso não isenta de culpa a construtora SERGEN pelos erros verificados no processo construtivo.

[...] a SERGEN é culpada? É. Mas... A SERGEN é culpada porque antes dela ser culpada, o Estado foi culpado porque não a fiscalizou... A SERGEN é culpada, é muito culpada, mas o Estado é tão culpado quanto. (Ana Advogada, p. 18).

A ganância política, a negligência e a irresponsabilidade são marcas da atuação do governo de Minas Gerais atingindo centenas de pessoas com a Tragédia da Gameleira, como nos relata uma órfã:

É ele tinha que inaugurar aquela obra. Por quê?... O Parque da Gameleira... Passou a ser a 'menina dos olhos' do Governador Israel Pinheiro, porque seria o maior, e mais moderno e sofisticado Parque de Exposições da América Latina. E ele ia deixar a marca dele, inaugurada, mas ele deixou a marca dele na vida de centenas de pessoas. Então pra mim o desabamento do Parque da Gameleira foi fruto de uma ganância política. De uma fome de poder, fome de (deixar) marca e de uma

negligência e irresponsabilidade do Governo de Minas Gerais que não tem tamanho! (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 6).

A negligência do Estado e a necessidade de dividendos políticos auferidos com a inauguração da obra são recorrentes nos depoimentos coletados:

Ele queria entregar a obra com o nome dele. Eu acho que queria ser um segundo Juscelino, eu acho que como Juscelino entregou Brasília... 5 anos em 50.... Não, 50 em cinco ele queria fazer parece que ele... Queria ser um segundo Juscelino na vida pública. O Estado fez negligência com a gente... E a minha mãe doente hoje e o Estado realmente não assumiu nada. Não teve assim... (consideração). (Ele) tem a obrigação de ressarcir pelo menos, já que perdemos um pai, pelo menos um pouco, tirar um pouco (Da nossa carência). Assim, ajudaria um pouco. (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 12- 20).

Um sobrevivente manifesta sua perplexidade e indignação com a postura adotada pelo Estado para com os familiares dos operários vitimados pela Tragédia da Gameleira.

[...] o poder público... Eu pelo menos, eu não sei se eles ajudaram, se eles tiveram influencia ou se não. Por que... O poder público nenhum não nos procurou, pra nada... Eu sei que meus amigos reclamam de que a família deles não recebeu até hoje, a gente vê estórias por aí, não sei por que isso, acho que... Primeira coisa que tinha que cuidar é de quem morreu da família de quem morreu, pois elas ficaram pra trás... A gente vê estória aí até hoje nas rádios, o processo está andando até hoje, quer dizer que o Estado eu acho que nesse ponto ele... Não teve grande ajuda pro povo, não... É eu acho que falhou. Por que... O pagamento, o dinheiro do Estado é do povo, o Estado não tem dinheiro... Eles gastam o que é da gente, mas não ajudam a gente. (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 19-20).

O envolvimento do poder público no caso da Tragédia da Gameleira se dá de forma precária e autoritária, conforme relata um jornalista:

[...] o poder público não se manifesta... Então naquele tempo era muito pior porque o poder público ele tinha o poder, ele achava que tinha o poder, como um todo. Então ele era autoritário e o quê que é um autoritário: 'Eu sou eu e ninguém mexe comigo.' Então o poder público ele, em nenhum momento se envolveu como deveria ter se envolvido. Tanto é verdade que até hoje o poder público não assumiu absolutamente nada em relação às vítimas. (Jaime Gomide, Jornalista, p. 15).

A busca de votos em troca de inauguração de obras e o não ressarcimento aos familiares das vítimas, por parte do Estado, é vergonhoso na opinião de uma moradora do entorno:

Dizem os engenheiros, os pedreiros que tem uma época (certa) pra serem tiradas as escoras. Jogar bastante água na laje, pra firmar bem e o governador querendo inaugurar de imediato. Pra... Fazer mais um cartaz, pra ele ganhar voto. É uma vergonha! Os políticos fazerem uma coisa dessas, é uma vergonha! Então, (ainda) mais aquilo ali, dizem que tem gente que não recebeu ainda, eu já ouvi falar... É eu acho que não foi por Niemeyer, eu acho que foi a ganância do governo,.. Queria apresentar número... Eu acho que aquilo foi mais, não foi o engenheiro que fez a planta, que fez o projeto, não. O erro ali foi do governo, de ganância para ganhar votos... A perícia que ele pôs lá, mas quem estava mandando era o governo. Alguém ia falar isso?" (Dona Clementina, Moradora do entorno, p. 2-4).

O descaso das autoridades no reconhecimento da dívida indenizatória, ora negando a dívida, ora afirmando que já pagou a todos, contribui em muito para aumentar a dor de viúvas e órfãos das vítimas da Tragédia da Gameleira. Um órfão faz um relato dramático das dificuldades vividas por sua família na busca por justiça:

[...] o que mais me decepcionou foi a falta de atenção dos órgãos que se dizem responsáveis e assim está até hoje, porque nós perdemos algo que não tem preço, não tem dinheiro que substitua ou que pague o que (se) perdeu e ninguém recebe nada. O governo fala que não deve nada, que pagou todo mundo, mas nós mesmos não recebemos nada, certo? E a gente vê (o) descaso das autoridades competentes no assunto, nesse assunto principalmente e assim simplesmente deixam todo mundo como (se) aquele fato não existisse e pra nós é claro que existe, porque ninguém está fazendo questão de dinheiro, de nada, quer apenas o que é nosso, por direito, que ainda não foi colocado em prática, não foi pago o que deve se pagar. Agora, em termos disso aí, nada substitui, nada nem dinheiro nenhum me tira "Ah, não, perdi o meu pai, mas eu recebi isso em dinheiro". Eu preferia ter o contrário, já que não pagou nada, devolva ele então! Ninguém vai devolver, já que não vai devolver, deveriam pagar o que devem. (Vanderlei Alves da Silva, Órfão, p. 5-6).

E a busca pela justiça se dá humilhantemente a pé, percorrendo longas distâncias, pois o dinheiro que possuíam naquele momento não alcançava pagar uma passagem de ônibus. Também o nível de consciência quanto à resolução do

embate entre vítimas e poder público se mostra muito insatisfatório:

[...] uma vez eu conversando com minha mãe aqui em casa falei assim: 'Ô mãe, vamos na casa do advogado o tal, Doutor Ademar' . Não me lembro do sobrenome, no momento. Então assim: 'Vamos, mas como é que gente vai? A gente não tem dinheiro para pagar a passagem até lá e de lá pra cá. Aí eu falei: 'Não, é muito fácil, a senhora vai de ônibus, a gente vai de ônibus até o centro, que até no centro teria o dinheiro pra poder pagar aquela passagem e do centro pra lá eu ponho a senhora no ônibus que eu sei onde é a casa dele e eu vou a pé até no Santo Antônio, porque ele mora no bairro Santo Antônio. E a senhora chega, a senhora deve chegar primeiro que eu, a senhora me espera e de lá pra cá a gente faz o mesmo percurso, vem a pé até no centro, do centro pra cá vem de ônibus. E aí foi que eu conversei com o Doutor Ademar, foi que ele reabriu o processo porque na época ele me informou que estava arquivado. Ele me levou no Fórum e me mostrou: 'Está arquivado.' Eu falei: 'Então o senhor vai reabrir o processo e ver o que tem que ser feito, fazer o que deve ser feito pra poder resolver isso. Pelo menos em termos de serviço de um advogado. A parte do advogado o senhor tem que me entregar pronta e parece que então está resolvido. Agora só falta o governo pagar, sinto informar que só falta o governo liberar o dinheiro para pagar o que deve. (Vanderlei Alves da Silva, Órfão, p. 7).

O descaso das autoridades para com as famílias das vítimas, não assumindo sua culpa, leva um órfão a pensar que o trabalho, às vezes, não vale a pena, melhor seria que seu pai estivesse à toa em casa ao invés de buscar o sustento da família no trabalho:

O que mais me incomodou é a mesma coisa que incomoda até hoje, é exatamente o descaso das autoridades competentes nesse assunto que se negam a assumir uma culpa que é totalmente deles. Porque o meu pai não estava fazendo nada além do que era não só a obrigação dele, que era trabalhar, enquanto também um direito de qualquer cidadão de bem, de qualquer cidadão honesto. Tira a vida no trabalho, mantém a vida com o trabalho. Meu pai estava no local de trabalho, trabalhando e, no entanto, foi vitimado dessa forma. E é, simplesmente, para as autoridades como se nada tivesse acontecido. Porque pra nós fez uma grande diferença. Melhor seria se ele estivesse ficado a toa que aí não teríamos nada pra receber, não teríamos nada com a Justiça, mas pelo menos ele estaria aí com a gente, também. No entanto o pensamento dele foi o quê, trabalhar pra sustentar a família, igual todos nós fazemos, mas infelizmente ele não teve tempo de criar todos (nós). (Vanderlei Alves da Silva, Órfão, p. 7).

A descrença com o poder público em virtude do não cumprimento de leis se manifesta no relato de uma assistente social:

É uma das coisas que revolta a gente, que a gente fica (revoltada)... Então nessa época de eleição que a gente fica escutando essas coisas todas no rádio, na televisão. Se compra um jornal, (a gente vê que) eles não preocupam com as pessoas, não. O povo todo é igualzinho, não mudou nada, não. Mas depois disso aí, quantas Tragédias nós já tivemos, o povo foi indenizado, todo mundo? Ou houve preocupação na recuperação mesmo, quer dizer, na readaptação. É muito bonito lá na lei, na vivência a gente não vê isso, não. (Dona Nilda Soares, Assistente Social, p. 2).

Uma viúva não acredita mais na possibilidade do Estado indenizá-los, pois com 79 anos de idade, e em muito deles lutando por justiça, declara não ter esperança em receber, embora na prática continue a sua luta:

E agora o mais importante, mais... Importante não, mais errado que eu acho é esse governo que bateu pé firme que já pagou (para) essas vítimas. Porque ele fala que já pagou as vítimas, sendo que... Ele não pagou nada, nem ele, nem os outros que estiveram antes dele. Então eu... Eu não tenho esperança que ele vai pagar isso não... (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 11).

Uma órfã se sente ultrajada e humilhada, ao acompanhar a audiência de julgamento do processo quando o advogado do Estado isenta o poder público de qualquer responsabilidade e o advogado da construtora diz que ela se sente divorciada de culpa:

Depois o advogado do Estado (teve a coragem de) isentar o Estado de qualquer responsabilidade e inclusive o advogado da SERGEN, ele usou uma expressão tão engraçada, ele disse que a SERGEN se sentia divorciada de qualquer culpa naquele acidente. Eu achei isso um deboche! Divorciada... Aí é muito... A Ana Lúcia não gosta que a gente vá as audiências porque é forte demais... E hoje o Estado, é o advogado do Estado que está dizendo que já prescreveu (o nosso direito). (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 20-27).

Na concepção de uma órfã, a providência real que o Estado deveria tomar em relação à Tragédia da Gameleira seria o reconhecimento publicamente da sua culpa:

[...] mas eu acho que a providência real que ele tinha que ter tomado ele não tomou até hoje. Que é reconhecer-se publicamente como responsável por essa Tragédia e a única forma que ele tem de reconhecer é pagando... As indenizações às famílias que ainda não

receberam nada, porque muitas famílias não receberam ainda nenhum centavo do Estado. (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 9).

Uma moradora do entorno, à época da Tragédia no entorno fala da negligência e do descompromisso do Poder Público assim:

[...] as vítimas ainda não foram indenizadas, realmente é uma sensação assim... Dessa coisa da negligência e do descompromisso das autoridades com... Os funcionários, com as pessoas que ficaram ali, as famílias que ficaram sem os parentes. E daqueles outros que ficaram mutilados... Então é uma sensação assim... Da incompetência mesmo... Do poder público em restituir essas pessoas, retribuir aí, de alguma forma... (Eliana Lemos Dias, Moradora do entorno, p. 7).

O Poder Público “lava suas mãos” tal qual Pilatos, deixando as vítimas da Tragédia da Gameleira no abandono conforme se verifica na dura realidade vivida por um casal de Contagem retratado no depoimento a seguir:

[...] são histórias muito tristes que eu ouvi e a última deve ter uns quatro meses. Foi uma das últimas (famílias) que não tinha estado (ainda) comigo. Se não me falha a memória... Há alguns meses atrás: Ele estava na cama e recebia a pensão do INPS somente. Eles viviam dessa pensão ele e a esposa e agora, por um motivo absurdo, como ele não está podendo recadastrar-se que ele está em cima da cama, absolutamente fora do ar, ele teve um derrame, está inconsciente, não pode se locomover, não pode se recadastrar, cortaram (então) a aposentadoria... Eles são de Contagem entraram com pedido pra que o juiz de Contagem determinasse que a esposa fosse curadora dele e o juiz não quer dar a sentença, dar nenhum tipo de decisão até que o inválido vá ao fórum pra que ele o veja. Eles não têm dinheiro pra levá-lo de ambulância e estão passando fome e a situação é essa. E o Estado... (Fazendo gestos batendo com as mãos expressando a omissão do Estado, como se o Estado estivesse lavando as mãos)... E o judiciário (Fazendo o mesmo gesto anterior) então é esse tipo de caso que eu escutei desse pessoal... (Ana Lúcia Moreira, Advogada, p. 24-26).

A ditadura militar deixou a dívida social da Tragédia da Gameleira como um legado para o Governo Civil que se sucedeu. Dívida essa não só com os familiares das vítimas, mas com a sociedade em geral. Isso se verifica no depoimento de uma órfã:

E eu acho que o Governo Civil tem... Uma grande dívida com a gente, com a sociedade de Belo Horizonte. Com todas essas famílias porque eu sempre considerei que essa Tragédia foi um legado da ditadura militar na nossa vida, onde as vidas não eram poupadas e... O direito a vida não era respeitado. Sem que fosse exigido qualquer reparo e isso, nem mesmo um reparo mínimo que seria... O direito à indenização. Tantas famílias ainda não foram indenizadas pelo poder público, como a minha, por exemplo. (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 5).

O Arcebispo Emérito de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo, considera a dívida da Tragédia da Gameleira como sendo insignificante para o Governo, mas muito significativa para os familiares das vítimas. Coloca-se à disposição para intermediar a questão junto ao Governador e alega que não ficaria bem consigo mesmo caso não o fizesse:

Então veja como isso se transborda principalmente para as famílias. E é uma história que não acaba, por que a gente sabe, você mesmo sabe disso, que ainda há pessoas que (não) receberam indenização. O Estado até hoje, quando tiver os dados que você possivelmente tem ou vai ter, eu gostaria de reabrir, não como político nada, mas eu faria isso, como se trata de uma coisa do Estado, ainda mais no certo que o Aécio vai ser reeleito, eu não ficaria bem comigo mesmo se eu não falasse isso com ele. Por que isso vai ser uma coisa insignificante, eu quero dar até um conselho pro governador; Não é coisa grande, em termos do governo... Mas é coisa muito grande em termos dessas famílias. (Dom Serafim Fernandes de Araújo, Arcebispo Emérito de Belo Horizonte, p. 4; 13-14).

O clamor por justiça permeia todos os depoimentos coletados e se encontra de forma expressiva no seguinte trecho:

[...] de tudo que me ficou é que tem que ser feito justiça e essa justiça é muito maior e muito mais importante do que o dinheiro em si que eles vão receber, embora pra muitos ele é inegavelmente importante. A gente não vai falar que não é, mas a sede de justiça é muito maior do que a vontade de receber essa indenização. (Ana Lúcia Moreira, Advogada, p. 26).

A postura adotada pelo poder público frente à Tragédia da Gameleira revolta os familiares das vítimas, a advogada, o arcebispo, enfim todos os atores sociais. O poder público resiste em pagar as indenizações desde o Governo Militar da época até os “Governos Democráticos” instaurados desde a década de 80 e que, até o momento, vem resistindo em pagar, recorrendo de todas as sentenças

que determinam o pagamento das indenizações. Os familiares das vítimas indignados demonstram descrença na justiça. Esse sentimento de ceticismo por parte dos familiares nos remete ao diálogo de Michel Foucault com Deleuze ao afirmar que detrás da aversão que “[...] o povo tem da justiça, dos juízes, dos tribunais, das prisões, não se deve apenas ver a idéia de outra justiça melhor e mais justa, mas antes de tudo ter a percepção de um ponto singular em que o poder se exerce em detrimento do povo.” (FOUCAULT, 1997, p. 73).

Em 1998, no Diário Oficial Minas Gerais (Caderno 1, na página 25) foi publicado um Projeto de Lei sob o nº. 1.667/98 tratando de indenizações irrisórias às vítimas da Tragédia da Gameleira em troca da retirada dos processos na justiça pelos mesmos. O Estado propunha os seguintes limites para a indenização:

- a) de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais), nos casos de lesão corporal de natureza grave ou permanente;
- b) de R\$15.000,00 (quinze mil reais) em caso de morte. A justificação contida no Projeto de Lei segue na íntegra:

Muito se tem debatido mas, na verdade, pouco se fez de objetivo para minimizar os sofrimentos e prejuízos causados pelo desabamento ocorrido em 1971 na Gameleira. Aquela catástrofe resultou em ferimentos e mortes, mas, mesmo assim, passados 27 anos, não houve qualquer indenização às vítimas ou a seus herdeiros, devido as controvérsias técnicas a respeito das causas geradoras do acidente.

A vergonhosa proposta de indenização contida no referido projeto foi mais uma humilhação a atingir os familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira, que lutam na Justiça há mais de 36 anos pelo pagamento das indenizações bem como do reconhecimento da culpa por parte do Estado.

5.1.9 Ausências e lacunas

A morte dos operários da Tragédia da Gameleira leva seus familiares ao enfrentamento de várias dificuldades porque, além da dor da perda de seus entes queridos, essas famílias perderam também o seu principal provedor.

Esses operários buscavam o sustento de suas famílias como trabalhadores da construção civil, enquanto suas esposas cuidavam dos filhos e da casa, lavando, passando, cozinhando e ainda prestando alguns serviços domésticos, geralmente lavando e passando roupas para fora esporadicamente, uma vez que suas tarefas domésticas consumiam muito tempo nos cuidados com a prole que, geralmente, não era pequena e era muito imatura.

A ausência desses trabalhadores vitimados impõe a essas famílias alterações profundas na busca pela sobrevivência, numa luta sem perspectivas a médio e longo prazo, batalhando pelo prato de comida diário, como se verifica no depoimento de uma órfã:

[...] o meu pai era na verdade a única fonte de sustentação da nossa família. Literalmente a única. E... Então só tinha uma irmã maior de idade, todos os outros eram dezessete, quinze, treze... Dez e cinco anos. Então a gente é como que se nunca mais fosse conseguir fazer mais nada. Como se nunca mais fosse conseguir... Se reerguer mesmo, porque não tinha casa própria, não tinha mais a renda... Do trabalho dele e tinha só o salário da minha irmã, que eu não sei quanto que era, mas que era muito pouco. E as coisas foram assim muito difíceis, muito, extremamente difíceis. A minha mãe nunca trabalhou fora... Era fazer pra comer mesmo. Porque não tinha perspectiva de casa própria... E foi tudo assim, foi uma vida muito limitada. É todo mundo sempre junto, mas materialmente... A nossa vida deu uma virada de cento e oitenta graus. Então aqui estava todo mundo ainda muito deslocado depois da migração recente. Então com a perda dele aí ficou todo mundo é... Sem chão mesmo... (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 10-11).

As dificuldades com moradia são uma constante nos depoimentos coletados. Os familiares das vítimas e os sobreviventes entrevistados eram migrantes, a maioria recém chegada a Belo Horizonte. Pagavam aluguel e o sonho de se desvencilhar do mesmo era recorrente na vida de todos, como se

observa nos depoimentos a seguir:

[...] quando eu fiquei viúva, esse lote que eu moro hoje eu comprei depois (de enviudar). Comprei em outubro do mesmo ano, mas eu pagava aluguel em dois comodozinhos que eram menores do que essa varanda que eu tenho hoje... Não tinha nada, você sabe o que é falar assim, nada, vezes nada outra vez. Nós tínhamos chegado aqui no dia dezesseis de fevereiro de setenta... Ele muito bem intencionado: "Quando eles me mandarem embora dessa firma, vou comprar nem que seja na vila, um lugar pra tirar você com os meninos do aluguel". Foi o que ficou gravado na minha cabeça, porque eu pensava assim... Parece que eu ficava ouvindo aquela voz dele: "Esse ano nós... assim que eles me mandarem embora, eu vou tirar vocês do aluguel". (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 2).

Mas era aluguel entendeu? A gente morava numa casa às vezes não dava conta de pagar aluguel direito, aí tinha que sair. Nós fomos morar com meu tio que morava numa igreja, num lugar praticamente no fundo da igreja. Mas assim, pela rigidez dessa igreja nem bola meu irmão de quatro anos podia jogar. Então a gente não podia ligar um rádio, não podia jogar bola, então a gente estava como que espremido. (Eny das Graças da Silva Rodrigues, Órfã, p. 22).

Para uma viúva, a morte de seu esposo foi como tirar o esteio de sua casa num desmoronamento como o da Gameleira e considera com peculiaridade que:

A Gameleira pra mim foi um "distorço" de vida... Um "distorço" da minha vida, porque, como diz, tirou... O esteio da minha casa, desmoronou a minha casa, do jeito que o prédio caiu lá. Minha casa, a minha casa caiu... Entendeu? Porque, como diz... Ele é que mantinha... Todas as coisas de casa, (era) muito trabalhador, muito... Cuidadoso com a família, não era (como) essas pessoas que vão jogar, que... Se envolvem com bebida, que a família estava pra lá. A família dele era muito importante pra ele. Então... Quando aconteceu isso comigo eu só não caí porque, como diz, Deus me segurou primeiramente, mas... Pela minha chegada aqui, (uma) pessoa estranha num lugar (onde não) sabe pra onde vai, o quê que se faz, o que você pensa? O que você acha que isso deve ser? Não é fácil, às vezes pro homem não é tão difícil, porque homem sai pra qui, vai praí, arruma uma mulher pra cuidar dos filhos... Saber que não tem onde por esses (meus) filhos, que ela tem que cuidar deles em tudo, até quando eles pegarem suas idades, que eles possam trabalhar, como aconteceu com os meus. Então... Foi uma... Como diz, foi uma Tragédia muito grande. (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 17-18).

O reflexo da ausência do pai e esposo na vida dos familiares de uma vítima é relatado pela mesma viúva assim:

[...] é muito difícil pra gente. Eu fiquei com esses meninos na época que nós estávamos na casa da minha cunhada, casa pequena, todo mundo dormia no chão. Como diz, nós éramos os últimos que deitávamos e os primeiro que levantávamos. E aí o quê que eu fiz, a Beth foi trabalhar lá no Barroca, na casa da... Dona Alice. Ela trabalhava na casa da dona Alice, (a partir de) uns doze anos que (era a idade dela) na época. A Glória, com dez (anos), eu mandei pra casa da minha irmã lá no... Vitória. Fiquei só com Eny, Wanderlei e o Expedito que vendia balas nos pontos de ônibus... Na rodoviária, porque ele vendia bala, (pois) não tinha serviço ainda. (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 10).

As dificuldades com moradia e alimentação para uma órfã que, sendo a filha mais velha e a única com emprego na família e recebendo pouco mais que o salário mínimo como comerciária, tinha que fazer frente às demandas materiais da família, constituindo uma prova incontestável das privações causadas pela ausência do provedor familiar, em virtude de sua morte na Tragédia da Gameleira:

[...] aí eu assumi a família. Aí, eu ganhava... Antigamente o salário mínimo, eu ganhava um salário e pouco. Dava pra gente fazer compra, pra eu vestir, vestia a Glória, minha outra irmã e o Vanderlei. Mas era assim muito difícil... Minha mãe tinha pensão (no valor de um) salário-mínimo. Aí pra gente pagar aluguel, era muito difícil pagar aluguel. Nós compramos um lote até bom na Vilas Reunidas. E mãe pagou prestação, nós não tínhamos como construir, lá onde ela mora hoje no Maria Goretti. Eram dois cômodos sem rebocar, sem luz. Um piso grosso, não tinha nada, simplesmente assim. Se chovesse a gente não molhava. Aí minha mãe propôs a um moço de pagar um lote bom pra ele ali na Nações Unidas ali perto... Da Cidade Nova em troca daquele lote lá onde ela está hoje. Aí a gente ficava ali, feito tatu, naquele trem lá sem rebocar, sem luz. É interessante que lá em Teófilo Otoni nós tínhamos uma vida assim razoável porque meu pai sempre foi homem muito trabalhador e muito preocupado com a família. Nos domingos a gente reunia na mesa, tinha um vinho e depois disso tudo ficou tudo difícil, porque sempre assim faltando dois (dias) pra eu receber meu pagamento, às vezes na minha casa não tinha mais almoço, não tinha comida. Porque minha mãe recebia e pagava a prestação do lote. Aí o dinheiro dava pra ela comprar um botijão de gás e pagar passagem. Aí a compra (de alimentos), os remédios eu bancava. (Eny das Graças Rodrigues da Silva, Órfã, p. 8-9).

A mesma órfã relata também as dificuldades e humilhações enfrentadas na busca de tratamento para irmão caçula, portador de epilepsia:

[...] é muito complicado, meu irmão tinha epilepsia. Muitas vezes... Todo mês ele tinha (crises de) epilepsia... A gente deitava, tentava deitar, dormia eu ele e minha mãe na (mesma) cama. Quando chegava do

trabalho e ele estava tendo ataque, às vezes eu pegava ele nos braços, quando agüentava, então eu e essa minha irmã Elza, a gente ia pela (rodovia) MG-5 nós cercávamos qualquer carro, a gente com ele nos braços cercava pra parar mesmo. Uma vez tinha um táxi que tinha até passageiros e a gente disse: “Não, nós vamos junto.” Já aconteceu de passageiro deixar até um dinheiro pra completar, pois nunca tínhamos dinheiro (suficiente). Aí depois eu falava assim: “Oh, não tenho dinheiro pra te pagar, não. Aí vou receber tal dia nas Lojas Americanas, você vai lá que eu te pago.” Então sempre os taxistas iam lá receber. E lá no hospital Pronto Socorro é diferente de hoje. Antigamente você tinha que pagar uma taxa. E uma vez eles te liberava, duas vezes... Mas todo mês a gente estava lá, chegou um dia que eu fiquei lá detida... (Eny das Graças Rodrigues da Silva, Órfã, p. 7-8).

A ausência do pai, cujo corpo fora identificado por meio de um pé de bota e da marmita que a filha lhe levara, pouco antes da Tragédia, sendo ela assim a última da família a vê-lo com vida, levou essa filha a se sentir atropelada na vida e a desentendimentos em casa:

Então aquilo ficou muito, muito, muito atropelado na mente da gente, você entendeu? O sentimento da gente, o quê significava ver aquele pé de bota e aquela marmita amassada? Eu fui, eu me senti assim tão atropelada na vida com 15 anos, tão atropelada que eu não sei, eu acho que eu não (trabalhei) muito assim os sentimentos. Tinha atitudes e me extravasava de outras formas, às vezes dando trabalho pra alguém, às vezes brigando dentro de casa... (Elza Alves Ribeiro, Órfã, p. 5-6).

Com a ausência dos maridos mortos na Tragédia, o papel desempenhado pelas viúvas na criação dos filhos foi muito significativo para os órfãos, mas ainda assim essa ausência paterna foi sentida pelos mesmos e é assim externada em alguns depoimentos:

Veio pra cidade a procura de uma coisa melhor pra ele, pra gente, pra família em geral e com o sacrifício da vida dele, às vezes a gente olha pra trás e vê a recordação. Eu, minha mãe, meu irmão, sem a pessoa dele, já criados assim... Não de qualquer maneira, porque minha mãe toda vida foi muito esforçada pra isso, mas às vezes a gente, por não ter um amparo paternal, a gente se sente assim um pouco deixado (de lado), falta uma pessoa... (Adílson Soares de Souza, Órfão, p. 1-2).

[...] foi ruim... Pros filhos tudo, principalmente pra mamãe. Porque ela ficou (viúva) muito nova, aí ela que ficou cuidando da gente. Ela foi pai e mãe ao mesmo tempo. Acho assim que ela foi uma mãe e um pai muito bons, porque nós fomos criados do jeitinho dela... Ah, foi muito ruim pra mim. Eu acho assim que meu pai fez muita falta. Fez muita falta. Eu...

Assim, eu não tenho muita lembrança dele Mas ele fez muita falta. Eu acho assim que se ele fosse vivo eu não teria casado (tão) nova, igual eu me casei. (Margarete Aparecida Morato, Órfã, p. 2-4).

A busca precoce por trabalho se torna imperativa na vida dos órfãos. São trabalhos variados que chegaram muito cedo na vida dessas crianças como de lavadora de roupa, empregada doméstica, camelô e os que haviam atingido a maioridade empregaram-se no comércio e na construção civil, aqueles que moravam na cidade, já os do meio rural, trabalhavam com lavoura e gado.

A trajetória de uma órfã, seus desafios e superações das limitações impostas pela morte do pai se dão pelo trabalho e educação exercidos com muita perseverança e dignidade. Ela chegou a concluir o ensino superior, como se verifica no longo trecho do depoimento:

[...] eu desejava... Ter um emprego que me desse condições... De um crescimento... Intelectual, espiritual e material. Então isso pra mim era ponto passivo, eu tinha que conseguir isso. Então eu decidi que eu ia desafiar a condição de vida material que eu tinha na época, mas que eu ia conquistar isso. Então... (percebo que) o emocional está muito entrelaçado com esse lado (material) da formação. Quando eu terminei o ensino fundamental, a oitava série, eu saí da casa da família que eu citei anteriormente. Aí eu fui pra minha casa e eu arranjei um emprego. Aí foi o meu primeiro emprego que foi na Elmo Calçados no setor de embrulhos. Porque eu não sabia fazer nada. Nunca tinha trabalhado na minha vida (seja) em comércio ou qualquer outra empresa. Aí eu comecei a trabalhar e estudar à noite, então foi o início da minha jornada de estudar à noite. Então o salário era muito pequeno e era necessário que eu dividisse isso com o sustento da minha casa também. É... (eu) fui caminhando. Aí quando... Eu terminei o ensino médio eu decidi que mesmo não sabendo exatamente como que eu ia fazer um curso superior, mas era uma coisa que eu não ia abrir mão na minha vida, porque era a única chance que eu teria de cumprir... O propósito que eu tinha feito pra mim (mesma). E eu fiz determinadas promessas pra mim na minha vida, e eu tenho tentado cumpri-las. Então fui no momento que (eu) terminei o ensino médio, fiz vestibular, passei e comecei fazer o curso superior. Foi muito difícil. Fazer matrícula, foi muito difícil pagar as mensalidades e eu estudei, parte pagando mensalidades, parte com crédito educativo e foi uma luta muito grande. Aí todo meu engajamento no tempo de faculdade. Uma coisa que pode ser assim... Surpreendente pra você agora, é que todo meu engajamento em movimento estudantil e... Naquelas questões todas de luta por uma sociedade melhor, de luta contra a ditadura, (pela) assembléia constituinte, aquela coisa toda, aquilo tudo pra mim tinha uma força extraordinariamente ligada com (a morte do) meu pai, extraordinariamente ligada. Primeiro, assim, a raiva que eu tinha de tê-lo perdido dentro de um regime daquele. Porque eu

costumo dizer que esse acidente... Foi a herança mais viva na minha vida do período da ditadura. Então, porque que eu relaciono esse acidente com a fase da ditadura militar? Porque a vida humana, mais uma vez, foi tratada sem nenhum valor. E aí no meu período de faculdade foi um período assim que... Eu costumo dizer que foi um período maravilhosamente difícil. Difícil do ponto de vista financeiro, (mas) muito rico com todo o processo de formação que eu tive, com todo o engajamento que eu tive em todos os movimentos. Aquilo me fez crescer muito e me fez criar uma consciência política e social de primeira ordem. E daí pra frente as coisas foram ficando (melhores), mais fáceis. É... Fui trocando, substituindo níveis de emprego. Fui melhorando os salários e fui conquistando algumas coisas... (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 14-15).

As dificuldades vividas pelos familiares com a ausência dos progenitores se traduzem em diversas esferas, tais como a material, a afetiva, a emocional alterando as rotas de vida. Uma órfã relata a uma advogada como a ausência do pai marcou a sua vida:

Olha, eu vi muita coisa triste... Veio a mãe e uma filha e eu então estava explicando o que ia ser feito é como é que estava o processo e todo o trâmite. Porque eu estava explicando... Não... Agora saiu a sentença de segunda instância. A decisão foi essa: vocês vão receber, vai demorar, mas vocês já ganharam em primeira instância, vocês vão ser indenizados, você vai ser compensada disso. Aí a filha olhou pra mim e disse: "Doutora, por mais dinheiro que eu ganhe, eles nunca vão me pagar eu ter crescido sem pai eu nunca pude levar meu pai na escola. 'Então eu lembro que todos os dias dos pais minhas amigas faziam presentes, lembrancinhas e eu nunca tive um pai pra dar. (as minhas lembrancinha) Isso nunca vão conseguir me pagar'. Eu tomei um choque, porque eu não tinha, até então, me atentado porque eu estava no afã do direito e eu ainda não tinha tido a sensibilidade, inclusive de olhar o outro lado... (Ana Lúcia Moreira, Advogada, p. 18-19).

Mesmo com todas as limitações materiais vividas por muitas famílias anteriormente à Tragédia, os familiares das vítimas relatam que foram felizes, antes de caírem no abismo do desabamento da Gameleira, como se observa no depoimento de uma órfã:

Então foi uma perda muito grande que nós tivemos. Perdemos um homem e um amigo. Pois é... É muito difícil falar disso. Se isso te ajuda no seu trabalho, ele era muito importante pra gente, faz muita falta. Pois é, nós éramos uma família muito feliz, demais da conta. Eu andava de bicicleta a noite, lá na rua, eu, como se diz, namorava no portão e meu pai em pé na porta. E era assim, era a vida, como se diz no tempo do

Roberto Carlos e Erasmo Carlos [...] As mini-saias, a gente tinha a mania de às vezes (usar) saia curta, sentava e ficava esticando, estica de um lado... E subia do outro... Ficava só esticando. Eu lembro que tinha um pai de uma colega minha que falava assim: "Pra que você está esticando a saia, se já está curta, deixa pra lá. Fica esticando pra quê?" Então foi um tempo que a gente curtiu. O Elvis Presley, curtiu o Roberto, curtiu a Vanusa, a Vanderleia. E a gente veio pra cá, sem saber que a gente estava vindo pra um abismo. (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 30-32).

A figura paterna, fonte de aforo emocional, principalmente para as jovens adolescentes, aparece como a grande ausência permeando os relatos dos familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira. Em função disso, a perspectiva da ausência está presente em muitos relatos. A continuação da vida mesmo com a falta do ente querido, do pai, do esposo, do amigo e do provedor traz à tona, uma nova realidade. Além das carências materiais a ausência da figura paterna protetora é bastante significativa para os órfãos, o que perpassa a maioria dos relatos.

A ausência do provedor leva os familiares a desenvolverem estratégias diversas para superarem as dificuldades e lacunas. As principais estratégias adotadas foram o trabalho doméstico, o trabalho infantil, a aquisição de terreno para construção de moradia, educação e trabalho dentre outras.

Um fato que agrediu profundamente as fases de desenvolvimento individual dos familiares das vítimas foi a constatação de que a única alternativa possível para a subsistência das mesmas seria a emancipação forçada de toda a família, na medida em que não podiam contar com as indenizações.

As viúvas, sobretudo, assumem e concentram as funções de pai e mãe, de sustento material e educacional da família. Elas abrem mão de viver sua condição de mulher para si, fazendo uma entrega total para a família evitando a desagregação da mesma.

5.1.10 Memórias traumáticas dos atingidos pela Tragédia

Os impactos negativos causados pela Tragédia da Gameleira na vida dos atores sociais são grandes e intensos, afetando cada um de modo particular e produzindo memórias traumáticas que geraram desde abandono dos estudos até a necessidade de tratamento psiquiátrico. Muitos relatam não poder mais ouvir barulho de sirene das ambulâncias ou mesmo de marteletes pneumáticos e barulhos de máquinas da construção civil. Outros tantos apresentam dificuldades em transitar pela Avenida Amazonas nas imediações onde ocorreu a Tragédia demonstrando que tanto sons como espaço são detonadores de processos rememorativos e traumáticos.

Não só os familiares das vítimas foram impactados pela Tragédia, mas também os trabalhadores envolvidos com o regate, os sobreviventes e os moradores do entorno.

As dificuldades observadas em muitos familiares das vítimas para falar da Tragédia da Gameleira, bem como de rever os espaços onde o fato ocorreu é recorrente em vários depoimentos:

[...] durante muitos anos... Quer dizer, nos primeiros anos... Nos primeiros tempos a gente só respirava isso. É como que se a vida... A mola propulsora da nossa vida fosse esse acidente. Depois, curiosamente, é como que se tivesse havido um pacto (entre nós) e ninguém mais falou e a gente não conseguia falar nesse acidente. Não conseguia lidar com absolutamente nada. (Ele ainda) era uma sombra muito grande. Muito forte pra todo mundo. Eu tenho certeza que pra todo mundo. (Como) eu falei pra você, ainda há pouco, informalmente, que se esse trabalho fosse há alguns anos atrás eu ia lamentar, mas eu... Pelo menos gravar a entrevista com certeza eu não teria condições de fazer isso. [...] Ainda é extremamente difícil tratar o (tema). Faz relativamente poucos anos que eu passei a ter condições de ver o processo que tramita no fórum. Ter o processo em mãos, ler, olhar tudo, acompanhar, eu ainda sou a única pessoa que faz isso. Ninguém (da família) nunca teve coragem de ir lá, de pegar, de ver. [...] O impacto direto na minha vida (foi) no campo emocional. Há hoje uma grande superação de muitos limites, de muitas barreiras. Eu já consigo falar. Talvez pudesse falar mais, mas pelo menos nesse nível eu já consigo abordar é... Uma lembrança. Eternamente afetuosa dele... (muito emocionada, chorando) Espera um pouquinho.

(choro demorado de uns dez minutos, aproximadamente). (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 12-13).

Ao ver as imagens da Tragédia que foram usadas no processo de rememoração dos depoentes uma órfã relata:

E o mau cheiro era demais, eles jogavam formol, mas não adiantava, o mau cheiro (era) terrível. Foi muito triste... É muito difícil e a gente ficava lá dia e noite. O pessoal veio de Teófilo Otoni pra cá, a casa cheia de gente, aquele tumulto, toda aquela agonia (pausa longa com murmúrio) parece que foi ontem... Eu me lembro de todas essas imagens... Eu fiquei muito tempo sem poder passar ali e depois que passou eu não passava (mais) na Avenida Amazonas, daquela esquina pra cima... Custei muito a conseguir passar... Toda vez que passava ali eu queria gritar, queria chorar... [...] É, é muito difícil... Ver isso pra mim é... Eu vou ter que tomar Rivotril¹¹. (Eny das Graças Rodrigues da Silva, Órfã, p. 16-19).

Um sobrevivente diz por que não foi mais à Gameleira: “Não, uma é que na época a gente estava meio contraído. [...] eu não entrei, porque eu nunca procurei ir lá...”. (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 14).

As dificuldades em transitar pelo local da Tragédia prosseguem no relato de um órfão: “Eu custei muito tempo pra poder passar naquele pedaço ali, de ônibus, ou mesmo a pé e olhar o lado de lá. Me custou muito tempo pra poder me acostumar com essa idéia.” (Vanderlei Alves da Silva, Órfão, p. 4).

Determinados sons como os de sirenes de ambulâncias, de marteleiros pneumáticos remetem muitos depoentes à Tragédia, tornando insuportável a convivência com esses sons. Uma órfã afirma ter trauma de ambulância até hoje:

É, até hoje eu tenho trauma de ambulância. Se eu estiver dormindo e (houver uma) ambulância zoando ou tiver helicóptero da polícia no ar eu não durmo... Levanto, abro porta e vou lá pra varanda, não consigo ficar dormindo com helicóptero rodando, sabe? (Eny das Graças Silva Rodrigues, Órfã, p. 4).

¹¹ Rivotril é um nome fantasia para o Clonazepam que é um tranqüilizante do grupo dos benzodiazepínicos. Tem efeito antiepilético, mas a sua principal função é o efeito tranqüilizante.

Para uma viúva torna-se difícil ouvir barulho de máquinas trabalhando na construção civil:

[...] até hoje quando eu passo num lugar que eles tão reformando uma rua, uma coisa assim, eu ainda coloco os dedos no ouvido pra eu não escutar aquele barulho de guindaste, (fechando ou ouvidos com os dedos) (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 6).

Uma assistente social que prestou serviços, à época do resgate, relata com humor seu medo de ambulâncias:

Outro dia eu passei mal, vomitei aqui na porta da minha casa e tudo, porque eu estou trabalhando nessa ONG e a polícia me busca e me traz, e eles têm que vir de sirene aberta, estavam com pressa, sei lá o quê que era e tinha uns presos lá atrás que eles iam entregar em Venda Nova. Quando eu cheguei aqui na porta de casa eu comecei a vomitar e passar mal, agora eles estão rindo de mim que eu estou com medo de ambulância. (Dona Nilda Soares, Assistente social)

Um morador do entorno relata os ruídos das máquinas guardados na sua memória:

[...] uma das coisas que guardei na memória (porque) a gente até uns pares de dias ou de meses a gente sentia o barulho das máquinas, aquele ruído das máquinas trabalhando, que eram muitas máquinas trabalhando. (Luiz Leite dos Santos Roussin, Morador do entorno, p. 14).

Distúrbios do sono afetaram o policial que trabalhou no resgate e uma sobrevivente:

[...] e eu passei a ter noites mal dormidas, assim, de eu acordar, na época (da Tragédia) [...] E aí de noite eu às vezes acordava gritando. É sobressaltado, não conseguia (mais) dormir, tomava susto, assustava todo mundo em casa. [...] Foi muito tempo, eu não me recordo quanto tempo que eu vivi essa situação, de dormir e me sentir dentro de lá (do teatro de operações)... (Antônio Viçoso Gerken, Capitão do Corpo de Bombeiros, p. 9).

Ah isso aí sem dúvida. A gente ficava... Com a cabeça meio quente, pensava, perdia a noite de sono por conta disso. (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 15).

Uma viúva relata que um policial, seu irmão que trabalhou no resgate,

tentando salvar o próprio cunhado, foi impactado sofrendo com danos neurológicos:

Mas ele não teve condição de trabalhar mais. Ele começou nas buscas, e depois que ele passou mal, desmaiou, ele foi pro hospital e ele não conseguiu mais fazer nada, lá no local, não... Esse meu irmão é de família, ele mora aqui no Camargos. Ele não conseguiu fazer mais nada. Ele ainda continuou na polícia [...], só que ele quis estudar e quis crescer, mas ele teve um descontrole (pois) apesar de muito inteligente que ele é, mas ele não conseguiu [...] Ele estava trabalhando e tentando estudar pra ver se seria... Um cabo, sargento, se ele conseguisse se graduar na polícia. Ele não conseguiu nada mais, (porque a Tragédia) atingiu a mente dele bastante, afetou muito na época. (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 9).

Moradores do entorno e familiares apontam a existência de danos neurológicos também em sobreviventes da Tragédia:

[...] outros aí estão machucados, outros ficaram meio (doidos) com o fato que viram, muitos ficaram doidos. Atacou o sistema nervoso, e a pessoa ficou inutilizada! Muitos ficaram inutilizados. (Luiz Leite dos Santos Roussin, Morador do entorno, p. 19).

Eu sei assim pessoas que trabalhavam lá e correram, não morreram, mas nunca mais (se recuperaram). Tem até um pessoal que vieram aqui, um dia, pra pegar o telefone do meu advogado... Eu não lembro mais aonde mora essa senhora, mas o marido dela nunca mais ele teve (saúde)... Ele ficou perturbado, tanto que pra ir receber o (pagamento), pra tudo alguém o leva, ele nunca ficou perfeito, ele não morreu, mas ele ficou desequilibrado completamente. (Elza de Soares de Souza, Viúva, p. 10). Ele andava e quando o sol estava muito quente ele começava a rodar. Tanto que (esse sobrevivente) tinha apelido de Zé Rodinha, porque ele começava a rodar, rodar, rodar, até cair. Dizem que ele foi indenizado há poucos meses... (Dona Clementina, Moradora do entorno, p. 2).

Um sobrevivente também discorre sobre danos neurológicos sofridos por seus companheiros de trabalho:

[...] muita gente perdeu até o sentido, (ficou) meio louco... Eu, graças a Deus, acho que a minha cabeça não foi, não chegou a tanto, não. Mas a gente fica abalado, abalado porque é muita perda num dia só... Numa hora, num dia não, numa hora. Ah, isso aí deve ter ficado na minha cabeça, mais ou menos, uns seis meses por aí. Uns seis meses pra mais porque quando a gente estava vendo falar naquilo, a gente estava só com aquilo martelando na cabeça. Passava um filme na cabeça da gente

(pausa média)... A gente preocupa... Eu mesmo, até hoje, eu me preocupo. Se eu vejo que tem um acidente, aí eu fico assim apavorado com aquilo muito tempo, num gosto de ver não... (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 16).

Familiares de vítimas são submetidos a tratamento psiquiátrico e apontam como causa a Tragédia da Gameleira como se verifica no depoimento de um órfão:

[...] ultimamente eu estou atravessando uma fase com problemas psiquiátricos. E... Certamente que tudo isso vem de uma... Desordem psíquica causada por esse tumulto aí no início da minha vida [...] Algo dentro de mim diz que... É como se... Eu tivesse morrido também [...] Uma dificuldade de sobrevivência muito grande, porque o fato te deixa muito só, deixa um vazio muito grande. Alguma coisa que você não conseguiu montar direito é um quebra-cabeça que tem uma peça que não existe mais pra eu colar. Me traz muito desse sentimento de ter tido arrancado de mim, alguma coisa, muito cedo [...] Tenho tomado medicações muito fortes [...] Isso travou o meu desenvolvimento completamente no aspecto social e familiar. Hoje eu não consigo me posicionar muito bem como pai, porque eu não tive (contato com o meu). Foi arrancado de mim, então hoje eu tenho até dificuldade nas intervenções que eu faço com meus filhos por que... Isso é um terror dentro de mim, é um pânico, um medo muito incrustado que eu não consigo me expor com palavras, mas que está muito bem... Está muito bem escondido... No inconsciente... (Adalmário de Souza Soares, Órfão, p. 3-5).

Um outro órfão identifica um lapso de memória em relação à lembrança do pai como se tivesse passado por uma lavagem cerebral:

[...] eu fiquei assim, totalmente, (como) você pegar uma pessoa e fazer (nela) uma lavagem cerebral. Você tira a memória daquela pessoa, você não esquece a pessoa, mas você fala assim: "Não, eu não tive a convivência com essa pessoa, eu não tive o prazer de ir à esquina com essa pessoa, de ir a algum lugar, apesar que eu sei que todo canto que ele ia, ele me levava, mas assim, onde eu fui, eu não me lembro. (Vanderlei Alves da Silva, Órfão, p. 5).

Alguns órfãos abandonaram a escola, embora tivessem um bom rendimento escolar até então, como se observa nos depoimentos seguintes:

[...] eu era muito boa de escola, eu não tinha problema de aprendizagem. Não que eu fosse assim, aquela aluna nota 10 em comportamento. Em

tudo não, mas nas notas, apesar de tudo que a gente viveu, eu cheguei lá e fiz uma boa prova. Aí cada professor que ia chegando (de cada) matéria, chegava e me entregava o material. Livros, cadernos. Veio aquilo tudo, aquilo tudo assim era muito pra mim. Tanto que eu parei de estudar naquele ano mesmo não estudei mais. Não quis saber e, assim, sofri muito tempo por não ter estudado porque eu amava a escola. E eu tinha, tinha meu projeto de formação, já sabia no quê que eu ia me formar, o que iria exercer. Eu era apaixonada com matemática, matemática era tudo pra mim. E aí joguei tudo pra lá, não aceitei nada, sabe, aquela bondade (com) que as pessoas (me) tratavam, aquela formalidade toda (com) que eles (me) tratavam, aquela compreensão, tudo, pra mim só tinha esse significado (de compaixão), mais nada. Só porque tinha acontecido isso com ele. De repente, realmente eu fui tola, podia ter aproveitado a oportunidade, mas eu não conseguia assimilar o que estava se passando, devido a tudo o que aconteceu... (Elza Alves Ribeiro, Órfã, p. 3).

[...] na verdade nunca consegui superar, nem sei se um dia vou conseguir isso. É ruim conviver com fantasma de tal tamanho que me assombra muito [...] A ausência paterna que me fazia buscar, por várias formas [...] em bebidas a ponto de deixar a escola (ao) invés de encontrar a saída eu aumentei mais o labirinto. Tornou-se mais escura a Belo Horizonte [...] eu sinto que eu seria uma pessoa muito melhor, eu seria um homem muito melhor se (o meu pai) estivesse aí... (Adalmário de Souza Soares, Órfão, p. 5).

A identificação dos corpos das vítimas pelos familiares impactou sobre maneira suas vidas. É bom lembrar que o resgate dos corpos durou aproximadamente trinta dias e que não se dispunha de exames de DNA naquela época, o que tornava imperativo que os familiares participassem da identificação dos corpos, via pertences usados pelas vítimas, quando da Tragédia.

Dona Maria Leal conta que os corpos que eram resgatados pareciam borra de sabão¹². O sofrimento experimentado no processo de identificação dos corpos é marcante nos depoimentos das viúvas:

[...] tinha tirado um (corpo) todo esmagado. Só a família podia identificá-lo pelo anel de níquel que estava na mão esquerda. Aí eu endoidei, falei assim: “É ele. Ele tinha um anel de níquel.” (Dona Raimunda Leão Morato, Viúva, p. 2).

[...] eles me trouxeram um pé de calçado, trouxeram um canivete com um isqueiro que estava no bolso, na roupa dele, um pedaço da calça, a cueca, pedaços de cada uma das roupas. Lavaram por lá, não sei aonde e trouxeram aqueles pedaços de panos e os objetos. Ele usava um chapéu, eles trouxeram aquilo pra gente ver se realmente era a pessoa da gente. Então foi feito assim o reconhecimento. Qual é essa esposa que não sabe o quê que o seu marido usava pra ir trabalhar? Por exemplo, par de calçado dele, um pé de atanado que ele usava na época, essa botina de couro, o calcanhar dela que era couro estava todo furado. Aí eu analisei comigo, eu olhei aquilo e pensei comigo: (chorando) “Se isso que é couro curtido está furado, está cortado, e carne humana? O quê que ficou? Nada!, só osso”. (chorando) (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 5).

Com a demora do resgate dos corpos, o reconhecimento dos mesmos ficou muito duvidoso para alguns familiares. Isso levou uma órfã a procurar o seu pai no rosto de moradores de rua:

Então, nisso a gente tinha esperança de que ele fosse encontrado (e aventávamos as seguintes hipóteses), porque ele perdeu a memória, porque ele não voltou pra casa, porque ele estava sem memória, porque ele tava morando nas ruas... Então sempre que eu via um mendigo, eu chegava perto e olhava. Isso era assim uma busca que a gente tinha nas ruas, (observando) as pessoas os moradores de rua. Esses mendigos, eu chegava perto deles e olhava. E... Aí eu hoje estava falando disso com minha colega que é por isso que a gente nunca falava: “Meu pai morreu”. Falava que meu pai desapareceu. Porque a gente não viu ele morto. Então cooperar com você pra lembrar é dolorido, mas eu sempre gostei de falar dele. Eu nunca deixei a imagem dele morrer dentro de mim, eu nunca esqueci dele. (Elza Soares Ribeiro, Viúva, p. 8).

¹² Borra de sabão são os resíduos de materiais utilizados na fabricação de sabão caseiro, tais como couro, ossos, cartilagem, víceras, gorduras velhas, etc, que quando cosido é peneirado. O líquido é misturado à soda cáustica ou diquada, para confeccionar o sabão. O sólido e pastoso retidos na peneira são a borra de sabão.

Os fatos de velar e enterrar permitem fechar um ciclo que nos levam a entender a separação, para a construção da saudade que leva ao esquecimento da perda.

Um sobrevivente relata a cena dramática que mais o impactou naquela Tragédia. Foi o fato de haver presenciado parte dos cérebros humanos de seus companheiros de trabalho, mexendo no chão, como se vivos estivessem:

Ah, o que mais me chocou foi aqueles miolos daqueles caras pulando lá no chão, parecendo assim que tinha um bicho dentro. [...] Nunca tinha visto miolo de cabeça de ninguém. Aquelas bolas, assim de miolo, tudo tremendo assim no chão. Aí eu fiquei... Aquele trem me deu um nervoso. Aí eu saí fora também logo, não quis ficar espiando muito não [...] Porque aquele trem dá um nervoso na gente, ver aquele trem sozinho mexendo lá no chão assim. Eu acho que na pancada abriu a cabeça duma vez. Saiu tudo então... O cérebro estava funcionando ainda. (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 19).

Um policial relata várias cenas dramáticas presenciadas por ele e a guarnição que comandava, o fato de não conseguirem se alimentar no dia em que testemunharam tais fatos. Ele ainda observa que quando lembrava desses fatos, tinha insônia e, mesmo sendo um policial treinado, não se sentia preparado para tal. Apresentamos a descrição de uma das cenas presenciadas:

E eu ali, naquela observação e vendo os... Corpos mesmo estacados pela estrutura. Teve uma fotografia, uma fotografia, foi até fotografado (por um) jornal, mas uma situação assim que me deixou (chocado) quando eu lembrava disso, perdía sono. O rosto... No meio dos escombros... [...] Um outro que [...] me marcou bastante [...] e eu me lembro perfeitamente que é (o fato de que) o pessoal chegou no quartel, tinha alimentação lá e ninguém queria (se) alimentar. Aquela alimentação que foi levada pra gente, quase ninguém conseguiu comer, porque a ... Tensão era muita grande e a gente viu muito sangue, muito... É igual eu falei, você não está preparado pra isso. (Antônio Viçoso Gerken, Capitão do Corpo de Bombeiros, p. 6; 8; 13).

Um sobrevivente se sentiu comprometido consigo mesmo, buscando transmitir aos companheiros pedreiros atuando em outros canteiros de obras o que viveu na Gameleira. Mesmo sendo difícil e doloroso repetir aquela história, percebe-se uma reação positiva no aspecto de melhorar a segurança do trabalho

nos canteiros onde ele atuou posteriormente:

[...] todo lugar que eu trabalhava todo mundo queria saber a história. Os colegas de serviço de outras firmas (solicitavam) e a gente tinha que repetir aquela história muitas vezes e era muito doído. Mas você tinha que falar [...] Nas obras que eu toquei, ninguém nunca se machucou, a gente sempre tinha muito cuidado porque a gente já tinha aquilo na cabeça: Não pode dar acidente... A gente está ali fazendo um andaime, como se diz, fazia um andaime em uma semana, pra trabalhar um dia. Minha tese era essa; tinha que se preocupar com a segurança... (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 17; 23).

Os impactos no emocional dos familiares das vítimas foram intensos, múltiplos e complexos, constituindo lembranças difíceis de *“não querer mais lembrar, sendo que acaba que o negócio não sai da cabeça”* segundo a viúva Dona Elza Soares de Souza. Havia rancores e fantasmas com que conviviam cotidianamente, mas também havia, às vezes o cheiro daquele ente querido que é sentido trinta e seis anos depois, como pode se verificar nos dois relatos que se seguem:

Eu tinha uma carga de rancor muito grande dentro de mim. É... Tudo advindo disso é aquela coisa assim que... Nossa! Se eu pudesse eu encontraria com cada (uma das) pessoas que foram responsáveis por aquilo. E principalmente a figura do governador, então todas essas figuras foram fantasmas na minha vida durante muitos anos. [...] É a primeira vez que eu externo assim, com tanta propriedade, determinados pontos. De muita intimidade emocional referente a isso, é a primeira vez. (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 15; 19).

[...] mas existe um dia na vida que às vezes a gente sente como você estivesse sentindo o cheiro daquela pessoa que você perdeu... Às vezes eu encontro uma pessoa que perdeu o marido eu falo assim: ‘Olha, pede muito a Deus pra te dar força, porque o tempo faz você viver, nós sobrevivemos...’ Só tem uma coisa, é uma dor que o tempo passa e imagina você que tem trinta e cinco anos que eu perdi o meu marido (e não o esqueço) (pausa média e se emocionando) (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 14).

Uma órfã migrante, mesmo vivendo trinta e cinco anos em Belo Horizonte após a perda do pai na Gameleira, não consegue se adaptar à cidade, não aprende a gostar de Belo Horizonte, mesmo tendo uma família constituída nessa cidade já com netos.

Durante a entrevista ela manifestou o desejo de “ir embora” e dois meses depois substituiu sua condição de migrante para emigrante, indo embora para a Europa em outubro de 2006:

[...] foi assim, muito difícil, muito difícil. Eu acho que isso assim afetou, todo mundo dentro de casa, cada um de um jeito. Eu morava num lugar que eu não gostava. Numa cidade que eu não aprendi a gostar [...] Eu fui assim totalmente atropelada. [...] A gente perdeu tudo isso, perdemos a direção na vida. (Chorando) Dois desabamentos (da Gameleira e da própria vida). (Elza Alves Ribeiro, Órfã, p. 6-7).

Os portadores de memórias traumáticas apresentam uma grande dificuldade em lembrar os choques violentos que vivenciaram nos primeiros tempos do trauma advindo da Tragédia da Gameleira. Há uma busca de apagamento das lembranças mais dolorosas e chocantes. O esquecimento das memórias traumáticas pode permitir que o trauma se torne saudade.

Em decorrência das memórias traumáticas os atores sociais da Tragédia da Gameleira foram acometidos de vários distúrbios. Destacamos os distúrbios emocionais, especialmente medo, fobias, tensão e sintomas depressivos. Os distúrbios comportamentais, especialmente a má adaptação social. Os distúrbios do sono, tais como dificuldade em dormir e/ou sono interrompido, despertar precoce e pesadelos. Vale ressaltarmos que muitas pessoas sentiram necessidade de mudar-se de Belo Horizonte, outras evitam passar nas imediações do local da Tragédia e outras ainda têm profunda intolerância ao sons de sirenes de ambulâncias e outros sons detonadores de suas memórias traumáticas.

A memória da Tragédia dentro de muitos lares foi, por muito tempo, um tema tabu, que fazia emergir uma dor insuportável e, apesar de ser sempre constante, ficava no lugar do não dito. A narrativa dessa memória para o processo investigativo dessa pesquisa possibilitou aos depoentes amenizar a dor do rememorar, fazendo com que esse processo se tornasse mais suave. Isso se deve, em muito, à esperança que os entrevistados relatam, de que esse trabalho seja um instrumento que possibilite um novo tratamento à Memória desse infeliz

episódio, na história da construção civil brasileira e na história de Belo Horizonte. Além disso, o pesquisador foi colocado por muitos sujeitos da pesquisa na condição de uma escuta interessada e respeitosa em relação aos seus depoimentos sobre a Tragédia da Gameleira.

5.1.11 Memorial: lembrar para ter o direito de esquecer

O ato de rememorar pressupõe lembrar e esquecer, processos que se inter-relacionam intimamente como as duas faces de uma mesma moeda.

Por mais doloroso que seja o processo de rememorar experiências trágicas vivenciadas, a práxis nos mostra os ganhos advindos desse processo, à medida que, ao partilhar suas dores e seus traumas, os indivíduos se sentem, pouco a pouco, mais aliviados, podendo mesmo chegar a esquecer.

A grande maioria dos atores sociais da Tragédia da Gameleira entrevistados nessa pesquisa aponta a necessidade de criação de um memorial da Tragédia da Gameleira por vários motivos.

É preciso que se saiba a verdade sobre os abusos cometidos no passado. O valor e a dignidade das vítimas são razões suficientes para que todos devamos responder por ele. (COETZEE, 2000).

O museu da memória em sua proliferação atual é produto de uma maneira de pensar e de prantear vítimas. Agora muitos povos vitimados desejam um museu da memória, um templo para abrigar uma narrativa de seus sofrimentos que seja abrangente. (SONTAG, 2003).

Um órfão clama emocionadamente por um memorial que seja enorme como a sua dor, onde pudesse chorar para fluir um pouco a dor da perda, onde pudesse tentar esquecer lembrando:

As pessoas que vão lá, porque aquele solo eles estão pisando, muito doloroso mesmo, pra mim, enquanto filho de um trabalhador que veio

tentar a sorte na cidade e encontrou a morte, e hoje sapateiam sobre seu sangue, é muito triste. Muito estranho, acho que deveria haver mesmo. Na mesma amplitude do hospital Sarah Kubitscheck, o máximo que ele poderia ter. Festas, festas não. E nunca deixar de faltar o memorial. Memorial. Um muro de lamentação mesmo, um local onde de repente estivesse lá... Como se vai no dia de Finados. Um terreno enorme, chora-se um pouco pra deixar fluir um pouco... Aquela pergunta que fica da criança quando o filho que não pôde conhecer o pai. (chorando) [...] Parece uma antítese, mas é uma realidade. Lembrar pra tentar esquecer. (Adalmário de Souza Soares, Órfão, p. 7).

O que sobrou do desabamento da Gameleira foi implodido e removido, não restando nenhuma marca concreta da Tragédia, o que contribuiu em muito para o processo de desconhecimento da mesma pela população da própria cidade. Os que hoje estão na faixa dos 40 anos e os que aqui chegaram após a Tragédia, não a conhecem.

O local recebeu novas construções para abrigar eventos como feiras, exposições e shows, onde as pessoas estão sempre de passagem, transformando assim “um lugar da memória” em um “não lugar”.

A tentativa do Estado de varrer a Tragédia da Gameleira da memória da cidade tem sido bem sucedida, deixando os familiares das vítimas indignados, e ao mesmo tempo, impotentes ante essa postura desumana do Estado.

Pode-se afirmar que grande parte da população de Belo Horizonte sequer tem conhecimento da amplitude da Tragédia da Gameleira como se verifica nos depoimentos de um órfão e de um jornalista:

Nos dias de hoje às vezes a gente passa e à memória da gente vem poeira. É que às vezes você lembra alguma coisa, ainda mais se a gente vê fotos, vê retratos, lê jornais, reportagens, às vezes alguém comenta: “Alguém recebeu, uma das mulheres da Gameleira vai receber.” Mas nada, nada, nada pode voltar a ser igual era. O Parque da Gameleira hoje tem um novo sentido, um sentido de festa, de alegria. Eu às vezes penso que a maior parte das pessoas que ali vão não sabem que aquilo ali é um lugar sujo de muito sangue, sangue de inocente, mas trabalhadores. Pessoas que deram a vida pra ver aquilo ali em pé. Às vezes a gente sente dor... Quando eu passo ali eu sinto orgulho em saber que o meu pai trabalhou naquilo. Como diz, era um peão, mas morreu trabalhando. (Adilson Soares de Souza, Órfão, p. 3).

A gente que participou dessa Tragédia de péssima memória fica até emocionado todas as vezes que nos lembramos do fato,

independentemente do tempo ter corrido, e de tudo isto, mas são fatos que não apagam nunca e que a gente tem que até incentivá-lo a continuar nesse trabalho. Devo congratular-me com você por ter se lembrando disso, de ter feito uma história, de recuperar a história que quase pouca gente dessa atual geração se lembra, daquilo que aconteceu, mesmo porque no local hoje tem lá o Expominas que sediou recentemente o encontro internacional do BID, isso tudo faz com que se apague passado das coisas. (Jaime Gomide, Jornalista)

Evitando assumir sua culpa pela Tragédia da Gameleira, o Estado não deixou nada no local que possa fazer alguém remeter à Tragédia. Uma órfã observa que o Estado não cultua a memória da Tragédia para não assumir a sua responsabilidade no acontecido:

É, eu acho que se compreende assim porque que não ficou nada (no local). É muito difícil pro poder público manter alguma coisa que dê um sentido, que traga uma lembrança concreta de uma irresponsabilidade (sua). E eu acho que o Governo Civil tem uma grande dívida com a gente, com a sociedade de Belo Horizonte. (A forma) como esse local está hoje eu até compreendo, do ponto de vista de impedir que a população diariamente veja alguma coisa que traga à lembrança uma irresponsabilidade (do Estado)... (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 5).

A cidade necessita de algo vivo para saber que a Tragédia da Gameleira existiu e esse algo vivo seria um memorial, segundo o Arcebispo Emérito de Belo Horizonte:

Eu acho que é coisa mais bonita de sair dessa pesquisa definitivamente é a indenização, é o pagamento da justiça, mas também agora se aquilo tivesse alguma coisa como um memorial, não é, um retrato, eu acho que deve ser alguma coisa mais viva pra dizer que isso existiu, nasceu do sofrimento muito grande, de algo que se pensou bonito, mas que deu esse desastre muito grande. Isso talvez seja vamos dizer assim, pra essa cidade seria digamos a melhor conclusão dessa pesquisa que você está fazendo. (Dom Serafim Fernandes de Araújo, Arcebispo Emérito de Belo Horizonte, p. 11-12).

Na Gameleira há espaço para animais que valem milhões, mas não há espaço para os homens, como relata um órfão, reafirmando a necessidade de um memorial:

[...] ali devia ter um memorial... (chorando) um memorial a cada vítima, um memorial. Nenhuma construção, nenhuma e nada poderia ter sido feito ali, (ainda chorando) além de um grande muro, no máximo um canteiro, com flores e cruzeiros, só. É um deboche da parte do governo, é um escárnio (para) com as pessoas, que boa parte da sociedade que estava ali e que hoje tem que passar por lá e ver a festa, a festa sobre os cadáveres. Muito errado, muito triste, eu particularmente quando passo ali me sinto muito mal [...] Hoje se expõe cavalos que valem um milhão, dois, em feira agropecuária. Mas se acha espaço pros animais, porque não há espaço pros homens? (Adalmário de Souza Soares, Órfão, p. 6-7).

A necessidade de guardar a memória da Tragédia da Gameleira, ainda que minimamente, é de grande importância como se verifica no depoimento de um sobrevivente:

Uai, eu acredito que lá hoje que é o Expominas devia ter lá ao... Menos um quadro lá, contando a história do que aconteceu há uns trinta e tantos anos atrás. [...] Eu acredito que devia ter... Quem salvou, quem não salvou, quem morreu, a Tragédia que teve, que hoje em dia tudo é festa. Teve lá aquela festa lá do Banco Mundial, foi uma festa enorme. A gente estava vendo as reportagens aí, uma despesa enorme que o governo estava fazendo lá. Está certo que o interesse também é do país. Não vou desmoralizar a festa, mas falar quem morreu, eu tenho certeza que ninguém falou. (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 25).

Por mais que o estado tente escamotear a Tragédia da Gameleira, não conseguirá nunca varrer-la da memória da cidade, apesar de que hoje essa memória seja subterrânea e duplamente periférica. Ela está sendo mantida na periferia da cidade para onde foi expulsa a maioria das famílias das vítimas e por grupos que não detém o poder.

Podemos afirmar que passados trinta e seis anos da Tragédia da Gameleira, ela permanece como uma memória subterrânea de um trauma coletivo, conforme Michel Pollack (1989).

Um órfão alerta da impossibilidade de se varrer a memória latente da Tragédia da Gameleira, uma vez que existe uma rede viva de familiares das vítimas, transmitindo-a oralmente, pois sabem que delas são os únicos depositários:

[...] mesmo depois que o Estado pague isso, esquecer essa coisa ninguém vai esquecer. Quem vive no meio das vítimas, como por exemplo, eu que sou filho de uma das vítimas. Eu vou esquecer como é que foi que eu perdi o meu pai? Será que o outro vai esquecer como é que perdeu ele perdeu o pai, o irmão, o filho? A mãe vai esquecer como é que perdeu um filho? Porque ali tinha muito pai de família. Cada um daqueles pais de família que estava ali tinha também seus próprios pais, seus irmãos, todo mundo. Sua família de primeiro grau, sua família constituída por ele próprio. Será que todo mundo vai esquecer? Então isso aí é uma história que não tem esquecimento, não tem jeito de se varrer da memória de ninguém. Não adianta o Governo querer, o Estado querer varrer isso da memória. Não consegue, não vai ter como! (Vanderlei Alves da Silva, Órfão, p. 10).

Uma outra órfã discorre sobre a necessidade de um memorial e explicita suas funções, inclusive a de aplacar um pouco a dor da perda. Aponta as causas da inexistência do mesmo, manifestando-se com disponibilidade para se somar a outros na luta pela construção de um memorial da Tragédia da Gameleira.

A criação do memorial teria a função de tornar público o fato de estar inacabado o processo de fazer justiça às vítimas e seus familiares.

[...] eu lamento demais, não vou àquele lugar e lamento. Não sei exatamente como está. Como que esse local está hoje eu compreendo do ponto de vista de deixar que a população é... Diariamente veja alguma coisa que traga a lembrança de uma irresponsabilidade, de uma prepotência daquelas. E acho que qualquer manifestação hoje, por parte das pessoas, de grupos, enfim... Qualquer manifestação que traga pra sociedade de Belo Horizonte o conhecimento do quê que aconteceu, a lembrança de uma Tragédia daquela, nem que seja pra criar mais coragem de se exigir mais segurança em todos os níveis de trabalho e pelas próprias pessoas que ficaram ali debaixo. Eu penso que eu não teria nenhuma iniciativa pra fazer isso não. É nenhuma iniciativa própria, não sei em qual dimensão que eu daria conta de ajudar, caso alguém tivesse, mas eu sei que eu participaria. E eu acho que, não sei se um monumento, não sei, o quê exatamente nesse momento pelo menos eu não consigo alcançar uma idéia, mas eu acho que era o mínimo que teria que acontecer. Quando eu penso que as vítimas do World Trade Center têm hoje um memorial, que as pessoas reconhecem (e visitam) ano a ano e reverenciam ano a ano as vítimas daquele atentado. É claro que é outra dimensão, mas eu estou falando em termos de uma sociedade ter em mente que aconteceu uma Tragédia e que ela não pode acontecer mais. Que uma (Tragédia) dessa forma não pode acontecer mais. Alguma coisa mais viva que traga essa (memória) que dê sentido pras pessoas. Então o desabamento do Parque da Gameleira ficou hoje como que um mito. Uma coisa assim que aconteceu como se não tivesse acontecido, com a morte aproximadamente de cem operários. Porque, na

verdade, não foram sessenta e quatro, cinqüenta, como uma fonte ou outra fala. Foi em média, um mínimo de cem pessoas que morreram ali. Isso não é pouca coisa, cem pessoas aí multiplicadas por uma média de cinco, seis por família. [...] não só é importante, mas eu considero essencial, eu acho que traria um certo conforto, pras pessoas, pras famílias. É no sentido de uma dimensão maior do papel deles ali (na Gameleira). Afinal eles estavam construindo o maior Parque de Exposições da América Latina. (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 5-6).

Preservar a memória de acontecimentos contribui para o conhecimento humano possibilitando aprender com as experiências, para que não se incorra nos mesmos erros. Um morador do entorno e um policial alertam sobre a importância da preservação da memória da Tragédia da Gameleira.

[...] eu penso que história é a experiência humana. Elas podem ser boas ou ruins, e a gente deve aprender com elas. Não podemos esquecê-las. E você está fazendo um levantamento da história do meu bairro e da minha cidade e a gente sabe que muita gente nem foi indenizada ainda [...]Então imagino que a experiência humana sendo colocada para que a gente possa aprender e no futuro não cometer os mesmos erros, vamos dizer assim [...] Então eu tenho uma vontade de preservar aquilo que aconteceu como conhecimento. É... Pra que não possa acontecer no futuro... (Rogério Ricaldoni, Morador do entorno, p. 20-21).

[...] eu acho que a memória, o estudo do passado, ela ajuda demais o futuro. O estudo do passado, presente e futuro, isso não se desliga? Eu costumo dizer o seguinte, a gente deve se preocupar com o presente, certo? Porque o futuro a Deus pertence, agora nunca se esquecendo do passado porque o passado ele nos traz experiência [...] E esse trabalho seu é histórico, é memória. E a gente tem que ter memória das coisas. Porque eu acho que em função do que aconteceu, a gente pode prevenir o quê poderia acontecer [...] um povo sem história é um povo sem alma. (voz embargada) (Antônio Viçoso Gerken, Coronel do Corpo de Bombeiros, p. 27-28).

A construção de um memorial constitui-se numa questão cívica e de honra segundo o Arcebispo Emérito de Belo Horizonte:

[...] isso é como educação cívica que terá um retorno muito grande pra todos nós [...] E de certa maneira (foi um) sacrifício. Aquela área, ali da Gameleira, que é hoje um modo de se mostrar Minas Gerais em todos os aspectos, devo dizer que houve um sacrifício ali. [...] Olha, a razão, o motivo pelo qual eu estou fazendo isso, ou seja, aflorar o sacrifício dos inocentes, daqueles que fizeram e que nós esquecemos de rememorar, pra mim talvez seja um instrumento bonito de poder colaborar com isso e sentir o que na verdade essa história, é uma história que nós estamos

rememorando, mas é uma história que se repete, em centenas de coisas iguais pelo estado de Minas Gerais e que a gente se esquece. É uma memória que faz brotar muitas e muitas memórias que deveriam ser rememoradas. [...] o problema do memorial é uma questão de honra... (Dom Serafim Fernandes de Araújo, Arcebispo Emérito de Belo Horizonte, p. 11-12).

Os atores sociais da Tragédia da Gameleira, em especial, os familiares das vítimas, apontam para a necessidade da construção de um Memorial no mesmo local da Tragédia, onde os mesmos possam reverenciar a memória dos seus entes queridos, possam “chorar para fluir um pouco a dor da perda”. Que sentidos buscar ali? Hardman (1988), acerca das Tragédias ocorridas na construção da estrada de ferro Madeira- Mamoré, nos alerta que:

Um estigma parece dominar os que sobrevivem à Tragédia. Retornam ao cenário e refazem o roteiro, mesmo que só imaginariamente, na esperança de agora, muito tempo depois, entender algo mais daquele mundo afastado. O personagem central de *O romance da Madeira-Mamoré* resume um certo romance que é de todos, inclusive do historiador de ofício. O espírito de aventura, único impulso imperecível, leva-o de volta à espaço-temporalidade da ferrovia diabólica, como “num álbum de fotografias [...]”. (HARDMAN, 1988, p. 164)

O Estado vem adotando medidas para varrer a Tragédia da Gameleira da memória da cidade deixando os familiares das vítimas indignados e ao mesmo tempo impotentes frente a essa postura desumana.

A faixa da população belo-horizontina que possui menos de 40 (quarenta) anos sequer tem conhecimento da Tragédia. Portanto, a cidade necessita de algo “vivo”, um memorial para preservar a memória da Tragédia da Gameleira.

5.1.12 Autonomia e cotidianidade

Revisitando a história do Brasil, descobre-se sua positividade porque

produz cultura, seja no sentido mais econômico de produzir para viver alimentando-se, seja no sentido ético de criar valores e técnicas, ou seja, enfim, no sentido político de tecer relações sociais e coletivas.

Contudo, para ver esse homem no trabalho, precisamos saber de que lugar se fala, quem fala e quem escuta, e talvez quem silencia. (LE VEN, 2001)

O cotidiano dos trabalhadores da construção civil constitui-se de uma pluralidade de fazeres atinentes ao mundo do trabalho e à prática de edificar, ocorrendo uma transferência de conhecimentos de forma generosa e intensa no interior dos canteiros de obras, uma vez que são quase inexistentes as escolas para a formação profissional desses trabalhadores.

Os canteiros de obras são *lócus* da aplicação de conhecimentos das técnicas de edificações. Os profissionais mais experientes são detentores e repassadores desse conhecimento aos mais jovens que se iniciam como serventes ou auxiliares. Esse saber é transmitido por meio da oralidade e da observação atenta do aprendiz as práticas desempenhadas pelos pedreiros, carpinteiros, bombeiros, armadores, pintores e etc. O canteiro de obra constitui-se em um espaço privilegiado da educação profissional não-formal.

A origem desses trabalhadores, na sua maioria migrante, suas moradias, geralmente construídas nos finais-de-semana, sua jornada de trabalho, sua alimentação, seu transporte, sua prole e seu lazer são elementos que compõem a cotidianidade desses trabalhadores que será tratada nesse sub-capítulo.

Nessa categoria de análise trataremos da cotidianidade desses trabalhadores que construíram o Pavilhão de Exposições da Gameleira, baseado nos depoimentos dos atores sociais da Tragédia da Gameleira.

A origem rural, a pouca escolaridade, o gosto pela profissão e a busca pela melhoria de vida de sua família faz com que esse trabalhador migre para grandes cidades, como podemos observar no depoimento de uma viúva:

Ele gostava de tudo que ele fosse fazer... Até trabalhar de pedreiro, ele gostava, se desligasse uma luz ele sabia controlar aquela fiação ali

também. De tudo ele fazia um pouquinho, e tudo que ele fazia ele fazia aquilo... Ele costumava dizer assim: "Tudo que a gente for fazer, se a gente fizer com carinho, a gente consegue fazer..." Então ele até gostava de trabalhar. Mas, tinha uma coisa com ele que como nós morávamos na roça, ele falava assim que... Nós tínhamos que vir pra cá pra (conseguir) aquilo que ele não conseguiu, ele queria dar aos nossos filhos. Ele não teve condição de estudar, mas (queria) que os meninos (tivessem)... Pra que eles não precisassem ficar aí, fazendo barro pra assentar tijolo igual ele fez, ele tinha que fazer, quer dizer, se ele pudesse ele teria melhorado as conseqüências... a posição de vida, mas como nós viemos pra cá... Nós chegamos aqui em um ano ele, morreu no seguinte, e ele já estava o que? Quando nós viemos pra cá ele já tinha mais de quarenta anos... Quer dizer que (ele) viveu a vida quase toda lá pra roça. O que ele aprendeu ler foi com meu sogro... Sabe que naquele tempo passado, muitos nem registrar os filhos não registravam? Então o que ele aprendeu ele aprendeu (com) as revistinhas de caipira, ele sabia ler e escrever e fazia conta, era muito inteligente, mas ele não teve um grau de escolaridade porque lá onde nós morávamos (não tinha escola)... O que eu sei ler... Meu pai pagou uma escola particular pra nós porque não tinha escola pública na época que eu era criança, na ocasião que eu tinha que estudar. (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 12).

A vida de migrantes sacrificada na busca de melhores condições para a família de um trabalhador é relatada por um órfão:

Mas a gente sabe que, no fundo, no fundo, ele fez o que tinha que ter feito, fez o papel de homem. Veio pra cidade a procura de uma coisa melhor pra ele, pra gente, pra família no geral e com o sacrifício da vida dele. (Adilson Soares de Souza, Órfão, p. 2).

O gosto pela profissão e a permanência na mesma pode ser observada no depoimento de uma órfã:

[...] foi a única profissão que eu conheci dele foi essa. Ele sempre trabalhou como pedreiro. Eu percebia que ele tinha muito orgulho de ver pronto o que ele fazia. Ele trabalhou em um colégio estadual de Teófilo Otoni e... Eu era muito criança, mas eu lembro de algum comentário dele nessa época, como se ele tivesse deixado a marca dele numa coisa importante da cidade, numa construção... (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 3-4).

A permanência na profissão também pode ser verificada no depoimento de um sobrevivente:

Eu sei que em um total de obras eu trabalhei... Só fichado, eu trabalhei... Trinta e um anos e meio. Fora os fichados, eu trabalhei mais uns cinco (anos). Eu trabalhei muito tempo em obra. (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 12).

Esses trabalhadores de mãos rústicas, desempenham inúmeras tarefas no canteiro de obras civis, como nos mostra Ferro (1982, p. 1) na obra *O Canteiro e o Desenho* que são apresentadas a seguir:

A areia, a pedra são descarregadas. Um servente as amontoa nos locais previstos do canteiro: um outro leva parte para o ajudante de pedreiro que junta água e cal ou cimento, trazidos do depósito por um ajudante diferente; um quarto despeja a argamassa em baldes ou carrinhos e a conduz ao pedreiro que coloca tijolos, faz um revestimento ou enche uma fôrma, seguido por seu ajudante que segura o vibrador ou recolhe o excesso caído. Em cima, o carpinteiro prepara outras fôrmas, com a madeira empilhada perto dele depois de encaminhamento semelhante ao da argamassa e percorrido por ajudantes e serventes próprios; o armador dobra as barras de ferro assistido do mesmo modo e, por todos os lados, pintores, marceneiros, eletricitas, encanadores, etc., sempre rodeados por ajudantes e serventes, constituem equipes numerosas, separada, especializadas, verticalizadas. Avançada divisão do trabalho e, em cada parcela, hierarquia detalhada. Pás, enxadas, desempenadeiras, colheres, prumos, níveis, esquadros, réguas, fios, serrotes, martelos, alicates, goivas, plainas, pincéis, rolos, espátulas, etc. Instrumentos simples, isolados adaptados às diversas operações, resultado lento aperfeiçoamento e diferenciação pra um uso preciso. Mais raramente, betoneiras, elevadores, guinchos, vibradores, serras- elétricas, etc. Sempre, entretanto, máquinas somente auxiliares nas tarefas pesadas; nenhuma operatriz que reúna os instrumentos particularizados.

No Brasil, segundo o mesmo autor, a produção civil é de típica manufatura serial. Simplesmente, na produção do espaço. A manufatura é móvel, não seus produtos.

Podemos perceber na citação acima a variedade de materiais, ferramentas e saberes utilizados pelos operários da construção civil.

Uma prática comum desses trabalhadores é continuar voltando em suas cidades de origem, o que lhes possibilitam, além de retornar à terra natal, rever amigos e parentes de tempos em tempos e partilhar sonhos e esperanças:

[...] a primeira eleição que houve no ano seguinte que nós chegamos aqui, em fevereiro, nós não tínhamos transferido o título. Fomos votar lá em casa, lá na nossa outra... Cidade, em Mutum e lá ele (marido) conversando com um amigo dele ele falou assim: "Rapaz, vou te falar. Lá (Belo Horizonte) é muito bom. Eu não tenho vontade de voltar, Lá pretendo conseguir melhorar a minha vida, comprar uma casa, porque aqui você sabe. Aqui é dos fazendeiros, é (de) quem tem muita terra, mas lá a gente consegue comprar um lote, construir uma casa e é da gente. (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 10).

Os trabalhadores da construção civil, geralmente vivem em vilas e aglomerados das periferias, levando-os a efetuar grandes deslocamentos da sua residência ao local de trabalho.

No caso dos trabalhadores da Gameleira, em função da ocupação urbana e com a existência de vilas e aglomerados próximos à região, como podemos observar nas fotos aéreas (FIG. 20 a 24) e no mapa 3 (FIG. 25), muitos moravam próximo ao trabalho. Isso lhes possibilitava trafegar a pé para o trabalho. Vale ressaltar que, em 1971, não existia vale-transporte e o trabalhador arcava totalmente com as despesas de transporte.

Essa proximidade da obra também permitia a alguns receber a marmita ainda quente na hora do almoço:

Elza levou almoço pra ele, que ele almoçava perto do muro, na avenida (Amazonas). Aí tem aquele muro que separa a avenida, a calçada e o muro. Ele sentava embaixo de um arvoredor, pra almoçar, bem longe, era uma distância como daqui até lá no muro (daqui de casa). Ele almoçava era... Na construção. Aí ele acabou de almoçar e saiu pra pegar um... Um maldito cigarro, lá na... Amazonas uns negócios dele lá que ficavam lá nesse cara, tem um buraco lá... Lá na pilastra. Aí ele foi lá pegar o cigarro, e nisso que ele vai pegar o cigarro, que ele vai saindo... Talvez se não tivesse ido lá pegar esse cigarro, ele tava aí. (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 9).

Aí a gente gasta mais ou menos uns 15 minutos, 20 minutos do local até onde a gente morava que é onde é a Via Expressa hoje, a gente morava por ali. (Elza Alves Ribeiro, Órfã, p. 1-2).

A marmita está no dia-a-dia dos trabalhadores da construção civil, geralmente cheia de comida de véspera, ou seja, o jantar da noite anterior, ou comida feita na madrugada do dia em que seria consumida. Para estas, há nos

canteiros de obra mecanismos para esquentá-las, sendo o mais comum uma chapa de lata ou aço, apoiada sobre alguns tijolos e com o resto de madeira da construção acende-se um fogo debaixo da chapa. Esta sustenta uma camada de areia de aproximadamente três centímetros e as marmitas são colocadas sobre a areia na chapa quente, minutos antes do horário de almoço:

Eu levava marmita todo dia e aí como eu carregava uma garrafa com café então eu andava sempre com a sacola nas costas e a gente almoçava sempre de fora do prédio porque tinha uma lata lá com areia que eles punham fogo e a gente punha a marmita lá pra esquentar. (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 6).

A jornada de trabalho começava às 7:00 horas indo até às 17:30, com intervalo para almoço das 11:00 horas ao meio-dia, de segunda a sexta-feira e o trabalho fora desses horários considerava-se como hora extra.

A grande maioria dos trabalhadores permanece no canteiro de obras no intervalo de almoço, ocupando esse tempo de diversas maneiras. Alguns deitam e dormem um pouco para fazer a sesta: “[...] no dia da Tragédia a gente estava almoçando. Foi na hora do almoço, eu tinha parado de almoçar, estava fazendo minha hora de almoço parado nos trilho de ferro...”. (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 2).

Outros trabalhadores, os mais jovens geralmente, jogam futebol, outros jogam baralho, sendo o truco o mais apreciado por eles:

[...] na hora do almoço, via de regra, os operários das empresas gostam muito de jogar futebol e jogar truco. Então eles almoçam depressa para ir brincar, fazer a hora. Então aqui debaixo (das vigas do pavilhão) tinha três times de futebol (dentro) do próprio espaço que era (tinha) uma sombra! (Estavam) quase todos (operários lá). Deveria ter um número muito pequeno que estava na outra parte almoçando ainda, aqueles retardatários. Porque a maioria, isso é muito comum nas firmas, eles comem depressa aquilo, como diz na gíria, engolem com os olhos e pelo nariz para ir correndo divertir. Isso é o lazer deles, então eles estavam ali debaixo jogando futebol, jogando truco... Então foi (quando) pegou esse número enorme de gente. (Luiz Leite dos Santos Roussin, Morador do entorno, p. 18-19).

As brincadeiras são constantes entre os trabalhadores da construção

civil e elas possuem alguns aspectos bem humorados, como podemos observar no depoimento de um sobrevivente:

Aí tinha um colega que... Ele sempre comprava fumo e... Fósforo na mão de um velho e aí quando faltava quinze pra meio-dia e nós estávamos cá na beira do muro aí ele falou assim: “Vamos marcar o cartão.” Eu falei: “Vamos”. Aí marcamos o cartão, aí ele (disse): “Já vou entrar ali que eu vou comprar um fumo do velho que vende ali.” E eu lá de baixo e o velho estava lá perto da roda que jogava baralho. Aí eu entrei junto com ele e falei com ele assim, mas brincando por sacanagem (rindo), brincando, peguei e falei assim: “Ô seu João, eu vou esperar o senhor ali na frente porque minha cabeça não vai agüentar escorar esse concreto aqui não...” (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 6).

As marmitas, quando são muito grandes, são chamadas de “Mineirão” pelos colegas de trabalho, nessa demonstração ímpar de bom humor. As lembranças de uma marmita que serviu para identificação do proprietário da mesma, vítima da Tragédia da Gameleira, encontra-se no relato de uma órfã:

Eu lembro! A pasta que eu levei que, inclusive acharam, é uma pastinha assim, mais ou menos do tamanho dessa foto, fazendo assim ó, aqui, fazendo assim, com uma alcinha, uma pasta verde. E a marmita dele era uma marmita bem grande, meu pai era bom de garfo. Era quase uma panelinha e a minha mãe tinha o hábito, de mandar muita comida porque ela gostava que ele comesse até sobrar. Nunca mandou (pouca) comida pra ele porque era serviço pesado, então, se à tarde ele chegasse com a marmita limpinha, ela pensava: “Então ele ficou com fome, a comida não foi suficiente pra ele”. Então a marmita dele era caprichada, essas marmitas maiores mesmo, de alumínio. (Elza Alves Ribeiro, Órfã, p. 2-3).

A marmita como objeto identificador do corpo de uma vítima também está na lembrança de uma viúva: “Era de alumínio, com tampa. Foi o garfo, a tampa, estava tudo lá. Ele terminou de almoçar e pôs o garfo dentro da marmita, tampou e pôs dentro da... Sacola.” (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 15).

A espera pela marmita e a serenidade de um trabalhador é relatada por uma órfã assim:

[...] eu mesma fiz o almoço e fui levar. Deixei meu irmão sozinho em casa, tranquei (a porta) e fui. Aí eu cheguei e ele estava lá me esperando. Uma cena assim que parou na minha mente. Ele estava ansioso porque já era 11 e 15, uma hora só de almoço e eu não chegava. Mas meu pai era muito ponderado com as coisas. Ele nunca esbravejava

com a gente, mesmo pra chamar atenção ou qualquer coisa, ele nunca perdia a linha. Era um homem de muita autoridade, ele não precisava brigar, ele não precisava gritar, não precisava de nada. Pra ele bastava olhar e acabou. Mas o meu pai tinha um olhar, ele tinha um olhar muito bondoso. Se ele fosse chamar nossa atenção, aí ele olhava assim, com muita bondade. Aí eu falei com ele assim: “Eu não vou demorar não que o Vanderlei está sozinho, o senhor desculpa eu ter atrasado”. Ele: “Não, tem importância não”. Foi lá e comprou um saco de laranja e me entregou. (Elza Alves Ribeiro, Órfã, p. 1-2).

O trabalho, na visão de um órfão, é direito de qualquer cidadão: “[...] o meu pai não estava fazendo nada além do que era não só a obrigação, que era trabalhando, quanto também um direito de qualquer cidadão de bem, de qualquer cidadão honesto.” (Vanderlei Alves da Silva, Órfão, p. 7).

A preocupação com um futuro mais seguro para si e para sua família, levou um trabalhador a permanecer na obra de construção do Pavilhão de Exposição da Gameleira, distante dos filhos e da esposa nos últimos dias de gravidez, bem como os laços de amizade construídos no seu trabalho são relatados por uma viúva:

Aí... Agora, lembrança dele... Eu lembro muito dele só no dia que ele foi, no domingo. Porque ele andou a casa toda... E lá é assim... Pra ir pegar o ônibus pra vir pra cá tinha que ir de... De cavalo (eu morava) perto de Pitangui. Aí ele pegou e eu falei assim: “Ô Antônio, vai, sô! Você vai perder o ônibus.” Eu estava inchada... Eu estava custando (a) andar. Aí ele pegou e falou assim: “Eu vou ficar só quinze dias, porque a vida da gente é tão curta ainda viver separado?!” Falou assim: “Eu vou trabalhar lá mais quinze dias.” Mas infelizmente não chegou nem os quinze dias. Dentro de três dias o prédio desabou. Mas acontece que Deus é Pai e eu agüentei tudo. Quando foi pra eu ganhar o Carlos Henrique, ele trabalhou no Rio de Janeiro com um senhor... Esse senhor era muito bom. (Ele) ficou sabendo da Tragédia e mandou falar comigo aqui em Belo Horizonte (que) quando (eu) fosse ganhar o neném, que era pra ficar lá na casa dele. Aí eu fiquei, no dia que eu passei mal já fui e fui pra casa dele e a mulher dele na hora que me levou no hospital falou com eles: “Tome cuidado, porque essa daí é uma das vítimas da Gameleira.” (Dona Raimunda Leão Morato, Viúva, p. 1-3).

A falta de autonomia dos operários da construção civil está intrinsicamente ligada à valorização da educação formal em detrimento da educação não-formal, possibilitando assim um distanciamento dos saberes; um construído na práxis pelos pedreiros, carpinteiros, armadores, bombeiros,

eletricistas e pintores e outro pelo saber dos técnicos e engenheiros, geralmente teóricos e livrescos aprendidos nas escolas.

Nesse abismo existente entre os trabalhadores em um mesmo canteiro de obras e que, portanto, constroem juntos uma edificação, reside o cerne da falta de autonomia dos operários.

Outros fatores colaboram para a falta de autonomia dos operários. Ressaltamos a baixa escolaridade desses como um fator inibidor da auto-estima e da comunicação na hierarquia da estrutura de produção no canteiro de obras.

A necessidade do emprego, como provedor da família, e a própria posição hierárquica de poder para tomada de decisões, são apontados por uma órfã como causas da falta de autonomia dos operários da Gameleira: *“Mas visto que ele não (era) encarregado nem nada, sempre mexeu como pedreiro novato que tinha medo de perder o emprego. Seis filhos lá dentro de casa esperando todo dia o pão...”*. (Eny das Graças Silva Rodrigues, *Órfã*, p. 10).

Um sobrevivente foi impedido de forma vexatória e humilhante de prestar informações aos parentes das vítimas da Tragédia. A falta de autonomia dele pode ser verificada por meio da reação do mesmo, abandonando o que fazia, sem dizer palavra:

[...] todo mundo queria informação do marido ou irmão que trabalhava lá e, se estava lá, mandavam a gente procurar. Aí os guardas tiraram a gente de lá de dentro, deixaram a gente na portaria e falaram: “Oh, não informa nada, você não sabe de nada, não viu nada, não informa nada não.” Aí cortou a informação que a gente ia lá... no relógio, olhava o cartão e via se a pessoa bateu o cartão aí informava pra pessoa, pro parente lá, mas os guardas cortaram. Então eu fiquei lá fora só mais uns quinze minutos, depois vim embora pra casa. (Antônio Sebastião dos Santos, *Sobrevivente*, p. 12-13).

O medo de perder o emprego levou os trabalhadores da Gameleira a se sentirem encolhidos sem autonomia, conforme relata um sobrevivente:

[...] uns ficavam com medo de (ser mandado) embora porque eram novatos de casa. Outros ficavam com medo de perder o serviço, porque, na época, de fato, o serviço era difícil demais. Quando a pessoa conseguia empregar, ela nem perguntava quanto era que ia pagar

também não. Arrumou serviço, ele não queria saber nem quanto ele ia receber não, então um bocado era medo de ficar desempregado, outros era medo de ir pro escritório, não queriam arriscar, mas com medo de ir pro escritório e a firma num acertar, às vezes era novato. Aí ficava assim encolhido num canto nem dava palpite pra trabalhar nem pra não trabalhar. (Antônio Sebastião dos Santos, Sobrevivente, p. 12-13).

A confiança no saber dos engenheiros leva o pedreiro a desconsiderar seu saber, a sua experiência:

[...] ele um dia falou assim que lá onde ele estava trabalhando, a obra estava com algumas trincas, aí eu falei assim: “Ah, mas...” Ele falou: “Não, dá pra continuar porque lá tem engenheiro, tem encarregados, se fosse uma coisa de ter que parar, eles não iriam deixar a gente trabalhando lá. (Elza Soares de Souza, Viúva, p. 7).

A confiança no saber dos engenheiros e superiores na hierarquia de produção, justifica a falta de autonomia do pedreiro conforme relato de um sobrevivente:

[...] teve uma parte que estava sendo retirada... e esse dia eu até me lembro, eles amarravam um punhado de escoras num cabo de aço e puxavam com o trator. Aí a gente acha que o peso cedia duma vez. Trator puxando aí várias escoras duma vez. Tudo pode (explodir) duma vez, mas a gente não tinha muita autonomia de falar nada porque a gente... Tinha mestre de obra, tinha (muitos) engenheiros adoidado. A gente só ouvia, e outra coisa a gente sentia também que a gente só remendava um canto assim duma viga, determinada uma viga que era tudo a vista, nós remendávamos o concreto a vista, no outro dia a gente via que a trinca aparecia (de novo) quer dizer que ela estava cedendo... Bom, a gente é meio leigo nisso aí porque a gente não estudou engenharia nem cálculo. (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 8-9).

A falta de autonomia de um pedreiro para fazer valer seus direitos, no caso, a classificação de pedreiro na carteira profissional que estava assinada como servente, embora trabalhasse como pedreiro, pode ser observada no relato de uma viúva que não conseguiu comprovar a profissão exercida pelo marido, vítima da Tragédia da Gameleira: *“Ele era pedreiro, mas ficou como se fosse um servente porque eles não classificaram a carteira dele pra mim, por mais que eu (tenha andado e corrido) atrás eles não fizeram...”*. (Elza Soares de Souza, Viúva,

p. 7).

Um pedreiro desconsidera seu saber, comparando-o a nada em relação ao saber dos engenheiros, demonstrando assim uma supervalorização do saber acadêmico e subestimando seu conhecimento de anos de trabalho prático na construção civil:

[...] eu tenho impressão que ali era um brejo e as estacas não foram suficientes na obra. Então, pra mim foi erro de cálculo, na minha opinião, que não sou calculista, não sou nada. Porque das três partes, só caiu uma e justamente porque a coluna abateu, uma sapata que abateu e a cortina saiu de cima do pilar aí que caiu uma parte. Eu acredito que foi erro de cálculo, mas isso aí é opinião minha. Só os técnicos que podem dizer. (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 9).

Um órfão relata que ajudou seu pai a construir uma casa, tendo nessa experiência, suas primeiras lições que o transformaria em pedreiro mais tarde:

[...] teve uma vez (que) ele pegou uma casa pra fazer, ele e um tio dele. Aí nós fomos ajudar, mas nós éramos meninos, era só amassar barro com pé, só pra fazer aqueles tijolos de barro... Adobo. (Antônio Otacílio Morato, Órfão, p. 4-5).

Para uma órfã, a condição de migrante e a precariedade material, dificultaram o próprio exercício da cidadania:

A minha vida se resume nessa música, (é) a música que realmente eu me identifico com ela, sabe? A música “Cidadão” realmente, o cidadão realmente não é levado em conta, sabe? Principalmente quem chega do interior igual a gente chegou do interior. Chegou do interior, não tinha moradia direito, não tinha às vezes sapato direito. A gente aprendeu a ter sapatos, coisas depois de já adulto, já trabalhando. Ter cama, [...] essas camas aí, olha, eu comprei, eu comecei a trabalhar em 76 na Loja Americana (e a) primeira coisa que eu fiz foi comprar as camas porque a gente não tinha cama e a gente tinha a nossa casa [...] Lembro, aquele (trecho da música) da criança com o pé no chão: “Tá vendo aquele edifício, moço? Eu também trabalhei lá...” Ixi! Como eu me confundi toda! É... Da igreja... Então a gente, se eu fosse fazer uma síntese da música toda, eu sei te descrever certinha a música. Porque Jesus Cristo fala com ele que ele construiu tudo e em muitas casas ele não pode entrar. E realmente é assim [...] O que vem na minha cabeça é exatamente é... O quanto que vidas são levadas, é, quer dizer, desconsideradas. Quantas pessoas são tratadas realmente como concreto. A gente tem visto isso e o sentimento que eu tenho é esse: são pessoas lá em cima que acham

que elas não têm sangue correndo nas veias, que eles não são humanos, sabe? (Elza Alves Ribeiro, Órfã, p. 10-12).

O abismo entre os dois saberes existentes dentro do canteiro de obras, saberes acadêmicos dos engenheiros e os saberes populares dos operários, não se interagem. Aliados a isso, a baixa auto-estima dos operários gerada pela baixa escolaridade, que inibe a comunicação destes na hierarquia da estrutura de produção do canteiro de obra, e a necessidade do emprego, são fatores que corroboram para a falta de autonomia dos operários da construção civil.

A falta de autonomia dos operários e a prepotência dos engenheiros colaboram para que os alertas feitos pelos operários do Pavilhão de Exposições da Gameleira não fossem considerados.

A origem rural, a condição de migrante, o desenraizamento, o apego à família e a generosidade na transmissão de seu saber são elementos marcantes na cotidianidade dos trabalhadores de construção civil.

A cerca do desenraizamento, que é a negação do enraizamento, Weil (1979) nos alerta que:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente. (WEIL, 1979, p. 347).

Os operários da construção civil, via de regra, são brincalhões e bem humorados. No intervalo do almoço descansam, jogam futebol, baralho. Carregam marmitta e são provedores da família.

5.1.13 Os narradores e a pesquisa

“[...] la narration est, en effet, une action empiriquement observable, ou l'on peut trouver dês *sujets* qui racontent et d'autres qui écoutent, des *formes* de narration, des *lieux*, des *occasions*, et ainsi de suite.” (JEDLOWSKI, 2000, p. 27).

Os atores sociais da Tragédia da Gameleira ouvidos nessa pesquisa, depositaram grande confiança na escuta do pesquisador, narrando suas lembranças da Tragédia com naturalidade, mas sem perder a emoção que a rememoração dos fatos lhes trazem. Confiam nesse trabalho a memória subterrânea de difícil partilhamento, inclusive no seio da própria família. Apesar da dor intensa sentida no processo de rememorar, demonstram grande orgulho em contribuir com esse trabalho como um exercício de superação da Tragédia na busca da liberdade para esquecer.

A reconstrução da memória da Tragédia da Gameleira é revestida de grande valia para que aqueles que não viram os fatos, conheçam o que aconteceu, segundo um morador do entorno:

Então foram fatos tremendos. Fatos tremendos... É um fato que você está fazendo uma boa coisa para a memória, (voz emocionada) deste fato, para amanhã ou depois as pessoas conhecer o que aconteceu. Isso é primoroso o que você está fazendo. Eu... A gente fica pensando que, por exemplo, eu, pra mim, não... Eu vi os fatos. Mas vêm os meus netos que não viram, outras pessoas que vão ler, vão ver. [...] É muito bonito isso, então você está de parabéns, (estudando) um fato desse para lembrar os outros de amanhã. (Luiz Leite dos Santos Roussin, Morador do Entorno, p. 6-7).

Um jornalista elogia o trabalho e ressalta a importância do mesmo para que os jovens e as gerações futuras tenham conhecimento do desabamento da Gameleira:

Primeiro lugar eu quero louvar o trabalho [...] esse seu trabalho é um trabalho que eu tenho certeza que vai aguçar no meio dos jovens, em primeiro lugar, uma emoção muito grande e eu até me emociono aqui em dizer essas palavras, de ver que naquela época, mesmo com tantos

sacrifícios, com tantas dificuldades de não ter os meios modernos de comunicação, as facilidades rápidas, a imprensa cumpriu seu papel, ela levou para milhares de... Lares de Minas, do Brasil e provavelmente isso foi mundo a fora aquele instante tão trágico pra Belo Horizonte... (Dirceu Pereira de Araújo, Jornalista, p. 14-15).

Um depoente considera importante aprender com o passado para prevenir no futuro, fazendo-se imperativo a preservação da memória:

[...] esse trabalho seu é histórico, é memória. E a gente tem que ter memória das coisas. Porque eu acho que em função do que aconteceu a gente pode prevenir o quê que pode acontecer [...] Então, eu acho que a memória, o estudo do passado, ela ajuda demais o futuro. O estudo do passado, presente e futuro, isso não se desliga... (Antônio Viçoso Gerken Junior, Capitão do Corpo de Bombeiros, p. 27-28).

Um sobrevivente justifica sua colaboração com a pesquisa por se sentir seguro de que a mesma não objetiva prejudicar ninguém e por considerar esse um trabalho bom e honesto, podendo servir de orientação para muita gente:

Uma entrevista não vai me custar nada, não vou falar mais nem menos do que eu sei, eu acredito que ele está fazendo as coisas não pra prejudicar ninguém, se não puder ajudar, mas prejudicar também eu acredito que não... Eu acredito que é um trabalho é... Bom, é um trabalho assim honesto e que vai talvez orientar muita gente, eu acredito... (Jorge Maciel da Silva, Sobrevivente, p. 24).

Um bombeiro se emociona ao lembrar que seu trabalho na Gameleira foi o mais difícil nos seus trinta anos no Corpo de Bombeiros, elogia a pesquisa e se sente honrado em contribuir com esse trabalho falando sobre o Corpo de Bombeiros:

[...] durante os trinta anos de bombeiro eu posso aquilatar aí que foi o serviço mais duro que nós fizemos, foi a Gameleira, eu até acho muito louvável esse trabalho do senhor, sabe? Ah, professor, falar de bombeiro (chora), falar de ideal... De bombeiro, eu gosto, gosto muito mesmo, podendo ajudar, falou que é de bombeiro eu ajudo mesmo, e tudo, tudo e tudo. (Antônio Abílio Souto da Silva, Capitão do Corpo de Bombeiros, p. 30; 42).

A importância da preservação da memória da Tragédia da Gameleira,

para que a mesma não caia no esquecimento, pode corroborar com os processos indenizatórios em andamento e ainda evitar que se repitam outras situações como a que ocorreu na Gameleira, como aponta a advogada das famílias das vítimas. Ela ressalta ainda a importância de dialogar com os resultados dessa pesquisa contribuindo e recebendo contribuição também.

Primeiro que eu sou uma pessoa cooperativa de natureza e segundo é (que) eu acho que existe uma troca de informações. Eu não vejo porque (não ajudar), eu estou sempre à disposição acho que é um caso que quanto mais se falar dele, menos se tem a possibilidade de se esquecer que é um caso que não pode ser esquecido isso também faz parte da justiça não se esquecer desse caso pra que, quem sabe, não se repita, embora a gente já sabe que andou se repetindo em outras coisas, mas que não se repita e... Porque acho que tem uma troca de informação nisso, eu tenho informações de algumas coisas, você tem informações de outras... (Ana Lúcia Moreira, Advogada, p. 21).

Uma viúva acredita que esse trabalho possa chegar ao conhecimento do governador do Estado de Minas Gerais, podendo ser um interlocutor de seus reclames por justiça junto ao mesmo. Ela afirma o seu desejo em colaborar com essa pesquisa por si mesma e pelo pesquisador, reconhece o árduo caminho percorrido na consecução desse trabalho e espera um bom resultado do mesmo e ressalta a importância desse em mostrar a quem não sabe, tudo o que se passou com a Tragédia da Gameleira:

Não, por que... Uma que você está precisando, outra que eu quero. Será que... Que isso vai valer pra esse governo olhar que a gente está... Tem esse direito ainda? Será que ele está esquecendo que ele já... Será que ele está achando que ele pagou, como ele fala que pagou? Será que ele está achando, será que isso vai... Vai valer esse depoimento meu, das outras... Outras que você tem? Tem feito, né? Vão vê o quê que vai dá. Eu espero que tenha... Que isso caia No conhecimento dele pela... Pela jornada que o senhor está fazendo pra colher os depoimento das pessoas que, como diz, tem é quanto? Trinta e seis anos, é... Fez trinta e seis anos e vamos ver até quando vai. Eu espero um bom resultado, eu espero um bom que, como diz, se não tiver bom resultado quê que vai adiantar você ficar caminhando tanto, se esforçando tanto e não ter aquele resultado firme que você está procurando, o objetivo que você está procurando. Então, minha esperança (é) que com essas entrevistas que você tem feito (tenha) um bom resultado. Não tinha nada com isso, quer dizer que o interesse seu de pôr aquilo... Pra mostrar pra... Quem

não sabe, conhecer e ver o... Que foi que a gente passou. (Dona Maria Leal da Silva, Viúva, p. 18-19).

Preservar a memória da Tragédia da Gameleira se torna relevante para um morador do entorno que manifesta satisfação em colaborar com um trabalho histórico, considerando esse revelador do que o poder público quis encobrir.

E você está fazendo um levantamento da história do meu bairro, da minha cidade e a gente sabe que muita gente nem foi indenizada, que nem aconteceram, que o poder quis encobrir e que você está agora colocando pra fora... (Rogério Ricaldoni, Morador do entorno, p. 20-21).

Um jornalista se sente honrado em poder colaborar com essa pesquisa apontando a importância da mesma para recuperar uma história que pouca gente conhece:

[...] independentemente de o tempo ter corrido, e de tudo isto, mas são fatos que não apagam nunca e que a gente tem que até é incentivá-lo a continuar nesse trabalho, congratular-me com você por ter se lembrando disso, de ter feito uma história, recuperar a história que quase pouca gente dessa atual geração se lembra do que aconteceu, mesmo porque no local hoje tem lá o Expominas que sediou recentemente o encontro internacional do BID, isso tudo faz com que apague o passado das coisas. Quero congratular com você... Como eu sou um cara ligado à memória, embora não tenha memória... Eu gosto muito de dar... informações... De ser procurado pelas pessoas que me fiz... Que vêm em mim. Por indicação ou de uma forma ou de outra, alguém capaz de dar algum testemunho do que se passou, então isto me deixa muito, muito honrado. Muito satisfeito, eu me sinto lisonjeado até de ser lembrado... Se lembram de mim significa que eu algum dia fui alguma coisa, então isso faz com que eu sempre tenha vontade de participar, de colaborar, de alguma forma ajudar. Não sei se eu estou ajudando, mas de qualquer forma valeu pra mim muito... (Jaime Gomide, Jornalista, p. 5)

Apesar do que aconteceu na Gameleira ter sido uma Tragédia, é importante resgatá-la como aponta uma moradora do entorno que sente satisfação em colaborar com a pesquisa e lamenta não poder fazer mais pela mesma:

[...] eu só sinto não ter memória mais é... Assim, conseguir puxar mais da memória porque eu acho que o trabalho que você está fazendo é maravilhoso, infelizmente o que eu pude é... Te ajudar foi muito pouco. É... Realmente um trabalho maravilhoso resgatar isso aí da nossa

memória, apesar de ser uma Tragédia. (Denise Lemos Dias, Moradora do entorno, p. 8).

Uma outra moradora do entorno se sentiu importante para a pesquisa, por ter vivido muito próxima dos fatos e ressalta as dificuldades que ela percebe na pesquisa de análise qualitativa e considera a abordagem relevante:

Porque você fazer um levantamento de sensações e da parte emocional. Do impacto dessa Tragédia não é um estudo comum assim que todo mundo faz. Acho que você escolheu uma vertente que demanda assim... A questão da História Oral, que é passada só de pessoa pra pessoa, então é... Imagino que é uma vertente, que você procurou um caminho de pesquisa assim que não é muito comum. Que se for pela coisa técnica, pelos números é muito mais fácil... Agora quando é um aspecto emocional assim, tem uma importância. Porque eu imagino que não deva ter tantas análises assim desse lado aí que você está pesquisando. Eu acho que é um fato que ficou marcado na vida da gente. Assim, quando criança, quer dizer, falava Gameleira, Parque da Gameleira, Tragédia da Gameleira, né? E... Eu sentia até uma importância assim, pra pesquisa como uma pessoa que tinha vivido muito próximo ali. (Eliane Dias Lemos, Moradora do entorno, p. 5-6).

Uma viúva reconhece a importância de seu depoimento para esse trabalho e demonstra como foi difícil fazê-lo, uma vez que não é de muito falar e nem gosta de lembrar as coisas da Gameleira, mas o fez:

[...] porque eu acho que essa entrevista você precisava fazer, então eu quis ajudar. Eu acho que pelo seu trabalho, você precisava fazer a entrevista, não custa nada a gente... Eu não sou muito de falar não, eu não gosto muito de lembrar as coisas, mas então é isso que eu acho que essa entrevista você precisava fazer, então eu quis estar ajudando. Você precisava e a gente tem que ajudar. (Dona Raimunda Leão Morato, Viúva, p. 9).

Uma órfã elogia essa pesquisa considerando de valia para muita gente e ressalta a importância da mesma para que outras viúvas possam mirar no exemplo de sua mãe que, apesar de todas as dificuldades, criou os filhos com amor e dignidade. Afirma ter colaborado com a pesquisa no intuito de:

[...] dar uma força, eu acho que esse trabalho seu vai ser muito bom pra muita gente, pra muitas mães que ficaram viúvas. E que... Fazer igual

minha mãe fez. Criar os filhos, dedicar a eles, porque tem muitos filhos aí que perde o pai, a mãe também fica descabeciada. Não faz mais nada, não cuida dos filhos, aí deixa eles viverem a vida deles lá, não dá um conselho, não dá nada. Aí os meninos fica tudo perdido também. Aí eu acho que isso aí gera uma força boa pra uma mãe que perdeu o marido. Fazer como mamãe fez assim, eu acho que é muito bom. (Margarete Aparecida Morato, Órfã, p. 4-5).

Uma assistente social aponta a preservação da memória da Tragédia da Gameleira como a grande contribuição dessa pesquisa, considerando que o brasileiro tem memória curta: “[...] eu acho que está contribuindo e muito (a pesquisa) porque o brasileiro, a gente fala isso, tem memória curta, não tem preocupação com o ontem, só quer o hoje...”. (Dona Nilda Soares, Assistente social, p. 3).

Um sobrevivente diz que nada em especial, o levou a colaborar com essa pesquisa e que as memórias que ele tem da Gameleira não tem valia pra ele, mas percebe que ainda tem valia para o pesquisador e se coloca a disposição para qualquer colaboração que dele se fizer necessário:

Se é o caso de serventia pra você... Pra mim, até que meu tempo está disponível mesmo então... De nada, se é... Uma valia pra você, pra mim isso não vale nada porque já passou, não importa mais pra mim, mas pra você ainda tem... Ainda tem validade. Qualquer colaboração pode me procurar aí. (Antônio Sebastião do Santos, Sobrevivente, p. 20).

Um órfão salienta a importância dessa pesquisa para ele, bem como para outros pesquisadores que poderão utilizá-la, uma vez que a mesma se constitui em um trabalho pioneiro e ressalta que sua família nunca foi procurada nesses trinta e seis anos por alguém fazendo um trabalho tão interessante como essa pesquisa. Vale ressaltar que sua família é muito procurada para dar entrevistas, geralmente nos aniversários da Tragédia da Gameleira:

É um marco providenciar uma assistência total da parte do poder público, de quem quer que seja ao seu trabalho. Posso até deixar claro que nunca nesse (tempo) todo... Eu tenho quase quarenta anos, trinta e cinco sem o meu pai, ninguém nunca nos procurou com um trabalho tão bacana como esse seu, eu gostaria de dizer que... Que seja atendido todas petições e nada a negar. (É de importância) imensa. Uma grande importância não

só pra mim, enquanto órfão de uma vítima da Gameleira, como vai ser assim, vai ser uma abertura pra outros pesquisadores também fazerem seus trabalhos. Você deu um passo inicial sobre a minha ótica, mas que certamente tem grande valia pra mim, de tal forma que... De tal forma que eu acho isso. Então é um trabalho extremamente importante. (Adalmário de Souza Soares, Órfão, p. 7-8).

Um outro órfão se sente muito honrado em colaborar com essa pesquisa, elogia a iniciativa de se fazer um trabalho sobre a Tragédia da Gameleira, considerando o mesmo muito importante, uma vez que o próprio país desconhece a Tragédia. Ressalta a importância desse trabalho para as futuras gerações e os futuros engenheiros. Reconhece as dificuldades vividas por ele no ato de rememorar a Tragédia da Gameleira, considerando que relembra-la é vivê-la duas vezes:

Nesse tempinho que a gente está aqui sentado, a única coisa que eu consegui pedir foi a Deus força agora pra esse momento... Você me perguntou uma coisa muito difícil, me pegou totalmente despreparado pra isso. A gente fica assim muito abalado. Eu, pra lhe ser sincero, a gente é muito fraco, infelizmente a gente tem essa fraqueza. Eu estava esperando uma parte totalmente política da sua parte, não estava aguardando esse tipo de reportagem de forma alguma. Está sendo gravado, mas caso você quiser cortar, me pegar um outro dia, não tem problema, eu me coloco inteiro a disposição, porque aí a gente faz pelo menos numa situação melhor. Você me pegou desprevenido demais. A minha pequena avaliação de ter assim... Não estar nem preparado pra isso, a gente se sente honrado em saber que depois de tantos anos alguém ainda luta em prol de muita coisa que às vezes o próprio país desconhece. É um trabalho de super importância, não pra aqueles que são vítimas, porque às vezes a gente recorda muita coisa, mas pra aqueles que... Pra geração de agora, principalmente futuros engenheiros que ao fazer as coisas faça com perfeição e amor para que não aconteça nunca mais o que aconteceu ali na Gameleira. Parque Bolivar de Andrade. Está de parabéns, Libério, seu trabalho me pegou desprevenido, (emocionado) mas me fez viver. Muito bom, Deus continua te abençoando, meu filho, e te dando força (suspiro) porque encarar o passado é viver ele duas vez, que tu está fazendo isso. Muito bom, Deus te abençoa. (Adilson Soares de Souza, Órfão, p. 1-3).

Uma viúva adquire confiança em mim como pesquisador e na pesquisa, acreditando na possibilidade desse trabalho contribuir para desenrolar o processo indenizatório dos familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira, que tramita na Justiça até hoje. Ela incentiva e motiva os órfãos dessa família a colaborar com

essa pesquisa no que lhes for possível:

Eu acho bem viável, inclusive, quando você começou com esse trabalho com a Beth, eu até conversei com a minha mãe: “Ô mãe, esse amigo da Beth e tal”, na época a gente não se conhecia “é... está falando sobre esse assunto e tal, qual que é o fundamento desse assunto dele e tal, esse interesse dele nesse assunto assim diretamente?” Ela falou: “Ele está mexendo exatamente pra poder ver se consegue dá uma força pra desenrolar isso e, na medida do possível o mais rápido”. Aí: “Então está bom, vamos ver o quê que ele pode ser feito, o quê que ele vai fazer e, no que depender de cada um de nós, a gente deve colaborar com ele, vamos dar uma força sim.” E eu acho uma boa essa, esse seu trabalho, Libério, porque, principalmente se você levar esse trabalho não só à frente quanto também ao conhecimento de autoridades igual o próprio Governador. Quem sabe assim a gente consegue solucionar isso? (Vanderlei Alves da Silva, Órfão, p. 8).

A visibilidade que esse trabalho dará à Tragédia da Gameleira é apontada por uma órfã como de muita importância para a sensibilização da sociedade em geral para esse acontecimento. Ressalta a necessidade de falar do seu pai e da Tragédia como exercício de superação da mesma:

Ah, pois é... Aí nesse sentido a gente espera também, Libério, que quem sabe? O seu trabalho possa assim sensibilizar pessoas assim igual você. (Resolver) o desfecho desse processo que ainda está até hoje sem resolver. Minha mãe já está aí com quase 80 anos. Quanto tempo já passou e quem sabe isso também sensibilize as pessoas? Igual quando meus meninos estavam estudando na Escola Tabajara, a escola pré-moldada. Então a caixa d'água que era mais alta que escola estava tombando. Aí teve lá, (uma reunião de pais) porques aí eles suspendiam as aulas pra elas virem pra casa e a caixa estava caindo, sabe? E se caísse em cima da escola? Ia esmagar, ia desabar a escola também. Aí teve lá conferência, eu sei, o engenheiro foi lá deu alvará que não ia cair, que a escola estava segura, que não sei o que lá mais. Aí eu fui lá e falei a mesma coisa que aconteceu no desabamento da Gameleira, que os engenheiros falaram que não ia cair, que não tinha perigo, entendeu? Então eu fui lá e falei que, tirei meus meninos de lá, sabe? Evitei até passar na frente da escola. Tirei meus meninos da escola, tirei meus meninos de lá. Então quem sabe o seu trabalho possa sensibilizar pessoas, profissionais? Que zelem mais pelas vidas das pessoas quando estiverem pensando em qualquer construção. Que não faça sabotagem igual foi na Gameleira, igual foi naqueles prédios do Rio de Janeiro que foi falado. Quem sabe também possa sensibilizar profissionais da área, saber que muitas vidas às vezes se perdem, quantas famílias são desfeitas também, nesse sentido. Quantas famílias desabam também como você. Há, sempre acontece um segundo desabamento. (Um) desmoronamento na vida de uma pessoa. Quantas pessoas ficam desestruturadas na vida por isso, quem sabe também vai ser um trabalho

apresentado pra muitas pessoas? Então é isso é que eu queria falar. Além da vontade de falar do meu pai, também tem essa questão, essa mensagem de sensibilizar pessoas. Que atrás de cada trabalhador tem tantos filhos ainda pequenos, em formação ainda. Quantas vidas em formação ainda dependem daquela pessoa que estava trabalhando? E às vezes tem a vida dele interrompida, não é mesmo? (Elza Alves Ribeiro, Órfã, p. 9).

A mudança no estado de espírito de uma órfã se dá quando ela começa a prestar seu depoimento sobre a Tragédia:

É... ainda a pouco a gente falava de outras coisas e ria, brincava e eu estava num estado de espírito. Eu te confesso seguramente que nesse exato momento aqui eu estou em outro. (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 1).

A atitude de rememorar a Tragédia da Gameleira age com um exercício de superação da Tragédia na vida de uma órfã, reafirmando a importância de lembrar para ter o direito de esquecer:

[...] essa condição de falar desse acidente mais abertamente, mas, de uma forma mais fluente é começou a acontecer há um pouco mais de tempo, mas comparado do tempo que aconteceu o acidente assim levou-se muitos anos, muitos anos pra gente dar conta de falar disso e ainda hoje com assim, toda evolução que eu acho que tivemos nisso, ainda hoje a gente não abre muito o diálogo entre a gente, sabe? Tanto que normalmente não acontece assim da gente falar sobre é o quê que cada um falou com você. É como se o que cada um disse pra você ficasse assim é aquele universo que é dele e que eu não sei se isso é bom não. Eu não sei, até acho que se ao longo desse tempo a gente tivesse tido o hábito de constantemente falar um com o outro, uns com os outros, sobre o acidente, talvez hoje estivéssemos mais leves com relação a isso. E eu falo isso porque a partir do momento que eu particularmente conseguir lidar com essa situação de ler sobre e de falar sobre, isso passou a ser menos pesado pra mim. [...] Eu tive esse processo nas mãos eu nunca dei conta de ler. Pra mim era inadmissível que eu visse que aquilo era o que tinha restado, a forma como era, foi sido descrita lá. Não era o atestado de óbito, era uma outra coisa lá. Então, eu acho que quando hoje todo mundo rompe uma barreira de silêncio, digamos assim e fala mesmo com emoção, mas consegue falar, consegue descrever o seu sentimento, a sua emoção e tudo que isso acarreta, eu acho que é por causa também de uma necessidade que cada um tem também de falar disso. Uma coisa que não dá conta de falar muito, mas que precisa falar pra aliviar um pouco o que tá dentro de cada um. Eu realmente acho que se fosse não a 3 (anos) talvez, mas a pouco, a alguns poucos anos atrás, talvez você não tivesse tanto sucesso mesmo nessas entrevistas, e hoje tem. Então parece que a coisa foi se tornando um pouco menos pesada.

É como se passasse de um estágio obscuro assim pra uma naturalidade maior, entendeu? E aí foi proporcionando a cada um, um pouco de abertura pra ir falando. Mas eu ainda acho que essa abertura ela é limitada ainda, essa condição de falar ela é muito no privativo, sabe? (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 1-3).

A mesma órfã ressalta a importância que essa pesquisa teve e está tendo, colaborando como um instrumento que faz a Tragédia da Gameleira tornar-se menos pesada em suas vidas. É o lembrar, o lembrar para ter o direito de esquecer:

[...] eu falei pra você hoje à tarde, quando a gente teve o primeiro contato, que a gente conversou, que eu concedi a entrevista na verdade eu não formulei nenhuma idéia, aonde que ia isso. Qual é a dimensão do seu trabalho, mas se eu tivesse que falar disso, naquela época eu não teria a menor idéia de que ele tomasse a proporção que eu percebo que tem tomado, você entendeu? E na verdade eu não sei nem se você se dá conta do tanto que você, com seu trabalho tem servido de instrumento pra isso se tornar menos pesado pra gente, lidar com isso e falar disso. Sabe? Eu acho que o seu trabalho, eu acho, ele tem um sentido muito grande. Não só pra você, enquanto seu objetivo, mas ele tem um sentido muito grande, eu acho que pra todas as famílias que participaram, que colaboraram. Muito mais do que colaborar com seu trabalho, eu acho que cada um estava colaborando consigo mesmo, você entendeu? Assim, é... De, de se abrir a condição de falante de uma coisa que até então tava muito lá dentro e que não vinha a tona, que não dava conta de expressar. Embora eu acho, eu penso sinceramente assim que nenhuma, nenhuma argumentação, argumentação não, nenhuma colocação da gente na verdade traduz a dimensão do que foi isso pra gente. Tanto que é... 35 anos se passaram e pra nós tem a força do dia, quando a gente fala disso, tem a força do dia, mas eu estou segura de que esse seu trabalho seguramente ele contribuiu e tem contribuído pra que cada um de nós consiga é, falar mais, consiga é... Acordar dentro da gente aquilo que está realmente adormecido mesmo, como você disse, seguramente. Porque, é... Quando você é como se você visse todo dia um pouquinho de alguma coisa e aquilo passasse a ter uma certa naturalidade sem perder a emoção, sem perder o peso do que aquilo significa sem diminuir esse sentimento de solidão interna que eu acho que cada um tem dentro, tem em si, mas seguramente que ajudou... (Elisabeth Alves da Silva, Órfã, p. 1-4).

Os narradores depositaram grande confiança na pesquisa e na escuta do pesquisador, partilhando suas memórias da Tragédia da Gameleira com orgulho e muita dor.

Consideram a reconstrução da Tragédia da Gameleira de grande valia

para que os jovens e as gerações futuras tenham conhecimento da mesma, e que a memória dessa Tragédia seja preservada.

Consideram importante a visibilidade que esse trabalho vem dando a Tragédia da Gameleira, contribuindo para a sensibilização da sociedade às causas dos familiares das vítimas.

Acerca da visibilidade que esse trabalho vem dando à Tragédia da Gameleira, vale ressaltar uma série de palestras feitas pelo pesquisador em várias universidades, encontros acadêmicos e científicos sobre o tema. Relevante também foi o fato que ocorreu em 04/02/07, quando, depois de 36 anos da Tragédia, houve uma celebração de missa em memória das vítimas, e caminhada até o local para depositar flores. Esse ato foi veiculado pela mídia que esteve presente. Houve também a distribuição de uma carta aberta à população, parlamentares e imprensa nacional denunciando a impunidade dos culpados pela Tragédia e o não pagamento de indenizações aos familiares das vítimas.

A visibilidade que a pesquisa vem dando a causa dos familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira se converte em empoderamento para os narradores.

Os narradores apontam a ação do rememorar como uma atitude de superação reafirmando a importância de lembrar para ter o direito de esquecer.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da reconstrução histórico-sociológica da Tragédia da Gameleira utilizamos a metodologia da História Oral que, segundo Davis (2003), objetiva dar voz aos marginalizados tornando audível a enorme multiplicidade dessas vozes que se erguem, tanto em concordância, como em discordância. Assim sendo, a metodologia da História Oral nos possibilitou dialogar e entrecruzar uma grande diversidade de fragmentos e fontes. Portanto, a partir das fontes documentais secundárias (revistas e jornais aliadas às fontes documentais primárias¹³ (constituídas pelos relatos orais dos atores sociais e pelas fotografias, devidamente analisadas) e embasados na teoria, foi possível reconstruir a Tragédia privilegiando o olhar dos seus atores sociais sobre aspectos relevantes da mesma. A biografia pessoal, social e intelectual do pesquisador, bem como as biografias dos atores sociais entrevistados, constituíram ferramentas valiosas que ao interagirem-se possibilitaram uma interpretação e compreensão da rica e complexa multiplicidade de significados da Tragédia da Gameleira para os atores sociais nela envolvidos. A reflexividade no interior do processo de interpretação segundo Davis (2003, p. 6), aponta que: “[...] nunca há só uma estória a ser contada sobre a vida de uma pessoa [...]”. Permitindo assim entender que “[...] as ambivalências e contradições existentes em todo conhecimento que possa ser produzido sobre o mundo social, o que paradoxalmente nos aproxima da realidade ou pelo menos nos torna tão próximos quanto é possível, dela se aproximar.”. (DAVIS, 20003, p. 6).

O olhar da imprensa também foi contemplado em algumas das categorias descritas a seguir.

A caracterização da obra. A percepção da obra, pelo olhar dos sobreviventes, possui uma riqueza de detalhes significativamente maior do que a

¹³ “[...] fontes primárias ou originais, quando se acessa por primeira vez uma determinada informação ou quando se recorre a documentos originais e autênticos.” (NUNES, 2004, p. 2).

observada nas falas de narradores como viúvas, os órfãos e órfãs. Para alguns depoentes, a obra era apenas algo distante, situada em Belo Horizonte, onde o ente querido trabalhava. Para outros, a obra era apenas um projeto ambicioso de mais uma mudança na paisagem belo-horizontina provocando a projeção da cidade no cenário nacional e latino americano. Além da beleza e da grandiosidade da obra, havia indícios da inadequação do solo para tal tipo de estrutura monumental, percebida pelos operários. A imprensa descreve a obra com riqueza de detalhes técnicos explorando a suntuosidade e modernidade do Pavilhão de Exposições da Gameleira, bem como discorrendo sobre os trabalhos anteriores elaborados pelos arquitetos, calculistas e construtoras que executaram a obra.

“A Tragédia”. A tragédia é caracterizada por muitos narradores como um marco em suas trajetórias de vida. A família, naquele momento, transformou-se face às novas demandas advindas da ausência do seu provedor: o trabalhador vitimado pelo desabamento. Outros narradores apontam a Tragédia como um fato completamente excepcional em seu dia-a-dia de trabalho. O ocorrido passa a ter um lugar particular em sua memória de trabalhador e é eleito sempre como um dos momentos mais penosos enfrentados ao longo dos anos de trabalho na profissão. A Tragédia da Gameleira deixa marcas profundas na vida de seus atores sociais e ocupa grande espaço na imprensa belo-horizontina que vem divulgando as suas dimensões humanas, sociais e políticas.

A previsão da Tragédia. A narrativa dos nossos depoentes de forma explícita ou velada anunciava a Tragédia. A existência de indícios claros dos problemas técnicos que estavam ocorrendo na obra, apontados pelos operários, foram recorrentes nos depoimentos de todos os atores sociais envolvidos com a Tragédia. Os conhecimentos advindos da prática dos operários levaram os mesmos a alertar seus superiores sobre a ocorrência de problemas técnicos encontrados na obra, porém o alerta não foi levado em conta pelos mestres, encarregados e engenheiros. Interesses políticos em acelerar o término da obra para inauguração da mesma passaram por cima das evidências de riscos de desabamento. A imprensa também aponta indícios da previsão da Tragédia,

embora com menos riqueza de detalhes do que os atores sociais que viviam a cotidianidade da obra.

O resgate. O resgate é marcado pelas dificuldades técnicas e de maquinários, pelas proporções da Tragédia, pelos riscos de novos desabamentos, e principalmente pelo alongado tempo utilizado nessa operação, o que ocasionou um terrível mau cheiro nos arredores da Tragédia, devido à putrefação dos corpos. O resgate foi paralisado antes de todas as vítimas serem encontradas. Este fato desrespeitoso levou os familiares dos operários soterrados a fazerem vigílias no local para forçar a retomada do resgate, até que os corpos dos seus parentes fossem localizados. O papel da imprensa foi fundamental para a retomada do resgate a pedido dos familiares, bem como para veicular os apelos atinentes às necessidades do resgate.

O inquérito e a apuração de responsabilidades. A apuração de responsabilidades pela Tragédia da Gameleira se arrastou por mais de dez anos, sendo o Estado e a SERGEM apontados como culpados. Os familiares das vítimas da Tragédia entraram com duas ações na Justiça e o Estado continua, até hoje protelando o pagamento, através de recursos. Nem imprensa, nem igreja, nem sindicato, nem representantes no Legislativo se posicionaram frente ao protelamento, por parte do Estado, em pagar as indenizações devidas aos familiares das vítimas. Somente a advogada dos familiares continua lutando. No olhar da imprensa a apuração de responsabilidades é marcada por um grande desencontro de pareceres, nunca conclusivos, de comissões instituídas pelo Estado.

A solidariedade. Os depoimentos dos nossos narradores são unânimes em apontar a solidariedade do povo para com os familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira. A solidariedade se expressou em ajuda material, no amparo emocional vindo das mais diversas origens como a indústria, o comércio, os meios de comunicação, a população e os artistas. A imprensa conclamou, organizou e divulgou as ações de solidariedade.

A imprensa. A imprensa, no olhar dos atores sociais, atuou

intensamente desde os primeiros momentos da Tragédia da Gameleira até o fim da operação de resgate, mesmo com todas as dificuldades técnicas encontradas. A criatividade dos profissionais da imprensa foi marcante, e possibilitou assim as transmissões dos acontecimentos da Gameleira quase que instantaneamente. A criatividade e as artimanhas utilizadas pelos jornalistas para driblar a censura do regime militar e veicular apelos, demandas e reivindicações dos familiares das vítimas, foi um traço marcante na atuação desses profissionais. Além disso, a imprensa relembra a Tragédia da Gameleira e a justiça não cumprida ao longo desses anos. Por outro lado, a imprensa de Belo Horizonte, na sua maioria, cometeu uma ação, no mínimo irresponsável, em relação a preservação da memória factual da Tragédia da Gameleira, não guardando em seus arquivos as matérias veiculadas à época e jogando literalmente no lixo grande volume de filmes sobre a tragédia. O olhar da imprensa ressalta as dificuldades técnicas estruturais para a cobertura da Tragédia e apesar de ter espetacularizado a Tragédia, desempenhou grandes funções de utilidade pública.

O poder público: atendimento aos sobreviventes e aos familiares.

A postura adotada pelo Poder Público frente à Tragédia da Gameleira revolta todos os atores sociais, pois o mesmo resiste em pagar as indenizações. Os familiares das vítimas, indignados, demonstram descrença na Justiça. Proposta indenizatória vergonhosa, em troca da retirada dos processos na Justiça pelos familiares das vítimas foi mais uma humilhação a atingi-los, pois, os mesmos lutam na Justiça há mais de 36 anos pelo pagamento das indenizações, bem como pelo reconhecimento da culpa por parte do Estado. No olhar da imprensa vemos um poder público que evita dar visibilidade à Tragédia, não se comprometendo com a mesma.

As “**ausências e lacunas**”. É traço marcante e recorrente, nos depoimentos dos familiares das vítimas, a grande lacuna que a morte do pai deixou na rede familiar. A ausência do ente provedor gera uma nova e triste realidade para os familiares que precisam superar as dificuldades emocionais e materiais exercendo trabalhos diversos desde a infância, na medida em que não

foram indenizados pelo Estado. A não desagregação da família tem nas viúvas o seu mais forte suporte, pois as mesmas se entregaram às funções de pai e mãe abrindo mão de viver sua condição de mulher para si.

As memórias traumáticas dos atingidos pela Tragédia. Os atingidos apresentam dificuldades em lembrar e buscam no esquecimento a possibilidade de amenização de seus traumas. Os mesmos apontam a ocorrência de distúrbios emocionais, comportamentais e do sono. Vale ressaltar que muitas pessoas sentiram necessidade de mudar-se de Belo Horizonte, outras evitam passar nas imediações do local da Tragédia e outras ainda, tem profunda intolerância ao sons de sirenes de ambulâncias e outros sons detonadores das memórias traumáticas. Paradoxalmente, lembrar memórias traumáticas apazigua emoções negativas. Para Peres et al (2007, p. 10): “À medida que a narração do evento aumenta, as respostas emocionais e as sensações são atenuadas.” os portadores de memórias traumáticas tendem a isolar-se incorrendo no não compartilhamento de suas memórias, mas quando o fazem, os resultados são positivos, resignificando os traumas. Segundo Peres et al (2007, p. 10) quando o indivíduo “[...] constrói esse significado tem a possibilidade de reconstruir o momento trágico, trazendo um aprendizado daquele evento. Isso alivia a dor.”. Pesquisas recentes na área da neurociência afirmam que, o estresse pós-traumático pode ser superado por meio de terapia cognitiva que possibilita uma modificação no funcionamento do cérebro do paciente, atenuando as sensações oriundas do trauma.

O memorial: lembrar para ter o direito de esquecer. Os atores sociais apontam para a necessidade da construção de um Memorial para reverenciar a memória dos seus entes queridos, contrapondo-se às medidas adotadas pelo Estado no sentido de apagar essa memória, impossibilitando assim que a população mais jovem tenha o direito de deter esse conhecimento. Portanto, a cidade necessita de algo “vivo”, um memorial para preservar a memória da Tragédia da Gameleira.

A “autonomia e cotidianidade”. A falta de autonomia dos operários provém de causas históricas, de um lado o saber acadêmico dos engenheiros e do

outro o saber prático dos operários. Essa divisão de saberes dentro do canteiro de obras, aliada a baixa escolaridade dos operários comprometia a auto-estima dos mesmos e inibia a comunicação dentro da hierarquia da estrutura de produção. Assim sendo, a ausência de autonomia dos operários e a prepotência dos engenheiros justificam o porquê dos alertas dos operários do Pavilhão de Exposição da Gameleira não terem sido considerados.

A origem rural, a condição de migrante, o desenraizamento, o apego à família e a generosidade na transmissão de seu saber são elementos marcantes na cotidianidade dos trabalhadores da Gameleira.

Os narradores e a pesquisa. Os narradores depositaram grande confiança na pesquisa e na escuta atenta do pesquisador, partilhando com orgulho suas memórias. Os mesmos consideraram a reconstrução da Tragédia da Gameleira algo muito valioso para que os jovens e as gerações futuras se conscientizem dos acontecimentos da Tragédia ocorrida em Belo Horizonte. Além do mais, a visibilidade que esta pesquisa vem dando à Tragédia da Gameleira tem contribuído para a sensibilização da sociedade em relação às causas dos familiares das vítimas. Os narradores apontam a ação do rememorar como uma atitude de superação, reafirmando a importância de lembrar para ter o direito de esquecer.

As memórias dos traumas causados pela Tragédia da Gameleira, estão presentes na vida de todos os atores sociais ouvidos nessa pesquisa. Memórias essas que se manifestaram com intensidades variáveis em função do grau de envolvimento do ator social com a Tragédia.

Para os familiares das vítimas, viúvas, órfãos e órfãs, a dor da perda do ente querido, em circunstâncias trágicas, constituiu no grande trauma vivido pelos mesmos. Para além da perda, esses atores sociais apontaram como traumatizantes a demorada operação de resgate e a difícil, quase impossível, identificação dos corpos que ao serem retirados sob os escombros aparentavam mais a uma “borra de sabão” do que a seres humanos. O não reconhecimento da culpa da Tragédia pelo Estado e o não pagamento de indenizações aos familiares

das vítimas também são incorporados às memórias traumáticas dos familiares das vítimas.

Os sobreviventes não mutilados falam de seus traumas com certa tranqüilidade embora às vezes se submetendo a tratamentos psiquiátricos. Lembram para ter o direito de esquecer, contando suas lembranças da Tragédia em vários canteiros de obras por onde passaram.

Já os sobreviventes mutilados não foram encontrados. Possivelmente não conseguiram permanecer na cidade onde a Tragédia ocorreu, voltando para seus locais de origem. Muitos desses nem lembrar conseguem, pois enlouqueceram.

Os objetivos propostos nessa pesquisa foram alcançados com a constituição de acervos (sonoro e imagético) contendo os depoimentos orais dos atores sociais envolvidos com a Tragédia e as fotografias que conseguimos recolher e culminando com a reconstrução histórico-sociológica da Tragédia da Gameleira em Belo Horizonte e seus reflexos nas trajetórias de vida dos atores sociais nela envolvidos.

O principal resultado, contudo, foi possibilitar aos sobreviventes, parentes e descendentes das vítimas a oportunidade de relembrar esse trauma, relatando a um ouvinte atento e interessado, as histórias e marcas deixadas pela Tragédia. Podendo assegurar a eles que essa memória traumática ficará registrada de forma organizada e cientificamente orientada para dar-lhes finalmente a possibilidade do direito de esquecer um passado que há muito deveria ter sido captado, registrado, valorizado e divulgado pelos poderes públicos. Poderes estes que adotam ações veladas ou explícitas que corroboram para o ocultamento da Tragédia da Gameleira, num grande esforço para que o esquecimento desta seja vitorioso na dualidade posta: memória X esquecimento. Porém, os defensores da memória da Tragédia da Gameleira contam com o esforço dos familiares das vítimas, de alguns atores sociais e do pesquisador, para reforçar a construção de uma memória confiável e cientificamente embasada. Isto dificultará a vitória do esquecimento, por parte do homem comum e das

gerações futuras, em relação à Tragédia da Gameleira.

Espera-se que a divulgação dos resultados dessa pesquisa, tanto na cidade de Belo Horizonte como em nível nacional, possa dar a eles o necessário empoderamento para levarem avante a sua luta, no sentido de finalmente obterem a construção do Memorial da Gameleira. Há tantos anos desejado e esperado pelos familiares das vítimas dessa tragédia e por todos aqueles que querem ver tal injustiça reparada.

REFERÊNCIAS

7 DÉCADAS: a história e a vida de Minas em retrato. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, [s.d.].

ACEVES, Jorge E. Las fuentes de la memória: problemas metodológicos. Voces recobradas. **Revista de História Oral**, Inst. Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, ano 3, n. 7, abr. de 2002.

ALMEIDA, Milton José de. A Educação visual da memória: imagens agentes do cinema e da televisão. **Revista Pró Posições**, Campinas, v. 10, n. 2, jul. 1999.

ALMEIDA, Milton José de. **Cinema: arte da memória**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

ALVES, Ruben. **Um céu numa flor silvestre: a beleza em todas as coisas**. Campinas: Verus, 2005.

ANDRADE, Carlos Drummond. Triste horizonte. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 15 ago. 1976.

ARAÚJO, José Milton Garcia; CARRETEIRO, Teresa Cristina. Trabalhadores do Brasil: história e memória. In: _____. **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo: Escuta, 2001. p. 141–153.

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade: i imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1972.

BACHELARD, Gaston. **La poétique de l'espace**. Paris: PUF, 1992.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: notas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: _____. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

BARTHES, Roland. A retórica da imagem. In: _____. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

BARTHES, Roland. O terceiro sentido. In: _____. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

BAZIN, André. **O cinema**: ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BEAUGÉ, Gilbert. A fotografia na Argentina no século XIX. In: SAMAIN, Etienne (ORG.). **O fotográfico**. São Paulo, Hucitec, 1998. p. 49-72.

BECEYRO, Raúl. **Ensayos de fotografia**. México: Artes e Libros, 1978.

BECEYRO, Raúl. Lês discours possibles sur la photographie, lês pièges. In: BRUNI, Ciro (Org.). **Pour la photographie**. Paris: Germus, 1998.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1. (Em especial o ensaio O narrador).

BERGMAM, Ingmar. **Imagens**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BERTAUX, Daniel. **From the life history approach to the transformation of sociological practice**: the life history approach in the social science. Beverly Hills: Sage. 1981.

BERTAUX, Daniel. **L'approche biographique**: validité methodologique, sés potentialités. Paris: Cahier Internationaux de Sociologie, 1980.

BERTAUX, Daniel; THOMPSON, Paul. **Between generation**: family models, myths and memory. Oxford: Oxford University. 1993.

BORBA, Antônio Libério et al. **A Tragédia da Gameleira**: a fotografia como fonte de construção histórica. Campinas: Estúdio de Multimeios do Instituto de Arte da UNICAMP, 2003. Vídeo em super VHS profissional e em DVD. Duração: 4 min.

BORBA, Antônio Libério. **Vida de milho**. Campinas: Estúdio de Multimeios do Instituto de Arte da UNICAMP, 2003. Vídeo em super VHS profissional e em DVD. Duração: 5 min.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARRIÈRE, Jean- Claude. **A linguagem secreta do cinema**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CARVALHO, Vladimir. **Conterrâneos velhos de guerra**. Brasília: GDF/Secretaria de Cultura e Esporte: Fundação cultural do DF, 1997.

CERQUEIRA, Hugo E. A.; SIMÕES, Rodrigo. Modernização e diferenciação econômica em Belo Horizonte. In: **Varia História**, Belo Horizonte, UFMG, n. 1, 1997.

CHRISTIN, Anne-Marie. **L'image écrite ou la déraison graphique**. Paris: [s.n.] 1995. (Flammarion, Col. Idées et Recherches).

COETZEE, Jan K. Narrando el trauma, introducción a A. Portelli, R. Van Boeschten, A. Molnár, Y L. Catela. In: _____. **Historia antropologia y fuentes orales**. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona. 2000.

COHEN, Yolande. História oral: uma metodologia, um modo de pensar, um modo de transformar as ciências sociais?. In: _____. São Paulo: Ciências Sociais Hoje: Hucitec, 1993.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 18. ed. São Paulo: Global. 1993.

COSTA, Helouise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. In: Fotografia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 27, 1998, p. 138-159.

CROCE, Benedetto. **Breviário de estética**. São Paulo: Ática, 1997.

DAMÁSIO, Antônio. **O erro de Descartes**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DAVIS, Kathy. Biografia como metodologia crítica. In: _____. História, antropologia y fuentes orales. **Memória Reru**, [S.l.], n. 30, 2003.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994. Título original: L'invention du quotidien: arts faire.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**: ensaio a cerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DURAS, Marguerite. **Hiroshima mon amour**. Paris: Gallimard, 1997.

EHRENZWEIG, Anton. **A ordem oculta das artes**. São Paulo: Zahar, 1969.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault**: um pensador do presente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

FELLINI por Fellini: entrevista a Giovanni Grazaini. Lisboa: Don Quixote, 1985.

FERNANDES, Heloisa. **Técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa**: oposição ou convergência. São Paulo: [s.n.], 1991. (Cadernos CERU, série 2, 3).

FERRARROTTI, Franco. De la Société Technologique à la Nouvelle Oralité. In: ZYLBERBERG, Jacques (Org.). **Masses et postmodernité**. Paris: Meridiens Klincksieck, 1986.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, M. de M. (Coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho**. 2. ed. São Paulo: Editores Associados, 1982.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Graal. 1999. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal. 1985. v. 3.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal. 1984. v. 2.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Título original: Les anormaux.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREUD, Sigmund. **O outro**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas).

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIGLIO, Zula Garcia; VON SIMSON, Olga. A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem sucedida. In: NERI, Anita (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento. perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. 2. ed. Campinas: [s.n.], 2006. p. 141-160.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, Vagner da Silva. Nos bastidores da pesquisa de campo. In: BRANISLAW, Malinowski. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 239- 242.

GOODY, Jack. **Domesticação do pensamento selvagem**. Lisboa: Presença, 1988. Título original: The domestication of the savage mind.

HALBWACKS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora dos Tribunais, 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

HEIDEGGER, Martin. **Gelassearheit**. Lisboa: Piaget Editora, 1959. (Coleção Pensamentos e Filosofia).

JEDLOWSKI, Paolo. Mémoire individuelle et mémoire collective. In: _____. **Temps, mémoire et politique**. [S.l.]: Editora Kimé, 2000.

JOLY, Martine. **Introduction à l'analyse de l'image**. Paris: [s.n.], 1994. (Nathan, Col. "image 128", n. 44).

JOLY, Martine. **L'Image et les signes. Approche sémiologique de l'image fixe**. Paris: Nathan, 1994.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE, Belo Horizonte, 06 fev. 1971. p. 9.

JORNAL DIGITAL A NOVA DEMOCRACIA.

JORNAL ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 1971.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV. 1996.

JUNG, Carl Gustav. **O espírito na arte e na ciência**. Petrópolis: Vozes, 1995.

KOSMINSKY, Ethel. Pesquisas qualitativas e utilização da técnica de história de vida e de depoimentos orais pessoais em sociologia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 1, jan. de 1986.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. SAMAIN, Etienne (ORG.). **O fotográfico**. São Paulo, Hucitec, 1998. p. 41-48.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê, [s.d.].

KUROSAWA, Akira. **Relato autobiográfico**. São Paulo: Liberdade, 1990.

LEITE, Miriam Moreira Leite. Retratos de família: imagem paradigmática no passado e no presente. In: SAMAIN, Etienne (ORG.). **O fotográfico**. São Paulo, Hucitec, 1998. p. 35-40.

LE VEN, Michel Marie. Trabalhadores do Brasil: história e memória. In: ARAÚJO, José Milton Garcia; CANUTEIRO, Teresa Cristina. **Cenas sociais e abordagens clínica**. São Paulo: Escuta, 2001. p. 141-153.

LEVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo: Companhia Editora Nacional: USP, 1970.

LUQUE, Eloísa Baena. Las fuentes orales em archivo histórico. **Revista de la asociación internacional de historia oral**. [S.l.]: Nueva Época, v. 2, n. 1, jun. 2003.

MAHFOULD, Miguel. Memória coletiva e imagem fotográfica; elaboração da experiência em uma tradicional comunidade rural. **Revista memorandum**, n. 2 . Belo Horizonten, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum>>.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Zahar ed. Rio de Janeiro, 1968.

MARTINS, Heloisa H. T. de S. Técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa: oposição ou convergências? **Caderno CERU**, São Paulo, 1991.

MAUAD, Ana Maria. A imagem da capa. **Revista de história da biblioteca nacional**. [s.l.]: [s.n.], ano 1, n. 7, 2006.

MAUAD, Ana Maria. História, iconografia e memória. In: VON SIMSON, Olga R. de M. (Org.). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: UNICAMP, 1997.

MAUAD, Ana Maria. História, iconografia e memória. In: VON SINSON, Olga. (Org.). **Os desafios contemporâneos da história oral**.

MEIRELES, Cecília. **Cânticos/Cecília Meireles. 2. ed.** Sao Paulo: Moderna, 1982.

MEISHU-SAMA. **O pão nosso de cada dia**. São Paulo: Margraf, 1995.

MELLO, João M. C. de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 6. ed. Campinas: Brasiliense, 1982.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**. 16. ed. São Paulo, Saraiva. 1995.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, São Paulo, n. 3, p.109-116, jun. 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Cia das Letras. 1998.

NORÁ, Pierre. Entre memória e história. **Projeto de História**, São Paulo, n. 10, 1993.

NORÁ, Pierre. **Le Lieux de la mémoire**. Paris: Gallimard. 1984.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. O visível e o invisível: um fotógrafo e o Rio de Janeiro no início do século XX. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 73-84.

OLIVEIRA, JÚNIOR, Wenceslao Machado de. **A cidade (tele)percebida: em busca da atual imagem do urbano**. 1994. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.

OLIVEIRA, JÚNIOR, Wenceslao Machado de. **Chuva de cinema: natureza e cultura urbanas**. 1999. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita**. Campinas: Papirus, 1998.

PARK, Margareth. **Memória, educação e cidadania: tecendo o cotidiano de creches e pré-escolas em Itupeva**. Campinas: UNICAMP, 1996.

PARK, Margareth; BRANDINI, Margareth. **Brincando, contando e recontando histórias**. Itupeva, PMI, 1996.

PARK, Margareth; BRANDINI, Margareth. **Memória em movimento na formação de professores**. Campinas. Mercado de Letras, 2000.

PARK, Margareth; BRANDINI, Margareth. **Memória, educação e cidadania: tecendo o cotidiano de creches e pré-escolas em itupeva**. Campinas: Unicamp, 1996.

PARK, Margareth; BRANDINI, Margareth. Possibilidades de uso da fotografia na elaboração de projetos pedagógicos. **Revista Resgate**, Campinas, v. 1, n. 13, p.19-34, 2004.

PAZ, Maria da. **O engenheiro da poesia**. Disponível em: <<http://joaquimcardozo.com/paginas/depoimentos/engenheiro.htm>>. Acesso em: 15 maio 2007.

PEREIRA, Lúcia M. Leite. Relexões sobre a história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, São Paulo, n. 3, p. 117-127, jun. 2000.

PEREIRA, Maria Izaura de Queiros. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: Von Simson, Olga (Org.). **Experimentos com histórias de vida**: Itália –Brasil. São Paulo: Vértice. 1998.

PERES, Julio F. P. et al. Cerebral blood flow changes during retrieval of traumatic memories before and after psychotherapy: a SPECT study. **Cambridge Journals**, Cambridge, v. 37, p. 1481-1491, feb. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade, lugares no tempo, momento no espaço. **Revista NEHAC**, Uberlândia, v. 4, n. 4, p. 23-35, jun. 2002.

PIMENTEL, Thaís Veloso Cougo. Belo Horizonte e a face conservadora do moderno. In: _____. **A torre kubtschek**: trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura, 1993.

PIRES, Ariosvaldo de Campos. O desabamento do parque de exposições da Gameleira. **Revista Jurídica**, Belo Horizonte, ano 10, n. 118, 1977.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**: estudos históricos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. São Paulo, PUC – SP, 14. 1997.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, v. 14. 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (Org.). **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo. T.A.Queiroz, 1991.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG. Alice B. S. G. (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1992. (Coleção Textos).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indivisível “ ao “divisível”. Von Simson, Olga (Org.). **Experimentos com histórias de vida**: Itália –Brasil. São Paulo: Vértice. 1998.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In: _____. **O direito à memória:** patrimônio e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

REIS, Daniel Araújo. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão veredas.** São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

ROTTA, Daltro Cardoso et al. O lugar das fotografias no corpo do texto. In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Siero (Orgs.). **Educação não-formal:** contextos, percursos e sujeitos. Campinas: Unicamp, 2005.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Arão Reis:** o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **La casaque d'arlequin:** Belo Horizonte, une capitale éclectique au 19^e siècle; pref de François Loyer. Paris: Ed de L'École des hautes études en sciences sociales, 1997.

SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico.** São Paulo: Hucitec, 1998.

SAMAIN, Etienne. Mito e fotografia: as aventuras eróticas de Kamukua. In: _____. **Antropologia visual.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1987. P. 46-49. (Museu do Índio).

SAMAIN, Etienne. No fundo os olhos: os futuros visuais da antropologia. **Cadernos de Antropologia e Imagem,** Rio de Janeiro, n. 6, p. 141-158, 1998.

SAMAIN, Etienne. Oralidade, escrita, visualidade. Meios e modos da construção dos indivíduos e das sociedades. In: SOCIEDADE Brasileira de psicanálise de São Paulo (Org.). **Perturbador mundo novo. 1492-1900 – 1992:** história, psicanálise e sociedade contemporânea. São Paulo: Escuta, 1994. p. 289-301.

SAMAIN, Etienne. **Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem:** o Jornal La Lumière (1850-1860). (no prelo).

SAMAIN, Etienne. Um retorno a câmara clara: Roland Barthes e a antropologia visual. In: _____. **O fotográfico.** São Paulo: Hucitec, 1998. p. 121-134.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. **Proposições,** Campinas, ano 32, v. 1, n. 5. p. 34-50, jul. 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SEVERINO, A. J. Diretrizes para leitura, análise e interpretação dos textos. In: _____. **Metodologia do trabalho científico**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1986. Cap. 3. p. 121-135.

SEVERINO, A. J. Observações metodológicas referentes aos trabalhos de pós-graduação. In: _____. **Metodologia do trabalho científico**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1986. Cap. 6. p. 185-213.

SILVA, Dácia Ibiapina. História oral, oralidade e audiovisual na concentração de relatos de memórias traumáticas. **História Oral**, Campinas, n. 6, jun. 2003.

SILVA, Evandro Lins. **O caso pavilhão da Gameleira em defesa do professor Joaquim Cardozo**: razões e apelação pelo advogado Evandro Lins e Silva. Instituto dos arquitetos do Brasil. Belo horizonte: [s.n.], 1974.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Tradução de: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TARKOVSKI, Andrei. **Esculpir o tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TEIXEIRA, Coelho. O imaginário da morte. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Rede imaginária**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

THOMAS, William; ZNANIEKI, Florian. **The polish peasant in Europe and América**. New York: Chicago Press, 1927.

THOMPSON, Paul. Pensar a subjetividade: estatística e fontes orais. In: FERREIRA, M. de M. (Org.). História oral e multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Diaborim, 1994.

THOMPSON, Paul. Teias de biografias. **Carta Capital**, [S.l.], 27 ago. 2003.

THOMSON, Alistair. **Dancing through the memory o four moviment: four paradgmatics revolutions in oral history**. In: 14th International Oral History Conference. Sidney, Austrália, jul. 2006.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e memória. In: PERELMUTTER, Daisy; ANTONACCI, Maria Antonieta (Orgs.). Ética e história oral: projeto história. **Revista do Programa de Estudos Pós- Graduação em história**, São Paulo, 15 abr. 1997.

VAILLAND, Roger. **A experiência do drama**. Lisboa: Presença, 1962.

VALE, Rubinho do. **Trem da história**. Trem Bonito. 1988. (Long Play)

VÁZQUEZ, Félix. **La memória como acción sociale**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2001.

VILA NOVA, Mercedes. A história presente e a história oral: relações balanços e perspectivas. In: _____. **Páginas de história**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1998.

VON SIMSON, Olga R. de M. **Experimentos com história de vida**: Itália –Brasil. São Paulo: Vértice. 1988.

VON SIMSON, Olga R. de M. Imagem e memória. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 21-34.

VON SIMSON, Olga R. de M. Memória, Cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas, UNICAMP, 2000. (Coleção Memória da Educação).

VON SIMSON, Olga R. de M. Memória e identidade sócio- cultural: reflexões sobre pesquisa ética e compromisso. In: PARK, Margareth (Org.). **Formação de educadores**: memória patrimônio e meio ambiente. Campinas, Mercado de Letras, 2003.

VON SIMSON, Olga R. de M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas, UNICAMP, 2000. (Coleção Memória da Educação). p. 63-74.

VON SIMSON, Olga R. de M. Som e imagem na pesquisa qualitativa em ciências sociais: reflexões de pesquisa. In: Pedagogia da imagem, imagem na pedagogia. **Anais...** Niterói, p. 88-101, 1996.

WEIL, Simone. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. In: BOSI, Ecléa (Org.). Tradução de: Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ANEXOS A - ROTEIRO PARA FICHAMENTO DE JORNAIS

Nome do jornal	Número do jornal	Data	Seção	Página

Uso de imagens: () Não () Sim () Quantas

Título da Notícia:

Tipo: () Notícia () Crônica () Editorial () Anúncio () Comunicado

ANEXO B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS- SOBREVIVENTES E/OU FAMILIARES

Faculdade de Educação da UNICAMP

Disciplina: Metodologia da História Oral em Educação

Professora e Orientadora: Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson

Doutorando: Antônio Libério de Borba

Eixo do Roteiro de Entrevista do Projeto de Doutorado:

Impactos do desabamento da Gameleira na memória de Belo Horizonte

Sobreviventes e/ou familiares

Identificação

Interesse pela pesquisa

Como soube desta pesquisa:

Motivos que a (o) levou a querer colaborar com esta pesquisa:

Suportes facilitadores e estimuladores do processo de rememoração:

Fotos ()

Jornais ()

Revistas (...)

Fita de rádio (...)

Vídeo (...)

Levantamento aéreo-fotogramétrico ()

Lembranças da vítima

Relação da vítima com os familiares

Relação da vítima com a profissão que exercia:

Há quantos anos ocupou a profissão:
Nome da empresa na qual trabalhava:
Tinha carteira assinada:
Há quanto tempo trabalhava nesta empresa:

Lembranças da Gameleira

Conhecia a Gameleira antes da Tragédia?

O que você sabe sobre a Tragédia?

E a respeito do resgate?

Como a notícia chegou à família?

Como a cidade se manifestou frente à Tragédia?

Como o Estado, o poder público se manifestou frente a Tragédia?

Impactos da Tragédia na família

Descrição da família (composição):

Antes da Tragédia:

Após a Tragédia:

Atualmente:

Reflexos da Tragédia hoje em dia:

Em você:

Na família:

Acervo disponibilizado pelo informante:

Audio-visual

Fotos ()

Jornais ()

Revistas (...)

Vídeo (...)

Reportagens televisivas

Reportagens radiofônicas

Levantamento aéreo-fotogramétrico ()

Maquetes

Documental:

Processos

Contra a construtora

Contra o Ministério Público

Contra o Estado

No CREA/MG

Registros de Audiências Públicas

Possíveis depoentes indicados pelo informante:

Nome completo:

Endereço:

Telefones:

E-mail:

Grau de relacionamento com o entrevistado:

Amigo ()

Colega de trabalho ()

Vizinho ()

Familiar ()

Conhecido ()

Companheiro de luta pela indenização ()

**ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA- RESGATE E/ OU COBERTURA DA
TRAGÉDIA (MÉDICOS, ENFERMEIROS, BOMBEIROS, VOLUNTÁRIOS E
JORNALISTAS)**

Faculdade de Educação da UNICAMP

Disciplina: Metodologia da História Oral em Educação

Professora e Orientadora: Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson

Doutorando: Antônio Libério de Borba

Eixo do Roteiro de Entrevista do Projeto de Doutorado:

Impactos do desabamento da Gameleira na memória de Belo horizonte

Resgate e/ ou cobertura da Tragédia (médicos, enfermeiros, bombeiros,
voluntários e jornalistas)

Identificação

Interesse pela pesquisa

Como soube desta pesquisa:

Motivos que a (o) levou a querer colaborar com esta pesquisa:

Suportes facilitadores e estimuladores do processo de rememoração:

Fotos ()

Jornais ()

Revistas (...)

Fita de rádio (...)

Vídeo (...)

Levantamento aéreo-fotogramétrico ()

Lembranças da Gameleira

Fale- me sobre a Gameleira;

Caracterização da obra;
A Tragédia;
A previsão da Tragédia;
O resgate;
Atendimento aos sobreviventes e familiares das vítimas;
O inquérito e apuração de responsabilidades;
Solidariedade;
A imprensa;
O poder público;

O resgate:

Além da sua categoria profissional, havia outras? Quais?

Havia voluntários?

Como você foi convocado para o resgate?

Fale-me sobre o trabalho de resgate.

Quais as maiores dificuldades que teve?

Sabe da morte de alguma pessoa que trabalhou no resgate durante ou imediatamente após?

O que você sabe sobre a interrupção do resgate?

Quanto tempo trabalhou – início e fim?

Fale-me sobre as jornadas de trabalho.

Tinha algum amigo, parente ou conhecido que trabalhou na obra?

Impactos da Tragédia:

Como se sentiu durante o trabalho de resgate?

Como se sentiu depois?

Hoje, como se sente em relação à Tragédia?

Como a cidade se manifestou frente à Tragédia?

Como o estado, o poder público se manifestou frente à Tragédia?

ANEXO D – DIÁRIO DE CAMPO

UNICAMP - Faculdade de Educação

Doutorado em Educação - 2006

Orientadora: Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson - UNICAMP

Doutorando: Prof. Antônio Libério de Borba - CEFET-MG

Auxiliar de Pesquisa:

ROTEIRO DO CADERNO DE CAMPO DAS ENTREVISTAS DO Projeto de
Doutorado:

Impactos do desabamento da Gameleira na memória de Belo horizonte

1. Identificação da (o) informante:

Nome completo: -----

Apelido:-----

Data do nascimento:-----

Estado civil:-----

Número de filhos: -----

Escolaridade:-----

Profissão e/ou ocupação atual: -----

Profissão e/ou ocupação em 1971: -----

Nome do pai:-----

Data de nascimento: -----

Escolaridade:-----

Profissão e/ou ocupação:-----

Nome da mãe:-----

Data de nascimento:-----

Escolaridade:-----

Profissão e/ou ocupação:-----

Acesso ao informante através de:-----

2. Da entrevista:

Local:-----

Compartimento:-----

Endereço:-----

Data:-----

Horário previsto:-----

Horário do início da entrevista:-----

Horário do término da entrevista:-----

Horário e dia de encontro do pesquisador e seu(s) auxiliares de pesquisa para discussão do Diário de campo:-----

Entrevistador:-----

Auxiliar de pesquisa 1 :-----

Auxiliar de pesquisa 2:-----

Recursos audio-visuais utilizados na entrevista:

Gravador () Especificação:-----

Câmara Filmadora () Especificação: -----

Câmara Fotográfica () Especificação:-----

Observações:

Clima em que ocorreu a entrevista:

Aspectos emocionais dos envolvidos:

Clima ambiental da entrevista:

Local acolhedor ()

Ruídos ()

Interrupções ()

Trânsitos de pessoas ()

Funcionamentos de máquinas e/ou eletrodomésticos ()

Disponibilidade do informante durante a entrevista:

Sentimentos do informante durante a entrevista:

Sentimento do pesquisador durante a entrevista:

Sentimentos dos auxiliares de pesquisa durante a entrevista:

ANEXO E - TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente documento, eu _____,
nacionalidade _____ estado civil _____,
profissão _____,
CPF _____, carteira de identidade número
_____, emitida pelo _____ domiciliado e
residente na cidade de _____, rua (avenida)

declaro ceder ao pesquisador Prof. Antônio Libério de Borba, doutorando em Educação pela UNICAMP e professor do CEFET-MG, todos os direitos de uso e divulgação que me corresponderem, do conteúdo das gravações em fitas magnéticas de áudio e vídeo, e transcrição literal das mesmas em documento anexo, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, fotografias e acervos doados (recortes de jornal, documentos, etc.) que prestei ao pesquisador na cidade de _____, em _____, _____ em um total de _____ horas gravadas, perante os pesquisadores _____

O pesquisador responsável pela entrevista fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar para fins culturais e acadêmicos, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

_____, _____ de _____

**ANEXO F - CD-ROOM – LEMBRAR PARA TER O DIREITO DE ESQUECER: A
TRAGÉDIA DA GAMELEIRA E SEUS REFLEXOS NA MEMÓRIA DE BELO
HORIZONTE. CD 1 – DEPOIMENTOS DOS ATORES SOCIAIS**

**ANEXO G - CD-ROOM – LEMBRAR PARA TER O DIREITO DE ESQUECER: A
TRAGÉDIA DA GAMELEIRA E SEUS REFLEXOS NA MEMÓRIA DE BELO
HORIZONTE. CD 2 – DEPOIMENTOS DOS ATORES SOCIAIS**

**ANEXO H - CD-ROOM – LEMBRAR PARA TER O DIREITO DE ESQUECER: A
TRAGÉDIA DA GAMELEIRA E SEUS REFLEXOS NA MEMÓRIA DE BELO
HORIZONTE. CD 3 – DEPOIMENTOS DOS ATORES SOCIAIS**

**ANEXO I – DVD – A TRAGÉDIA DA GAMELEIRA: A FOTOGRAFIA COMO
FONTE DE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA.**

ANEXO J – CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Carta aberta à população

“Pra que nossa memória não se acabe em poeira”

Rubinho do Vale

No auge da ditadura militar, mais precisamente em 04 de fevereiro de 1971, quinta-feira, por volta das 11:45 minutos -horário de almoço – desabava o Pavilhão de Exposição da Gameleira, em Belo Horizonte, MG, literalmente sobre a cabeça de dezenas dos seus 512 operários que trabalhavam naquele dia, interrompendo suas vidas, seus sonhos e projetos de criar ou constituir suas famílias. Além disso, outros tantos ficaram mutilados ou perturbados mentais. Assistíamos então a maior Tragédia de todos os tempos na construção civil desse país, levando uma cidade à comoção, com demonstração intensa de solidariedade humana e que mesmo diante da dor da perda de tantas vidas, apesar da dedicação e empenho do Corpo de Bombeiros e voluntários, o resgate das vítimas durou cerca de 30 dias, aumentando ainda mais a dor e a angústia de centenas de familiares.

Pode-se dizer que foi uma Tragédia anunciada, uma vez que os operários denunciavam a existência de rachaduras na laje. Além de não serem ouvidos, quem insistia na denúncia era demitido, segundo relato de sobreviventes. Era uma obra gigantesca, com 280m de comprimento por 30m de largura, sustentada por cinco pares de colunas, assentadas numa área de 17.000 m², compondo-se de auditórios, bibliotecas, bares, restaurantes e pavilhões de exposição em geral. O projeto arquitetônico era de Oscar Niemeyer, o cálculo estrutural de Joaquim Cardozo, as fundações ficaram a cargo da SOBRAP e a construção da SERGEN. A obra era do Governo do Estado e fiscalizada pelo mesmo via CIURB, constituindo-se na menina dos olhos do Governo da época

que pretendia inaugurá-la ainda no seu mandato que expirava em menos de dois meses.

A ganância política e a negligência do Governo do Estado de Minas Gérias apressou o término da obra e a construtora utilizou de procedimentos técnicos inadequados, desde a resistência inferior do concreto até a antecipação e técnicas utilizadas no desescoramento da laje.

Mesmo o Estado e a SERGEN sendo declarados culpados pela Tragédia, passados 36 anos, ainda não se responsabilizaram pelas indenizações em sua totalidade. Portanto, entendemos que faz-se necessário uma manifestação pública de respeito e reverencia aqueles que no exercício do seu trabalho perderam a vida.

Será realizada missa em memória dos trabalhadores vitimados pela Tragédia da Gameleira no dia 04/02/07, às 9:00 hrs, na Igreja São Vicente de Paula à Avenida Amazonas, nº 5353, Nova Suíça. Em seguida será realizada caminhada até o local da Tragédia, onde serão depositadas flores em reverencia à memória de todos aqueles que ali perderam suas vidas.

Amigos e familiares das vítimas da Tragédia da Gameleira